



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**DA SULANCA À FABRICA: CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO
NO POLO DE CONFECÇÕES DE PERNAMBUCO**

CLÁUDIA FREIRE

CAMPINA GRANDE – PB
SETEMBRO/2016

CLÁUDIA FREIRE

DA SULANCA À FABRICA: CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NO
POLO DE CONFECÇÕES DE PERNAMBUCO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração: Sociologia.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Roberto
Véras de Oliveira**

CAMPINA GRANDE – PB

SETEMBRO/2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

F866d Freire, Cláudia.
Da sulanca à fábrica : configurações do trabalho no polo de confecções de Pernambuco / Cláudia Freire. – Campina Grande, 2017.
206 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira".
Referências.

1. Configurações do Trabalho – Polo de Confecções de Pernambuco. 2. Capitalismo Periférico. 3. Subdesenvolvimento e Modernização Fabril. 4. Polo de Confecções de Pernambuco – Empresários da Confecção. I. Oliveira, Roberto Vêras de. II. Título.

CDU 687(813.4)(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

A tese intitulada Da Sulanca à fábrica: configurações do trabalho no Polo de Confeccões de Pernambuco, de autoria de Cláudia Freire, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Véras de Oliveira, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia, foi aprovada em 27/09/2016, Pela banca examinadora que reuniu os seguintes membros: Dr. Roberto Véras de Oliveira (Orientador – PPGCS/UFCG); Dra. Roseli de Fátima Corteletti (Membro Externo – UACS/UFCG); Dr. Maurício Rombaldi (Membro Externo – DCS/UFPB); Dra. Ramonildes Alves Gomes (Membro Interno – PPGCS/UFCG); Dr. Mário Guedes Ladosky (Membro Interno – PPGCS/UFCG).

Handwritten signatures and printed names of the exam board members:

- Dr. Roberto Véras de Oliveira
Orientador
- Dr. Maurício Rombaldi
Membro Titular
- Dra. Roseli de Fátima Corteletti
Membro Titular
- Dra. Ramonildes Alves Gomes
Membro Titular
- Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky
Membro Titular

Stamp: *Márcio Rodrigues da Silva*
Secretário Acadêmico
Pós-Graduação em Ciências Sociais
UFCG-SIAPE: 1116121

DEDICATÓRIAS

Dedicatória Amorosa:

Para Amaro e Fabio, meus filhos, minhas dádivas, meus desafios. Que por tudo e apesar de tudo, me ensinam que amar vale a pena.

Dedicatória Histórica:

À minha avó, Maria Cândida Coutinho Freire (*in memoriam*), costureira e modista, nascida em Tabira/PE que migrou para Monteiro/PB em busca de dias melhores.

Dedicatória Honrosa:

Para minha mãe, Giselda Maria Freire, trabalhadora dedicada e honesta, que cedo me apresentou o mundo do trabalho, pelas janelas nos escritórios, das fábricas onde trabalhou.

Dedicatória Fraternal

Para minha irmã, Danielle Freire de Araújo, porque o anel que tu me deste não era vidro e não se quebrou, era símbolo e minha autoestima alavancou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao mestre divino e aos irmãos de luz por suas companhias, nas muitas madrugadas de reflexão e escrita, aparentemente solitárias.

Grata aos ensinamentos e paciência do prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira, ao conduzir a orientação desta pesquisa, face à turbulenta rotina que me envolveu.

Minha gratidão e admiração a todos os empresários que aceitaram me conceder entrevistas. Foram desprendidos e solícitos em me expor partes da história de suas vidas, as quais, diante de batalhas e conquistas, aprendi a admirar.

Grata aos participantes dos grupos de estudos TDEPP/UFCG e LAEPT/UFPB, por suas valiosas contribuições, companheirismo e incentivos. Destaco ainda, as contribuições das professoras Dra. Roseli Cortelleti e Dra. Elizabeth Cristina A. Lima e do professor Dr. Octávio Mazza, por suas colaborações na qualificação do trabalho.

Grata aos amigos queridos Luciana Ramos Cantalice, Adanel Ribeiro Japiassú, Renan Barbosa, Euridéa Campelo Pereira, Adeilsa Freire de Carvalho, Eduardo Eloy Dantas, Fernanda Leal, Josafá de Orós, Jane Isaura Dantas, Rildo Carvalho, Ana Márcia Batista Almeida, Nadine Gualberto Agra, Cláudio Ruy Portela de Vasconcelos, Kátia Gonçalves, Márcio Gomes de Sá, Fernando Nascimento, Tânia Régia Oliveira e Vera Lúcia Mendonça, pela inestimável amizade.

Grata aos “orientadores” da vida como ela é: Socorro Paz, Antonio Albuquerque e Rossandro Klinjey.

DA SULANCA À FABRICA: CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NO POLO DE CONFECÇÕES DE PERNAMBUCO

Resumo

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo analisar trajetórias de empresários formais e atuantes no Polo de Confecções de Pernambuco, para apreender em suas narrativas a formação e reprodução de configurações locais do trabalho. A análise foi estruturada numa abordagem qualitativa, usando a pesquisa de campo como meio de intervenção no local, através de entrevistas semiestruturadas com 11 empresários formalizados, durante dez/2014 a nov/2015. Após a realização das entrevistas, se estruturou uma interpretação das configurações locais do trabalho e das formas de produção em três momentos. O primeiro, corresponde ao início das trajetórias, apresenta os elementos e valores estruturais que alicerçaram a produção de confecções no Polo. O segundo, corresponde às narrativas de como se passou da condição de trabalhador à condição de empresário, expondo as estratégias dos empresários para montar sua estrutura produtiva, a partir de condições precárias de vida, e os usos que fizeram dos vários tipos de trabalho existentes, para dar continuidade à produção e consolidar seus negócios. A terceira, corresponde à caracterização da organização atual do trabalho nas fábricas, expõe como as fábricas foram modernizadas em termos físicos e tecnológicos e que o principal tipo de trabalho utilizado é o assalariado, submetido ao controle e à disciplina da gestão racional. Contudo, a modernidade das fábricas esbarra nas tradições locais, compondo um mix de características que agregam costumes locais, a fábrica limpa e moderna e uma mão de obra multifuncional e semianalfabeta. Tudo isso, faz do trabalho no Polo de Confecções um desafio à compreensão do trabalho enquanto principal elemento da constituição socioeconômica local.

Palavras-chave: Configurações do trabalho; Capitalismo periférico; Subdesenvolvimento e modernização fabril; Polo de Confecções de Pernambuco; Trajetória de empresários da confecção.

DA SULANCA À FABRICA: CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NO POLO DE CONFECÇÕES DE PERNAMBUCO

Abstract

This search was developed with goal for analyze trajectories of formal and active entrepreneurs in the Clothing Pole of Pernambuco to learn in their narratives training and breeding sites job settings. The analysis it was structured in qualitative approach, using field research as an intervention form in place, through semi-structured interviews with eleven formalized entrepreneurs, during December 2014 to November 2015. After the interviews, it was built an interpretation of the local settings of work and production in three moments. The first moment, corresponds to the beginning of the trajectories, presents the elements and structural values that underpinned the garment production in Pole. The second, corresponds to the narrative of how if went to worker condition for entrepreneur status, exposing the strategies of entrepreneurs to set up their production structure, due to poor living conditions, and the uses made of the various existing types of work, to continue the production and consolidate their businesses. The third corresponds to the characterization of the current organization of work in the factories, it exposes how the factories were upgraded in physical and technological terms, and that the main type of labor applied is the employed, subject to the control and discipline of rational management. However, the modernity of factories comes up against in the local traditions and inheritance of unskilled labor and semi-illiterate, composing a mix of features that aggregate the current organization of work in local traditions, the factory clean and modern up until multifunctional work and semi-literate. All this, makes the work in the Clothing Pole a challenge to the understanding of the work as the main element of the local socioeconomic constitution.

Keywords: Work settings; Peripheral capitalism; Underdevelopment and industrial modernization; Clothing Pole of Pernambuco; Course of entrepreneurs' production.

LISTA DE SIGLAS

- ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
- ACIC – Associação Comercial e Empresarial de Caruaru
- ACIT – Associação Comercial e Industrial de Toritama
- ASCAP – Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe
- CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- FADE/UFPE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco
- LAEPT/UFPB – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho da Universidade Federal da Paraíba
- PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
- PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SIMPLES – Regime compartilhado de arrecadação e cobrança, previsto da Lei 123, de 14/12/2006
- SISUTEC – Sistema de Seleção Unificada Profissional e Tecnológica
- SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
- SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste
- TDEPP/UFCG – Grupo de Estudos Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 01: Localização espacial do Agreste de Pernambuco, onde fica o Polo de Confeccões | 24 |
| Figura 02: Parque das Feiras, Toritama | 142 |
| Figura 03: Polo Comercial de Caruaru | 142 |
| Figura 04: Moda Center, Santa Cruz do Capibaribe | 142 |
| Figura 05: Ambiente de produção – setor de corte, fábrica do Empresário 1 | 152 |
| Figura 06: Ambiente de produção – setor de costura, fábrica do Empresário 1 | 153 |
| Figura 07: Ambiente de produção único, fabrico do Empresário 2 | 154 |
| Figura 08: Ambiente de produção – setor de corte, fábrica da Empresária 5 | 163 |
| Figura 9: Ambiente de produção – setor de costura, fábrica da Empresária 5 | 164 |
| Figura 10: Ambiente interno da lavanderia do Empresário 6 | 165 |
| Figura 11: Ambiente externo da lavanderia do Empresário 6 | 167 |
| Figura 12: Ambiente de lavagem de peças, lavanderia do Empresário 7 | 170 |
| Figura 13: Cena da distribuição de peças para lavagem, lavanderia do Empresário 7 | 171 |
| Figura 14: Ambiente de produção – setor de costura, fábrica do Empresário 8 | 173 |
| Figura 15: Ambiente de produção – setor de embalagem, fábrica do Empresário 8 | 174 |
| Figura 16: Ambiente de produção – setor de costura, fábrica da Empresária 9 | 176 |
| Figura 17: Ambiente de produção – setor de modelagem, fábrica da Empresária 9 | 177 |
| Figura 18: Ambiente de produção – setor de costura, fábrica do Empresário 10 | 179 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 01: Caracterização das entrevistas da Etapa Exploratória da Pesquisa | 39 |
| Quadro 02: Caracterização das entrevistas da Etapa de Finalização da Pesquisa | 40 |
| Quadro 03: Origem e histórico familiar | 46 |
| Quadro 04: Início das atividades profissionais | 58 |
| Quadro 05: Formação | 67 |
| Quadro 06: Como trocou o trabalho pelo empreendedorismo | 79 |
| Quadro 07: Os usos do trabalho para edificar os empreendimentos | 121 |
| Quadro 08: O negócio atualmente (2014-2015) | 143 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 O contexto | 16 |
| 1.2 A pesquisa | 22 |
| 2 METODOLOGIA DA PESQUISA | 31 |
| 2.1 Escolhas teóricas da pesquisa | 31 |
| 2.2 Perfil metodológico da pesquisa | 36 |
| 2.3 Procedimentos técnicos da coleta de dados | 37 |
| 2.4 Forma de análise dos dados | 42 |
| 3 O PONTO DE PARTIDA DAS TRAJETÓRIAS – A SULANCA | 44 |
| 3.1 Origem e histórico familiar | 45 |
| 3.2 Início das atividades profissionais | 58 |
| 3.3 Formação | 66 |
| 3.4 Heranças e posições no campo e na atividade produtiva | 69 |
| 4 DA CONDIÇÃO DE TRABALHADOR À CONDIÇÃO DE EMPRESÁRIO | 76 |
| 4.1 Como trocou o trabalho pelo empreendedorismo | 78 |
| 4.1.1 <i>Demonstrativo individual de trajetórias</i> | 86 |
| 5 OS USOS DO TRABALHO PELOS EMPRESÁRIOS PARA EDIFICAR SEUS EMPREENDIMENTOS | 117 |
| 5.1 Mapeamento individual dos usos do trabalho | 124 |
| 5.2 O trabalho como elemento de consolidação da posição de empresário | 131 |
| 6 A ORGANIZAÇÃO ATUAL DO TRABALHO NAS FÁBRICAS | 140 |
| 6.1 O negócio atualmente (2014-2015) | 140 |
| 6.2 A organização do trabalho nas fábricas | 149 |

| | |
|---|-----|
| <i>6.2.1 Demonstrativo individual da organização do trabalho nas fábricas</i> | 150 |
| 6.3 O sentido do trabalho para os empresários do Polo | 183 |
| 7 CONCLUSÃO | 185 |
| REFERÊNCIAS | 196 |
| APÊNDICES | 205 |
| Apêndice 1: Roteiro de Entrevista Inicial | 205 |
| Apêndice 2: Roteiro de Entrevista Final | 206 |

1 INTRODUÇÃO

A diversidade nas formas de trabalhar não foi eliminada com a expansão do sistema capitalista no mundo, disseminando a produção industrial e seus modelos racionais de organização do trabalho. Da Revolução Industrial à Globalização, o trabalho no ambiente fabril sofreu vários aperfeiçoamentos, mas não uma homogeneização completa na sua realização.

Reforça essa constatação, um roteiro clássico da Sociologia do Trabalho que afirmou serem as *coletividades de trabalho* o objeto de tal ciência. Tanto as coletividades industriais quanto as não industriais, pois o trabalho não poderia ser um fim em si mesmo e não seria possível separa-lo do seu contexto cultural. Afirmou-se também que as coletividades de trabalho envolvem o trabalhador dentro e fora do ambiente produtivo, fazendo com que o trabalho tanto fosse vivido de forma subjetiva quanto submetido às normas da sociedade (FRIEDMANN; NAVILLE, 1973).

Na modernidade, os processos abrangentes do capitalismo industrial são tidos como inevitáveis, como defendeu Braverman (1987), ao colocar que permeia diversas áreas de produção/trabalho, tornando-se o principal componente da socialização de novas gerações, interferindo no conhecimento produzido e nos métodos de seleção, adiestramento e motivação dos trabalhadores. De acordo com Harvey (1992), esse caráter abrangente do capitalismo resulta em transformações radicais nos processos de trabalho, hábitos de consumo, espaços geográficos e geopolíticos, poderes e práticas do Estado.

Apesar dessa influência massificadora do capitalismo, a diversidade nas formas de trabalhar permaneceu ativa, aparecendo como característica constitutiva dos processos de produção instituídos nas nações envolvidas. Exemplo disso, é a postura de Grint (1998, p.25) ao observar o trabalho em sociedades industrializadas após as nações industriais. Percebendo que a realização do trabalho está profundamente atrelada à cultura, afirmou que o trabalho “proporciona simultaneamente identidade e recompensa material, e facilita a reprodução das obrigações rituais e sociais”.

Decorrente desse raciocínio, acatou-se a hipótese de que há uma interação significativa entre duas categorias nos países em desenvolvimento (ou terceiro mundo, ou periférico, ou subdesenvolvido): o capitalismo industrial e a constituição sociocultural dos países. Esta, como elemento local, específico e diferenciador, perante o sistema de

caráter internacional. Tal interação aconteceria de forma dialética, nem sempre igualitária, resultando numa terceira categoria: a diversidade nas formas de trabalhar relativa à produção industrial, aqui referida como configurações do trabalho.

Observando-se a realização adaptada, diferenciada ou subjetiva das atividades de trabalho, mais do que ressaltar as peculiaridades, abre-se a perspectiva de compreensão de como o sistema capitalista molda-se nas culturas locais. O esforço pretendido ao enfatizar esta interação, é desfazer a aparência de que somente o sistema é capaz de imprimir sua marca, não sofrendo reações recíprocas, ao adentrar em diferentes nações.

Assim, toma-se como premissa que o sistema capitalista ao imprimir suas marcas também sofre reações, quando integrado a ambientes socioculturais diversos, ocasionando a formação de estilos produtivos específicos e conferindo à realização do trabalho uma grande variação de possibilidades. Por isso, não se deve apostar exclusivamente na homogeneidade das formas de trabalho, mais viável seria considerar a adaptação de elementos próprios do capitalismo¹ às relações de produção em diferentes culturas.

No Brasil, seja nas capitais ou no interior, as configurações do trabalho se apresentam através de condições difíceis, registradas em diversos estudos que apontam altos índices de desemprego, baixos índices de qualificação profissional e formação escolar básica, crescimento da informalidade perante a limitada absorção de mão de obra pela indústria, desmonte dos direitos trabalhistas, efeitos da reestruturação produtiva, encolhimento da ação dos sindicatos e, recentemente, questionamentos sobre os rumos do desenvolvimento praticado em nosso país (CACCIAMALI, 1982; LEITE, 2000; BARBOSA & MORETTO, 1998; POCHMANN, 2001; ANTUNES, 2005; VÉRAS DE OLIVEIRA, GOMES & TARGINO, 2011).

Todos esses estudos e outros mais que se possa somar à visão crítica do trabalho, constituem um conjunto de esforços para expor, denunciar e fazer refletir sobre os desdobramentos do sistema capitalista na nossa constituição sociocultural. Os desdobramentos são retratados nos desafios a que são submetidos os trabalhadores brasileiros, independente da região a que pertençam. Quando os estudos se dirigem às peculiaridades regionais, em essência, não apresentam grande variação em termos de problemas, inovam os registros com desafios e formas particulares de precariedade do

¹ Propriedade privada, mercadoria, lucro, comércio, circulação, mercado, comércio exterior, divisão do trabalho, trabalhadores, exploração, mais-valia, etc (MARX,

trabalho², fruto das especificidades regionais, estaduais, rurais ou qualquer outra delimitação geográfica.

Importa considerar que há um esforço contínuo em analisar os formatos do trabalho no Brasil, para refletir sobre as atividades produtivas, suas relações de trabalho e as ações políticas que caracterizam historicamente a realidade nacional. Perante a situação, faz todo sentido o apelo presente no dossiê “Trabalho e Desenvolvimento: um debate atual? ”, que nos instiga a continuar labutando para produzir conhecimento sobre os formatos do trabalho em nosso país, tendo em vista refinar o entendimento de seus alcances, limitações e redefinições.

Uma das questões mais importantes do debate contemporâneo sobre o trabalho tem sido a demanda por explicações teóricas e por pesquisas empíricas mais consistentes acerca de sua manifestação em países com situações permanentes de pobreza e déficit de cidadania. Discutir o trabalho nessa perspectiva requer uma ampliação dos horizontes de investigação, uma revisão de conceitos clássicos e uma abertura de novas frentes de reflexão. (VÉRAS DE OLIVEIRA; RAMALHO, 2013, p. 211).

Refinar o entendimento pressupõe compreender como as configurações do trabalho se apresentam em diferentes campos produtivos. Sejam em nações ou suas regiões, não podem ser compreendidas apenas por aspectos econômicos, em virtude de se produzir interpretações limitadas frente às peculiaridades históricas, sociais e culturais que ali se apresentam. A compreensão deve se pautar no fato de que a expansão da industrialização é rica em diversidades de todos os tipos. E é necessário mapear as diversidades, para verificar os desdobramentos do sistema capitalista entrelaçado à constituição sociocultural dos territórios em que ele incide.

Como constituição sociocultural podemos considerar um conjunto de elementos diversos, similares aos estabelecidos na teoria interpretativa da cultura, de Geertz (1978): história, espaço geográfico, crenças, costumes, estrutura social, relações políticas, atividades econômicas, simbolismos e as ações das pessoas. A interseção entre tais elementos compõe um conjunto formado pelas especificidades de cada um, tanto quanto, pela interferência mútua e contínua entre eles. Interferências que não são apenas

² Precariedade do trabalho, de acordo com Leite (2011, p.31): concerne a determinadas formas de inserção ocupacional que ficam aquém dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora; não carrega consigo a ideia de deterioração ou perda.

sincrônicas, mas de largo alcance histórico, transmitidas por gerações, forjando modos de sociabilidade, de produzir e de exercer o trabalho, que dão sentido e regulam a convivência social.

Sendo assim, para compreender as formas como o trabalho fabril se apresenta na realidade brasileira, seja no âmbito nacional ou regional, é necessário rever como se deu no país a interação entre o capitalismo industrial e a constituição sociocultural local, remetidos ao processo nacional de industrialização.

1.1 O contexto

Em um país grande e diverso como o Brasil, o que pode parecer um campo uníssono, representado por uma forma típica de ser, de produzir e de trabalhar não corresponde a um bloco homogêneo, resulta de uma heterogeneidade cultural dinâmica, intrínseca à forma como a industrialização aconteceu aqui. Numa perspectiva sócio histórica, a produção industrial e o trabalho fabril no Brasil, desde seu início, se apresentaram problemáticos. “A industrialização no Brasil deve ser encarada como uma configuração histórico-econômica e social complexa, permeada de tensões, contradições e desajustamentos sociais entre as tradições locais e a expansão do processo de civilização urbano-industrial” (IANNI, 1963, p.17-18).

As tensões, contradições e desajustamentos entre as tradições locais e o processo de civilização urbano-industrial no Brasil, decorrem da posição ocupada pelo país no cenário produtivo internacional e dos desdobramentos dessa posição sobre sua constituição sociocultural. De acordo com Kowarick (1977), o Brasil foi classificado quanto à sua inserção no cenário do capitalismo industrial como dependente. Necessário lembrar que a condição de dependência não representa uma distorção do sistema, mas uma forma possível de sua manifestação e foi esta que prevaleceu historicamente, considerando “o caráter abrupto e parcial com que o capital estrangeiro monopolista penetrou nas sociedades latino-americanas” (KOWARICK, 1977, p.77).

No Brasil, de acordo com Fernandes (1972), essa dependência se formou através de três elementos: heteronomia essencial, ausência de autossuficiência econômica e autonomia limitada.

Em síntese, Fernandes (1972) afirma que a condição heteronômica adveio da condição de país colonizado. Tornou-se essencial, primeiro, em função do tipo de colonização praticado, cujo direcionamento foi para exploração e abastecimento das metrópoles dominantes e, segundo, por sua contínua dependência econômica e tecnológica em relação às metrópoles, mesmo depois de tornar-se independente e constituir-se como república. A ausência de autossuficiência econômica decorreu da formação de uma economia nacional que não desfez a condição colonial, tornando-a permanente, apresentando-se instável e mutável em função das exigências do mercado externo e da receptação imposta da produção industrial. A autonomia limitada decorreu dos dois elementos anteriores, das suas implicações no cenário interno e do comprometimento político nacional com os interesses econômicos externos.

Como resultado da ação desses três elementos, a condição de dependência, em termos de desenvolvimento, não propiciou “a identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, passando a concentra-la em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento” (FURTADO, 1966, p.90). Disso decorreu uma outra condição, a de subdesenvolvimento, por não criar uma estrutura possível de reter na nação um montante de acumulação e de não propiciar desenvolvimento tecnológico que levasse o país a uma inserção no capitalismo, apoiada no desenvolvimento das forças produtivas e na democratização do consumo. Portanto, a situação que se instituiu foi uma “síndrome de tendência à concentração de renda” (FURTADO, 1966, p.25).

A posição do Brasil no cenário produtivo internacional afetou sua estrutura socioeconômica. A condição de subdesenvolvimento e a tendência à concentração de renda se revelaram como elementos estruturais, já existindo desde o período do capitalismo comercial, quando o Brasil foi colônia (séculos XVI-XVIII). Tal condição permaneceu regendo as atividades produtivas, mesmo com o incremento da urbanização e o advento dos primeiros surtos industriais, ao final do século XIX. Na visão de Fernandes (1972), a passagem de um capitalismo a outro, do comercial ao industrial, não se deu no Brasil por uma necessidade interna de superar as limitações produtivas, mas pela imposição de um novo estilo produtivo, uma “transferência das atividades

econômicas e do estilo de vida das nações europeias para as nações emergentes” (FERNANDES, 1972, p.45).

No início do século XX, o crescimento das atividades industriais no Brasil desencadeou internamente um confronto estrutural: a disputa pelo poder entre o grupo que defendia a industrialização como forma dominante de produção e o setor agrário-exportador, representados pelos latifundiários ligados ao comércio exterior. O ápice desse confronto se projetou na Revolução de 1930. Na visão de Ianni (1963), a Revolução foi marcada por lutas entre uma nova e uma velha ordem, na qual as populações urbanas (militares, industriais, classe média e proletários) representavam a nova ordem, defendiam a industrialização como motor do desenvolvimento, objetivavam redefinir a estrutura de poder e destituir a supremacia da velha ordem (latifundiários da produção agrário-exportadora). Embora não tenham conseguido destituir de todo a supremacia da velha ordem, a burguesia industrial assumiu o poder e propiciou diversas transformações que favoreceram a vida urbana, tais como: liberalização de instituições econômicas, racionalização das condições de produção na empresa e nas atividades do Estado, criação da legislação trabalhista, expansão das redes escolares e criação das universidades.

Contudo, é preciso esclarecer que as transformações e a modernidade instaurada não beneficiaram a todos. O progresso trazido pela produção industrial nas décadas subsequentes (1940 e 1950), ficou restrito geograficamente à esfera da produção cafeeira, concentrando o desenvolvimento na região Sudeste. Neste caso, não havia apenas concentração de renda, se passou à concentração produtiva. Em decorrência, instalou-se no país um quadro de disparidade regional, focado nas duas principais regiões produtoras: o Sudeste, tornado próspero pela economia cafeeira, pela expansão industrial em São Paulo e por sediar o governo central, aparecia como símbolo da modernidade e opunha-se ao Nordeste, representado pelo tradicionalismo, por ainda permanecer mergulhado nos resquícios da produção agrário-exportadora, sob a lógica do poder patriarcal e oligárquico, cidadania precária e pouco desenvolvimento econômico (MORAES, 2003).

Porém, a disparidade entre as regiões não se deveu ao sucesso de uma e à incapacidade da outra. Na verdade, constituía os dois lados de um mesmo processo, o processo de concentração produtiva e de acumulação de capital numa só região, levando as outras ao subdesenvolvimento, não apenas o Nordeste. Cabe nessa situação os esclarecimentos trazidos por Oliveira, ao colocar que no Brasil:

O moderno e o tradicional não se opõem, se completam. O moderno cresce e se alimenta da existência do tradicional e essa relação é profundamente dialética num crescimento que se dá por concentração. [...] A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo. (OLIVEIRA, 1987, p. 32)

Marini (1971, p.4) apontou que de 1955 a 1961 agravou-se o quadro desta disparidade com a entrada maciça de capital e tecnologia estrangeiros no Brasil, “fato que não poderia deixar de influenciar o equilíbrio social e político existente”. Esse aprofundamento da condição de dependência foi resultado do abandono da política nacionalista de Vargas em função do desenvolvimento associado praticado por JK. Um dos agravantes foi o reforço à tradição da grande empresa rural, deixando os pequenos trabalhadores rurais em situação de miséria, principalmente no Nordeste. A industrialização no campo foi “fonte de desemprego, forçando o trabalhador rural a fugir para as cidades e provocando o aviltamento dos salários urbanos, pelo aumento da oferta de mão de obra” (MARINI, 1971, p.6).

É inegável a influência que todo esse contexto de disparidades exerceu sobre as formas de trabalho instituídas no Nordeste, que já se apresentavam problemáticas desde a época colonial, por conta do regime escravista. Com o advento da industrialização no Sudeste, os trabalhadores nordestinos padeceram sob uma exclusão estrutural que os incapacitava histórica e socialmente de evoluir como força produtiva dentro da sua região, uma vez que o desenvolvimento estava centrado no Sudeste. Foi justamente a partir dessa conjuntura que Barbosa (2008) diagnosticou:

Se o mercado de trabalho nessa região foi enxertado a partir de uma sequência de surtos industriais pré-1930, demonstrando uma complexidade e uma diversidade não existente em grande parte do país, é forçoso ressaltar que no Nordeste, por exemplo, nesse período, apoiado em relações não capitalistas e extra mercado, tanto no campo como na cidade, o mercado de trabalho mostrou-se abortado, localizando-se quanto muito, na superfície, enquistado numa estrutura social em que a não absorção de mão de obra era estrutural e congênita (BARBOSA, 2008, p.18)

Perante os efeitos do desenvolvimento centralizado e de um mercado de trabalho “abortado”, as migrações foram estimuladas como possibilidade viável de sobrevivência. Assim, o Nordeste participou do projeto de integração nacional, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, como fonte de mão de obra barata, tendo sua posição demarcada como periférica (GUIMARÃES NETO; BRANDÃO, 2009).

Essa breve narrativa evidencia os elementos estruturantes sob os quais foi erigido o desenvolvimento centralizado no Brasil, demarcando a posição da região Nordeste. Porém, a conjuntura por si só não é suficiente para monitorar as configurações do trabalho. É necessário considerar que as configurações do trabalho não existem por si próprias, são personificadas e para entender como se formam e se concretizam, é preciso destacar as ações e expressões dos agentes sociais. Estes, dentro de suas possibilidades e limitações, tanto assimilam quanto redefinem essa carga social.

Vejamos a partir daqui, especificamente, a situação dos trabalhadores nordestinos.

No contexto das migrações, o trabalhador nordestino geralmente era oriundo da zona rural e/ou do interior e ao se transferir para um grande centro urbano como São Paulo, participava do emprego industrial de forma marginal, por ser semiqualficado ou não possuir qualificação profissional. Segundo Lopes (2008), a trajetória era instável, resultando em constantes mudanças de um ramo industrial para outro, mudavam da indústria para o comércio e ainda para atividades marginais, como a de ambulantes. Eles não tinham o intuito de ficar em São Paulo, mas de juntar economias e retornar a sua terra.

Além da migração para São Paulo, havia a migração dentro da região Nordeste, principalmente, para as duas capitais que tinham expressividade nas atividades industriais: Recife e Salvador. Ali, também havia pouca absorção do trabalhador oriundo da zona rural e/ou do interior. Quando muito, os jovens eram absorvidos nos serviços de apoio, poucos faziam parte de uma certa “aristocracia operária”, normalmente, eram “empurrados” para o comércio e para as atividades informais (OLIVEIRA, 2003, p.58).

Contudo, os trabalhadores nordestinos, mesmo sofrendo o impacto de dificuldades estruturais, não se posicionaram perante tais problemas de forma submissa, apolítica ou ingênua. Nada disso! Ao longo do processo de desenvolvimento industrial iniciado na década de 1940 e continuado nas duas décadas seguintes, tanto desenvolveram formas de resistência quanto estratégias de sobrevivência. Em ambos os casos, a busca por justiça social, conquista de direitos, preservação da sua cultura e desejo de prosperidade se fizeram presentes em suas ações.

Como formas de resistência, vinculadas à produção industrial paulista, são registradas atividades de quem conseguiu permanecer na fábrica e de quem precisou trabalhar nas ruas. O trabalhador nordestino que permaneceu na fábrica, frente à pressão para assimilar as normas racionais e individualistas da produção industrial, padecendo

sob a ausência de qualificação profissional, apostou na criação de grupos informais, instituídos a partir de laços de parentesco e/ou afinidade regional. Nesses grupos, criaram uma solidariedade aparentemente vaga quanto às questões sindicais, porém, efetivas quanto a acordos entre os próprios trabalhadores para diminuir o ritmo de produtividade, “amarrar a produção”, justificando o pagamento de horas extras. Também se inclui nesse modo, a provocação de demissões para receber indenizações trabalhistas com vistas a voltar para sua região ou permanecer na cidade grande, apostando em ter algum negócio no comércio, principalmente, no comércio informal (LOPES, 2008).

Para aqueles que não permaneceram na fábrica ou optaram por trabalhar nas ruas, registra-se a recriação de atividades de economia urbana, através do comércio e dos serviços informais, ligados aos setores industriais modernos. Os trabalhadores apostaram nos setores de revenda, assistência técnica, postos de venda, transportes, comunicações, infraestrutura urbana básica e atividades de apoio à administração (CACCIAMALI, 1982). Claro que em ambas situações, na fábrica ou nas ruas, as atividades não foram exercidas exclusivamente por trabalhadores nordestinos, mas sua participação nelas teve considerável expressão.

Como formas de resistência no Nordeste, podemos destacar as Ligas Camponesas, os Movimentos pelas Reformas de Base, reivindicações trabalhistas, movimentos de apoio à Revolução Cubana, Movimentos de Base da Igreja Católica e a presença do Partido Comunista no campo (GUIMARÃES NETO, 1997). O estado de Pernambuco foi um dos que mais participou desses movimentos, destacando-se as reivindicações do Sindicato de Ofícios Vários (DOMINGUES, 2000), as Ligas Camponesas no Agreste, o crescimento dos movimentos sociais de trabalhadores rurais no Sertão frente à ineficiência da política governamental de combate à seca (GUIMARÃES NETO; BRANDÃO, 2009) e o aumento de reclamações trabalhistas através do Sindicato de Trabalhadores da Indústria Têxtil de Fiação e Tecelagem do Recife (VAREJÃO, 2011).

Em termos de estratégia de sobrevivência, ainda tomando como exemplo o estado de Pernambuco, merece destaque o caso do Agreste. Nesse estado, como em outros da região, o desenvolvimento ficou restrito às capitais, o interior amargou uma situação de entropia econômica e social. Foi através dos trabalhadores que permaneceram no Agreste pernambucano, com seus precários ganhos das atividades da agricultura de subsistência, que novas alternativas foram sendo desenvolvidas. Entre elas, a produção e o comércio de confecções denominado Sulanca, que veio demonstrar o potencial criativo, empreendedor e determinado de suas ações.

Segundo Silva (2009), o início da Sulanca remonta ao intervalo entre os anos 1940 e 1950, quando os agricultores que comercializavam seus excedentes em Recife, traziam de lá para o interior retalhos de tecidos, destinados ao suprimento das necessidades locais de vestimenta. Foi da produção de confecções com esses retalhos que se formou a Sulanca, com pontos de vendas específicos em todo estado. Vêras de Oliveira (2013), descreve que esse tipo de produção foi erigido à margem do processo nacional de industrialização, desprovido do alcance de políticas públicas, sem conhecimento especializado, numa região de seca e conduzido por trabalhadores de baixa renda, vinculados a atividades rurais.

Assim nasceu a produção de confecções no Agreste de Pernambuco, mesclando a lógica do capitalismo industrial, condições precárias de trabalho resultantes do contexto descrito, as tradições locais e a ação dos agentes sociais. Da imbricação desses elementos e dos seus desdobramentos surgiu o segundo maior polo produtivo de confecções do Brasil: o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco.

É a produção de confecções no Agreste de Pernambuco que se toma como objeto de investigação desta pesquisa, cuja descrição e análise, além de exemplificar a variação de configurações que o trabalho pode assumir na região Nordeste, coloca em evidência a importância do trabalho na edificação, evolução e consolidação do empreendimento.

1.2 A pesquisa

Frente às inúmeras possibilidades de configurações do trabalho que existem na riqueza da diversidade brasileira, é preciso esclarecer que não é possível desvendar a profusão das formas de exercer o trabalho em um vasto território de uma só vez. Essa é uma intenção que se realiza em múltiplas e sucessivas abordagens. Por isso, a abordagem desta pesquisa tem como primeira delimitação, voltar-se às configurações do trabalho presentes no Nordeste, região que agrega importâncias ímpares na história e no desenvolvimento do país.

O Nordeste é considerado o espaço da gênese do Brasil, ao ser “descoberto”. Foi palco do primeiro sistema produtivo em larga escala – a produção açucareira, participou

ativamente na formação da mão de obra nacional através das figuras do escravo liberto e do roceiro livre e, sobretudo, porque o trabalhador nordestino foi elemento-chave na edificação do Brasil urbano, destacadamente na região Sudeste. O Nordeste padeceu sob uma conjuntura de dificuldades e miséria social desde que perdeu sua hegemonia produtiva, no início do século XVIII, adquirindo conotação de falência, tal qual narra Albuquerque Junior (2011, p. 95): “O passado aparece em toda a sua alegria de redescoberta, para, ao mesmo tempo, provocar a consciência triste do seu passar, do seu fim”. A região teve seu desenvolvimento negligenciado, em função do desenvolvimento industrial centrado no Sudeste a partir de meados do século XX, até começar a reagir economicamente na década de 1980.

Dentro da região Nordeste, a abordagem tem sua segunda delimitação, direcionada para o estado de Pernambuco, em função da vivência de experiências produtivas opostas, ligadas à cadeia produtiva têxtil. A primeira experiência diz respeito à participação do estado no processo de expansão nacional da industrialização. Pernambuco iniciou suas atividades na cadeia produtiva têxtil fornecendo algodão para a indústria têxtil inglesa, entre fins do século XIX e início do século XX. Após perder este posto para a concorrência norte-americana, passou a utilizar sua produção algodoeira na sustentação de um parque industrial de produção têxtil em Recife e seus arredores, permanecendo líder no mercado nacional até a década de 1970 (VERAS DA SILVA, 1980).

A segunda experiência diz respeito à produção de confecções desenvolvida no Agreste do estado, sem incentivos governamentais, a partir da ação dos trabalhadores de baixa renda e do meio rural. Esta segunda experiência se tornou mais atrativa para pesquisar porque a produção e o comércio de confecções denominado Sulanca, realizados à base do improvisado e da informalidade, à medida que se expandiu, veio provar o improvável: desenvolvimento industrial e comercial, de projeção nacional, construído por pessoas em situação de abandono e pobreza, tendo no trabalho seu principal instrumento de ação. Em sua versão moderna, conforme Vêras de Oliveira (2013), o aglomerado de cidades envolvidos na produção de confecções recebeu, a partir dos anos 2000, o nome de Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco.

O Polo é caracterizado como um território produtivo que vem chamando atenção por sua expressividade econômica, cujo PIB em 2012 correspondeu a 3,5 bilhões de reais, agregando mais de 20 cidades em sua composição e envolvendo cerca de 100 mil pessoas

na produção de confecções, distribuídas em empregos formais e informais. A concentração produtiva de confecções iniciou-se na década de 1950, em função da Feira da Sulanca e, a partir da década de 1980, passou a ser considerado polo produtivo, em 2002 veio a denominação de Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco (SEBRAE, 2013).

Figura 1: Localização espacial do Agreste de Pernambuco, onde fica o Polo de Confecções



Fonte: <https://www.google.com.br/search?hl=ptBR&site=img&tbm=isch&source=hp&biw=1366&bih=667&q=agreste+pernambuco>

Este campo é representado pelas três principais cidades produtoras: Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, denominadas pelo Estudo de Caracterização Econômica (SEBRAE, 2013) de *idades-núcleo*, por abrigarem 77% do total estimado de unidades produtivas (18.803), em dez municípios pesquisados no Agreste de Pernambuco. No Polo predominam dois tipos de unidades produtivas: as empresas e os empreendimentos complementares ou facções. São diferenciadas basicamente por sua atuação no processo produtivo.

Empresa é a unidade produtiva que produz confecções, entendidas como peças de vestuário, na forma de produtos finais. Algumas empresas executam todas as etapas e fabricam todos os componentes de seus produtos finais; outras subcontratam algumas dessas etapas. Empreendimento complementar (ou facção) é a unidade produtiva que desempenha tarefas que correspondam a etapas do processo produtivo de confecções (SEBRAE, 2013, p.26).

Do total de 18.803 unidades produtivas estimadas em 2012, 15.138 eram informais, subdividindo-se em 8.060 facções e 7.078 são fabricos e fabricas. As unidades produtivas formais, as empresas, correspondiam à cifra de 3.665 empreendimentos (SEBRAE, 2013). Mas, apesar das empresas formais se expressarem em menor número, isso não implica numa importância produtiva menor, pois “as empresas comandam, as facções obedecem; as empresas têm o horizonte de expansão atrelado a um mercado, em princípio infinito, os empreendimentos complementares crescerão apenas na medida em que crescerem as empresas às quais elas servem” (SEBRAE, 2013, p.41).

Ao abordar o Polo, o intento é compreender as configurações do trabalho que movem a produção e o comércio de confecções. Pois, observar como o trabalho se realiza é observar como as pessoas se organizam socialmente. Portanto, a relação que se evidencia é que o trabalho representa o campo e entender o campo requer compreender as configurações de trabalho que ali se formaram.

O termo configurações do trabalho é um termo difícil de se tornar preciso em função de sua abrangência. O que seriam configurações do trabalho? Tem-se, a princípio, o significado vernacular da palavra configuração concernente a: “forma, aspecto, conformação, posição” (FERREIRA, 1988, p.169), porém, um significado restrito, para pensar a diversidade nas formas do trabalho fabril.

Recorrendo a estudos específicos sobre trabalho na atualidade, dois artigos utilizam o termo configurações do trabalho com significados variados, porém afins em sua conotação. O primeiro deles, vincula configurações do trabalho à morfologia do trabalho, sentidos do trabalho, expressões do trabalho, tendências ou resultados das transformações ocorridas no trabalho, condições de trabalho, reorganização do trabalho (SEIXAS, 2012); o segundo, vincula configurações do trabalho a variações ou mudanças para aumentar as formas de exploração do trabalho, diferentes sentidos do trabalho de acordo com a complexidade da sociedade, condições de trabalho marcadas pela desproteção trabalhista, formas de trabalho surgidas a partir da reestruturação produtiva e da precarização das condições de trabalho (MENESES; MATIAS, 2015).

Nos dois artigos prevalece a ideia que configurações do trabalho são formas ou condições de trabalho difíceis, implicando em situações de trabalhadores que padecem sob a ausência de direitos e de proteção legal, submetidos ao exercício informal do trabalho e/ou fora da abrangência do trabalho regulamentado, mesmo após a existência da Consolidação das Leis do Trabalho no país. Portanto, quando se utiliza o termo

configurações do trabalho nesta pesquisa, é em referência às diferentes formas do trabalho ser realizado, em sua maioria desprovidas de direitos e sem proteção, num panorama socioeconômico precário. Acrescente-se a este sentido, o trabalho vinculado à produção fabril de confecções.

É um significado pertinente à situação que se deseja compreender nesta pesquisa, tendo em vista o contexto histórico das condições de trabalho no Nordeste, suas formas de resistência e estratégias de sobrevivência, especialmente, o caso do Agreste pernambucano. Neste campo, não cabe é verdade, considerar como preponderante os efeitos da reestruturação produtiva, mas, ao se tratar de configurações do trabalho no Polo de Confecções de Pernambuco, a situação remete-se, sem dúvidas, ao trabalho precário³ e marginalizado, em função da forma como surgiu a produção de confecções no local.

Considerando a existência de outros estudos sobre o Polo e suas unidades produtivas⁴, e também os limites impostos em toda pesquisa, foi necessária uma terceira delimitação, através da qual fosse possível produzir explicações sobre o campo, a partir das configurações do trabalho ali existentes. A construção do recorte da pesquisa foi um processo que se iniciou inspirado em estudos existentes sobre o Polo e, a princípio, pretendia compreender as configurações do trabalho através da relação formal-informal, típica do seu processo produtivo, tomando como foco as estratégias adotadas nas fábricas para lidar com a mão de obra oriunda da produção informal.

Contudo, a partir da primeira etapa da pesquisa de campo, denominada Etapa Exploratória da Pesquisa, realizada com empresários⁵, donos de empresas formais de pequeno porte, no período de dezembro/2014 e março/2015, nas duas maiores cidades-núcleo do Polo (Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru), questionando os desafios enfrentados na gestão da empresa e da mão de obra disponível, foi possível ver que o universo dos empresários guardava importantes informações sobre a dinâmica do trabalho local. As narrativas dos empresários despertaram atenção pelas peculiaridades de suas trajetórias, cuja síntese é terem se firmado no cenário produtivo experimentando

³ Trabalho precário, conforme Leite (2011, p.32): toda forma de trabalho que se distingue do paradigma do emprego homogêneo e estável que vigorou nos países centrais até os anos de 1970.

⁴ Ver dissertações e teses produzidas, a partir do ano de 2009, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG e estudos realizados pelo grupo de estudos Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas – TDEPP/UFCG, <https://sites.google.com/site/gptrabalhoufcg>.

⁵ No sentido de produzir integralmente seus produtos (ou sua maior parte) e também comercializa-los.

condições sociais e de trabalho diversas: num primeiro momento desempenharam atividades como trabalhadores e depois tornaram-se empresários.

Em suas narrativas, os empresários declararam atuar no ramo de confecções num período entre 12 há 20 anos. Sobre o início de suas trajetórias, contaram que começaram a trabalhar muito cedo na vida, ainda quando crianças, ajudando os pais ou familiares em atividades ligadas à produção de confecções ou atividades complementares da renda familiar. Partiram desse começo difícil e utilizaram o trabalho e a determinação como meios de enfrentar outras tantas dificuldades, até se estabilizarem como empresários. Observaram que é comum no Polo o fato de muitos tentarem ter seu próprio negócio, embora nem todos consigam se estabelecer. Nessa dinâmica, vários deles, após experiências frustradas, voltam à condição de trabalhador e outros se estabelecem como prestadores de serviços às empresas produtoras de confecções.

Em função das suas trajetórias, os empresários se revelaram como um dos principais suportes na compreensão das configurações do trabalho no Polo, considerando que suas atuações se deram no decorrer do período que envolve a expansão da Sulanca e a formação do Polo (1980-2000). Atualmente, nestes primeiros quinze anos do século XXI, envolvem em suas atividades a maior parte dos agentes sociais presentes no local e vêm contribuindo para redimensionar o exercício do trabalho no ambiente fabril.

A partir dessa construção do recorte da pesquisa e da análise do contexto histórico apresentado, o foco da pesquisa se ampliou para investigar a trajetória dos empresários, tendo como questão norteadora: Quais configurações do trabalho podem ser apreendidas através das trajetórias dos empresários no Polo de Confecções de Pernambuco?

A pesquisa tem como Objetivo Geral: Analisar trajetórias de empresários formais e atuantes, para apreender em suas narrativas a formação e reprodução de configurações do trabalho no Polo de Confecções de Pernambuco.

Decorrentes desta meta, são Objetivos Específicos:

- Contextualizar o ponto de partida da trajetória dos empresários: o trabalho precário e a produção da Sulanca;
- Registrar as estratégias criadas para sair da condição de trabalhador;
- Destacar os usos do trabalho pelos empresários para edificar seus empreendimentos;

- Apreender como os empresários organizam o trabalho em suas fábricas, redimensionando a organização do trabalho fabril local;
- Observar a evolução dos sentidos do trabalho nas narrativas, comparando a postura de trabalhador e a postura de empresário;
- Apresentar uma síntese sobre as configurações do trabalho no Polo a partir das trajetórias dos empresários.

O estudo em questão justifica-se teoricamente por produzir conhecimento válido sobre a formação e reprodução de configurações do trabalho no Polo de Confeções de Pernambuco. Neste processo, ressalta-se como as configurações do trabalho contribuíram para propiciar a transformação de trabalhadores em empresários e, na atualidade, como tratam de redimensionar o trabalho na produção fabril local. Sendo assim, a pesquisa considera que a compreensão das múltiplas formas que o trabalho apresenta não se efetiva somente pelo registro das condições precárias de trabalho, investe no resgate de outras formas de exercício do trabalho, como as atividades de empreendedorismo, enquanto prova das múltiplas possibilidades que o trabalho assume num determinado campo.

Em termos teóricos, analisar essa mudança permite uma compreensão histórica dos usos do trabalho no local, evidenciando tanto as formas desenvolvidas para vencer a condição de trabalhador quanto as atuais estratégias adotadas para gerir trabalhadores. A maneira como os usos do trabalho se firmaram, vão revelando as configurações que o trabalho assumiu no Polo, precisamente no âmbito da produção de confeções.

A vivência de posições opostas por um mesmo agente social na dinâmica local da produção, foi o meio adotado para revelar como se estruturaram as condições de trabalho vigentes. Num momento da sua vida o agente social em foco pertenceu à condição de trabalhador, sendo subjugado aos critérios/exigências dessa condição, mas não se conformou nela e, utilizando o trabalho, sua criatividade e a percepção da situação, criou estratégias para supera-la e trocou de lado no processo de produção, ascendendo socialmente. Essa ascensão, ao que parece, não foi apenas exemplo, tornou-se modelo a ser seguido por outros trabalhadores. Isso leva a considerar a autonomia e a independência como valores marcantes no Polo – “Existem repetidos casos de pessoas que, depois de trabalhar alguns anos como empregados, partem para montar sua própria unidade produtiva” (SEBRAE, 2013, p. 41).

Em termos práticos, o estudo justifica-se por fornecer o conhecimento produzido para subsidiar políticas públicas de desenvolvimento local, por esclarecer aos próprios empresários que parte dos desafios por eles enfrentados não é uma condição momentânea ou individual, mas histórica e cultural, por eles reproduzida e por eles a ser modificada caso julguem necessário. E ainda, por estimular ações de cooperação entre a universidade presente no local, os empresários e a comunidade envolvida na produção de confecções.

O estudo está disposto nos capítulos que seguem, apresentando primeiro a estrutura da pesquisa, dividida em dois capítulos, respectivamente a Introdução e a Metodologia da Pesquisa. Em seguida, apresenta os demais capítulos de conteúdo descritivo e analítico que seguem a ordem dos objetivos específicos.

A Introdução informa as categorias centrais da pesquisa e a hipótese sobre a relação existente entre elas. Em seguida, faz a ligação dessas categorias com o contexto do desenvolvimento nacional/regional e o campo produtivo que se deseja analisar, para apreender as configurações do trabalho. O campo produtivo é apresentado por uma caracterização histórico-econômica-social e sua correspondente posição perante a região e o país, destacando o fenômeno da produção de confecções. A forma de abordar o campo produtivo nesta pesquisa se expressa nos elementos centrais da pesquisa: questão de pesquisa, objetivos e justificativa. Na Metodologia, tem-se a definição detalhada da estrutura da pesquisa, apresentada em quatro partes: escolhas teóricas da pesquisa, perfil metodológico da pesquisa, procedimentos técnicos da coleta de dados e forma de análise dos dados.

O capítulo 3 – O ponto de partida da trajetória dos empresários: a Sulanca, é o início da apresentação da trajetória dos empresários. A partir de suas memórias em relação aos seus pais, familiares e conhecidos, que já atuavam no campo, fez-se um apanhado histórico sobre a formação da produção e o comércio de confecções denominado Sulanca, destacando como seus elementos estruturais foram apropriados ao longo das décadas por seus agentes sociais, conformando um habitus local que influenciou as gerações subsequentes. Estas, com base em suas heranças sociais, reproduziram as condições de produção, comércio e trabalho acrescentando variações à forma de produzir confecções.

O capítulo 4 – Da condição de trabalhador à condição de empresário, apresenta os registros das estratégias criadas pelos empresários, quando ainda eram trabalhadores, para se tornarem produtores de confecção, a partir de condições precárias e informais de

trabalho, arraigadas às tradições locais. O resultado, além da montagem de condições mínimas para produzir, foi a conquista de uma nova posição na estrutura produtiva. As condições para produzir estão associadas aos usos do trabalho. Estes, foram contemplados no capítulo 5 – Os usos do trabalho para edificar os empreendimentos. Este capítulo completa a abordagem do anterior, privilegiando a observação sobre as variações no uso do trabalho para edificar os empreendimentos e ressalta a profusão das configurações do trabalho que se formaram em torno da produção e do comércio de confecções.

A organização atual do trabalho nas fábricas de confecção é o capítulo 6, que encerra a apresentação das trajetórias. Nele, estão registrados textual e visualmente a organização atual do trabalho nas fábricas dos entrevistados. À medida que a organização do trabalho nas fábricas é apresentada, são apresentadas as redefinições das configurações do trabalho no ambiente fabril, em grande medida redefinidas em relação aos usos do trabalho registrados antes. Também, são expostas as dificuldades em lidar com a mão de obra disponível no Polo. Ao fim, ressalta-se o sentido dado ao trabalho pelos agentes sociais pesquisados, como fundamento de sua troca de condição.

Na Conclusão, conforme previsto nos Objetivos Específicos, procedeu-se a uma síntese sobre as configurações do trabalho no Polo, em torno da produção fabril de confecções, ressaltando a imbricação entre as categorias centrais e específicas da pesquisa.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O desenho da pesquisa está detalhado a seguir, apresentando suas etapas epistemológicas, subdivididas em: escolhas teóricas da pesquisa, perfil metodológico da pesquisa, procedimentos técnicos da coleta de dados e forma de análise dos dados.

2.1 Escolhas teóricas da pesquisa

A construção teórica da pesquisa foi a base para a compreensão do fenômeno estudado, propiciando uma observação sistemática do contexto e das reflexões já construídas sobre ele. Este instrumental corroborou a análise das ações do sujeito pesquisado, mas não diz respeito apenas aos sujeitos, e sim à própria comunidade envolvida.

A construção teórica foi montada a partir da revisão de literatura que se formou em diferentes momentos de reflexão: debates de sala de aula, especialmente, nas disciplinas *Trabalho, ação coletiva e políticas públicas* e *Sociologia do trabalho*⁶; reuniões e palestras promovidas pelos grupos de estudo – TDEPP e LAEPT⁷, participação em seminários (SOBER Nordeste, outubro/2014 e I Seminário ABET Regional Nordeste – novembro/2014), congressos (XIV Encontro Nacional da ABET, setembro/2015) e aprofundamento sobre a bibliografia utilizada.

As escolhas teóricas que dão sustentação às descrições e análises realizadas nesta pesquisa contemplam dois tipos de orientação: uma orientação destina-se a embasar a descrição contextual e a outra destina-se a embasar a análise das ações dos agentes sociais

⁶ A primeira disciplina ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UFCG, em 2013; a segunda ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPB, em 2014.

⁷ TDEPP – op.cit, p.11; LAEPT: Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho – PPGS/UFPB.

investigados. Os dois tipos de orientação teórica são entrelaçados como uma costura, através dos capítulos, esboçando e analisando o objeto de pesquisa.

A orientação teórica referente às descrições contextuais utiliza estudos de cientistas sociais tanto internacionais quanto brasileiros, para dimensionar a interação das duas primeiras categorias teóricas: o capitalismo industrial e a constituição sociocultural. Os cientistas sociais internacionais (Friedman & Naville, Grint, Braverman; Harvey) apresentam abordagens de caráter marxista, ponderando os efeitos da expansão do capitalismo sobre os países que se industrializaram após as nações industriais. Os cientistas sociais brasileiros (Ianni, Kowarick, Furtado, Fernandes, Oliveira, Moraes, Marini, Barbosa, Guimarães Neto, Vêras de Oliveira, etc.) também fazem abordagem marxista, porém, voltadas à adaptação do capitalismo industrial ao ambiente sociocultural brasileiro, evidenciando as condições de trabalho erigidas sob o processo de industrialização, os efeitos da concentração regional, a expansão da informalidade e os desdobramentos de tais condições no Nordeste. Todos apostando no desenvolvimento social como base de suas críticas.

Desenvolvimento social ou social desenvolvimentismo, no sentido atribuído pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2013):

Nesse momento, ganha espaço a questão social e seu papel no desenvolvimento. O desenvolvimento no século XXI requer ações específicas para enfrentar a questão social em suas múltiplas dimensões: distribuição de renda, geração de empregos de qualidade, educação, saúde, transporte público, saneamento, habitação popular, previdência social, pobreza agrária e urbana, etc. (CGEE, 2013: p.20)

A orientação teórica para analisar as narrativas dos agentes sociais investigados e, a partir delas, dimensionar a terceira categoria teórica – configurações de trabalho – categoria central desta pesquisa, optou pela epistemologia sociológica de Pierre Bourdieu. Compreendendo tanto o uso de textos introdutórios ao seu pensamento quanto suas obras pertinentes ao objetivo desta investigação, são elas: O poder simbólico; A economia das trocas simbólicas, A distinção, Razões práticas, O desencantamento do mundo (ou Trabalho e trabalhadores na Argélia) e O senso prático.

Por que epistemologia sociológica e não Sociologia de Pierre Bourdieu?

Primeiro, porque o pensamento de Bourdieu não é exclusivamente sociológico. Se a pretensão desta pesquisa é analisar as configurações de trabalho conjugando vários

elementos como a história, o espaço geográfico, a cultura, a estrutura social, as relações políticas, a economia e a ação dinâmica dos agentes sociais envolvidos, então, quanto mais ampla for a composição da teoria utilizada para compreender o comportamento dos agentes, maiores serão as chances de perceber a interseção entre elementos do capitalismo industrial e a constituição sociocultural do campo investigado.

Por isso, Bourdieu foi o teórico escolhido, pois sua formação que também partilha orientações marxistas, compreende: Filosofia, História da Ciência e da Lógica, Epistemologia, História, Sociologia, Estatística, Etnologia, Linguística e Antropologia (WACQUANT, 2002). A diversidade da composição do pensamento deste autor se equipara à diversidade da vida social, daí sua pertinência em ser utilizado nas pesquisas sociais.

Se o modo de argumentar de Bourdieu é como uma teia, com ramificações, se seus conceitos-chave são relacionais (*habitus*, campo e capital são todos constituídos de feixes, de laços sociais em diferentes estados – personificados, objetivados, institucionalizados – e funcionam muito mais eficazmente uns em relação aos outros), é porque o universo social é constituído dessa maneira, segundo ele (WACQUANT, 2002, p. 102).

Segundo, porque sua marca principal é apostar nunca construção epistemológica que articula dialeticamente agente e sociedade.

A problemática teórica dos escritos de Bourdieu repousa essencialmente sobre a questão da mediação entre o agente social e a sociedade. Por isso, Bourdieu considera o problema dos métodos epistemológicos como uma discussão que oscila entre dois tipos de conhecimentos polares: o objetivismo e a fenomenologia. Enquanto a perspectiva fenomenológica parte da experiência primeira do indivíduo, o objetivismo constrói as relações objetivas que estruturam as práticas individuais. [...] A proposta de Bourdieu para resolver a oscilação entre objetivismo e subjetivismo é articular dialeticamente o ator social e a estrutura social, essa abordagem epistemológica se chama conhecimento praxiológico (ORTIZ, 1983, p. 8-9).

Desde o início desta pesquisa, foi colocado que a compreensão das configurações de trabalho seja nacional, regional ou local, somente podem ser feitas considerando a interação de vários elementos que se resume a agentes e sociedade, para compor reflexões que unam contexto geral e especificidades.

O pensamento de Bourdieu não apenas evita uma abordagem ingênua da trama social, ao unir sociedade e pessoas em constante interdependência, como vai mais além.

Sua epistemologia sociológica não se reduz à questão de destacar a interação entre agentes e sociedade, subjetivismo e objetivismo, mostra que apesar da interdependência as relações sociais são desiguais em termos de posição e posse de determinados poderes (capitais simbólicos), pressupõe relações de poder que não se instituem de forma mágica, senão através dos agentes sociais, de forma consciente ou não – “Bourdieu aceita, pois, a consideração de Marx segundo a qual os homens fazem sua própria história, mas não sabem que a realizam” (ORTIZ, 1983, p.14). Constitui-se, assim, uma abordagem em que o agente social não é apenas condutor das diferenças e desigualdades, mas de todos os elementos que compõem a estrutura social.

Para Bourdieu, a comunicação se dá enquanto interação socialmente estruturada, isto é, os agentes da fala entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. O ouvinte não é o “tu que escuta o outro” como elemento complementar da interação, mas se defronta com o outro numa relação de poder que reproduz a distribuição desigual de poderes agenciados ao nível da sociedade global (ORTIZ, 1983, p. 13).

Some-se a estas razões o fato de sabermos que o motor do comportamento dos agentes sociais são as ideias apreendidas a partir da estrutura social e que encontram expressividade exatamente nas categorias de pensamento que o sujeito conhece, adota como pensamento legítimo e toma como fundamento de suas ações (ORTIZ, 2003). Somente investigando o comportamento do agente social em seu campo de ação é possível desvendar os valores, os símbolos e as estruturas que os personificam – “Para Bourdieu, o exercício da dúvida, a crítica, só pode manifestar-se quando historicizada, localizada num lugar específico produzido pela sociedade e passível de uma leitura sociológica” (ORTIZ, 2003, p.11). No caso de analisar trajetórias, não se tem acesso apenas ao comportamento atual, mas às suas origens, gerando a oportunidade de desvendar o sentido histórico de suas ações.

Terceiro, a noção de campo em Bourdieu delimita um espaço para análise que não perde suas características próprias, não perde seus vínculos com a realidade que o cerca, engata as ações presentes com o curso histórico e não dispensa as ações do agente social como condutor das relações sociais. Wacquant (2002, p.98) se refere à noção de campo como uma ferramenta analítica forjada “designando espaços relativamente autônomos de forças objetivas e lutas padronizadas sobre formas específicas de autoridade, para dar força à estática e reificada noção de estrutura e dota-la de dinamismo

histórico”. Portanto, é uma delimitação consciente para tornar possível a análise de um fenômeno que não se encerra em si próprio.

Quarto, abordar relações de trabalho não é típico deste cientista social, contudo, os conceitos centrais da sua obra como campo, habitus, capital simbólico, disposição, distinção, disputas de poder, entre outros, favorece uma abordagem que não irá limitar a compreensão das configurações de trabalho a fatores econômicos, embora sejam determinantes. Nos mostra a realidade de forma estruturante, quer dizer, dinâmica, relacional, podendo ser alterada, redefinida, pelos agentes sociais, mesmo que permaneçam limitados pela estrutura social. A capacidade de ação e reinvenção da realidade pelos agentes sociais é considerada primordial no entendimento de que a estrutura social não é estática e não paira acima das pessoas, como se fosse um elemento à parte.

Quinto, as práticas e expressões dos agentes sociais, nesta pesquisa, além de ser o viés por onde se resgata as configurações de trabalho, também os coloca como seres atuantes ao invés de vítimas do sistema. Por este ângulo, a tradicional fórmula de denúncia de trabalhadores explorados na produção capitalista, passaria a dividir lugar com a importância das opiniões e ações dos agentes, enquanto fonte de revelação das nuances do sistema produtivo do qual participam e de sua criatividade pessoal, ao elaborar estratégias que conduzam ao próprio reposicionamento dentro do sistema social. Certamente, esse modo de produzir/trabalhar no Polo não foi um milagre e não ocorreu à toa, apenas não condiz com as interpretações tradicionais, por isso, merece uma investigação mais acurada para sua compreensão.

Neste sentido, é possível utilizar o testemunho de Thiry-Cherques ao expor o pensamento de Bourdieu:

A epistemologia de Bourdieu implica, antes de tudo, a objetivação do sujeito objetivante, a autoconsciência, o auto posicionamento. Ele procura se colocar para além dos modelos existentes e da rigidez de qualquer modelo explicativo da vida social. Que se deve procurar o que subjaz a esses fenômenos, a essas manifestações. Bourdieu adota o estruturalismo como método, mais que como teoria explanatória. Parte de um construtivismo fenomenológico, que busca na interação entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições encontrar uma estrutura historicizada que se impõe sobre os pensamentos e as ações (THIRY-CHERQUES, 2015, p.30).

O pensamento de Bourdieu será citado no decorrer dos capítulos, após se analisar contextualmente trechos das narrativas dos sujeitos de pesquisa, classificando suas ações no campo produtivo e, a partir delas, destacando a formação e reprodução das configurações de trabalho.

2.2 Perfil metodológico da pesquisa

A construção técnica da pesquisa é qualitativa. De acordo com Oliveira (2014, p.37) “Conceituamos pesquisa qualitativa como sendo um processo de reflexão e análise da realidade, através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. A reflexão pretendida também envolve uma “Compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (RICHARDSON, 1999, p.70).

Os entrevistados correspondem aos empresários do ramo de confecções, formalizados e atuantes nas três cidades-núcleo do Polo de Confecções de Pernambuco (Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru), cujas narrativas de suas trajetórias fornecerão características e significados que ajudarão a identificar a formação e reprodução das configurações de trabalho no processo de produção das confecções.

Para viabilizar a compreensão pretendida com a pesquisa qualitativa, foi adotada a modalidade descritivo-explicativa, decorrente da associação do teor descritivo ao explicativo que possibilita “A descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, [...] tendo como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 1999, p.44).

A sequência do texto da pesquisa contemplou a sequência das narrativas dos empresários. As narrativas dos empresários são expostas através de categorias específicas, conforme a disposição dos Objetivos Específicos e do Roteiro de Entrevista Final (Apêndice 2). Este roteiro de entrevista contém os itens do Roteiro de Entrevista

Inicial (Apêndice 1) e mais alguns detalhamentos que foram ofertados pela Etapa Exploratória da Pesquisa.

2.3 Procedimentos técnicos da coleta de dados

Para viabilizar a coleta de dados, a modalidade de pesquisa adotada foi a Pesquisa de Campo, que é uma forma de levantamento de dados no próprio local onde ocorrem os fenômenos, através da observação direta e realização de entrevistas (LAKATOS; MARCONI, 1992). Tem como propósito “o aprofundamento de questões propostas a um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação dos seus componentes” (GIL, 1999, p.72).

A pesquisa de campo desenvolvida no Polo ocorreu em sua maior parte no âmbito das empresas pesquisadas. De um total de 11 (onze) entrevistas, apenas uma ocorreu na sede de uma associação de empreendedores, as demais ocorreram nas empresas, entre as quais 7 (sete) permitiram ser fotografadas. Os empresários entrevistados são donos ou pertencem à família dos donos das empresas, foram abordados sobre sua trajetória pessoal e profissional. A abordagem foi feita através da técnica de entrevista semiestruturada, apresentando também alguns traços característicos da técnica história de vida – “Tenta obter dados relativos à experiência íntima de alguém que tenha significado importante para o conhecimento do objeto em estudo” (LAKATOS; MARCONI, 1992, p.107).

A técnica de entrevista semiestruturada foi utilizada nas duas etapas da pesquisa de campo. O roteiro de entrevista semiestruturado foi propício a esta pesquisa por oferecer maior liberdade de intervenção da pesquisadora sobre as narrativas dos entrevistados, acrescentando perguntas e/ou observações em complemento aos tópicos presentes no roteiro prévio. O roteiro semiestruturado também denominado entrevista não estruturada e entrevista em profundidade (RICHARDSON, 1999) tem como características:

Em vez de responder à pergunta por meio de diversas alternativas pré-formuladas, visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos

mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa (RICHARDSON, 1999, p.208).

Em termos de amostragem foi adotada a orientação dada por Pires (2008) que adverte sobre a falta de rigidez na pesquisa qualitativa quanto à delimitação da amostra. Nesta modalidade de pesquisa, diz o autor, se enfatiza mais as relações entre a amostra e o objeto estudado do que as regras técnicas de amostragem, pois na pesquisa qualitativa cada abordagem comporta uma ideia diferente de amostra, construída no caminhar da pesquisa. Isso não compromete o rigor da escolha do grupo a ser pesquisado, apenas não utiliza critérios formais de amostragem.

Em função dessa postura, o quantitativo de empresários entrevistados seguiu a situação proposta por Minayo (1992, apud DESLANDES, 1997, p.43): “A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”.

A amostra construída no caminhar da pesquisa, dotada de representatividade perante a situação investigada, tomou corpo a partir do contato com os entrevistados.

Inicialmente, o acesso aos entrevistados foi tentado através de registros de empresas nas Associações Comerciais das cidades-núcleo (ACIC/Caruaru, ASCAP/Santa Cruz do Capibaribe e ACIT/Toritama) e cadastros de empresas no SEBRAE/Caruaru. A seleção inicial dos empresários teve como critérios ser dono de empresa produtora de confecções, estar atuando no mercado, ser formalizado, ter como parte da mão de obra contratada pessoas oriundas da produção informal de confecções e ter sua empresa entre as mais conhecidas no Polo. Assim, os empresários foram contatados por telefone ou e-mail. Contudo, não houve sucesso por esta via.

Depois, nova tentativa foi feita utilizando indicações de alunos do curso de Administração da UFPE/Centro Acadêmico do Agreste (Campus de Caruaru) que são parentes, amigos ou funcionários dos empresários. Através destas indicações, pela via das relações pessoais, houve resposta da maior parte dos empresários contatados e, então, foram realizadas as entrevistas. Mediante a mudança na forma de acesso aos entrevistados, foi eliminado o último critério (ter sua empresa entre as mais conhecidas) do rol de critérios que definiam os sujeitos de pesquisa.

Mantendo os demais critérios, foram contatados 17 (dezesete) empresários através das indicações, dos quais 12 (doze) aceitaram conceder entrevistas. Após o trato do material, 11 (onze) entrevistas foram consideradas aptas ao propósito de fonte de dados primários.⁸ Os entrevistados são identificados na pesquisa por números cardinais, de acordo com a ordem em que as entrevistas aconteceram.

A pesquisa de campo no Polo ocorreu em duas etapas: a primeira, denominada Etapa Exploratória da Pesquisa, serviu para uma observação direta do campo e teste do instrumento de coleta de dados; a segunda, denominada Etapa de Finalização da Pesquisa, ocorreu após reflexão sobre os dados coletados inicialmente, qualificação da pesquisa e aperfeiçoamento do roteiro de entrevista.

A Etapa Exploratória da Pesquisa destinou-se à observação direta do campo, delimitação mais precisa do problema de pesquisa e teste do roteiro de entrevista. Foi realizada nas duas maiores cidades-núcleo do Polo – Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, abordou 4 (quatro) empresários, cada um representando sua própria empresa. Nesta etapa houve 2 (duas) incursões ao campo, uma em dezembro/2014 e a outra em março/2015. Os empresários do Polo foram abordados através do Roteiro de Entrevista Inicial (Apêndice 1) sobre suas trajetórias, questionando sua origem, o funcionamento do seu negócio e os desafios enfrentados face às altas taxas de informalidade e à gestão de uma fábrica no Polo.

O quadro abaixo expõe os detalhes desta primeira etapa.

Quadro 1: Caracterização das entrevistas da Etapa Exploratória da Pesquisa

| <i>Empresário</i> | <i>1</i> | <i>2</i> | <i>3</i> | <i>4</i> |
|-----------------------------------|--|--|---|--|
| <i>Local da Empresa</i> | Pão de Açúcar, distrito de Santa Cruz do Capibaribe | Santa Cruz do Capibaribe | Caruaru | Santa Cruz do Capibaribe |
| <i>Características da Empresa</i> | Produção de confecção masculina; possui 90 funcionários, funciona em prédio próprio. | Produção de camisas masculinas; possui 8 funcionários; é um fabrico. | São duas empresas: a confecção que produz jeans e uma lavanderia; ao todo possui 90 funcionários. | Produção de roupa esportiva masculina; possui 45 funcionários. Funciona em prédio próprio. |

⁸ A última entrevista, de número 12, com um empresário da cidade de Santa Cruz do Capibaribe foi descartada porque ficou incompleta. Ele teve que sair às pressas da empresa por conta de alteração num horário de voo na cidade de Recife.

| | | | | |
|--|--|---|---|---|
| <i>Porte da Empresa⁹</i> | Pequeno | Micro | Pequeno | Pequeno |
| <i>Características do Entrevistado</i> | É homem; faixa etária de 40-49 anos; divide a posse da empresa com a esposa. | É homem; faixa etária de 30-39 anos, conta com a participação da mãe no quadro de funcionários. | É mulher; faixa etária de 40-49 anos; divide a posse da empresa com o marido. | É homem; faixa etária de 40-49 anos; já foi presidente da Associação Comercial da sua cidade. |
| <i>Entrevista Realizada em</i> | Dezembro/2014 | Dezembro/2014 | Março/2015 | Março/2015 |

Fonte: Dados da pesquisadora.

A Etapa de Finalização da Pesquisa destinou-se ao aperfeiçoamento do roteiro de entrevista. Em função das informações adquiridas nas entrevistas anteriores, passou-se a um novo detalhamento do roteiro, acrescentando itens presentes nas narrativas. De forma que as informações presentes nos dois roteiros de entrevistas possuem o mesmo conteúdo.

Para realização de novas entrevistas, manteve-se os critérios para seleção e acesso aos entrevistados, apenas o último acesso foi por indicação de um dos empresários entrevistados.

Na Etapa de Finalização da Pesquisa foram realizadas mais 7 (sete) entrevistas em profundidade com empresários, representando sete empresas diferentes, distribuídas entre duas cidades-núcleo: Caruaru e Toritama. O período de realização da Etapa de Finalização da Pesquisa ocorreu de setembro a novembro de 2015, contabilizando um total de 4 (quatro) incursões ao campo. Os empresários do Polo foram abordados através do Roteiro de Entrevista Final (Apêndice 2) questionando sua origem e histórico familiar, início das atividades profissionais, como trocou a condição de trabalhador pelo empreendedorismo, as dificuldades enfrentadas, o atual negócio e sua gestão, formas de lidar com o trabalhador e os desafios atuais de ser empreendedor no Polo.

O quadro abaixo expõe os detalhes da segunda etapa.

Quadro 2: Caracterização das entrevistas da Etapa de Finalização da Pesquisa

| <i>Empresário</i> | <i>Local da Empresa</i> | <i>Características da Empresa</i> | <i>Porte da Empresa</i> | <i>Características do Entrevistado</i> | <i>Entrevista realizada em</i> |
|-------------------|-------------------------|-----------------------------------|-------------------------|--|--------------------------------|
|-------------------|-------------------------|-----------------------------------|-------------------------|--|--------------------------------|

⁹ O porte da empresa corresponde ao critério adotado pelo SEBRAE para caracterizar o porte de empresas industriais a partir do número de empregados. Sendo micro, com até 19 empregados; pequena, de 20 a 99 empregados; média, de 100 a 499 empregados; grande, com mais de 500 empregados. Disponível em: www.sebrae-sc.com.br. O critério com base no número de empregados foi adotado exclusivamente porque anteriormente às entrevistas, a pesquisadora foi alertada que os empresários não declarariam suas receitas brutas.

| | | | | | |
|----|----------|---|---------|--|---------------|
| 5 | Caruaru | Produção de camisa masculina; possui duas camisarias, ao todo tem 250 funcionários. | Médio | É mulher; faixa etária 40-49 anos; divide a posse da empresa com os filhos. | Setembro 2015 |
| 6 | Toritama | Confecção de jeans e lavanderia; possui 60 funcionários. A produção de jeans, atualmente, é dividida com familiares de uma geração mais nova. A lavanderia pertence ao empresário e seu irmão mais velho. | Pequeno | É homem; faixa etária 40-49 anos; divide a posse da empresa com o irmão; também atua como diretor da Associação Comercial e preside o programa Clean Gestor. | Outubro 2015 |
| 7 | Toritama | Confecção de jeans e lavanderia; possui 70 funcionários, 40 na produção e 30 na lavanderia. Faz lavagem de jeans pra quase 10 empresas fabricantes de jeans. | Pequeno | É homem; faixa etária 40-49 anos; divide a posse da empresa com a esposa. | Outubro 2015 |
| 8 | Caruaru | Produção de confecção masculina; possui 25 funcionários. Possuía uma lavanderia, mas fechou recentemente. Divide a gestão da empresa com a esposa. | Pequeno | É homem; faixa etária 50-59 anos; é militar reformado; conta com a colaboração da esposa e do filho na gestão. | Outubro 2015 |
| 9 | Caruaru | Produção de confecção masculina; possui 32 funcionários. Exerce a direção do negócio sozinha. | Pequeno | É mulher; faixa etária 40-49 anos; herdou a empresa do pai e nela trabalhou como funcionária. | Outubro 2015 |
| 10 | Caruaru | Produção de calças masculinas; possui 12 funcionários. Possui uma loja. Está encerrando as atividades na fábrica e vai ficar comercializando o que tem em estoque, até o mercado melhorar. | Pequeno | É homem; faixa etária 30-39 anos; divide a gestão da empresa com a esposa e a cunhada. | Novembro 2015 |
| 11 | Caruaru | Produção de camisas masculinas; possui 50 funcionários. A esposa é a designer da fábrica. Na direção, fora a família somente tem um funcionário. | Pequena | É homem; faixa etária 40-49 anos; vice-presidente do Sindicato de Empresários de Confecções de Caruaru | Novembro 2015 |

Fonte: Dados da Pesquisadora

A pesquisa de campo somando as duas etapas contabilizou 11 (onze) entrevistas e 6 (seis) incursões ao campo.

Todas as entrevistas realizadas foram utilizadas na pesquisa, mesmo havendo dois roteiros de entrevista. O Roteiro Final de Entrevista foi lapidado, mas não destoa dos

dados coletados no Roteiro Inicial de Entrevistas. Nas entrevistas da etapa exploratória foram mencionadas informações que passaram a compor o Roteiro Final, para melhor conduzir a linha de abordagem já estabelecida.

2.4 Forma de análise dos dados

O procedimento de análise adotado nesta pesquisa contempla o método hermenêutico-dialético, cuja principal característica é que “a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Tem como ponto de partida o interior da fala e, como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala” (MINAYO, 1992 apud GOMES, 1997, p.77).

De acordo com Oliveira (2014), este método está alicerçado no novo paradigma da ciência contemporânea, que é o da visão sistêmica, cuja proposta é trabalhar de forma integrada com três dimensões: complexidade, instabilidade e intersubjetividade.

Entenda-se como *complexidade* a rede de interações que se vai percebendo ao afunilar a observação do fenômeno em estudo. Ao descobrir o dinamismo dessas relações, vai-se percebendo que o objeto de estudo, fenômeno ou sistema, é dinâmico, portanto dialético, em constante mudança, evolução transformação, fato que gera uma *instabilidade*. Portanto, ao contextualizar o fenômeno em estudo, o observador se dá conta que está participando do processo, ou seja, existe uma *intersubjetividade* (OLIVEIRA, 2014, p.126).

A análise de dados com base no método hermenêutico-dialético resultou em uma costura entre trechos das narrativas e as orientações teóricas da pesquisa, objetivando produzir conhecimento sobre a realidade observada, de acordo com os objetivos da pesquisa. Os trechos das narrativas são denominados metodologicamente de unidades de análise (OLIVEIRA, 2014), estabelecidas a partir das categorias específicas, por sua vez, extraídas do roteiro de entrevista.

Optou-se por este modelo também para evitar os desenhos de pesquisa tradicionais em que se apresentam de forma separada a base teórica, os dados e sua

interpretação. Aqui, cada capítulo concernente a uma etapa da trajetória dos empresários apresenta conjuntamente os dados, a base teórica e sua interpretação. Os definidores do conteúdo dos capítulos são as categorias específicas, contempladas nos objetivos específicos e expressas pelas unidades de análise das narrativas.

As unidades de análise se expressam através de orações compostas, recorrendo a princípios da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), destacando parágrafos ou trechos das falas. Através da análise desses trechos, com base nas orientações teóricas da pesquisa, procurou-se “desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto – ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos que estamos analisando” (GOMES, 1997, p.76).

A finalidade da análise produzida nesta pesquisa comunga com as finalidades do método hermenêutico-dialético, elencadas por Minayo (1992 apud GOMES, 2015): estabelecer uma compreensão dos dados coletados, responder à questão de pesquisa formulada, confirmar a hipótese anunciada, ampliar o conhecimento sobre o assunto articulando os dados ao contexto cultural do qual faz parte.

Por fim, os procedimentos técnicos e o procedimento de análise podem ser sintetizados através das palavras de Guimarães Neto (1997, p.37), ao expor o desenho metodológico do estudo Trajetória Econômica de uma Região Periférica. Diz ele:

O procedimento adotado não é original, consiste na identificação de fatos e aspectos significativos da evolução de determinado objeto de investigação, notadamente seus momentos de inflexão ou de transição e, a partir deles, compor uma trajetória que ajude a entender, mesmo que superficialmente, os traços mais relevantes de sua história. Mesmo que não sejam apreendidas todas as conexões entre as distintas fases pelas quais passou o objeto de estudo, é possível, no entanto, desenhar, toscamente, alguns dos traços relevantes da trajetória e, assim, explicitar elementos que ajudem a entender sua situação atual.

3 O PONTO DE PARTIDA DAS TRAJETÓRIAS: A SULANCA

O Polo de Confeções de Pernambuco continua figurando como um dos principais polos produtivos do país. Geralmente, o que chama atenção em sua caracterização são as cifras relacionadas à movimentação de capitais, ao volume de negócios realizado, à quantidade de pessoas empregadas, ao crescimento das empresas e tantos outros traços econômicos (SEBRAE, 2013). Porém, outras características, além das econômicas, foram determinantes para este cenário se formar. Características que foram resgatadas através de uma análise sócio histórica, destacando valores, crenças, ações, memórias, disputas de poder, redes de relacionamentos, etc., que interferiram nas relações sociais, na conformação das atividades produtivas e nas formas específicas de trabalhar.

Os depoimentos colhidos, apresentados e analisados nesta pesquisa, são dos dias atuais, contudo, para entender sua lógica e suas características, foi necessário fazer uma ponte entre o hoje e os acontecimentos anteriores, demarcando o período que vai do surgimento à expansão da produção de confeções no Agreste de Pernambuco (1950-1980). O conteúdo dos depoimentos se entrelaça com o legado contextual do desenvolvimento no Nordeste e em Pernambuco, revelando elementos e relações estruturantes típicos deste campo produtivo.

Os empresários entrevistados se subdividem, principalmente, em duas faixas etárias: 40-49 anos (nascidos na década de 1960) e 30-39 anos (nascidos na década de 1970) e passaram a empreender entre o final da década de 1980 e o início dos anos 2000. Em grande medida, são a geração inicial de empresários formalizados do Polo de Confeções de Pernambuco, mas não são a geração inicial de empreendedores. Esta, corresponde aos seus pais e familiares, a quem se referem constantemente em suas narrativas¹⁰. Também estão inseridos no grupo dos primeiros empreendedores, os “conhecidos” dos familiares que ofereciam empregos em suas confeções a partir de redes de relacionamentos.

¹⁰ Para diferenciar as gerações tratadas no texto, o termo empresário foi atribuído aos sujeitos da pesquisa e o termo empreendedores aos seus familiares que atuavam no comércio ou no ramo de confeções anteriormente.

Quando os empresários começaram suas narrativas, trouxeram seu passado como elemento formador de suas condutas. Apesar de terem constituído formalmente seu negócio entre final da década de 1980 e início dos anos 2000, o início de suas trajetórias são anteriores, pois são continuidades das histórias dos seus antecessores, foi através deles que tomaram contato com a confecção, seja na produção ou comércio. As memórias sobre a atuação dos familiares e conhecidos registram a formação dos costumes de produção e trabalho nas décadas de 1960-1970, época em que estavam empreendendo a Sulanca. Lidamos então, com um ponto de partida de largo alcance histórico, demarcado por uma faixa temporal que vai da década de 1950 ao ano 2000. Neste trecho temporal, a produção de confecções no Agreste pernambucano surgiu, se firmou, mudou o perfil produtivo do local e se expandiu, convergindo sua população em algo similar a um aglomerado produtivo¹¹.

Os empresários receberam esta herança social e, a partir disso, passaram a atuando continuidade ao uso dos costumes locais na fabricação e no comércio de confecções. Assim, foi possível constatar as influências dos modos de agir das décadas passadas nas ações presentes, registradas nas informações que foram destacadas como unidades de análise dos depoimentos.

As entrevistas foram iniciadas indagando a origem, o histórico familiar, a formação (escolar e/ou qualificação profissional) e o início das atividades profissionais. Ao classificar as informações oferecidas pelas narrativas sobre estes elementos, foram definidas três categorias específicas para agrupa-las: origem e histórico familiar, início das atividades profissionais e formação. Expostas a seguir.

3.1 Origem e histórico familiar

No quadro 3 estão registradas as unidades de análise correspondentes à categoria específica Origem e Histórico Familiar. Para compreensão desta categoria, a partir do entrelaçamento das informações do quadro, será destacado um rol de características

¹¹ Não se considera aqui que o Polo de Confecções de Pernambuco seja um aglomerado produtivo em virtude da definição proposta por Roxo, Santarossa e Bertotti (2011, p. 2) que o caracteriza por agrupamento local que envolve empresas, instituições de ensino, pesquisa e tecnologia, instituições financeiras, atuação e programas de qualificação profissional. Pois, parte destas características não estão presentes na produção de confecções do Polo desde seu início.

especificando os valores e costumes locais. Em seguida, tais características são contextualizadas e interpretadas de acordo com as condições de desenvolvimento local. Essa interpretação servirá de base para uma análise das posições iniciais dos empresários, em relação à estrutura produtiva do território a ser esboçada ao final do capítulo.

Quadro 3: Origem e Histórico Familiar

| Empresário | Unidades de Análise (ou Trechos das Narrativas) |
|------------|--|
| 1 | O pessoal faz muito aqui é facção. Eu fui fazer facção. Eu comecei a trabalhar com oito anos, tirava ponta de linha. Eu fazia com a minha irmã, ela tinha facção. No ambiente familiar, mas que prestava serviço pra outras empresas. |
| 2 | Sei lá, acho que eu comecei com uns nove anos. Minha mãe que costurava em casa e eu sempre auxiliava com uma coisa ou outra, aí... |
| 3 | Assim, pra gente falar da história, é uma história muito longa, assim, há doze anos atrás quando eu conheci meu esposo, ele havia começado uma pequena fábrica, e eu trabalhava em outra..., em outro segmento. Meu esposo, quando ele começou é como ele fala hoje, as dificuldades eram muitas e que hoje em dia ele disse que não teria mais coragem. |
| 4 | Bem, na verdade, eu... eu trabalho no meio da confecção desde que eu nasci, eu nasci dentro da confecção né. Por minha mãe ser costureira, então, eu tenho um convívio desde a infância com a confecção. Mas a partir dos treze anos eu comecei a trabalhar numa loja de tecidos. |
| 5 | Eu sou de 1968. Eu comecei eu tinha treze anos, minha mãe começou também nesse tempo, aí, era ali, na Quinze de Novembro, a feira, era aqueles banquinhos e tal. A início, na época que minha mãe começou era varejo, era mais varejo, vendia confecções, tanto ela como eu nunca fomos costureira. Comprava na fábrica XX Confecções e levava pra feira. |
| 6 | Eu sou originário de Toritama mesmo, nascemos na zona rural, num local chamado Oncinhas, nossos pais e avós são toritamenses, mas por um período da minha vida nós moramos de forma meio que nômade. E ficamos assim até nos estabelecermos na cidade de Camaragibe, em Recife. Meu pai, na época, ficou como motorista de taxi, e fiquei lá até os dez anos de idade. Mais ou menos isso, quando nós viemos a cidade de Toritama, regressando. Década de 80 [1980], foi quando nós voltamos a Toritama, viemos pra cá porque nosso pai tinha adoecido e aí não tinha mais como trabalhar de motorista do taxi. Quando a gente chegou aqui, havia uma atividade muito forte que era o calçado, aí, apesar de sermos bem jovens, eu e meu irmão, a gente |

| | |
|----|--|
| | foi trabalhar numa tenda, que era assim chamada as oficinas, as pequenas fábricas na época, eram chamadas de tendas. Era adolescente, tinha 11 anos, bem adolescente. |
| 7 | Sou filho de Toritama. Sempre morei aqui em Toritama. Meus avós, tanto por parte da minha mãe, quanto por parte do meu pai eram comerciantes de estivas. Eram aqueles depósitos, alguns chamavam de “venda”, e, tipo assim, os cereais eram em sacos. Mas toda vida, eles, ambos, meus avós, trabalharam com gêneros alimentícios. |
| 8 | Eu sou natural de Riacho das Almas, uma cidade vizinha. Mas, eu vim morar aqui com 13 anos, sai do interior, não era nem Riacho, era do interior de Riacho, da roça mesmo e eu vim morar aqui com 13 anos. Houve uma separação do meu pai, eu vim morar na casa de um irmão com minha mãe e aqui eu comecei a trabalhar como camelô e fiz alguns serviços. É... Década de 70. Quase 40 anos atrás. Eu tenho 54, cheguei com 13, foi há 40 anos atrás. E fiquei aqui com minha mãe e a gente começou a trabalhar na feira, de camelô. Mas na época não era com confecções. |
| 9 | Olhe, eu sou de Cupira. Saí de Cupira com 6 anos. Então, eu me considero caruaruense. Meu pai casou, ele iniciou a atividade dele como vendedor ambulante, que era mascate, lá em Cupira. Fazia feira, em Belém de Maria, em Catende, em Cruzes. Ele vendia miudeza. É botões, linhas, bicos. Acho que no início foi isso aí. Em seguida, ele começou a vender, é... cobertores, aqueles capotes que se usava. Isso durou de 6 a 7 anos. Foi quando ele casou, eu nasci, e ele saiu de lá pra Caruaru. Aqui, ele teve oportunidade, ele alugou um ponto, em 1964, alugou um ponto e colocou uma loja de tecidos, trabalhou nesse ponto 20 anos. Aí, minha mãe trabalhava no correio. Era chefe do correio de Cupira, foi o tempo que se aposentou porque foi professora. Aí, se aposentou e começou a ajuda-lo na loja. Eu sei que em 72 [1972], ele já tinha a fábrica, eu tenho pra mim que 68-69 [1968-1969], ele já começou a fabricar, eu não tenho bem exato, eu era criança. |
| 10 | Eu sou de Recife. Eu vim morar em Caruaru eu tinha 12 anos. Se eu não me engano foi em meados de 90 [1990]. Vim estudar, era criança ainda. Vim com minha mãe e minhas irmãs, a gente veio morar aqui, a gente morava em Recife e tinha um primo nosso que era lojista aqui na região. E minha mãe veio trabalhar nessa empresa dele. Era ligada ao setor de aviamento. Que é um fornecedor da cadeia, né. Então, aconteceu que aos 15 anos, mais ou menos, eu também fui trabalhar nessa empresa. |
| 11 | Eu sou paraibano, mas vim pra Pernambuco faz muito tempo. Já jovem. Na verdade, assim, meu pai trabalhava numa empresa multinacional, então, a gente viajava bastante. Então, eu morei em Recife, morei em Fortaleza, morei em Salvador. Mas, antes de vir pra cá, eu morava no Recife. Vim pra cá, na verdade, acompanhando a minha esposa, que é daqui. |

| | |
|--|--|
| | E foi quando eu tive contato, os pais dela já trabalhavam com confecção, eu tive contato com o setor de confecção e nós entramos em sociedade, trabalhando nessa área, indústria de confecção. |
|--|--|

Fonte: Coleta de dados da pesquisadora

As características que se destacam nesta categoria, evidenciando valores e costumes locais, são:

- Dos 11 empresários, 5 deles tiveram a vida atrelada às atividades de confecção desde cedo, entre a infância e a adolescência (são eles: 1, 2, 4, 5 e 10) e 3 deles tiveram contato com a confecção já adultos (são eles: 3, 9 e 11). Os 3 restantes (6, 7 e 8) também começaram a trabalhar cedo, mas com outras atividades ligadas ao comércio.
- Os empresários que tiveram a vida atrelada à confecção desde cedo, se subdividem entre atividades ligadas diretamente à produção de confecção – costurando ou fazendo facção¹² (são eles: 1 e 2) ou trabalhava em atividades afins da produção de confecções – vendedor em loja de tecidos, almoxarife em loja de aviamentos e revenda de confecções na feira (são eles: 4, 5 e 10. O entrevistado 1 também participou desse tipo de atividade). Os que passaram a trabalhar com confecção já adultos, atuaram diretamente na produção fabril de confecção.
- Os 3 empresários que não trabalhavam com confecção no início das suas trajetórias, trabalhavam ligados ao comércio em geral. Dois, desempenhando atividades puramente comerciais, revendendo gêneros alimentícios (7 e 8) e um deles (o 6) fabricava calçados para vender no comércio local.
- De forma que todos estavam atrelados ao comércio, seja no ramo das confecções ou em outros. Daí se perceber que a atividade-mestra do local tem sido o comércio e, a partir de um determinado momento, através das atividades desenvolvidas por seus pais, familiares e conhecidos, a confecção foi definida como o setor principal para o qual o comércio passou a se voltar.
- É possível perceber que todos os empresários se agregaram às atividades de comércio através de relações familiares, seja de parentes da família nuclear (pai, mãe e irmãos) ou da família extensa (primos, cônjuges, sogros). E quem não

¹² Fazer facção é desenvolver no âmbito doméstico, sob encomenda, tarefas complementares à produção de confecções, como: aparar sobras de linha das peças, pregar zíper, bolsos, etc.

trabalhava com confecção no início de sua trajetória, posteriormente, passou a trabalhar com confecção por influência familiar.

A partir deste rol de características que destacam os valores e costumes locais, torna-se claro que a família e o comércio são os elementos dominantes nas relações sociais. Na interação entre a família e o comércio se interpõem o fenômeno da produção de confecções, realizado no âmbito doméstico e voltado ao comércio de feira. Essa modalidade produtiva, à medida que tornou-se regular, passou a envolver um grande número de pessoas, tornando-se uma tendência para qual as famílias convergiam e criavam um comércio específico.

A produção e o comércio de confecções instituído no Agreste de Pernambuco, teve como base o trabalho que objetivava a sobrevivência. Apenas uma entrevistada (a Empresária 9), desfrutava da posição de herdeira, tendo uma situação econômica consolidada desde cedo, pelo empreendimento do pai no comércio de tecidos e depois com uma fábrica de confecção. Os demais, trabalharam pela sobrevivência. E mesmo a empresária que herdou o negócio do pai, também trabalhou na empresa da família. O trabalho é o elemento comum em todas as unidades de análise, seja na produção ou no comércio, seja cedo na vida ou quando adulto, seja homem ou mulher.

Diante das informações expostas, para um melhor entendimento das relações estabelecidas, cabe indagar: como as atividades ligadas a confecção se tornaram a atividade principal no local, para qual o comércio se voltava? Como se estabeleceu a ligação dessa atividade com a família? Qual o papel do trabalho entre a família e o comércio?

A confecção se tornou a atividade principal do Agreste pernambucano decorrente da criação da Feira da Sulanca e da sua expansão. Nessa formação, é importante destacar que os agentes sociais não agiram de forma independente em relação ao contexto. Pode até soar como uma afirmação óbvia, mas é fato que vários estudos ao abordar o início da Sulanca dão um tom de algo improvisado, de uma inovação que surge simplesmente, quase ao acaso, como se não houvesse um passado que fundamente o que se faz no presente ou se fará no futuro. É preciso, portanto, recorrer ao contexto histórico para responder às questões colocadas.

Entre as décadas de 1940 e 1950 houve um avanço significativo da industrialização no Sudeste brasileiro, período que corresponde ao auge da articulação comercial no país. Esse avanço se deu através da implantação das indústrias de médio e grande porte destinadas à produção de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos), bens intermediários (aço, alumínio, cimento, vidro, plástico) e bens de capital (máquinas, motores, caminhões, tratores), financiadas em pequena parte pelo Estado e em sua maior parte por empréstimos, tecnologias, estilos de gestão e transferências de plantas industriais vindos dos Estados Unidos (SINGER, 1988). O contexto internacional da II Guerra (1939-1945) foi propício à expansão da economia norte-americana, cuja hegemonia econômica tornou-se reconhecida mundialmente, pela difusão do seu modelo de industrialização e de exportação de capitais (HELOANI, 2002).

O governo brasileiro, ao adotar esse modelo como política de desenvolvimento, agravou o quadro das disparidades regionais, pois a grande indústria do Sudeste tanto invadiu o mercado consumidor nordestino com seus produtos quanto impediu o crescimento da economia regional. O Nordeste participou do então projeto de integração nacional como fonte de mão de obra barata e provedor de recursos, demarcando assim sua posição periférica (GUIMARÃES NETO; BRANDÃO, 2009). Nesse cenário, os trabalhadores nordestinos padeciam sob uma exclusão estrutural que os incapacitava histórica e socialmente para evoluir como força produtiva, suas possibilidades, como já foi colocado, era migrar para grandes centros como São Paulo ou desenvolver alguma estratégia de sobrevivência para manter-se em seu local de origem.

A criação da Feira da Sulanca foi uma estratégia de sobrevivência mediante o quadro de subdesenvolvimento na região Nordeste, especificamente no estado de Pernambuco. Nesse período, a maior parte da população do estado se concentrava no meio rural e dependia da economia de subsistência para manter-se (LIRA, 2011). A produção doméstica de confecções surgiu para incrementar a renda familiar.

Segundo Silva (2009), o início da Sulanca remonta ao intervalo entre os anos 1940 e 1950, quando os agricultores que comercializavam seus excedentes em Recife traziam para o interior retalhos de tecidos destinados ao suprimento das necessidades locais de vestimenta.

Através de entrevistas e conversas informais, pude perceber que a Sulanca começou a se desenvolver no auge da migração para o Sudeste do país, através dos membros familiares que ficaram no Nordeste. Conseguindo, assim, reinventar suas estratégias de sobrevivência, encontrando na

produção de roupas uma possibilidade de conciliar tal atividade com a agricultura de subsistência (SILVA, 2009, p.29).

Burnett (2013) completa a descrição, afirmando que a instituição da Sulanca, no decorrer da década de 1950, foi uma estratégia de sobrevivência com base no aproveitamento de rejeitos da indústria têxtil, a princípio de Recife e, posteriormente, de São Paulo. Os rejeitos ou retalhos serviam de matéria-prima para as costureiras dos sítios, organizadas num sistema composto de várias unidades produtivas familiares, de caráter artesanal, destinada ao comércio de feira que acontecia nas cidades. A prosperidade desse modelo de produção e comércio foi o fator que alavancou o desenvolvimento econômico do conjunto de cidades envolvidas na Sulanca.

Um exame desse contexto mostra que duas atividades existentes na região atuaram como pilares fundamentais, influenciando profundamente a produção de confecções no Agreste: as feiras e a produção têxtil em Recife.

As feiras são tão antigas quanto o povoamento da região, atreladas às atividades rurais atuavam como via de integração entre campo-cidade e interior-capital. Sua realização demarcava um espaço público que tanto fazia o comércio acontecer quanto impulsionava a sociabilidade local, determinando sua dinâmica. Afirma Burnett (2014) que à medida que o comércio nas feiras prosperava, ocorreu do espaço em seu entorno ir além das atividades de comercialização, havia a abertura das capelas pertencentes às fazendas próximas para missas, casamentos e batizados, expandindo a sociabilidade local. Também nos dias de feira, se instalavam em seus arredores os mascates, que estavam de passagem e com a continuidade desse movimento, tanto Caruaru quanto Santa Cruz do Capibaribe foram se tornando urbanizadas.

Ao pensar as diversas atividades desenvolvidas na feira, é perceptível que congregam neste território uma multiplicidade de sentidos: espaço mercadológico disponível para as produções, espaço social para várias modalidades de relações e espaço geográfico de convergência de muitas rotas e interesses diversos. Em suma, é um espaço dinamizador por excelência do desenvolvimento econômico e social do Agreste pernambucano. Mas o papel das feiras não se restringe apenas às relações locais.

Como explica Sá (2011), em termos de importância, as feiras fizeram mais do que juntar pessoas e dinamizar suas atividades, representa um tipo de manifestação capitalista decorrente das condições histórico-econômicas do Nordeste e que foram propiciadoras das subjetividades e especificidades locais:

É preciso olhar para feira e seus feirantes como também sendo membros da ordem mundial contemporânea e não apenas como representações folclóricas de um regionalismo nordestino, que obviamente tem seu papel de representação identitária e histórica de um povo, mas que não nos faz substantivamente diferentes em termos dos dramas de povos e de outros países, situados na geopolítica mundial em condição periférica similar à nossa. Contudo, a ordem mundial não determina as subjetividades e elas não são elementos passivos, é através do que é específico na teia social que o capitalismo reconfigura seus meios e modos de produção (SÁ, 2011, p.33-34).

A feira, no interior, foi a via de acesso do capitalismo à cultura local. Foi no intuito de “fazer feira”, expressão local referente ao sentido de vender na feira (SÁ, 2011), que o aproveitamento dos rejeitos da indústria têxtil, a princípio de Recife e depois de São Paulo, encontrou uso social, dando base para o progresso das confecções.

A indústria têxtil em Recife e seu entorno foi o fornecedor da matéria-prima para a confecção de âmbito doméstico no Agreste, mas não foi só isso, sua interferência na produção de confecções vai além. A indústria têxtil ocupou uma posição significativa no desenvolvimento da região Nordeste, do estado de Pernambuco e de sua capital. A importância dessa indústria decorreu da cultura do algodão que durante mais de século foi a atividade fundamental da economia pernambucana.

Ao final do século XVIII, a produção agrário-exportadora dominante no Nordeste era subdividida espacialmente entre o litoral e o interior. No litoral predominava a produção açucareira e no interior, do agreste ao sertão, passou a predominar a cotonicultura, envolvendo inicialmente os estados do Ceará e do Maranhão e, posteriormente, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (VERAS DA SILVA, 1980). O autor narra que “o algodão promoveu a ocupação de quase todo o interior, proporcionando a formação de vilas e povoados, algumas das quais transformando-se em importantes cidades, por exemplo: Caxias, Icó, Crato, Currais Novos, Caruaru, Campina Grande, Patos, etc.” (VERAS DA SILVA, 1980, p. 29).

A cultura do algodão no Nordeste foi impulsionada pela demanda da indústria têxtil inglesa. A partir da verificação das condições propícias em termos de solo e clima, o algodão passou a ser cultivado no interior, associado às zonas de plantio de cana de açúcar ou à pecuária extensiva. Pelos registros de Ribeiro Junior (1981), a cotonicultura se dava em pequenas e médias propriedades, utilizando poucas pessoas (exceto na colheita), lideradas por pequenos lavradores com pouco capital. Somente a partir das primeiras décadas do século XIX é que surgiram as grandes propriedades de algodão. Em

geral, predominaram pequenos sítios, associando o algodão com outras culturas, criação extensiva de animais e fabricação artesanal de sacaria para os engenhos. Tanto a pequena produção de algodão quanto os excedentes do que era produzido nos sítios se destinavam para o comércio nas feiras locais, para Recife e outras cidades.

A produção têxtil no Nordeste teve um avanço significativo em função da influência dos ingleses. Veras da Silva (1980, p.36-37), narra que “Houve casos em que foram importadas fábricas completas, inclusive engenheiros e técnicos. Assim é que a Inglaterra passou a exportar para o Nordeste seus equipamentos têxteis obsoletos, iniciou a construção de várias estradas de ferro, portos e empresas de serviços urbanos”. A influência inglesa também esteve presente no sistema financeiro através do London & River Plate Bank Limited, London & Brazilian Bank Limited e British Bank of South America Limited (DOMINGUES, 2000).

No decorrer do século XIX, entrou em cena a competitividade da cotonicultura norte-americana, superior em quantidade e qualidade, proporcionando uma séria restrição do algodão brasileiro no comércio internacional. A partir deste acontecido, o algodão produzido no Nordeste foi redirecionado para abastecer a recente indústria têxtil implantada no Sudeste. A produção de algodão em Pernambuco espalhou-se por quase todo o estado, aconteceu desde Quipapá, Canhotinho, Correntes, Bom Conselho, passando pelas terras ribeirinhas do São Francisco, chegando a Flores, Triunfo, Ingazeira, Alagoa de Baixo, Pesqueira, Poções, Limoeiro, Bom Jardim, Timbaúba, Glória de Goitá, Recife, Vitória, Nazaré, Caruaru, Gravatá e Bezerros (RIBEIRO JUNIOR, 1981).

Quanto ao abastecimento do mercado nacional, a cotonicultura nordestina foi próspera:

Ao final do século XIX metade da produção do algodão do Nordeste se dirigia ao mercado interno. 70% do suprimento de algodão das fábricas de São Paulo até 1915 era originário do Nordeste. As relações comerciais mantidas por Pernambuco nas décadas iniciais do século atual [XX] revelam a evolução e a importância crescente do mercado interno nas vendas totais realizadas pelo estado. No decênio que vai de 1918 a 1928 o mercado interno brasileiro em nenhuma das safras alcançou, no que se refere as exportações de Pernambuco, menos da metade do total exportado, atingindo em várias delas cifras superiores a 70% (GUIMARÃES NETO, 1997, p.44).

Mesmo sofrendo oscilações em relação às variações do mercado, foi através dessa atividade econômica, no período dos primeiros surtos industriais, que surgiram as fiações e tecelagens para abastecer o mercado regional, funcionando de forma artesanal e/ou semi-industrial, constituindo o início da indústria têxtil-algodoeira. Inclusive,

Domingues (2000) defende que antes da intervenção da Sudene, a industrialização em Pernambuco foi fruto do processo de constituição do mercado intra-regional, não participando diretamente da relação indústria-comércio vigente no país. Diz ainda que a acumulação de capital que favoreceu a indústria têxtil de Pernambuco foi conseguida, em sua maior parte, pelos incentivos das leis estaduais que concediam isenção de impostos para diversas formas de produção típicas da localidade, tais como “Unidades familiares de plantadores de algodão do Agreste, trabalho escravo da Zona da Mata, formas de trabalho não capitalistas da pecuária do sertão, etc., foram subordinadas pelo capital comercial, sediados no interior e em torno do Recife, para produção extensiva de produtos primários atendendo à demanda crescente do mercado interno”. (DOMINGUES, 2000, p.63).

De acordo com os estudos de Gunn & Correia (2005), o estado de Pernambuco, entre o final do século XIX e início do século XX, tornou-se na região o principal centro têxtil através da Companhia Têxtil de Aninhagem (Recife, bairro de São José), Companhia de Tecidos Paulista (da tradicional família Lundgren, em Paulista), da Companhia Industrial Pernambucana (São Lourenço da Mata), da Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco ou Cotonifício da Torre (Recife), da Companhia de Fiação de Tecidos Goyanna (Goiana), do Cotonifício da Othon Bezerra de Mello S.A. (Apipucos) ou Fábrica da Macaxeira, da Societé Cotonière Belge-Brésiliense (Moreno), da Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco (Recife, bairro de Santo Amaro), do Cotonifício José Rufino (Recife) e da Fábrica Tacaruna (Olinda). Esse conjunto representava o maior volume de produção e emprego da indústria têxtil na região, em escala nacional ficava atrás apenas do setor têxtil de Minas Gerais (VERAS DA SILVA, 1980). Compõem ainda esse conjunto “86 indústrias de beneficiamento de algodão e fabricação de produtos análogos (vassouras, escovas, espanadores, chapéu de palha, óleo de mamona e de caroço de algodão), ligadas a economia algodoeira” (DOMINGUES, 2000, p.63).

A partir da crise internacional de 1929 e seus efeitos sobre a cultura cafeeira, o Sudeste passou a investir mais na cotonicultura, utilizando a seu favor as benesses do desenvolvimento centralizado – modernização tecnológica e industrialização no campo. Isso levou à superação da produção nordestina, causando diminuição na exportação do algodão pernambucano e fechamento de fábricas, levando os sitiante e trabalhadores ao desemprego, cuja alternativa foram as migrações rumo ao novo centro têxtil do país.

A partir deste contexto, a interpretação que se esboça pretende evidenciar a força das atividades ligadas à produção têxtil, enquanto subsídio à estratégia de sobrevivência de quem ficou no Agreste pernambucano, pois o estado vivia em função dessa cadeia produtiva. Para os sitiantes prejudicados com a concorrência do algodão do Sudeste, não seria difícil partir para o aproveitamento dos rejeitos da indústria têxtil de Recife. E a relação estabelecida não se tratava apenas de fornecimento ou reaproveitamento de retalhos, mas da importância econômica e sociocultural da cadeia produtiva têxtil na localidade. A cotonicultura e a cadeia têxtil alavancaram o desenvolvimento do estado pernambucano.

Cabe, portanto, indagar por que as confecções e não outra atividade ligada à cadeia produtiva têxtil?

Ocorre que nas cidades favorecidas pela cultura do algodão mencionadas acima, havia se desenvolvido duas atividades fundamentais: uma era o hábito da costura, utilizando tecidos grossos para fins diversos (produção de sacos para os engenhos, estopas, tapetes, redes) e a outra, correspondia ao hábito da costura para atender a demanda de roupas para família.

Observemos o depoimento do Empresário 6, sobre o costume doméstico da costura:

A nossa mãe costurava nas horas excedentes dela, de folga, que eram poucas, a gente ajudava também. Naquela época toda mulher tinha uma máquina de costura, era bem característico ter uma máquina de costura. Toda mulher tinha máquina. Todas, todas. Os maridos davam máquinas de presente pra mulher naquele tempo. Era muito comum uma mulher ter uma máquina, pra fazer pequenos consertos e costurar algumas peças também. Era comum também no final do ano, a mulher ir nas lojas de tecidos, as mães iam e ao invés de comprar roupa, compravam o tecido. Era muito comum. Aí costurava a peça e ficava o valor muito mais baixo do que comprar uma peça pronta. Comprar peça pronta naquela época, só pouquíssimas pessoas, só classe alta.

Quando a produção doméstica de confecções extrapolou o ambiente do lar, como complemento de renda, em função de participar da feira, provocou uma ampliação do aproveitamento dos rejeitos têxteis, por um lado e, por outro, ligou definitivamente a produção local de confecções com as feiras.

O laço inicial dessa cadeia de fornecimento foram os rejeitos de Recife, mas com o declínio da indústria têxtil recifense, paralelo à comunicação constante entre os sitiantes e seus familiares que migraram para São Paulo, os rejeitos passaram a vir do Sudeste. Os familiares migrantes em São Paulo, ao chegarem por lá na década de 1960, já se depararam com a situação de saturação de mão de obra nas fábricas, decorrente do

excesso de imigrantes. Para sobreviver, passaram a catar rejeitos das fábricas têxteis e comercializa-los para garantir sua sobrevivência, esses trabalhadores foram apelidados de retalheiros. Eles também viram uso social no aproveitamento de rejeitos e passaram a envia-los aos seus familiares no Nordeste. Eram rejeitos de tecidos diferenciados e mais finos para ser aproveitados nas fabricações caseiras (BURNETT, 2013).

De acordo com Gomes (2002), era prática corrente no bairro do Brás (em São Paulo) juntar os retalhos ou rejeitos das indústrias têxteis e vender para costureiras que faziam suas produções por conta própria e as comercializavam nas ruas do bairro. Os nordestinos que lá viviam disseminaram esta ideia para suas famílias e conhecidos em Santa Cruz do Capibaribe, incrementando, assim, a prática local já existente da costura, referente à fabricação de sacos e colchas de retalhos. Os retalhos vindos do Sul se destinavam tanto às feiras quanto ao abastecimento das primeiras confecções, “as pequenas oficinas familiares” e vinham em caminhões que saiam do bairro do Brás com destino a Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru (GOMES, 2002, p.139).

Os agentes sociais envolvidos neste quadro criaram a produção e o comércio de confecções, posteriormente denominado Sulanca, demonstrando seu potencial criativo, empreendedor e determinado pela sobrevivência. É preciso registrar definitivamente que não atuaram nesse ramo de forma aleatória, eram circundados pela produção têxtil e pela situação de subdesenvolvimento de seu estado e região.

O que há de específico nesta configuração, além do formato da produção, é que se passou de um extremo a outro na cadeia produtiva têxtil: da cultura do algodão para o produto final. A cotonicultura foi o principal fornecedor de matéria-prima para indústria têxtil, pelo menos foi em seu início. Ainda que com o avanço da química industrial outros tipos de fios, de natureza sintética, tenham sido incorporados à produção, ainda assim, o algodão permaneceu como matéria-prima fundamental. E era essa a atividade produtiva dos sitiantes até se depararem com a competição das grandes propriedades na região e com o algodão do Sudeste.

Considerando a indústria têxtil em si, que compreende atividades de transformação (fiação, tecelagem, malharia e acabamento) e pertencentes ao ambiente fabril, necessitando de tecnologia desenvolvida, insumos industriais, capital de giro, trabalho assalariado, etc. (VIANA; ROCHA; NUNES, 2008), não havia possibilidades dos sitiantes ou trabalhadores de baixa renda lidar com tais atividades de transformação, a não ser na condição de assalariados. Essa posição não seria aceita facilmente pelos

sitiantes, acostumados a produzir de forma independente. E tampouco os beneficiaria enquanto trabalhadores, em função de ausência de qualificação profissional e das tecnologias poupadoras de mão de obra utilizadas nas fábricas.

No caso, a alternativa viável encontrada pelos sitiantes foi partir para produção de confecções com base nas atividades que já realizavam, utilizando os rejeitos da indústria têxtil do Recife, por ser uma matéria-prima possível de adquirir, mediante seu capital limitado. Também deve-se considerar que a troca da atividade produtiva, passando de um extremo a outro, não implicou alterações significativas nas condições precárias de produção e trabalho. Ambas são atividades que puderam ser desenvolvidas no esquema de produção doméstica, envolvendo mão de obra familiar, não necessitava de tecnologia desenvolvida, contribuía para subsistência do grupo produtor e beneficiava-se de um mercado consumidor com demanda permanente. Certamente, se firmou a partir daí o uso do trabalho como meio de independência, autonomia e sobrevivência pela via da produção de confecções.

Mesmo sendo uma produção de confecções que se iniciou nos sítios, nas dependências domésticas, feita por mulheres, como alternativa de complemento de renda, utilizando tecnologia precária, emprego da mão de obra familiar, produção restrita, voltada para o comércio de feira e para atender uma clientela de baixa renda (VERAS DE OLIVEIRA, 2013), não se pode deixar de admitir que esse foi o cerne da indústria de confecções no Agreste de Pernambuco. Nem sempre reconhecida como uma produção industrial, por vezes, denominada de arranjo produtivo local. Uma indústria que em seu início não foi beneficiada pelas políticas de desenvolvimento e era fortemente arraigada às condições precárias de sobrevivência e às tradições locais. Essa foi a base que deu vida e dinamismo à expansão da Feira da Sulanca, tornando a confecção o principal ramo do comércio no interior de Pernambuco.

Observando as narrativas, dos empresários e suas memórias relativas à infância/adolescência, sobre as ocupações dos seus pais ou conhecidos (os empreendedores) que já trabalhavam envolvidos na confecção, de forma direta ou indireta, regressamos às décadas de 1960 e 1970. O hábito de produzir no âmbito doméstico, utilizando a mão de obra familiar foi uma herança mantida neste período, mas que vem desde a década de 1950, a partir dos sitiantes, atrelada ao trabalho rural. E não se desfez com o passar do tempo, continuou no âmbito citadino, na produção destinada à Feira da Sulanca.

Por essa via, vemos o quanto o contato dos empresários com o comércio e com as confecções é atrelado à família. A ligação entre o trabalho e o comércio, tanto o comércio em geral quanto o de confecções, se deu através da família que articulou a realização da produção no âmbito doméstico, voltada especificamente para o comércio de feira. A íntima relação entre produção/trabalho e família permaneceu no espaço urbano e nas atividades confeccionistas como elemento fundamental. O lócus doméstico não apenas era lugar para se morar, mas também para se ganhar a vida e aprender a realizar uma atividade que garantisse a sobrevivência do grupo, tal qual na produção agropastoril. E a mão de obra envolvida na produção era a própria família que tocava seu negócio, garantindo seu sustento e sua autonomia. A autonomia e a independência se revelaram, portanto, como valores fundamentais no comportamento das pessoas deste campo.

Para melhor entender a articulação da família com o trabalho e o comércio, vejamos os depoimentos sobre a categoria específica Início das Atividades Profissionais.

3.2 Início das atividades profissionais

Tal qual se procedeu no quadro anterior, do entrelaçamento das informações expostas, serão ressaltadas características que compõe a compreensão desta categoria, seguida de contextualização e interpretação. As características ressaltadas por essa segunda categoria específica unem-se às anteriores e adicionam novos dados e reflexões para a análise das posições iniciais dos empresários em relação à estrutura produtiva do território.

Quadro 4: Início das Atividades Profissionais

| Empresário | Trechos das Narrativas |
|------------|--|
| 1 | Eu saí de uma atividade que eu vendia picolé e sorvete na rua, aqui. Aí, quando cê tá um rapazinho, pra arrumar namorada vendendo picolé e sorvete, não dá muito certo não. Você tem que fazer alguma coisa. |

| | |
|---|---|
| | <p>Em 1989 eu comecei fazendo feira pra valer. Uma pessoa fabrica e cede as roupas ao pessoal que vai vender pra ganhar comissão.</p> |
| 2 | <p>Eu trabalhava numa empresa que eles só pagam por uma camisa bem mais básica, e o bordado deles é daqueles minimalista. Eu trabalhava no setor de criação da empresa que eu trabalhava. Eu não me preocupava tanto com combinar cores, com recortes, porque era mais assim, a questão de ver o que caía bem na peça, um detalhezinho, uma coisa e outra.</p> <p>Eu já trabalhei na Empresa 1¹³. Sou egresso daquela empresa. Lá foi minha escola pra aprender um monte de coisas.</p> |
| 3 | <p>Mas, meu esposo ele trabalhava numa empresa de ônibus, entendeu? Então, ele pegou a indenização dele e começou movimentando, comprando corte de tecido, fabricava, vendia, fabricava, vendia e daí foi que começou toda a história.</p> <p>Então, depois que casamos viemos trabalhar juntos e desde então começou o que eu digo, eu digo sempre assim a meu marido, é a luta diária. Aqui em Caruaru, no mesmo local que nós estamos.</p> |
| 4 | <p>Eu resolvi investir em algumas máquinas que estavam lá, ociosas, paradas lá na minha mãe, eu pedi a ela pra colocar uma costureira. E comecei. Aonde eu trabalhava, pegava lá os tecidos e ia produzindo aos poucos.</p> <p>Sim, deixei também a empresa onde eu trabalhava vendendo tecido pra me dedicar totalmente à confecção. Ainda era informal e aí, a gente passou um bom tempo na informalidade e aí, em 2011 a gente decidiu formalizar essa empresa.</p> |
| 5 | <p>Eu era muito danada, com 13 anos eu já queria vender. Eu comecei, eu colocava sem banco, sem nada, botava nas paredes. Pegava umas ombreiras e botava nas paredes, o vestidinho e vendia. É tanto, que a confiança de dona Fornecedora 5¹⁴ era muito pouca, porque eu era muito nova, de menor, então, o que é que ela fazia, se ela lhe desse cinquenta vestidos, ela passava vinte e cinco, entendeu? Aí eu segurava, deixava todo mundo vender, aí, aumentava um pouquinho, vendia o meu, então, assim, foi fazendo essa proporção.</p> <p>Aí, com 15 anos meu pai disse “você quer o quê de presente”? Aí eu disse: um banco, era um banco de Sulanca. Eu fiquei, acho que até uns dezoito anos, dezenove, vendendo com Fornecedora 5, aí depois, fui comprando de outros, de Fortaleza... Foi. Deixa eu ver.... Oitenta e seis [1986] eu já tinha dezoito.</p> |
| 6 | <p>E em Toritama sempre teve muitos serviços, assim, informais. Aí a gente ficava em casa, às vezes, ajudava a mãe a virar caixa de sapato, a fazer as tampas, a passar cola, fazer trança de sandália, e aí, foi mais ou menos um ano. Acho que eu já tinha doze anos [1981], a gente foi trabalhar nessa tenda, como ajudante mesmo sabe, de cortar as peças, torar as pontas de linha, fomos trabalhar.</p> |

¹³ Empresa de propriedade do Empresário 1.

¹⁴ Fornecedora 5 é a fornecedora da Empresária 5.

| | |
|----|---|
| | <p>O dono do fabrico, lá da tenda, mais ou menos uns dois anos depois [1983] ele migrou do calçado pra confecção. E a gente foi junto né. O calçado entrou em declínio naquela região e começava a surgir na época a confecção, que era de resto de tecido, de sobra de tecido. Aí, começamos a aprender a cortar, a aprender a trabalhar, com confecção.</p> |
| 7 | <p>Olha eu comecei ajudando meu pai, acredito que eu tinha sete ou oito anos. Eu era muito novo. Meu pai tomou a iniciativa, meu avô encerrou as atividades e meu pai continuou. Foi quando meu pai montou um mercadinho. Já na década de 90 [1990], foi que eu dei uma ajuda aos meus pais, como tipo: eu ajudava a embalar os cereais. eu sempre fiquei ajudando ele. Sei lá, acho que 14, 15 anos. Eu fiquei ajudando meu pai até.... Acredito, 2004.</p> <p>Aí foi quanto houve um pouco de desentendimento entre eu e ele. Aí, foi quanto eu entrei na confecção.</p> |
| 8 | <p>Eu vendia cereais e cheguei a militar. Fiz o curso de militar e, nesse período, conheci a minha esposa que trabalhava com confecções, então, foi quando a gente migrou pra o ramo de confecções, isso há 30 anos atrás. Ela trabalhava de empregada em uma loja, costureira, conhecia do ramo das confecções.</p> <p>Quando eu casei, ela saiu do emprego e ficou trabalhando comigo, porque eu era militar, soldado de polícia, né, e tinha um comércio paralelo que era de vender cereais, na feira do Salgado, aqui de Caruaru. Eu passei 5 anos ainda na polícia, aí pedi baixa e comecei na confecção. Então, eu deixei o feijão, depois deixei a polícia e continuamos na confecção até hoje.</p> |
| 9 | <p>Eu comecei a trabalhar em 77 [1977]. Eu tinha 19 anos quando comecei. Trabalhei 8 anos com meu pai, foi no período que eu tinha passado no vestibular, aí, não tinha o que fazer em casa, aí fui pra loja. Lá aprendi, aí ele me deu toda parte financeira, eu tinha jeito, aí fiquei administrando toda parte financeira. Ele teve oferecimento da DIPE, que era do desenvolvimento de Pernambuco, uma firma, onde ela financiava o prédio, pra você pagar sem juro, no distrito industrial de Caruaru. Aí, ele comprou esse prédio que fica a 5 km da cidade, aí botou a fábrica. Botou a fábrica lá e eu fiquei no financeiro e nas vendas da loja e ele ficava na fábrica, junto com a minha mãe.</p> <p>Então, quando foi em outubro, 13 de outubro, ele faleceu de repente, ainda jovem, ele tinha 54 anos. E eu tava com toda parte financeira, sabia vender. Não fazia as compras, mas ficava na parte de cartas e tudo, aí eu fiquei com minha mãe. Eu fui para indústria aprender o caminho, como é que passava o processo de produção que eu não sabia.</p> |
| 10 | <p>E era uma empresa de aviamento e miudezas. Na empresa eu fazia a parte de compra, de venda e a parte de controle de estoques. Então, assim, eu mapeava os estoques, os fluxos de vendas de produtos, pra poder fazer embasamento pra compra. Foi meu primeiro emprego. Eu passei 12 anos lá.</p> |

| | |
|----|---|
| 11 | Lá em Recife, comecei a trabalhar num setor que não tinha nada a ver com o setor de confecção, que era o setor de atacados e defensivos agrícolas. Seguindo, mais ou menos, a linha que meu pai trabalhava, na época. Depois de casado foi que eu tive contato com o setor industrial de confecção. |
|----|---|

Fonte: Coleta de dados da pesquisadora.

As características que se destacam quanto ao Início das Atividades Profissionais são:

- O início das atividades profissionais é bastante diferenciado até resolverem se arriscar na produção de confecções, mas todas as atividades convergem para o comércio: vender picolé na rua, ser vendedor em loja de tecidos, ser trabalhador numa fábrica, ser funcionário de almoxarifado, vender defensivos agrícolas, revender confecções, vender cereais ou confeccionar calçados;
- As atividades iniciais demarcam que dos 11 entrevistados, 9 partiram da condição de trabalhadores, seja assalariado ou informal. Exceto o Empresário 7 que atuava na loja do pai e a Empresária 9 que é herdeira de uma fábrica;
- As ocupações iniciais da maior parte dos empresários tinham como fim a sobrevivência. A troca das ocupações iniciais pela produção de confecções, além de demonstrar a força que a atividade já possuía na região, vem acompanhada de uma expectativa que não é somente a sobrevivência, mas a melhoria das condições de vida e a autonomia. Por isso, a opção pelo empreendimento;
- O contato com a confecção, como foi visto no quadro anterior, é mediado por alguém da família, seja a família nuclear ou a família extensa. O que esse último quadro nos revelou é que são duas as possibilidades de junção entre família e produção de confecção: alguém da família já trabalhava com confecção e convenceu o empresário a investir, mudando o rumo de suas atividades, ou o próprio empresário, por perceber o potencial do comércio de confecções, aderiu ao negócio em parceria com alguém da família;

- O comércio atrelado à produção de confecções simboliza a unificação de uma produção local, a partir de um determinado momento, redefinindo a “vocação” do comércio local;
- Quando os empresários se voltaram para confecção não se contentaram em continuar participando do comércio apenas em atividades de vendas, mas participar do comércio fazendo “venda própria”, ou seja, produzindo para vender.

Observando o Quadro 4 e as informações que se destacam, é possível perceber que empreender no ramo de confecções, em grande medida, foi aderir a uma tendência local, mas que não implicou numa certeza de sucesso, implicou numa nova atividade a ser consolidada com muito esforço e cautela. Por isso, merece destaque a afirmação da empresária 3, que caracterizou o início de sua trajetória através da expressão “é a luta diária” e também a atitude dos demais empresários que permaneceram em suas ocupações iniciais até sentirem firmeza em seu empreendimento, passando depois a se dedicar exclusivamente ao fazer confecção.

Perante a troca das ocupações iniciais pela produção de confecção, dois elementos merecem ser destacados: o primeiro refere-se à natureza das ocupações iniciais, antes da adesão ao ramo de confecções, eram ocupações voltadas para sobrevivência ou que exigiam baixa qualificação profissional. Por que predominava este tipo de ocupação? Esse elemento quando ressaltado leva a pensar nas condições locais de desenvolvimento que propiciaram um início de trajetória aos empresários atrelado a muitas dificuldades, principalmente, de sobrevivência.

O segundo são as condições com que se arriscaram a empreender, demarcando em geral condições precárias, uma vez que ficaram dependendo de suas ocupações iniciais ou de ajuda familiar; exceto a Empresária 9. Neste sentido, é importante considerar a força atrativa que o comércio de confecções já possuía no local no início da década de 1980, estimulando a produção das confecções como alternativa viável à melhoria de suas condições. Prova dessa atração é que a origem de alguns entrevistados aponta o deslocamento de famílias de outras cidades pernambucanas (Recife, Cupira, zona rural de Riacho das Almas) ou de algum estado vizinho (Paraíba) convergindo ou retornado para as cidades-núcleo do campo observado.

Quanto às condições locais de desenvolvimento, no período em que os entrevistados se destinaram a empreender – início da década de 1980, são condições de subdesenvolvimento ainda atreladas ao contexto da criação e expansão da Feira da Sulanca.

Em termos gerais, Lira (2011) observou que no decorrer da década de 1950 até meados da década de 1960 a situação de Pernambuco, como a do Nordeste, permaneceu presa no subdesenvolvimento. A seca que castigou a região não teve suas consequências sanadas nos anos seguintes. A criação e implantação da SUDENE, no início da década de 1960, não alterou significativamente essa condição, principalmente, no trecho que compreendia o Agreste e o Sertão, onde a situação da agricultura de subsistência e da pecuária extensiva foi se tornando cada vez mais difícil. No caso das cidades-núcleo, as atividades agropastoris não foram prósperas devido ao clima seco, obrigando os trabalhadores rurais a buscar outras formas de sobrevivência.

Especificamente no caso de Pernambuco, o processo de entropia socioeconômica que o interior viveu por falta de políticas de desenvolvimento que o favorecesse, ocasionou uma situação de subdesenvolvimento em que predominava a escassez generalizada na vida social: escassez de atividades de trabalho, de educação, de qualificação de mão de obra, de fomento às atividades produtivas locais, etc. A população sobreviveu e prosperou a partir da estratégia de produção de confecções, como complemento à renda das atividades agropastoris, voltadas ao comércio de feira. Foi a partir dessa matriz que a produção de confecções extrapolou o meio rural e passou a dinamizar as cidades.

Nessa passagem, segundo Burnett (2014), alguns elementos que foram característicos da produção agropastoril permaneceram presentes na produção de confecções na cidade, como: o predomínio da pequena propriedade, o trabalho realizado por pessoas da família em seu domicílio, a formação de redes sociais de parentesco e de amizade para dinamizar tanto a produção quanto o comércio, o estreito vínculo entre família e produção, a participação dos migrantes através do comércio de retalhos, o exercício do trabalho sem contrato e sem direitos legais e a prática do custeio antecipado para agilizar a produção.

O custeio antecipado é uma forma de capitalização local, utilizada para iniciar uma unidade produtiva. Consiste em:

Adiantar certa quantia em dinheiro como empréstimo para que o lavrador pudesse botar seu roçado, ou seja, organizar o processo produtivo: comprar semente, adubo, uma espécie de empréstimo de custeio, o que significava uma venda antecipada da produção, que em geral, resulta em prejuízo para o agricultor. Esses recursos costumeiros do sítio foram também transferidos para as transações comerciais e produtivas da Feira da Sulanca, nas formas de matéria-prima e meios de produção, como tecidos, aviamentos, máquinas de costura, que os comerciantes custeiam para as costureiras no intuito que elas possam produzir para eles (BURNETT, 2014, p.15).

Merecem destaque na interpretação da categoria, o exercício do trabalho sem contrato e sem direitos legais e o custeio antecipado, como gênese da informalidade e da subcontratação, respectivamente. Ainda de acordo com Burnett (2014), o trabalho era informal porque ocorria no âmbito doméstico envolvendo a família extensa e alguns conhecidos, a princípio nas atividades agropastoris, depois, contemplando a produção de confecções. E como a produção era feita e comercializada através de redes sociais de parentesco e de amizade, não havia uma preocupação com contratos ou direitos trabalhistas, o que prevalecia era a confiança e a afinidade entre as pessoas envolvidas na atividade. Bezerra (2011) completa esse raciocínio, afirmando que a contratação formal de trabalhadores na região, na época da formação da Sulanca, era uma tradição atrelada ao funcionalismo público, na produção de confecções o que prevalecia eram as relações de parentesco e a confiança entre as pessoas.

A subcontratação se ergueu através do custeio antecipado. Aquele empreendedor que tinha um pouco mais de capital, financiava uma unidade produtiva para alguém que desempenhasse parte do seu processo produtivo. Essa é a lógica de criação de uma facção e também uma forma de reproduzir a produção informal. Esses registros evidenciam que a informalidade e a subcontratação não configuravam problemas ligados ao fenômeno da reestruturação produtiva no Agreste Pernambucano, mas foram consequências históricas das formas tradicionais de produção, mediante as condições de subdesenvolvimento.

Por isso, não seria difícil arrumar algumas máquinas e começar a empreender, pois predominavam na região arranjos produtivos informais, subcontratados, improvisados, com pouco capital acumulado, em função das condições sociais da maior parte da população.

No entanto, deve-se levar em consideração, segundo Lira (2011), que a criação e expansão da Feira da Sulanca não ocorreu de forma simultânea nas três cidades-núcleo. Primeiro foi em Santa Cruz, entre as décadas de 1950-1960, cuja expressividade

influenciou a ocorrência nas duas outras cidades. O panorama ao entrar a década de 1970 era de prosperidade, principalmente, em Santa Cruz do Capibaribe. A migração dos moradores rumo ao Sudeste não apenas havia diminuído, como parte deles já fazia o caminho de volta, em função da expansão da produção de confecções. Esta, ampliou-se além do espaço da Feira da Sulanca, já não envolvia apenas o comércio, mas quase todas as atividades locais. É dessa expansão que surge o termo Território da Sulanca.

Caruaru, ao final da década de 1970, já era tida como uma das cidades mais importantes do interior do estado e apresentava produção diversificada em torno de sua tradicional feira livre, do comércio dinamizado por ser rota de tropeiros e mascates e do comércio de artesanato e de calçados. Sua predisposição ao comércio foi viável para ampliação da Feira da Sulanca e para produção de confecções (PEREIRA NETO, 2013).

A década de 1980 foi para o Brasil uma década de recessão devido a vários fatores: os efeitos da crise internacional do petróleo, a invasão das multinacionais limitando o crescimento das empresas nacionais, o desenvolvimento de um quadro inflacionário e a inviabilidade das ações previstas no II e III PNDs (BRUM, 1987). Mas este quadro recessivo não se aplicou ao Território da Sulanca, ali o cenário permanecia promissor. A produção de confecções aumentava e se diversificava, desta vez, com a introdução do jeans na produção, através da cidade de Toritama. O Jeans foi introduzido em Toritama aproveitando as máquinas e a mão de obra antes utilizadas na produção de sandálias e sapatos de couro, pois o jeans era um tecido pesado e grosso que guardava certa semelhança com o manuseio das matérias-primas utilizadas na produção de calçados. A produção do jeans foi incrementada com a implantação das lavanderias responsáveis pela lavagem, amaciagem, tingimento e descoloração das peças (ANDRADE, 2008).

Ainda nos registros de Andrade (2008), tem-se que a extensão da produção confeccionista passou a abranger outras cidades e as características da produção de confecções se homogeneizaram por todo o Agreste pernambucano. Houve proliferação das pequenas unidades fabris, aumento da contratação de trabalhadores, chegada de novos atacadistas e também dinamização tecnológica no processo produtivo, ao incorporar máquinas de baixa rotatividade, como a máquina de costura a pedal, ocasionando um aumento na quantidade de peças produzidas.

Toda essa fase que envolve início e expansão pode ser sintetizada nas palavras de Barbosa da Silva (2012), em sua abordagem de cunho semântico, retratando os elementos fundamentais da produção de confecções por seus elementos físicos: fios, nós, malhas e

redes. Os fios que teceram o surgimento da Sulanca foram as atividades familiares; os nós que deram sustentação ao entrelaçar dos fios foram as relações estabelecidas entre as famílias produtoras, os fornecedores de matéria-prima e os consumidores; a malha que resulta desses fios e nós corresponde à expansão comercial da produção de confecções envolvendo os participantes da Feira da Sulanca e o resultado final é a composição de uma rede, uma rede de produção e comércio que se expandiu para além do Agreste de Pernambuco, abrangendo outros estados, tanto no Nordeste como fora dele.

A partir dessa compreensão, é possível vislumbrar como se empreendia a produção de confecções. Essa “luta diária” se fez a partir do trabalho (assalariado ou informal), em diferentes unidades de produção, lidando com contratação informal, subcontratação, pouco capital e muita determinação.

Cabe registrar que frente ao fazer, ao agir, para dinamizar o processo de produção e comércio de confecções, a formação educacional ou a qualificação profissional foi difícil de ser obtida, pois a prioridade era trabalhar, para edificar uma nova forma de sobrevivência que se desdobrava para a conquista do negócio próprio, da autonomia, da independência.

3.3 Formação

No quadro 5, denominado de Formação, correspondendo à terceira categoria específica abordada para caracterizar o ponto de partida da trajetória dos empresários, é possível observar a dificuldade prevalente na aquisição de conhecimento instrumental, mediante a necessidade de ação contínua entre produção e comércio de confecções.

O quadro abaixo segue as mesmas características de apresentação e reflexão dos quadros 3 e 4.

Quadro 5: Formação

| Empresário | Trechos das Narrativas |
|------------|---|
| 1 | <i>Não declarou nada sobre o assunto</i> |
| 2 | Eu fui selecionado pelo SISUTEC, daí foi uma luva pra toda minha produção porque era um curso que eu tinha muita vontade de fazer, há tempos, e abriu a oportunidade aqui, pertinho de mim, no Senai Santa Cruz. Então, é o técnico em vestuário, onde a gente vê, do desenho da peça até a venda. Então, a gente aprende todo o processo produtivo. É o técnico em vestuário. Eu vou cursando aí acho que, mais ou menos, o segundo ou terceiro mês. Eu comecei já foi agora em agosto, eu vou até dezembro do ano que vem. |
| 3 | <i>Não declarou nada sobre o assunto</i> |
| 4 | Trabalhava e estudava, e com a conclusão do primeiro grau na época, aliás, segundo grau, eu terminei o técnico em contabilidade e administração. E busquei através da própria Associação [Associação Comercial de Santa Cruz] também uma melhor qualificação, uns cursos. |
| 5 | Eu queria ter estudado. Mas eu terminei o segundo grau dormindo. Eu ia segunda, terça, quarta, quinta pra Santa Cruz, todos os dias. Dormia lá, nos bancos, ficava pra quinta-feira, que tinha feira lá. Eu estudava na quinta à noite, cochilando, e na sexta. |
| 6 | Mesmo assim, estudávamos ainda. Papai não deixava a gente sair da escola não. O ensino básico, a gente fez uma parte dele em Recife, era à tarde. No segundo grau, a gente fez 1º ano aqui em Toritama e o 2º e 3º ano eu fiz em Caruaru. Eu fiz muito isso, meu irmão também, estudávamos pra prova na feira. A faculdade de Caruaru era à noite, aí, como as feiras começavam à tarde, ia pra feira de tarde e a gente se revezava, aí eu ia pra faculdade e voltava da faculdade pra feira. Eu fiz História na época. Eu também fiz Design de Moda, fiz em Santa Cruz, na faculdade, na Fadire. |
| 7 | Eu não me dediquei aos estudos, meus pais quiseram me ofertar estudos, mas eu não quis, então eu não terminei, eu não tenho praticamente o primeiro grau, eu só estudei até a sétima série. Tentei a oitava, mas desisti. Meu irmão não, meu irmão ainda fez faculdade, era mais dedicado aos estudos. |
| 8 | Eu fiz o básico e depois fiz contabilidade, né.... É, então, eu fiz contabilidade e já tinha noção de.... Eu sempre fui bom em matemática, eu sou bom em matemática, isso me ajudou. Fiz o curso de militar. |
| 9 | Eu fiz Direito aqui na ASCES, vim fazer Direito. |
| 10 | Ainda hoje eu estudo. Eu vim pra cá com o conhecimento que eu tinha do varejo e o conhecimento da matéria-prima que a indústria utilizava. Mas, eu não entendia nada de indústria, como eu já falei. Principalmente, o setor de produção que é de fundamental importância pra toda fábrica, pra toda indústria. Aí surgiu o ITEP |

| | |
|----|--|
| | <p>[Instituto Tecnológico de Pernambuco], o Centro de Pesquisas e Tecnologia daqui, foi fundado, e eles fizeram um curso de industrialização e esse curso englobava a parte de risco e corte, de modelagem, comercial, financeiro, um monte de coisa que era voltado pra cadeia da indústria. Aí eu digo, poxa eu vou fazer esse curso! O curso era de 8 meses, faz muito tempo, isso foi em 2006, vai fazer 10 anos esse curso. Aí fui eu e minha esposa fazer esse curso.</p> <p>Eu sou formado em Administração, me formei agora, no final do ano passado [2014], mas a minha vontade era de ter feito Engenharia de Produção</p> |
| 11 | Fiz Administração no Recife. |

Fonte: Coleta de dados da pesquisadora

As informações que se destacam quanto à Formação, são:

- Dos onze entrevistados, dois deles (10 e 11) possuem formação superior em Administração;
- Dois deles (2 e 10), fizeram cursos técnicos direcionado à produção de confecções;
- Dos nove que declararam sua formação, apenas um (o 7) não possuía ensino médio completo;
- Dos nove que declararam sua formação, sete estudaram além do ensino médio, subdividindo se em cursos técnicos (2, 4, 8 e 10) e graduação (6, 9, 10 e 11)
- Todos que declararam sua formação concluíram seus estudos já trabalhando na produção de confecções e enfrentaram dificuldades na aquisição de conhecimento instrumental, em função do tempo ser empregado na produção e comércio de confecções.

Tanto o estudo quanto a qualificação profissional não apareceram como prioridade na trajetória dos entrevistados. Em geral, foram limitados pela dedicação ao trabalho, como exemplifica o depoimento da empresária 5 – “Eu queria ter estudado. Mas eu terminei o segundo grau dormindo. Eu ia segunda, terça, quarta, quinta pra Santa Cruz, todos os dias. Eu estudava na quinta à noite, cochilando, e na sexta”. Aqueles que conseguiram estudar além do ensino médio, foram obrigados a dividir seu tempo entre o trabalho e os estudos.

A baixa qualificação profissional sobressai como um traço característico entre os empresários, que aprenderam seu ofício observando os familiares, trabalhando diretamente com a confecção ou em setores afins, adquirindo conhecimento através da prática do negócio. Além disso, a falta de qualificação profissional acompanha o conjunto de características que promoveram o subdesenvolvimento da região e do estado.

A partir dos depoimentos expostos nos quadros 3, 4 e 5 e das informações que neles se destacaram, fundamentadas por informações contextuais, é possível inferir algumas considerações sobre as posições dos empresários, no início das suas trajetórias.

3.4 Heranças e posições no campo e na atividade produtiva

A descrição da intensa transformação produtiva que ocorreu no Agreste de Pernambuco, em torno da produção e do comércio de confecções, já se tornou fato largamente exercido. O intento da abordagem aqui realizada não foi aumentar as características que compõem esse quadro ou ofertar algum traço inédito na disposição de suas relações, mas adotar o processo dessa transformação como fonte de compreensão da realidade atual. Uma compreensão de como as configurações do trabalho se formaram e se reproduzem neste campo, atreladas ao “fazer confecção”.

Neste capítulo, procurou-se identificar como se formaram as configurações do trabalho relativas à produção de confecções no Polo, confrontando o contexto em que a produção de confecções foi erigida com as ações de um grupo de agentes sociais. Correspondendo, respectivamente, à interação entre sociedade/objetividade e indivíduo/subjetividade. Essa é uma forma de análise estrutural largamente utilizada na Sociologia e em suas demais ramificações. Porém, a análise estrutural aqui esboçada difere de outras, por seguir a epistemologia sociológica de Bourdieu. Cujo pensamento é guiado pelo princípio de que o mundo social se oferece como uma representação, na qual seus objetos de conhecimento são construídos e não passivamente registrados. O princípio dessa construção “é o sistema de disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e que é sempre orientado para funções práticas” (BOURDIEU, 2009, p.86).

Portanto, uma análise estrutural de condições de produção e subjetividades de trabalho, subsidiada pelos símbolos e sentidos reguladores da vida social.

O primeiro passo para seguir a lógica de Bourdieu, é entender que sua análise estrutural toma a relação dual entre sociedade e indivíduo como uma interação dialética, não uma sobreposição. A interação dialética é formada por um “duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade”, tornando concreta essa relação “no próprio movimento de sua efetivação”. (BOURDIEU, 1983, p.47)

Onde, interiorizar a exterioridade é assimilar o mundo objetivo e integrar suas regras e símbolos ao comportamento individual e às interações sociais, é o exercício da herança social recebida. Exteriorizar a interioridade é reação dos agentes sociais perante a objetividade, criando possibilidades diferenciadas e reinventadas dentro de um conjunto de acontecimentos.

A interiorização do exterior se dá pelo processo de socialização, cuja base é um processo de decifração coletiva, mas não homogêneo, do mundo social. A partir da decifração e da interiorização do mundo social, acontecerá, mediante as relações sociais construídas, a prática contínua de exteriorização, através de ações subjetivas, imprimindo particularidades na vivência da estrutura social. São estas particularidades que ajudam o mundo social a se manter no tempo, dando perpetuidade a determinados elementos, ainda que sejam vivenciados de maneiras diferentes do uso social original. (BOURDIEU, 1983).

Adotando essa postura foi que se afirmou na Introdução que observar como o trabalho se realiza é observar como as pessoas se organizam socialmente. Assim, a relação que se evidencia é tomar as configurações do trabalho como formas de decifração do campo produtivo observado, pois não é um entendimento que privilegie apenas a forma objetiva das atividades (produzir, comercializar), mas sua interação dialética com as práticas e sentidos dos agentes sociais. As práticas e os sentidos narrados pelos empresários abordados, não seriam tão somente subjetividades destacadas num determinado contexto, mas conformações de pensamento, simbolismos, regras e comportamentos partilhados, derivando e realimentando uma ordem social existente.

Os fatos e relações que os empresários narram como marcantes no início de suas trajetórias, adquirem inteligibilidade na realidade atual em função de resultarem da herança social recebida dos seus familiares e conhecidos. Através dos quais, foram

inseridos na produção de confecções e no dinamismo da produção coletiva estabelecida no Polo. Esta relação pode ser compreendida através da noção de habitus, pois “O habitus está no princípio de encadeamento das ações que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica” (BOURDIEU, 1983, p.60). A herança social recebida pelos empresários está no princípio do encadeamento de suas ações. Sem compreender seu passado, não há como analisar seu presente. Não é somente compreender como se produz, trabalha e comercializa, é entender esses elementos naquele território, em certas condições e através da ação de agentes sociais, que pensam, interagem e recriam sua realidade.

Além de oferecer uma perspectiva histórica do processo, a noção de habitus também apresenta a lógica de como regras sociais e comportamentos subjetivos interagem, dando forma a ações específicas e portadoras de significados.

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem habitus, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente reguladas e regulares sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 87).

A monitoração de agentes sociais seguindo essa linha de raciocínio, torna-se um instrumento propício para entender suas ações apoiadas em costumes e crenças herdados, revelando os princípios geradores e organizadores das suas práticas e sentidos. Por isso, os empresários foram destacados nesta abordagem como um dos principais suportes na revelação das configurações de trabalho no Polo. A atenção que suas ações despertam não se resumem a serem possuidores de grande parte da riqueza produzida com o negócio da confecção ou por alcançarem status privilegiado na vida social local, mas porque suas trajetórias revelam tanto os princípios geradores e organizadores da produção de confecções quanto mudanças efetuadas na forma de produzir e organizar o trabalho fabril, dando uma aparência de modernidade ao “fazer confecção”.

Os demais agentes sociais atuantes no Polo também possuem importância ímpar nessa saga, mas os empresários atuaram e atuam como articuladores destes outros agentes sociais à medida que empregam diversos trabalhadores no processo de produção,

diferenciaram a produção fabril da produção doméstica, comercializam, abriram espaço para atuação de fornecedores, distribuidores de tecnologia, agentes financiadores, consumidores e tantos outros que dependem da produção para poder se posicionar nas atividades do Polo.

Assim, o resgate aqui pretendido não intenta repetir o que já é sabido, mas destacar os elementos que estruturaram a produção de confecções e suas formas de trabalho locais, redefinidos ao longo da expansão da produção de confecções pelas subjetividades dos empresários.

Os empresários receberam como herança social uma realidade marcada por precariedade nas condições de trabalho, subdesenvolvimento, posição periférica no sistema produtivo nacional e regional, escassez de direitos sociais e todas as demais limitações apontadas. Não havia nesse contexto marcado por dificuldades um desígnio ou estratégia que garantisse a superação de tais condições. Essa, foi forjada a partir das ações destes agentes sociais que, através de criatividade e determinação, usaram os elementos de que dispunham para redefinir sua herança social e construir novas possibilidades. Claro que não foram possibilidades totalmente inéditas, foram construídas a partir do que já existia, a diferença é que foram criadas estratégias não apenas de sobrevivência, mas de superação.

O habitus recebido como herança social pelo empresário não se traduz apenas na condição de subdesenvolvimento, mas, principalmente, pela influência de seus familiares e conhecidos, enquanto primeira leva de empreendedores da confecção no ambiente urbano. Foram eles, em suas práticas de produção doméstica, informal e dinamizadas por uma rede de relações de parentesco e amizade, voltados ao comércio de feira, que perpetuaram as características da produção rural nas cidades. O “fazer confecção” teve como lastro a pequena propriedade, o trabalho familiar e informal, o uso de tecnologia rudimentar, uma produção de baixa qualidade, voltada para o comércio de feira. Desde crianças, seja trabalhando ou acompanhando o trabalho de familiares e conhecidos, os empresários aprenderam o ofício da confecção através destas características. Este é o ponto de partida das trajetórias com profundo alcance histórico, envolvendo seu passado e repercutindo no presente.

O ponto de partida operacional de suas trajetórias se deu quando passaram a atuar no mercado de trabalho. Mas aí, já estavam socializados, profundamente tomados pelos costumes locais, pelas memórias dos seus antecessores, pelo potencial da atividade

produtiva, pela expansão das feiras da Sulanca, pela informalidade e, principalmente, pela possibilidade de autonomia, independência e superação. Foi por essa possibilidade se apresentar como meio de superação que largaram suas atividades iniciais e passaram a empreender da forma como podiam, tendo no trabalho o principal meio e recurso de fazer suas ações e intenções obterem êxito.

A constituição sociocultural apresentada no contexto que envolvia a região Nordeste, o estado de Pernambuco e a situação do Agreste em meados do século XX foram decifradas e ficaram impressas nas memórias dos empresários desde sua infância. A partir das experiências que presenciaram ou participaram, ao lado de seus familiares e conhecidos, é que construíram suas percepções sobre o campo e sobre a atividade produtiva. A partir delas é que fundamentaram suas ações para dar continuidade ao fazer confecção. Não da mesma forma que antes, recriaram a vivência dessa atividade da qual tornaram-se parte. Tal qual Bourdieu (1983, p. 61) afirmava: “As práticas que o habitus produz são determinadas pela antecipação implícita de suas consequências, isto é, pelas condições passadas da produção, de seu princípio de produção, de modo que elas tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são em última análise o produto”.

Se os familiares e conhecidos que os antecederam puderam empreender a produção de confecções, libertando-se de atividades assalariadas, ganhando não apenas para sobrevivência, vislumbrando a participação no comércio de feira como uma melhoria ou superação das condições precárias de vida, é claro que os empresários aqui investigados também iriam querer participar desse jogo. A forma como iniciaram a participação no jogo seria uma conformação ao habitus já consolidado, denominado por Sá (2015) de “habitus feirante”. Mas, não ficaram apenas nisso.

A herança sociológica consiste no núcleo do habitus, Bourdieu a destaca como uma matriz que permite ver, pensar e agir em várias situações. Ocorre que essa matriz não se constitui de forma livre e nem homogênea, mas determinada pela posição do indivíduo no campo e na estrutura produtiva (BOURDIEU, 2013). Tal fato leva à necessidade de conhecer o processo de diferenciação social existente no Polo e seu sistema de posições, para entender como um grupo de agentes sociais saiu da condição de trabalhador e passou à condição de empresário, distinguindo-se do restante da população envolvida no comércio de confecções.

O processo de diferenciação social se constitui sobre a pluralidade do campo observado. Por isso, o desvendar de um campo não se dá de forma generalizada, mas

através dos seus subcampos, representados por classes ou grupos, dispostos de acordo com seu papel na estrutura produtiva (BOURDIEU, 2007).

O campo é plural externa e internamente. O campo de observação desta pesquisa é o Polo de Confeções localizado no Agreste de Pernambuco, mas que também é subcampo das outras esferas geográficas aqui citadas – estado, região, país, continente. Externamente, é integrado ao contexto sócio histórico que vem sendo descrito deste a Introdução, dele recebendo sua cota de herança social e adaptando ao seu dinamismo próprio.

O dinamismo próprio reflete a pluralidade interna através do sistema de posições e suas relações, vivenciados pelos agentes sociais. A pluralidade interna, seus processos de diferenciação, as posições ocupadas e as disputas por poder são captadas pela ação dos agentes sociais, ou seja, o senso prático desse mundo. Os agentes sociais pensam e atuam a partir do habitus do seu grupo que lhes fornece princípios geradores e organizadores de práticas distintas. O comportamento dos agentes sociais é a chave para compreensão da estrutura do campo (BOURDIEU, 2007).

A partir das narrativas é possível inferir que na formação do Território da Sulanca não havia grande diferenciação social em termos de uma estratificação vertical, a condição geral dos agentes sociais do Polo é a busca pela sobrevivência, seja nas atividades de comércio ou diretamente ligadas à Feira da Sulanca. Relembrando aqui a caracterização do Sebrae (2013) apontando o predomínio histórico de pequenas empresas, fabricos e facções, corroborando a condição geral dos agentes sociais.

Neste campo, a primeira diferença seria entre grupos que comercializavam (revenda) ou exerciam atividades afins (vender tecidos, aviamentos, etc.) e quem produzia para vender. Dentro do grupo dos produtores, aparece a segunda diferença marcante, seria entre agentes que produziam a peça completa em suas atividades e agentes que produziam parte das peças, demarcando renda e autonomia na produção de forma diferenciada. Inclusive, essa divisão é a característica que ajuda a definir os tipos de unidades produtivas, conforme foi exposto na Introdução. Sendo assim, o fato marcante e diferenciador era empreender uma atividade que contemplasse a produção da peça completa (ou de sua maior parte), garantindo maior lucro no momento da venda e maior autonomia sobre a atividade produtiva.

O grupo de empresários entrevistados consistia numa fração de classe que desejava se estabelecer como produtor, mas produtor de peça completa. Garantindo uma participação mais efetiva no comércio das confecções. Partiram para concretizar esse empreendimento sem um capital financeiro significativo, apoiados no habitus feirante, tendo como experiência profissional a condição de trabalhador, inseridos no negócio da confecção através da família e tinham suas práticas voltadas para o comércio de feira. Em geral, foi assim que iniciaram as suas trajetórias.

4 DA CONDIÇÃO DE TRABALHADOR À CONDIÇÃO DE EMPRESÁRIO

O dinamismo socioeconômico do Polo de Confeccões foi construído ao longo do período que demarcou o surgimento e a expansão da produção de confeccões (1950-1980), fruto do trabalho dos agentes sociais, lutando pela sobrevivência num contexto marcado por dificuldades. As heranças desse período, caracterizadas no ponto de partida da trajetória dos empresários com profundo alcance histórico, serviu de lastro para o ponto de partida operacional das trajetórias, a partir da década de 1980, quando começaram a se posicionar como produtores de confeccões.

O período de expansão da produção de confeccões, que rendeu ao local a denominação de Território da Sulanca, cresceu no alcance geográfico, na pulverização da produção entre fabricas, fabricos e facções e no quantitativo de pessoas envolvidas¹⁵. Provocou um efeito reverso sobre as migrações, dinamizou a economia local e tornou próspera a atividade da produção de confeccões. Porém, não desfez suas “raízes rurais” (BURNET, 2014, p.9), reconhecidas através da produção doméstica e familiar, da rede de relações de parentesco e amizade que interferia tanto na produção quanto no comércio, associada à informalidade e à prática do trabalho subcontratado. Além disso, registra-se nesse rol característico, o baixo nível de escolaridade da população, qualificação profissional geralmente com base na experiência e muitos problemas decorrentes das formas precárias de produção e comércio (PEREIRA NETO, 2013).

A imbricação desses elementos resultou numa conformação socioeconômica diferenciada em relação a outros estados da região Nordeste, em função da prosperidade alcançada com a produção de confeccões, passando a ser este o principal elemento externo de distinção do território produtivo. Mas, o Polo não é apenas um campo produtivo em ebulição, sobretudo, é um espaço de relações sociais.

A visão externa que se tem das atividades precisa ser complementada por sua pluralidade interna (BOURDIEU, 2007). Por isso, se tratou inicialmente de delinear o habitus que caracterizou o dinamismo da sua fase inicial. Foi um passo importante, mas

¹⁵ As unidades produtivas foram definidas como empresas e empreendimentos complementares ou facções (SEBRAE, 2013). Porém, as empresas se subdividiam em fábricas e fabricos, sendo os fabricos “uma estrutura produtiva de cunho familiar e artesanal que em muitos casos até hoje permanece com forte conotação doméstica” (SÁ, 2012, p. 343).

não suficiente para tecer uma compreensão do campo a partir de suas configurações do trabalho. Essa compreensão para ser fidedigna, precisa descer aos detalhes que regem a vida social, expressos nas ações dos agentes.

A reconstrução do ponto de partida da trajetória dos empresários, trouxe aos olhos os elementos e relações fundamentais que constituem a estrutura produtiva do Polo de Confeccões. Os elementos fundamentais são a família, o comércio e o trabalho. As relações se compõem através das ações dos agentes sociais, subsidiadas por estes elementos e moldadas por suas subjetividades. As relações sociais acontecem de forma dinâmica e seu dinamismo é promovido pela vivência dialética da herança social recebida e do habitus formado. A vivência indica ação e as ações se concretizam ou tomam forma pelas atitudes práticas. Esta foi a forma defendida por Bourdieu para captar no comportamento dos agentes sociais a influência dos elementos estruturais, a partir de uma perspectiva estruturante, que atestasse a interseção entre estrutura e subjetividades. Ele propôs:

Para escapar ao realismo da estrutura, que hipostasia os sistemas de relações objetivas convertendo-os em totalidades já constituídas fora da história do indivíduo e da história do grupo, é necessário e suficiente ir do opus operatum ao modus operandi, da regularidade estatística ou da estrutura algébrica ao princípio da produção dessa ordem observada e construir a teoria da prática ou, mais exatamente, do modo de engendramento das práticas” (BOURDIEU, 1983, p. 60).

Por isso, resgatar os elementos fundamentais, o esboço da dinâmica e a posição inicial dos agentes sociais observados serviu como ponto de partida da análise pretendida aqui, mas não responde à dúvida de como foi que um grupo de agentes sociais saiu da condição de trabalhador e passou a condição de empresário. Mostrar a ligação entre comércio, família e trabalho num contexto específico, guiados por determinadas heranças sociais e seu habitus correspondente, é um começo viável para uma compreensão se formar. Contudo, a herança social, enquanto matriz das ações, não se distribui de forma homogênea no campo, mas a partir das diferenças de posições entre seus agentes. As práticas dependem das diferentes posições ocupadas pelos agentes na estrutura produtiva do campo (BOURDIEU, 2007).

No final do capítulo anterior foram delineadas duas formas de diferenciação na estrutura produtiva do campo: a primeira diferenciação se apresentou entre aqueles que

comercializavam ou exerciam atividades afins e os que produziam para vender. A segunda diferenciação se percebeu entre os produtores, pois havia os que produziam a peça completa (ou a maior parte) e os que produziam apenas uma parte das peças executando um serviço complementar à produção.

O foco da análise que pretende o resgate da formação e reprodução das configurações do trabalho no Polo, em torno da produção de confecções, são as ações práticas dos que se habilitaram a produzir a peça completa ou sua maior parte. Os representantes deste grupo, ao detalhar as estratégias que adotaram para adentrar e se firmar na condição de produtores de peças completas, põe em evidência as formas de diferenciação forjadas por suas ações e subjetividades, revelando como foi possível trocar sua condição de trabalhador pela condição de empresário.

A partir da necessidade de compreender esta mudança, serão apresentadas as ações práticas dos empresários para criar oportunidades que lhes permitiram trocar a condição de trabalhador pela de empresário. As ações práticas aparecem nas narrativas quando indagados sobre como começou a empreender, quais eram seus sonhos e no que acreditavam, quais eram as fontes da sua força e as dificuldades que enfrentaram para erguer seu negócio. Ao classificar as informações oferecidas sobre estes elementos, elas foram agrupadas em duas categorias específicas: como trocou o trabalho pelo empreendedorismo e os usos do trabalho para edificar os empreendimentos. Neste capítulo, será abordada a primeira categoria específica.

4.1 Como trocou o trabalho pelo empreendedorismo

No quadro 6 estão registradas as unidades de análise correspondentes à categoria específica Como Trocou o Trabalho pelo Empreendedorismo. A partir do entrelaçamento das informações do quadro, associadas aos quadros anteriores, será composto um Demonstrativo Individual das Trajetórias, para que se possa perceber as alterações cumulativas entre o ponto de partida e o ponto de chegada no tocante à troca das condições. Não é uma abordagem de lógica estatística que vai subtrair o que se conquistou

em relação ao que se iniciou, o intento é apreender os elementos de diferenciação que foram utilizados nas estratégias dos empresários, como um processo de transição. Para completar o mapeamento dos elementos de diferenciação, será ressaltado o que foi fator de mudança de posição na estrutura produtiva.

Quadro 6: Como Trocou o Trabalho pelo Empreendedorismo

| Empresário | Trechos das Narrativas |
|------------|--|
| 1 | <p>Aí, quando foi em 2000 eu comecei fabricando alguma coisa. No início eu comprei duas máquina. Aí, eu comecei a fabricar alguma coisa né, fui sabendo, fui aprendendo, passei mais ou menos uns quatro anos tentando aprender. Eu comecei fabricando e todo ano eu ia crescendo um pouco, um pouco, um pouco</p> |
| 2 | <p>Sou egresso daquela empresa (empresa 1). [Aí, você saiu de lá pra abrir seu negócio?] Foi. [Isso aqui é um fabrico ou você chama isso aqui de facção?] Não, eu não chamo. Não chamo, porque, assim, eu tenho vida própria e no caso da facção eu dependeria do setor que vai fornecer pra mim. Aqui a minha produção é o que eu pensar pra fazer. As peças são minhas. Eu apenas coloco a etiqueta de um cliente que já tenha a venda certa, eu faço pronta entrega.</p> <p>[Usou financiamento ou tinha algo acumulado, alguma reserva?] Financiamento, por amigos, em função de trabalhar lá na empresa 1.</p> <p>Eu já estou formalizado. [Você tem o CNPJ?] Já. A empresa saiu agora, mês passado, tá quentinha e agora eu já estou procurando ver as coisas deles [funcionários] pra fazer a formalização deles em janeiro. [Essa tua empresa, quanto tempo ela tem, de funcionamento aqui?] Oito ou nove meses.</p> |
| 3 | <p>Há doze anos atrás quando eu conheci meu esposo, ele havia começado uma pequena fábrica, e eu trabalhava em outra. Então, ele pegou a indenização dele e começou movimentando, comprando corte de tecido, vendendo, fabricava, vendia, fabricava.</p> <p>[E você, quando começou com seu marido já foi trabalhando junto com ele?] Trabalhando junto com ele, nós tínhamos uma fábrica pequena e nós fomos expandindo, tivemos muitas dificuldades, não foi muito fácil, tivemos muitos momentos de pensar em desistir, nós enfrentamos a instabilidade da feira, quando você trabalha com feira...</p> <p>[Em algum momento você precisou trabalhar de uma maneira informal?] Claro que num primeiro momento que ele trabalhava dessa forma, que vendia na feira.</p> |
| | <p>Minha mãe produzia também as peças dela e eu decidi pegar umas máquinas.</p> |

| | |
|---|---|
| 4 | <p>Pela convivência que eu tinha na venda de tecidos, sabia qual era os tecidos que mais vendia e eu já tinha uma certa noção do que fazer e aí eu contratei uma pessoa pra costurar. Também na época, no início, também costurava, também. Eu cortava e costurava também.</p> <p>E aí... fui crescendo, daqui a pouco não tinha mais como conciliar o trabalho na loja de tecidos e a pequena fabricação, daqui a pouco já tava com três pessoas...</p> <p>[E, no caso, ainda era informal?] Ainda era informal e aí, a gente passou um bom tempo na informalidade e aí, em 2011 a gente decidiu formalizar essa empresa né. E daí a gente vem evoluindo, hoje a gente tá com doze anos.</p> |
| 5 | <p>[Quando você parou de vender, você quis abrir seu negócio, como é que foi?] Eu fabriquei, fabriquei um tempo camisaria, aí depois fechei. Aí voltei à Feira de novo. Comprando e vendendo.</p> <p>[Você teve um fabrico?] Não, era fábrica mesmo. Aí eu fabriquei uns cinco anos, fabriquei um tempo camisaria, aí depois fechei. Por instabilidade mesmo, não deu certo. Aí voltei à Feira de novo, aí continuei vendendo, comprando, vendendo, que é o que eu sei fazer. Todos projeto foi assim, comprando e vendendo, nunca fiz outra coisa não.</p> <p>[E aí, a partir de quando você começou essa camisaria que você tem?] Vai fazer sete anos. [É formal?]. É. Porque, assim, como eu já tive várias dificuldades, acho que a trabalhista é uma dificuldade que é burrice você não registrar.</p> |
| 6 | <p>Menos de dois anos depois que a gente tava trabalhando com seu Senhor Patrão, aí a gente, no caso meu irmão mais velho, ele pediu a seu Senhor Patrão pra ele ceder pra gente, ou vender pra gente, um fardo de tecido. Os tecidos naquela época vinham em fardo, não era em metros, era em pedaços que sobravam. Vinha do Sul, as grandes fábricas elas cortavam os pedaços que sobravam elas enfardavam e vendiam. Era um fardo de 30kg. E aí, nós pegamos um fardo daqueles e fomos pra casa, cortamos, a nossa mãe costurou.</p> <p>A nossa mãe costurava nas horas excedentes dela, de folga, que eram poucas, a gente ajudava também. E aí tinha uma feira em Santa Cruz, uma feira que vendia peças, nós levávamos pra feira, vendíamos e voltávamos, aí fizemos isso, acredito que uns seis meses trabalhando dessa forma, até que veio a necessidade de ampliar a produção, pois o que fazia vendia, cada fardo daquele dava 60, 70 peças, entre peças maiores e peças menores. A gente levava pra feira e vendia, aí na outra semana começava tudo de novo.</p> <p>[Vocês começaram a ter um fabrico em casa?] Começamos a ter um fabrico. Aí papai tinha um dinheirinho guardado também, que a gente tinha vendido uma casa em Recife, aí ele viu que havia uma possibilidade sim de ter retorno, aí ele colocou dinheiro no negócio também, aí o negócio impulsionou. E aí pronto, aí foi essa batalha, uma batalha grande. Isso aí já tem uma história de trinta e seis anos. A lavanderia foi em 1989.</p> |
| | <p>[Mas, aí, quando você se separou de seu pai, por que o ramo de confecções?] Porque eu via que a cidade, por ser pequena, se eu fosse</p> |

| | |
|---|---|
| 7 | <p>entrar no mesmo ramo eu ia competir com meu pai. Eu queria competir com outra pessoa, não com ele.</p> <p>[E a sua escolha pelo ramo de confecção se deu por quê?] A demanda da região: a confecção.</p> <p>[Aí, quando você partiu pra ter seu próprio negócio já tinha algum capital?] Olhe, meu capital era muito pouco. Na época, acredito, se não me falha a memória, era 900,00 reais, foi quando eu comecei minha trajetória. Fui pedir ajuda ao meu pai... E ele: vá trabalhar, quando você tiver seu dinheiro, você monta seu negócio. Não me ajudou em nada.</p> <p>Meus tios, da parte da minha mãe, não quiseram seguir no ramo de estivas, de mercadinho. E aqui em Toritama, antigamente, o forte era calçados. Então eles começaram nos calçados e foi que em seguida o calçado foi se fechando, se fechando, e foi vindo o jeans. Então, no que eles fecharam, eles entraram no jeans. Então, eu cheguei perto do meu tio um certo dia, e disse: tio eu tô pensando em montar um negócio pra mim. Aí ele disse: Olhe, eu acredito que fosse melhor você ir fabricar. Aí, foi quando eu comecei na confecção. Eu comecei em 2004, por aí, assim.</p> <p>Na época, existia, assim, a informalidade, e com a informalidade muitos cresceram. Daí, então, minha produção começou a subir e eu tava na informalidade, num pagava imposto, num pagava nada. [Você vendia a peça pronta?] Pronta. [Na feira?] Na feira. Aí, foi quando eu digo não, eu agora eu tenho que registrar minha marca. Aí fui, em marcas e patentes, escolhi um nome, vamos registrar, registrei.</p> |
| 8 | <p>Eu era militar e tinha um comércio paralelo que era de vender cereais, na feira do Salgado, aqui de Caruaru. [O senhor conseguiu um certo capital com esse comércio?] É, com esse capital, como o movimento da feira era fraco, a gente migrou pras confecções. Como minha esposa entendia do ramo de confecções, a gente começou fabricando. Na época a gente começou fazendo umas camisa de amassadinho, um negócio assim bem popular.</p> <p>[Quando o senhor começou a fabricar era na sua casa?] A gente começou costurando nas casas do povo, não tinha fabrico em casa. Na época não era a quantidade que tem hoje em dia não. Há trinta anos atrás o que contava era o fabricante e Caruaru tinha dez fabricantes. A gente mesmo veio montar fabrico acho que em 2006, era só nos dois, mas a gente trabalhou um bom tempo como fundo de quintal, né, sem firma.</p> <p>[E vendia na feira?] É, vendia 100% na feira, a feira foi sempre o chamativo né. Depois da feira, então, começou a aparecer clientes, né. É, fui crescendo né... a gente já começou com um empregado, né, com uma máquina, duas, três e chegamos a dez, vinte, máquinas e chegamos a 70 funcionários. Aí quando eu precisei de abrir uma empresa, né. Tem até uma foto aqui da casa maior onde a gente morou, quando começou.</p> |

| | |
|----|--|
| 9 | <p>Ele saiu do ramo de tecidos [o pai] e começou a comprar máquinas. Eu sei que em 72 (1972), ele já tinha a fábrica. Desde que iniciou que a empresa foi formal. Ele só foi informal, só quando era de feira.</p> <p>Ele começou a fazer calção. Ele mudou de tecido para confeccionar. [O capital que ele adquiriu com a loja de tecidos foi o que financiou a confecção?] Exatamente. Aí, começou com a confecção de calções. Comprou a máquina, começou a fazer, comprou overloque e tal, depois, começou a confeccionar roupa, começou a fazer camisa. Inicialmente, camisa e depois, calça. Ele era muito aberto a inovações, quando o representante começou a mostrar, ele achou interessante, ele já vendia tecido, mas na época havia uma carência de roupa muito grande.</p> <p>Então, quando foi em outubro, 13 de outubro, ele faleceu de repente, ainda jovem, ele tinha 54 anos, faleceu de repente. Aí eu fiquei com minha mãe. Eu fui para indústria aprender o caminho, como é que passava o processo de produção que eu não sabia. Aí comecei a fazer, comecei a desenvolver. Minha mãe viveu dez anos, depois ela faleceu e aí, a firma já estava pronta. Essas são as fotos deles.</p> |
| 10 | <p>[Aqui na empresa 10¹⁶ foi sua segunda experiência de trabalho?] Minha segunda experiência. [Você saiu de lá e veio pra cá?] Saí de lá e vim pra cá. O fundador da empresa me fez o convite de vim pra cá. [Ele te conheceu trabalhando lá?] Ele me conheceu trabalhando lá. Eu já namorava com a filha dele há uns 5 anos. Ele já sabia que eu trabalhava lá há muito tempo, conhecia meu ex patrão, que era meu primo e eles já se conheciam há um tempo atrás.</p> <p>E acabou que eu e minha esposa a gente tinha começado a fazer um planejamento pra gente casar e tal. Ele viu que eu tava procurando outras alternativas de emprego, aí ele me fez a proposta. Como ele vinha passando por um problema de saúde muito grande e ele precisava se ausentar da empresa, ele tem 3 filhas, a mais velha é a que eu sou casado e as outras 2 eram pequenas ainda. E era ele e essa filha dele, mais velha, que é minha esposa, que geriam o negócio. E ela não tinha nenhum tipo de expertise em relação à gestão de pessoas, à parte comercial, à parte de logística, ela é totalmente voltada à parte financeira e contábil. Eu vim pra cá, dia 10 de maio e ele faleceu dia 10 de agosto. Não deu tempo de passar nada.</p> |
| 11 | <p>[Aí, aqui o senhor se tornou sócio do seu sogro?] Isso. [Foi pra empresa dele que o senhor foi trabalhar ou vocês criaram uma nova?] Nós montamos uma nova empresa. Ele trabalhava num outro segmento, quando eu vim, aproveitei, assim, que ele tem uma expertise muito grande na área comercial e minha contribuição foi, assim, organizar alguns métodos que tinha na empresa. A gente fez um estudo de mercado e viu que o segmento que ele trabalhava tinha uma sazonalidade muito grande, o que acabava, digamos assim, por prejudicar o resultado final da empresa, quando eu vim despertei esses assuntos pra ele e aí a gente mudou totalmente de segmento.</p> |

¹⁶ Empresa 10 é a empresa do Empresário 10.

| | |
|--|--|
| | <p>Faz uns vinte anos. Aí, montamos essa empresa, e aí, começamos a trabalhar com malharia feminina.</p> <p>Depois de um tempo, a gente foi pra malharia masculina, e aí virou empresa 11. [O senhor depois não chegou a abrir uma outra sozinho, continuou na mesma sociedade. Mudou a razão social, no caso.] Isso, isso. [E no início, que o senhor não tinha experiência, como é que o senhor fez pra ir se familiarizando?] Eu contei muito com a experiência dele, de vida. A empresa dele era desde 68 [1968] e, antes disso, ele era funcionário de empresa no setor de tecidos. Então, assim, eu aproveitei muito dessa expertise dele, nessa área comercial, vamos dizer assim, ele me ensinou a prática comercial dessa região, que é muito singular.</p> |
|--|--|

Fonte: Coleta de dados da pesquisadora

Os quadros anteriores foram analisados através da comparação das informações de cada narrativa, gerando um rol de características como apreensão geral da categoria específica tratada. Em seguida, as características foram contextualizadas de acordo com as condições de desenvolvimento local, gerando uma interpretação sociológica de seus elementos estruturais.

Com esta abordagem, foi feita uma costura entre as condições do subdesenvolvimento do território produtivo, as tradições locais, a herança social dos empresários, a importância do comércio de feira e a expansão de uma produção coletiva em torno das confecções. Do entrelaçamento dos elementos estruturais do campo, surgiu um perfil produtivo específico, demarcado pelas ações e subjetividades dos agentes sociais.

Esse perfil produtivo, que não é homogêneo e nem estático, inicialmente conhecido como Feira da Sulanca, passou depois a Território da Sulanca e, atualmente, a Polo de Confecções de Pernambuco. Não houve apenas uma troca de denominação. A passagem de uma denominação à outra indica a existência de mudanças nas atividades produtivas e nas relações sociais, em função do dinamismo da produção local e da interação dos agentes sociais. As mudanças atestam processos de diferenciação sendo instituídos através das estratégias utilizadas no passar de uma condição à outra.

Mudanças que são vistas primeiramente como trajetórias individuais, mas que tomadas em grupo revelam transformações ocorridas no campo, em virtude de uma atualização da herança social e do dinamismo próprio da atividade produtiva, tal qual expõe Sá (2012) no seu estudo sobre feirantes do ramo de alimentação em Caruaru:

Neste processo, ao mesmo tempo em que ainda se fazem presentes heranças incorporadas das gerações anteriores, bem como daquele cosmos no qual muitos dos que hoje se encontram em condição empresária viveram na infância, as mudanças das últimas décadas vão se impondo ao modo como as pessoas se projetam no espaço-tempo local e assim promovem transformações em tal contexto (SÁ, 2012, p.347).

Sendo assim, o quadro 6 não terá proveito se analisado da mesma forma que os anteriores, pois as peças do jogo já foram posicionadas. Considerando que “a dinâmica do campo é vista como um jogo. O jogo se faz a partir das lutas das posições existentes. A luta é exercida pelos agentes a partir do capital que possui” (BOURDIEU, 2007, p.230). Assim, é necessário à continuidade da compreensão construída aqui, saber como as peças foram movidas em determinado momento, permitindo o ganho de posição a alguns jogadores.

Isso somente é possível observando a jogada completa, pois seus detalhes conduzem ao resultado final. Por isso, as informações dadas sobre Como Trocou o Trabalho pelo Empreendedorismo não serão consideradas de forma pontual, mas por um Demonstrativo Individual de Trajetórias, propiciando uma compreensão mais completa e fundamentada das estratégias criadas pelos empresários e seus elementos de diferenciação.

Bourdieu, ao tratar do dinamismo presente na subjetividade e nas ações dos agentes sociais, alertava que uma “definição completa dos agentes não se faz apenas pelas propriedades que, em determinado momento, possuem e cujas condições de aquisição sobrevivem no habitus e a relação entre o capital de origem e o capital de chegada” (BOURDIEU, 2007, p.103). Para a definição completa, ou para a compreensão mais fidedigna, é preciso compreender a vivência dos momentos de mudança, através dos conjuntos de práticas encadeadas numa trajetória.

A determinado volume de capital herdado, corresponde um feixe de trajetórias praticamente equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes – trata-se do campo dos possíveis; e a passagem de uma trajetória à outra depende, muitas vezes, de acontecimentos coletivos (guerras, crises, etc.) ou individuais (encontros, ligações amorosas, privilégios, etc.) descritos, comumente, como acasos, apesar de dependerem, por sua vez, da posição e das disposições daqueles que vivenciam tais eventos (BOURDIEU, 2007, p.104).

Os acontecimentos comuns, por vezes tomados como “acazos” no decorrer das trajetórias, podem ser tomados nesta análise como indicadores de diferenciação. Mas antes de proceder à exposição do Demonstrativo Individual de Trajetórias, se faz necessário completar o raciocínio sobre a compreensão do dinamismo interno do campo atrelado às práticas dos agentes. O dinamismo interno do campo, a princípio, é estruturado pelos elementos fundamentais e pelas relações que os unem às subjetividades e práticas dos agentes sociais. O importante é entender que não são práticas resultantes de reações mecânicas, mas práticas construídas dialeticamente.

A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um habitus e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas (BOURDIEU, 1983, p.65).

As práticas construídas dialeticamente não significam práticas aleatórias. Por pertencerem a um campo e estarem conformadas historicamente em torno de um habitus, possuem princípios de estruturação. Estes, segundo a orientação sociológica adotada, correspondem às posições ocupadas pelos agentes na estrutura produtiva. As posições são diferentes no campo, definidas por uma quantidade de capital social que cada agente possui em relação à estrutura produtiva.

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo o capital econômico – nas suas diferentes espécies, o capital cultural e o capital social e o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 2004, p.134).

Os capitais sociais são revelados nas narrativas quando os empresários ao descrevem sua situação, ressaltam as posses iniciais e as posses que foram adquiridas posteriormente, permitindo um acréscimo sobre as posses iniciais, tornando-se princípios geradores de diferenciação.

Vejamos então, o Demonstrativo Individual das Trajetórias para que seja possível perceber as alterações cumulativas entre o ponto de partida e o ponto de chegada no tocante à troca das condições. Relembrando que essa não é uma abordagem de cunho estatístico que vai subtrair o que se conquistou em relação ao que se iniciou, o intento é

apreender os pontos de diferenciação que foram utilizados nas estratégias dos empresários.

A exposição das trajetórias não seguirá a ordem numérica atribuída aos empresários, mas a ordem cronológica sobre o início da condição de produtor de peça completa, em função da interferência do contexto histórico sobre as práticas dos agentes sociais. As informações que constituem as trajetórias são uma síntese dos conteúdos dos quadros 3, 4, 5 e 6. Cada trajetória é seguida de uma interpretação que ressalta elementos importantes para compreensão do campo, das práticas dos empresários e das configurações do trabalho. A interpretação tem como base um entrelaçamento das narrativas com as orientações teóricas da pesquisa. Após a interpretação de cada trajetória, há um rol expondo as alterações ou elementos diferenciadores, presentes no ponto de chegada (condição de empresário).

4.1.1 Demonstrativo Individual das Trajetórias

Empresário 6

- Viveu sua infância nos arredores de Recife, o pai era taxista e por um problema de saúde, em 1980, não pode mais trabalhar dirigindo. Tiveram que voltar à cidade de origem (Toritama), para buscar sobrevivência;
- Na impossibilidade de o pai trabalhar, os filhos adolescentes assumiram a responsabilidade e foram trabalhar como auxiliares na produção informal de calçados de couro;
- O trabalho dos irmãos na oficina de calçados se estendia ao ambiente familiar, traziam atividades complementares pra mãe fazer e a ajudavam;
- Em menos de dois anos (1981-1982), o dono da oficina migrou da produção de calçado para confecção e eles foram juntos. No trabalho, tiveram um aprendizado inicial sobre “cortar e trabalhar com a confecção”. Além do aprendizado, foi nesse ambiente que o Empresário 6 e seu irmão adquiriram um fardo de tecido, do qual

iniciaram sua produção doméstica, incluindo o trabalho da mãe. O objetivo? Fazer feira em Santa Cruz;

- Em 1983, a prosperidade da venda impôs um aumento de produção. O pai do empresário investiu um pequeno capital que havia guardado, pois vislumbrou que o negócio da confecção tinha algum futuro. O lucro das vendas na feira e o acumulado do pai permitiram aos irmãos a montagem de um fabrico;
- O fabrico garantiu a saída deles dois do trabalho na oficina, para se dedicarem integralmente à produção doméstica de confecções, de tipo informal. Além de montar a confecção, montaram também uma lavanderia em 1989;
- O empresário não deixou de estudar. Mesmo depois de ter seu negócio fez graduação, alternando a feira e a faculdade.

Nas considerações sobre essa trajetória, de início, destaca-se a predominância do comércio sobre as atividades da confecção. O exemplo de mudança da produção calçadista para produção confeccionista, soma-se às outras mudanças apresentadas no conjunto das narrativas, como mudar do comércio de alimentos ou tecidos ou aviamentos para fabricar confecção. Isso corrobora a postura de tomar o comércio como elemento estrutural do campo. O que se comercializa, muda conforme as influências recebidas do contexto socioeconômico.

O comércio no Agreste Pernambucano teve como expressão inicial as feiras e depois as feiras e as confecções. Primeiro o comércio de feira, decorrente da posição geográfica local (rota interior-litoral) e das atividades rurais (LIRA, 2011). Depois, o comércio de feira ajudou a formar o ambiente urbano e ali se expandiu, a feira cresceu e diversificou-se em setores especializados (SÁ, 2011). Em seguida, houve a diversificação do comércio urbano, além de comércios especializados, apareceram as produções locais (LIMA, 2011). Atualmente, tem-se outras subdivisões como o comércio de feira de confecções e o comércio especializado de confecções dentre as produções locais (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013).

É uma cadeia de ramificações que se apresenta no âmbito do comércio, mas que não são de origem local, faz parte das ações do sistema capitalista. Essa relação foi caracterizada na abordagem anterior sobre a importância das feiras. A maneira como as feiras se organizam e como os agentes sociais se entrelaçam, aí sim, tem uma participação local mais forte, nunca exclusiva. O campo vai respondendo ao sistema de forma subjetiva e são estas subjetividades que configuram a produção e o trabalho.

O comércio não é um fim em si mesmo, é um reflexo das produções que nele chegam. Se uma produção tem problema de continuidade por escassez ou deficiência de alguns dos seus elementos, ele vai desaparecendo aos poucos da feira. A tendência é substituir esse produto por outro. Foi o que aconteceu em Toritama, ao substituir a produção de sandálias de couro pela confecção de jeans.

Até o início dos anos 70, aproximadamente, Toritama caracterizava-se como pólo calçadista, onde se produziam chinelos, sandálias e sapatos de couro e borracha. No entanto, com a introdução no mercado das sandálias à base de plástico, esta atividade começou a perder forças, entrando em declínio no final da década mencionada. A partir de então, a confecção de roupas é introduzida no conjunto produtivo da localidade. Inicialmente, as peças eram produzidas com o mesmo tecido utilizado na confecção em Santa Cruz do Capibaribe e em Caruaru. É somente no final da década de 1980 que o tecido em jeans é introduzido no segmento produtivo da localidade (ANDRADE, 2008, p.117).

Quanto à prosperidade da venda impor um aumento de produção, o testemunho do Empresário 6, num trecho da sua trajetória, esclarece:

A atividade é Ela motiva né, ela impulsiona. E no negócio você é forçado também a investir, quem não investe é como se ele retrocedesse. Não se fica parado no negócio, quando você para, aí você tá regredindo. Porque outros competidores, outros clientes, eles começam a procurar outros mercados, outros produtos, outros negócios. O negócio é sempre assim, é um giro constante, não tem muito como você ficar parado não. E isso meio que forçava, e também como o mercado é muito dinâmico, você tinha ... Por exemplo, a gente começou com sobras de tecido, aí depois os clientes ficaram mais exigentes, aí queriam uniformidade, aí a gente teve que comprar tecidos em rolos, obedecer uma padronagem, aí depois o pessoal não queria mais máquina doméstica, tinha que ser máquina industrial, em pontos correntes, agulhas paralelas, três agulhas, aí teve que comprar máquinas, depois você precisou introduzir a lavagem da peça, porque até então a peça não era lavada, aí tinha que fazer a lavagem, só que depois o pessoal começou a pedir tingimento, aí tinha que ter caldeira, você precisava comprar caldeira, ter vapor pra fazer o tingimento ...

A atividade produtiva, dotada de dinamismo próprio, exigiu do empresário dedicação, empenho, planejamento da produção, pensar no que o cliente quer e outros detalhes mais, típicos de empreender e negociar. São ações diferentes em relação às ações desenvolvidas no mesmo campo e na mesma atividade produtiva, da qual ele participava anteriormente de forma limitada, primeiro como ajudante na produção de calçados e depois ajudante na produção de confecções.

Ocorre que o agente social que foi trabalhador, mas na condição de empresário, sofreu uma mudança de perspectiva sobre suas ações, a partir da vivência dessas novas

preocupações. Transformou sua maneira de observar e reagir ao campo e à atividade produtiva. Deixou de cumprir uma jornada de trabalho diária, em função de uma recompensa mensal e/ou atividades complementares de renda, para intervir na feira oferecendo sua produção.

À medida que passou a produzir, outras imposições sociais foram direcionando seu comportamento. O Empresário 6 deixou muito claro a profusão de relações, compromissos e ampliação da rede de relacionamentos que se instituiu para quem se torna produtor. Há uma distinção de perspectivas e de comportamentos que passa a se impor à condição de empresário. Ao montar o negócio e ter alguma prosperidade, ele além de produzir e lucrar, poderá intervir no campo como produtor de riqueza e articulador de outros agentes sociais: consumidores, trabalhadores, fornecedores. Isso é ganho de poder associado à riqueza.

A intervenção no campo como produtor de riqueza, foi alicerçada sobre a produção doméstica, iniciada com um fardo de tecido, o trabalho de costura da mãe, o acumulado do pai e as vendas realizadas por ele e pelo irmão. Além do alicerce ofertado pela família, a iniciativa do Empresário 6 de participar da feira oferecendo sua produção própria foi subsidiada também pela vivência do seu trabalho, como ajudante na produção de confecções. O sentido do trabalho para esse agente social não era somente a sobrevivência, estava associado à decifração da importância do comércio de feira como meio de autonomia. No trabalho que realizava, adquiriu duas ferramentas importantes: o fardo de tecido e o aprendizado inicial sobre cortar e trabalhar com confecção. Sua observação sobre a atividade não serviu apenas para executar tarefas, mas para seu próprio benefício e foi duplo, porque contou também com a camaradagem do dono da oficina onde trabalhava para lhe fornecer o fardo de tecido e outros mais, fruto de uma parceria que se estendeu por mais alguns anos.

Outro elemento que favoreceu o negócio do Empresário 6 foi a informalidade. Tanto para iniciar quanto para consolidar o negócio, servindo como um grande facilitador da expansão da sua empresa, deixando-a livre do peso dos impostos, das indenizações trabalhistas e das fiscalizações sobre mercadorias. Sendo o negócio informal, o lucro e a acumulação eram altos. Na condição de trabalhador a informalidade sobre ele incidiria tal qual a ótica retratada por Cacciamali (1982) – alternativa de sobrevivência frente à escassez de emprego formal, realização de trabalho precário. Mas, como empresário, ele experimentou outro lado da informalidade: ela o beneficiou, face à precariedade local, serviu como meio de acumulação. Tal como descreve Barbosa (2011, p.114), a

informalidade enquanto benéfica vem “associada a uma nova forma de se conceberem as possibilidades de desenvolvimento na periferia do capitalismo”.

A informalidade no Polo tornou-se um meio de acumulação usado intensamente, deu base para as produções domésticas se expandirem e se estabilizarem no mercado. Isso leva a considerar que a informalidade está presente no Polo de maneira diversificada, manifestando-se de acordo com as posições na estrutura produtiva. Atua como elemento intrínseco à história e cultura local, lastro produtivo e mercadológico. Não deixa de alimentar a precariedade local, pois se os empresários fincaram seus negócios em condições tão difíceis, que se poderia pensar da situação dos que permaneceram como trabalhadores?

Além da mudança de perspectiva do empresário e do uso da informalidade, mais uma característica importante pode ser considerada para compreensão desse campo: o mercado que envolvia a produção de confecções praticamente não tinha regulação institucional, a estratificação social ainda estava formando sua verticalização. A luta pelo poder era livre e as posições estavam para ser ocupadas, dependia apenas de a produção acontecer, chegar ao mercado e vender. Essa facilidade aparente de chegar à condição de empresário, além de ser devido ao fato de que a luta pelo poder era livre, pode ser completada pela incidência do sistema sobre o campo em observação:

Patrimônio objetivado de uma outra civilização, herança de experiências acumuladas, técnicas de remuneração ou de comercialização, métodos de contabilidade, de cálculo, de organização, o sistema econômico importado pela colonização tem necessidade de um cosmos (como diz Weber), no qual os trabalhadores se veem jogados e cujas regras eles devem aprender para sobreviverem. Por conseguinte, na maioria dos países do Terceiro Mundo, a situação é totalmente diferente, das que ocorreu nos primórdios do capitalismo a despeito de todas as eventuais analogias. Sombart escrevia que ‘na fase do capitalismo nascente, é o empresário que faz o capitalismo, ao passo que na fase mais avançada, é o capitalismo que faz o empresário (BOURDIEU, 1979, p. 13).

A influência dos centros desenvolvidos sobre o interior, o fizeram adaptar-se da forma como podia à lógica capitalista de produção e comércio. Num ambiente de prosperidade comercial não se poderia evitar o surgimento de empresários locais, o que há de específico nisso são as formas de montar e estabilizar os negócios.

É verdade que nem todos que tentaram conseguiram se estabelecer como empresários, por conta dos perigos que acompanham a informalidade. Casos como o da Empresária 5, exposto mais a frente, se repetem constantemente. Após experiências de

empreendimento malsucedidas, muitos não se arriscam novamente a produzir a peça completa, conformam-se como faccionistas (atividades complementares à produção) ou vendedores. Mas aqueles que estão determinados em conquistar sua autonomia persistem, da forma como podem.

O que mudou em relação à sua condição inicial:

- Usou o conhecimento e a experiência adquiridos no ambiente de trabalho a seu favor;
- Além de usar o conhecimento e a experiência adquiridos no trabalho, também o utilizou como forma segura e permanente de renda até sentir segurança para viver apenas do seu empreendimento;
- Adquiriu grau de instrução de nível superior;
- Deixou de observar a feira e a cidade como um participante anônimo, passou a observá-los como produtor de riqueza e articulador dos outros grupos de agentes, como consumidores, fornecedores, financiadores, trabalhadores, etc.
- Seu trabalho deixou de ser uma função específica e passou a ser a coordenação de uma produção coletiva.

Empresária 9

- Migrou de uma pequena cidade para Caruaru quando tinha 6 anos de idade, por conta de mudanças nas atividades dos pais. O pai trabalhou nas feiras de outras cidades, vendendo miudezas e aviamentos. Com o que acumulou, migrou para Caruaru e no mesmo ano abriu uma loja de tecidos (dezembro/1964). A mãe foi professora e trabalhou como funcionária do correio, mas depois passou a cuidar da loja junto com o marido;
- A prosperidade da loja de tecidos e a inclusão do pai num programa de financiamento local, permitiram a aquisição de um terreno no distrito industrial, no qual construiu uma fábrica de confecções masculinas;
- A Empresária 9 passou a trabalhar com os pais a partir de adulta (aos 19 anos, em 1977), auxiliando na gestão financeira da loja e depois na fábrica de confecções;

- Estudou até obter graduação;
- Trabalhou com o pai durante 8 anos, após seu falecimento, em 1985, assumiu a gestão da fábrica com a mãe. Teve que se desdobrar para aprender o funcionamento da fábrica em sua totalidade;
- Após o falecimento da mãe, assumiu sozinha a gestão da fábrica e nela permanece até os dias atuais.

O diferencial da Empresária 9 é que não precisou trabalhar desde a infância para sobreviver, foi beneficiada pelo patrimônio que seus pais montaram desde cedo. Mas não escapou do trabalho, ao adentrar a fase adulta foi assessorar o pai em seus negócios.

A história do pai da empresária, por sua vez, é similar à dos outros empreendedores mencionados nas memórias dos empresários. No esforço pela sobrevivência, se capitalizou a partir de suas atividades de trabalho e partiu para montar seu negócio. Essa forma de agir foi tantas vezes repetida que se tornou um costume no local, era um caminho “natural” para quem lidava com as confecções.

O uso que o pai dela fez da informalidade foi apenas na sua fase de feirante. Ao abrir sua loja de tecidos, optou pela formalidade, ao fim da década de 1960. O fato deste empreendedor negociar na formalidade é um fato atípico, pois a maior parte das narrativas demonstra que até o início da década de 1990, quando a formalidade passou a se tornar numericamente expressiva na produção de confecções (FADE/UFPE, 2003), sua vivência era uma opção. Seria plenamente possível ficar por mais tempo na informalidade, se beneficiando do não pagamento de impostos. Outros empresários aqui entrevistados tiveram um tempo variável na informalidade – o Empresário 4 passou 7 anos na informalidade e o Empresário 8 passou mais de 20 anos, desde que iniciaram seus empreendimentos, não entra nessa contagem o tempo relativo às suas atividades iniciais.

Após tantas repetições do uso da informalidade para erguer o negócio, é possível inferir que produzir na informalidade, mais do que uma tendência, passou a ser um elemento de apoio à diferenciação, pois garantia a sobrevivência do negócio e a permanência do empresário na condição de produtor.

E a informalidade adentrava o setor produtivo também no que concernia à gestão. O desdobramento que a Empresária 9 teve para atuar na condução do negócio, após trocar sua posição de auxiliar do pai pela de gestora da fábrica, foi aprender o funcionamento do negócio. Mas um aprendizado informal, observando o cotidiano da fábrica, longe dos centros de conhecimento. O aprendizado da gestão do negócio não lhe

foi repassado pelo pai, ele morreu de forma inesperada. Em sua narrativa, a Empresária 9 descreve os desafios que enfrentou:

Eu tava com toda parte financeira, sabia vender. O custo industrial é que eu não sabia. Minha mãe ficava na parte de pagamentos e de pessoal, sempre foi interessada como tirar nota fiscal, como pagar, essas coisas... Eu ficava nas vendas, na loja, e auxiliando ele nas cartas, secretariando ele, né. Então, não sabia como é que passava na produção, então, eu tive que ir pra produção. Aí, eu fui lá pra ver o processo como era. Agora, naquele tempo não se falava em consultor. [Você fazia como, ficava junto dos operários, observando?] Ficava junto dos operários, pra ver como se processava o produto. Comecei a ver, como é que fazia, mas faltava a parte principal. A parte principal era o custo. E eu nunca tinha feito, era o custo industrial. Eu vi, algumas vezes, ele calcular, assim, e tal. Aí, encontrei um livro, que eu não sei se foi dela ou dele, chamado Custo Industrial. Ainda tenho aqui. É, Contabilidade Industrial. Pois esse foi o meu bê-á-bá por onde eu passei. Mas, daí eu disse: Ah, é assim! Aí, eu comecei a fazer, a fazer. Calculei, batia mais ou menos no que era, a média que se vendia. Comprou a tanto e vendeu a tanto e daí eu comecei a fazer isso sozinha, sem a ajuda de ninguém.

O benefício da situação foi a empresária já conhecer uma parte do funcionamento do negócio, através do trabalho que realizava com o pai. Porém, era um conhecimento limitado, não abrangia a totalidade das atividades. A saída foram duas estratégias: a primeira, foi observar o detalhamento da produção e se informar sobre o seu funcionamento na interação com os funcionários. Provavelmente, fazendo uso do saber que eles possuíam; segundo, partiu para se munir de conhecimento especializado sobre a atividade que considerava o maior desafio, ainda que de forma autodidata. O conhecimento da mãe sobre as atividades em que atuava (pagamentos e pessoal), completou sua compreensão do negócio, permitindo-lhe exercer a condição de empresária.

O que mudou em relação à sua condição inicial:

- Adquiriu grau de instrução de nível superior;
- Trocou a atividade específica que desempenhava pela gestão do negócio;
- Desvinculou-se da tutela do pai, ainda que forçada pelas circunstâncias, e partiu para aprender sobre o funcionamento do negócio antes de começar a atuar;
- Adotou o conhecimento racional e especializado como fonte segura para conduzir a atividade que mais lhe desafiava;
- Assumiu o comando do negócio sozinha.

Empresária 5

- Começou a revender confecções aos 13 anos de idade (1981). Comprava a mercadoria em consignado numa fábrica, junto com a mãe, para revender na Feira da Sulanca;
- Tinha a mãe como companheira de vendas, mas não como sócia. Cada uma tinha sua própria venda e prestação de contas;
- Dispunha de metade da cota de mercadorias da sua mãe. Para aumentar seu ganho desenvolveu uma estratégia particular de venda;
- Não conseguiu avançar nos estudos além do ensino médio, em função do desgaste de “fazer feira”. Chegava a fazer 4 feiras por semana em dias corridos, virando madrugadas, dormindo por cima dos sacos de mercadorias;
- Permaneceu nessa atividade por 6 anos (até os 18-19 anos, entre 1986-1987). A partir do que acumulou e da experiência adquirida, deixou a fornecedora inicial e passou a comprar de outros fornecedores, adotando nova estratégia para atrair clientes;
- Depois, decidiu que além de vender também queria produzir as confecções. Abriu uma fábrica (em 1986) e produziu durante 5 anos (até 1991). Mas faliu. Por conta de vendas informais, cujo pagamento não foi concretizado. Ela perdeu mercadoria e recursos;
- Voltou ao ponto de partida: comprando e revendendo na Feira da Sulanca;
- Depois voltou a fabricar novamente. Disse que seus projetos foram todos sobre essa base – comprar e revender, foi o que garantiu tudo;
- Afirmou, (na entrevista, em setembro/2015) que sua empresa atual já existia a 7 anos, portanto, voltou a empreender em 2008. Isso significa que quando ela faliu e voltou à feira, por lá ficou em torno de 17 anos, se capitalizando novamente para voltar a empreender.

No início da trajetória da Empresária 5, entre ela e a mãe se interpunha uma condução independente de suas atividades de venda. Cada uma tinha sua venda, só não era particular o conhecimento, pois a mãe não deixaria de orientar uma filha tão jovem, ao iniciar uma atividade comercial e assumir compromisso financeiro. Mediante o fato,

está mais um detalhe de como a família se envolve no negócio da confecção. A questão não é somente produzir para garantir a autonomia do grupo, mas o repassar de saberes vem como uma assistência que se pode prestar, num mercado incerto. O saber é entre familiares, se ajudam mutuamente, dividem experiências para se fortalecerem. O fazer confecção não se restringe ao costurar, se expande a todas as atividades e nuances que envolvem a produção e a circulação das mercadorias.

A Empresária 5 se descreveu aos 13 anos como “uma danada, já queria vender”, ressaltando o ímpeto que o comércio exercia sobre as pessoas. Mesmo recebendo metade da cota de mercadoria em relação à sua mãe, não atuou de forma tímida, desenvolveu uma estratégia própria de negociar: “eu segurava, deixava todo mundo vender, aí, aumentava um pouquinho, vendia o meu então, fazendo essa proporção”. Sua cota menor de produtos para vender era compensada pelo aumento no preço das roupas após a mercadoria dos concorrentes já ter sido vendida.

Em seguida, demonstrou ter adquirido segurança na atividade, ao deixar a fornecedora inicial e buscar outros canais de abastecimento. Através da troca de fornecedores aumentou a diversificação de sua oferta, atraindo mais demanda. Essa atitude também representava uma renovação da estratégia anterior para aumentar seu ganho.

Em termos de organização da produção, a primeira tentativa de empreender deu certo, pois a produção foi realizada e entregue. Seus recursos adquiridos com a revenda de confecção foram devidamente empregados na produção. O que não deu certo foram as relações comerciais estabelecidas com base na informalidade, não logrou êxito, ela faliu.

Esse fato se encaixa com os comentários da Empresária 3: “Tivemos muitos momentos de pensar em desistir, nós enfrentamos a instabilidade da feira, quando você trabalha com feira...”. É importante observar que a instabilidade da feira não é uma questão de sazonalidade, pois a feira sempre acontece, mas as formas como acontece gera instabilidade, pois tudo é informal. Com base na palavra, se faz uma venda acreditando que o comprador vai voltar para pagar. A ele se entrega o resultado do trabalho e do investimento feito, sem garantias iniciais ou tendo uma contrapartida inicial bem menor do que o montante investido.

A falência se deveu não apenas por uma venda malsucedida, mas várias, pois a empresa ainda chegou a durar 5 anos. Porém, a maior parte dos empreendimentos de confecção no agreste pernambucano são de pequeno porte (SEBRAE, 2013). O lucro melhora a condição de vida de quem produz, mas também subsidia a próxima produção,

se esse montante não é repostado com o pagamento das mercadorias, não há como realimentar a produção. Uma relação que deveria ser de credibilidade se tornou de infortúnio.

Essa é uma outra faceta da informalidade no local, aparecendo atrelada ao dinamismo do comércio de feira. Tanto foi a causa quanto a saída para a falência no caso observado, atestando a formação de um ciclo: após a falência por vendas realizadas na informalidade, retorna-se ao que sabia fazer – revender, acumular de novo, através do mesmo ambiente de informalidade, por quase duas décadas, para tentar novamente empreender. Sua determinação em empreender não se perdeu ao longo dos anos trabalhando novamente na feira.

O que mudou em relação à sua condição inicial:

- Sua atuação na condição de vendedora lhe inspirou estratégias para aumentar seu ganho, isso mostra que sua visibilidade do negócio podia ser pouca em idade, mas nem tanto em observação. O poder de observação dela, como de outros que tiveram a infância/adolescência ligados ao comércio de feira, derivam do “habitus feirante” (SÁ, 2015). Este habitus não condicionava apenas as práticas dos agentes sociais entremeando as heranças rurais, o comércio de feira e as atividades produtivas, também havia adentrado à infância e aos processos de socialização, enraizando-se profundamente no agir das pessoas e na dinâmica do campo;
- A informalidade se apresenta como propícia ao surgimento e expansão do negócio pela economia que faz ao não se pagar impostos, mas, por outro lado, envolve os agentes sociais em suas armadilhas, podendo propiciar também a falência. O aprendizado com essa experiência serviu de lição para formalizar o próximo negócio;
- As estratégias utilizadas pela Empresária 5 foram no mesmo sentido das utilizadas pelo Empresário 6: ter meios de se capitalizar para realizar sua produção e colocar para vender. Essa era a forma de chegar à condição de produtor de peça completa;
- A determinação em empreender permaneceu, as experiências adquiridas com a falência (uma forma de capital social significativo para lidar com o comércio de feira) se somaram ao capital acumulado pela segunda vez, ajudando a Empresária 5 a estruturar um negócio mais resistente, uma vez que a empresa continua no mercado há 7 anos;

- Da mesma forma que a Empresária 9, empreendeu assumindo o comando do negócio sozinha.

Empresário 8

- Migrou da zona rural para cidade por problemas familiares, em 1970. A cidade foi a solução porque tinha um irmão morando lá. Ao chegar, ainda adolescente (13 anos), foi trabalhar na feira revendendo alimentos;
- Além de trabalhar, continuou estudando e quando adulto fez um curso técnico em Contabilidade. Depois, fez outro curso, preparatório para militar e com ele conseguiu emprego como policial militar. Acumulava duas fontes de renda: a venda de alimentos e o salário de policial;
- Entrou em contato com a confecção por intermédio da esposa, ela era costureira de uma loja;
- Após o casamento, a esposa saiu do emprego e passou a trabalhar com ele, fabricando confecções populares para vender na Feira da Sulanca. A produção era estruturada sobre os rendimentos das ocupações dele e o trabalho dela. A estrutura física era inexistente, em meados da década de 1980 ele terceirizava um lugar para esposa ir lá costurar, pois ainda não tinha condição de ter um fabrico em casa;
- 5 anos depois, em 1990, deixou o emprego da polícia e a venda de alimentos para se dedicar exclusivamente ao fazer confecção. Nesse período, passou a trabalhar como “fundo de quintal, sem firma”;
- Em 2006 (16 anos depois), havia expandido sua estrutura e montou um fabrica na casa onde morava, produzindo na informalidade, ainda tendo como objetivo fazer feira. Sua estrutura chegou a ter 20 máquinas e 70 empregados. Em função desse crescimento e do volume de vendas que realizava, precisou se formalizar;
- Atualmente tem 54 anos (entrevista realizada em outubro/2015), o que significa que há 40 anos atua no comércio, dos quais, 30 anos na confecção. Desse tempo, a maior parte foi na informalidade.

Além dos três elementos estruturais já abordados – comércio, família e trabalho, um quarto elemento passou a intervir de forma marcante nas trajetórias analisadas até aqui: a informalidade.

Vejam os engates entre eles: primeiro, a luta pela sobrevivência e/ou viver desde cedo ligado a atividades comerciais empurrou os entrevistados a participar das atividades produtivas entre o fim da infância e o início da juventude, daí lembrar a expressão do Empresário 4 que disse “ter nascido dentro da confecção”, enquanto outros “nasceram” dentro do comércio de alimentos ou vendendo na feira. O fato, é que o comércio foi imperativo na vida de todos. Segundo, a força que empurra o agente social para as confecções não se reduz ao comércio, conta com a expressiva participação da família. Em absolutamente todos os casos, o empresário se não “nasceu” na confecção, foi levado por um familiar a participar desta atividade. Terceiro, o trabalho foi a ação prática que viabilizou a participação da família nas atividades comerciais e nas atividades confeccionistas. Mesmo na atualidade, os empresários ainda se referem às suas ações como trabalho, eles não usam expressões como minha gestão, minha produção, usam meu trabalho. Saíram da condição de trabalhador, mas a condição de trabalhador não saiu deles, a diferença marcante que forjaram além de produzir peça completa é que passaram a trabalhar para si. Por último, a informalidade apareceu constantemente nas narrativas como um beneficiador dos pequenos negócios que se tornaram fábricas. Da sua origem à prosperidade e estabilidade.

Os empresários ficaram vários anos atuando na informalidade, às vezes, décadas, chegando a construir informalmente uma estrutura de pequena empresa, como a deste empresário. Somente se formalizou depois de ter um patrimônio de 20 máquinas, produzir em casa própria (que hoje o imóvel ainda produz renda por ser alugado) e ter 70 empregados. Veja que são anos lucrando na informalidade, com tantos trabalhadores a custo de salário e algumas gratificações. Essas interpretações sobre o alcance da informalidade na estrutura produtiva, levam a considerá-la o quarto elemento estrutural do campo.

O peso dos quatro elementos no comportamento dos empresários foi potencializado por suas ações práticas. Todos foram muito determinados e empenhados para criar meios de estruturar a produção de peça completa: trataram de aprender o ofício, montaram uma estrutura mínima para produzir, produziam sua capacidade máxima e vendiam tudo o que produziam. Desenvolveram formas de produzir roupas aproveitando retalhos e quando não tinham bancas nas feiras para vender, expunham as mercadorias

no chão. Viraram muitas madrugadas vendendo nas feiras ou se deslocando entre uma feira e outra, carregados de fardos, viajando por diversos pontos do Agreste de Pernambuco. Organizavam e vistoriavam a rotina da produção diária, sem deixar de acompanhar atentamente as variações no mercado de confecções.

Essas práticas repetidas, mesmo que de forma individualizada, agrupou os empresários em torno de reações homólogas para produção de peça completa. Reações homólogas que se inspiraram em outras reações homólogas, as de seus familiares e conhecidos. Historicamente, os empresários aqui analisados, ao deixarem a condição de trabalhador, foram se conformando num grupo específico perante os produtores de confecção.

Vamos lembrar como se detalha esse fato: o campo em observação, O Polo de Confecções de Pernambuco, tem o negócio das confecções como principal atividade produtiva. Conforme foi colocado na interpretação do ponto de partida das trajetórias dos empresários, essa atividade produtiva subdivide-se em dois grupos: o primeiro grupo corresponde aqueles que apenas comercializavam ou exerciam atividades afins da produção de confecções (revender roupas na feira, vender tecidos, aviamentos, etc.) e os que produziam para vender. A segunda diferenciação foi percebida entre os produtores, pois havia os que produziam a peça completa (ou a maior parte) e os que produziam apenas uma parte das peças, executando um serviço complementar à produção (facção).

Esses quatro grupos correspondiam à diferenciação da estrutura produtiva, portanto, “classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (BOURDIEU, 2004, p.136). A situação de cada grupo ou classe “se caracteriza por posse ou não posse de propriedade fundamental à atividade produtiva” (BOURDIEU, 2013, p.12). A maior cota de posse na produção de confecções é quem possui o produto para vender. Sendo sua a produção, a relação comercial seria mais direta e lucrativa, fazia o produto e vendia, sendo integralmente seu o lucro obtido. E a dinâmica desse mercado de confecções se alicerçava na venda rápida do estoque apresentado, quando mais se produzia, mais se lucrava. Quanto mais a feira alcançava outras cidades ou outros estados, mais estimulava a produção. Por isso, havia uma disputa entre os agentes sociais para se tornar produtor. Cada um que se empenhasse em montar sua estrutura para esse fim. Instaurou-se uma competição para empreender.

Bourdieu (2007) tomou o dinamismo interno dos campos como uma luta em função de um jogo. Na produção de confecções, as disputas se revelaram em função de se obter maior participação nas vendas através da oferta de peças completas de fabricação própria. Ter as peças completas para vender era ter posse sobre um elemento diferenciador, tanto em termos econômico quanto social, proporcionando aumento nos ganhos e interferência sobre as atividades produtivas dos outros (trabalhadores, fornecedores, vendedores, etc.).

O agente social observado é o produtor de peça completa. Contudo, em sua maior parte, não iniciaram suas trajetórias como empresários, mas como trabalhadores, num contexto de subdesenvolvimento e precariedade, atuando em comércio de feira. Sua socialização atrelada ao comércio, à feira e ao habitus feirante os fez decifrar o dinamismo da atividade, percebendo que a maior vantagem para atuar no comércio de feira seria através da posse do produto a ser vendido, portanto, ser produtor de peça completa. A partir das condições que tinham, sensibilizados pela determinação da melhoria de vida e desejo de autonomia, forjaram estratégias para conseguir montar uma estrutura mínima de produção para vender na feira.

As estratégias para montar a estrutura mínima de produção foi se dando de forma individual, em cada trajetória. Porém, quando analisadas em curso histórico, se percebe que são estratégias que contém práticas, valores e elementos comuns que os reúnem num agrupamento pelas ações e reações homólogas ao que se deseja perante a atividade produtiva. E não foi só isso. Pois não apenas passaram a compor um grupo (ou classe), mas uma fração importante do grupo que agregava os produtores, dado sua função na estrutura produtiva. Bourdieu (2013, p.12) explica que “as características das diferentes classes sociais dependem não apenas de sua posição diferencial na estrutura social, mas seu peso funcional nessa estrutura”.

A função do grupo produtor de peça completa além de deter a posse do produto que vai ser vendido, agrega à sua produção as atividades produtivas de outros agentes sociais (fornecedores de matéria-prima, fornecedores de tecnologia, fornecedores de crédito, revendedores, consumidores, trabalhadores, agentes do poder público, etc.). Sendo assim, este grupo pode ser reconhecido como uma fração de classe que se posicionou como um grupo dominante no grupo dos produtores, que por sua vez, já possuía certa hierarquia social sobre aqueles que apenas exerciam a atividade da venda ou atividades afins da cadeia produtiva confeccionista.

Os critérios de distinção, ou os elementos que presidem o acesso às posições, estão sendo revelados em cada trajetória analisada e suas estratégias correspondentes.

Uma outra característica a ser ressaltada no esforço pela construção da estrutura mínima para produzir, foi sacrificar os estudos ou sacrificar a vida social. O sacrifício dos estudos já foi mencionado nas interpretações anteriores. Com o Empresário 8, a narrativa demonstra o sacrifício da vida social:

Teve uma época que eu era o cortador, o mecânico, o modelista. Então, eu era Bombril. Ah, tinha época de virar a noite, de fim de semana, nessa época não tinha boquinha de feriado, nem dia santo não. Tinha que fazer feira no sábado, no domingo, aí a gente emendava, tinha isso não. Nos primeiros dez anos a gente ganhou dinheiro, mas também não sabe o que é festa nem nada não. Depois disso é que a gente começou a ter um pouco de lazer.

Foi essa determinação, subsidiada pelo habitus feirante, pela pressão em expandir o negócio e pelo desejo de superar suas limitações de vida, que impulsionou os empresários. Um negócio que teve como base além da determinação e da dedicação, longas jornadas de trabalho dentro dos fabricos ou nas feiras, os empresários atuavam de forma mecânica, como um motor, fazendo a atividade funcionar sem interrupção. A determinação e o trabalho aparecem como investimentos e a autonomia, a independência e a superação como recompensas.

O que mudou em relação à sua condição inicial:

- Trocou as ocupações que garantiam sua sobrevivência pelo risco de empreender;
- Decidiu investir seus esforços no próprio negócio, mesmo que fosse um risco, ao invés de continuar como um trabalhador comum;
- Sua perspectiva diante do trabalho deixou de ser a sobrevivência e passou a ser criação de riqueza;
- Passou à condição de empresário formalizado em função do tamanho da sua estrutura e do volume dos seus negócios;
- Obteve prosperidade e se estabilizou.

- Trabalhava numa empresa multinacional em Recife, no setor de defensivos agrícolas, onde também trabalhou seu pai;
- Graduiu-se em Administração ainda quando morava na capital;
- Veio para Caruaru por intermédio da esposa, cujo pai tinha uma fábrica de confecções;
- A partir de conversas com o sogro, se interessou pela atividade confeccionista. Pediu demissão do emprego e tornou-se sócio do sogro. Seu contato com a confecção já foi diretamente com o ambiente fabril, o comércio e a feira não participaram do início da sua trajetória como empresário. Embora soubesse que seu mercado-alvo na atividade confeccionista seria a Feira da Sulanca e o comércio local;
- Com o sogro abriu uma nova empresa, de início já apresentando redefinições de gestão do negócio em relação ao que o sogro fazia. Isso ocorreu há 20 anos atrás (1995 – entrevista em Novembro/2015);
- Começou sua atividade de produtor com outro habitus, não sofreu a influência do habitus feirante;
- Associou seu conhecimento de administrador à experiência do sogro para poder atuar no Polo de Confecções, pois somente seu conhecimento técnico e racional não dava conta de atuar num comércio de feira.

Os dois empresários que exemplificam uma socialização sem a herança do habitus feirante (SÁ, 2015) foram migrantes da capital para o interior (Empresário 11 e Empresário 10), atestando uma mudança de rota, não mais a rota interior-interior como nas outras trajetórias. Ambos vieram ao Agreste de Pernambuco diretamente para a cadeia confeccionista, em função da prosperidade que continuava sendo ofertada no campo produtivo. O Empresário 11 já chegou munido de conhecimento racional e especializado, sentindo-se mais seguro para atuar. No entanto, se não fosse a experiência do sogro não teria êxito sozinho, pois não compreendia a lógica e o dinamismo local. A princípio, ele expressou sua incompreensão comentando:

Normalmente, quando se imagina uma indústria, se imagina um processo onde o ideal é você fazer um planejamento da produção, ou seja, você ter uma carteira de pedidos e a partir dessa carteira de pedidos, você elaborar sua cota de produção. Aqui é meio que invertido né. A gente produzia para depois ir vender. E vendia no modelo de feira. Até porque, era um efeito sanfona na produção. Você tinha um período que você tinha que produzir

barbaridades, trabalhar horas e horas a fio, entrar pela madrugada, e tinha momentos que o pessoal ficava olhando um pra cara do outro e não tinha o que fazer, isso é trabalhar muito em cima da informalidade, da falta de contrato das coisas, acho que isso é uma característica muito daqui.

O conhecimento racional e especializado da Administração de Empresas, ao ser comparado com a dinâmica local instituída, nega a lógica de mercado utilizada no Polo de Confecções. O empresário 11, representante de uma outra lógica e outro espaço social, fez opção pelo distanciamento das tradições locais na gestão do negócio, delas se beneficiava na comercialização dos produtos, através do saber e dos contatos do sogro. Outro ponto diferenciador, em relação às demais trajetórias, é que o empresário não trabalhou em atividades específicas ligadas à produção confeccionista, iniciou sua produção como gestor. Contudo, não é demais lembrar que sua visão de gestor não se formou apenas por seu título acadêmico, mas, na prática, foi fundamentada por sua experiência como trabalhador, ainda que tenha sido numa multinacional, tendo contato com estilos de gestão globalizados.

Aqui já é possível registrar uma variação subjetiva na fração de classe analisada: a associação de uma espécie de habitus da modernidade por parte do Empresário 11 - longe do imprevisto e da informalidade, próximo do conhecimento racional, da formalidade e do mercado globalizado. Mas, em harmonia com o habitus feirante – o sogro, seus conhecimentos, sua experiência, seu histórico de atuação na produção local, unidos pelas relações familiares para produzir juntos. A modernidade e a tradição se associaram, como mais um traço diferenciador do grupo. Munir-se de conhecimento racional e especializado passou a ter valor na produção de peça completa, significando uma forma de produzir melhor planejada e um distanciamento dos infortúnios da informalidade e do imprevisto.

O que mudou em relação à sua condição inicial:

- Iniciou seu empreendimento utilizando algum capital financeiro, mas, principalmente, o capital intelectual (representado pelos conhecimentos adquiridos no ensino superior) e a experiência profissional decorrente do seu trabalho com vendas numa multinacional. Além desses dois capitais, para atuar no dinamismo do comércio de confecções, precisou de um outro capital social: o conhecimento da lógica do comércio local, fornecido por seu sogro;

- Deu como superada ou obsoleta a forma do sogro gerir a fábrica e o convenceu a adotar práticas mais modernas e planejadas de gestão;
- Não via sentido mercadológico em produzir de acordo com as tradições, por isso redimensionou a gestão da sua fábrica, identificando-se com a modernidade.

Empresário 1

- Fez facção na infância, aparando ponta de linha para ajudar a irmã;
- Quando rapazinho, vendia picolé e sorvete na rua;
- Começou a fazer feira em 1989, revendendo confecções na Feira da Sulanca para ganhar comissão;
- Em 2000 (11 anos depois de iniciar como feirante), começou a fabricar confecção. Comprou duas máquinas de costura e pagou alguns parentes para costurar;
- Passou 4 anos aprendendo sobre o negócio;
- Teve crescimento constante e atualmente possui uma fábrica de três andares, subdivida em vários grandes setores: armazenagem de tecidos, modelagem e corte, costura e bordado. A fábrica conta com um restaurante panorâmico, onde os funcionários fazem refeição.

A troca da condição de trabalhador para empresário se iniciou através da compra das máquinas, com o que acumulou revendendo confecções na Feira da Sulanca. Decidiu investir na produção de peça completa. As máquinas e alguém para costurar representava a estrutura mínima de produção para incrementar sua atuação na feira, já consolidada por alguns anos de experiência em vendas.

Ao passar 4 anos aprendendo sobre o negócio, sofreu uma mudança de perspectiva, deixou de pensar apenas na atividade de comércio e também passou a pensar na produção – sua produção, o comando do seu negócio, fonte geradora de independência e autonomia. O Empresário 1, assim como o 4, o 8, a Empresária 3 e a 5, tiveram uma mudança drástica de perspectiva sobre o campo, sobre a atividade produtiva e sobre suas ações ao começar a empreender. No campo, ao ampliar sua participação, saindo da

posição de revendedor para produtor. Na atividade produtiva, por passar a gerir a produção completa ao invés de desempenhar uma atividade limitada. Nas suas ações, por coordenar uma quantidade maior de operações ao gerir a produção coletiva.

O que mudou em relação à sua condição inicial:

- Seus ganhos com o trabalho de revenda, acumulou para investir;
- Deixou de pensar apenas na sobrevivência, seu trabalho não correspondia mais a uma atividade específica, passou a exercer o controle do processo produtivo através da gestão do seu negócio;
- Tratou de aprender sobre o negócio, adquirindo outros capitais, além do financeiro: entender tecnicamente da produção e lidar com critérios de gestão;
- Seu mercado-alvo deixou de se restringir à feira, englobando outros clientes: sacoleiros e atacadistas.

Empresária 3

- Na juventude era funcionária de uma fábrica;
- Após conhecer o marido foi trabalhar com ele. Ele, por sua vez, foi funcionário de uma empresa de ônibus e com a indenização recebida investiu na revenda de tecidos. Depois, ao se capitalizar com esta atividade, investiu na produção de confecções através de uma pequena fábrica de moda surfwear, em 2003;
- Após a invasão de produtos chineses nesse setor da moda, migrou para o setor de jeans e nele se mantém até a atualidade;
- Seu negócio foi erguido na informalidade, dependendo do comércio de feira e sua instabilidade por 8 anos. Mediante a declaração que já atua no ramo das confecções há 12 anos (Entrevista em março/2015), sua atividade produtiva formal com jeans corresponde há 4 anos dessa trajetória e também corresponde ao período em que se formalizou.

A troca da condição de trabalhadora para de empresária se deu por via dupla: pelo trabalho e pelas relações de parentesco. Através do casamento associou-se ao marido, continuou trabalhando, mas no negócio da família, para si, não mais como assalariada, exercendo atividades de gestão.

O marido, por sua vez, agiu como os Empresários 2 e 6: montou seu negócio com o que ganhou como funcionário da empresa onde trabalhou. Foi mais um que arriscou o que possuía no empreendimento de uma pequena confecção. Beneficiou-se por um tempo da informalidade, apesar dos perigos que a informalidade oferecia. A estabilidade do negócio veio e sua posição mercadológica dentro do período da modernidade local (anos 2000 quando o campo passou à condição de Polo), lhe impulsionou para além do mercado de feira, adentrando na exportação de confecções para outros estados do país.

O que mudou em relação à sua condição inicial:

- O trabalho desempenhado no negócio da família deixou de ser uma atividade técnica e passou a ser de gestão, assessorando o esposo;
- A revenda de tecidos por parte de seu esposo não significou apenas uma forma de trabalho autônomo, mas também logrou aprendizado para produção, pois conhecia diferentes tipos de tecidos e sua utilização. Como os Empresários 2 e 6, adquiriu saber a partir da atividade que desempenhava, utilizando -o para subsidiar sua produção;
- A “luta diária” foi substituída por um negócio estável e lucrativo;
- Atua na formalidade e também substituiu a gestão com base no improvisado pela gestão com base na racionalidade e especialização. Tornou-se exigente quanto ao cumprimento de regras padronizadas na produção.

Empresário 4

- Disse que nasceu dentro da confecção pelo fato da mãe ser costureira;
- A partir dos 13 anos de idade começou a trabalhar numa loja de tecidos;

- Trabalhava e estudava. Conseguiu concluir um curso técnico em Contabilidade e Administração;
- Resolveu investir na produção doméstica de confecções em 2003;
- Montou sua estrutura produtiva a partir de algumas máquinas antigas que estavam ociosas no espaço de costura da mãe, usando os tecidos que adquiriu na loja onde trabalhava e movimentou a produção com que acumulou trabalhando na loja de tecidos;
- Da mãe, teve indicação de uma costureira para começar a produzir e costurava também;
- Com a expansão do pequeno negócio, decidiu sair do trabalho com os tecidos e dedicar-se exclusivamente a empreender;
- A empresa era informal e assim permaneceu por 7 anos (declarou na entrevista – março/2015, que a empresa tinha 12 anos e foi formalizada em 2011).

O saber desse empresário sobre a confecção vem desde a infância. Sua casa girava em torno das costuras da mãe e esse fato é bastante significativo, porque o trabalho de costureira é a função técnica mais importante na produção de confecções. É através do trabalho da costureira que se aprende o processo de produção da peça completa. (PEREIRA NETO, 2013). A socialização deste empresário também foi composta pela miscelânea de acontecimentos diários da costura e de como sobreviver no mercado de feira.

Partindo de uma situação de escassez de recursos, optou por fazer reparos nas máquinas antigas da mãe. Se eram máquinas temporariamente sem uso, provavelmente, foram substituídas por outras. Assim, é possível inferir o reaproveitamento de tecnologia obsoleta como forma de baratear os custos para iniciar uma produção. A indicação da costureira pela mãe significou uma escolha feita por alguém com conhecimento e experiência no assunto. Se o negócio inicialmente só poderia contar com um trabalhador, que fosse um trabalhador bem escolhido.

Na loja de tecidos onde trabalhou, aprofundou um pouco mais o conhecimento que trazia da infância e se sentiu seguro o suficiente para começar a fabricar, de maneira modesta, mas contínua e crescente, a ponto de fazer sua escolha definitiva: deixar a condição de trabalhador e tornar-se empresário. Trabalhar para o seu negócio.

O que mudou em relação à sua condição inicial:

- ✓ Além de trabalhar, estudou. Adquiriu conhecimento e diploma, um conhecimento útil à condição de empresário;
- ✓ Parte do conhecimento que usou para estruturar sua produção, aprendeu no trabalho da loja de tecidos, invertendo a condição de expropriação do saber operário;
- ✓ A partir dos capitais acumulados (financeiro, conhecimento instrumental, experiência, ajuda familiar, etc.), deu sua virada de posição, por escolha própria, fruto do seu trabalho e alicerçada em sua determinação por produzir peça completa para fazer feira.

Empresário 7

- A família já estava há duas gerações no comércio de gêneros alimentícios;
- Apesar dos pais ofertarem condição de estudos, o Empresário 7 preferiu não estudar, se identificava mais com atividades práticas;
- Ajudou os pais no mercadinho, da infância à adolescência (8-15 anos), depois, teve desentendimentos com o pai e foi buscar apoio entre os tios maternos;
- Com os tios maternos teve incentivo para atuar na produção de jeans, empreendendo uma pequena confecção informal com o capital que conseguiu acumular quando trabalhava com o pai (R\$900,00), em 2004;
- Foi atuar no ramo de confecção porque não queria ser concorrente do pai e porque na época era o ramo mais promissor da cidade;
- Além da pequena confecção informal que produzia jeans, montou uma lavanderia na zona rural de Toritama.

A socialização do Empresário 7, dentro do ambiente familiar, correspondendo à infância e a adolescência, já aconteceu impregnada das atividades comerciais, sua geração era a terceira na família a viver do comércio. Viver do comércio incluía reproduzir as atividades que davam certo, como fizeram seus tios e como fez o patrão do Empresário

6, ao trocar a produção de calçados pela de jeans. Os tios do Empresário 7 não quiseram mais atuar com alimentos, optaram por atuar na fabricação de calçados e depois migraram para o jeans. As atividades se diversificaram e o comércio permaneceu como vocação primária.

O sentido da atividade produtiva para o empresário é puramente prático, por isso, não enxergou necessidade ou interesse em estudar, comercializar era o que importava. Se não desse certo numa área, poderia dar certo em outra. A atividade de produzir não sofria imposições restritivas de ordem institucional ou hierárquica, a exigência era ter condições materiais para produzir. Como nos outros casos já apresentados, essa condição foi custeada pelos ganhos do seu trabalho inicial e pela informalidade.

A informalidade também foi muito benéfica nessa trajetória. Pelo visto, até aqui, a maior parte dos empresários se beneficiou da informalidade devido às facilidades que oferecia. Suas benesses pareciam uma compensação mediante a falta de políticas de desenvolvimento eficazes para o local. Se para o trabalhador comum (aquele que vende sua força de trabalho em troca de salário) a informalidade aparecia como injusta, pois lhe negava seus direitos e sua cidadania, para os trabalhadores que se tornaram empresários ela foi generosa. Apesar de existir práticas negativas no negócio por conta da informalidade, como comprar e não pagar, encomendar e depois rejeitar a encomenda feita, este elemento ofertou condições de acumulação que permitiram não apenas a continuidade, como também a prosperidade do negócio. As práticas negativas da informalidade não desanimaram os empresários, impeliu a que eles construíssem novas estratégias para escapar às armadilhas.

O que mudou em relação à sua condição inicial:

- Vivenciou um momento de mudança nas atividades comerciais dominantes. Primeiro na família (de alimentos foi para o calçado), depois no campo produtivo (do calçado foi para o jeans);
- Após estruturar seu negócio, optou por sair da informalidade;
- Sua produção de peça completa exigiram a criação de duas unidades produtivas: a confecção e a lavanderia.

Empresário 10

- Migrou da capital do estado para Caruaru ainda adolescente, veio com parte da família. Na época estava com 12 anos de idade;
- Tinha um primo que era lojista no setor de aviamentos, onde a mãe iria trabalhar. Após três anos, o Empresário 10 também foi trabalhar nessa loja, isso foi entre 1994-1995;
- Completou o ensino fundamental, depois fez um curso técnico sobre industrialização no ramo de confecções e por fim fez graduação em Administração;
- Na loja de aviamentos, desempenhava a função de almoxarife e ajudava a planejar as compras. Passou 12 anos nesse trabalho, nos últimos 5 anos que integraram essa experiência começou a namorar com uma moça cujo pai tinha uma fábrica de confecções. Quando começaram a planejar o casamento, o sogro o convidou para trabalhar em sua fábrica;
- No ano de 2006, 5 meses após ter assumido o trabalho na fábrica, enfrentou problemas por conta da morte do sogro. O Empresário 10, junto com a esposa e a cunhada, assumiram a gestão da fábrica. No mesmo ano, ele e a esposa fizeram um curso técnico sobre industrialização, promovido pelo Instituto Tecnológico de Pernambuco para reestruturar o funcionamento da fábrica;
- No decorrer da reestruturação da fábrica, a esposa assumiu exclusivamente o setor de design, atribuiu à irmã o comando da loja e deixou ao empresário 10 a gestão da fábrica.

Este é mais um exemplo da força arrematadora do comércio e das atividades ligadas à confecção, mediada pela família, sobre a vida das pessoas. A primeira mudança radical na vida do empresário foi migrar para o interior, porque a mãe iria trabalhar numa loja de aviamentos. A segunda foi através do casamento, por tornar-se empresário de uma fábrica de confecções. Em ambas, a família o condicionou ao mundo das confecções no Agreste de Pernambuco, alterando definitivamente o curso da sua vida.

Ao assumir o comando da fábrica, o Empresário 10 e a esposa sentiram necessidade de entender tecnicamente sobre o funcionamento da produção industrial, antes de fazer alterações na sua estrutura produtiva. As memórias do antigo dono e o costume de agir no improviso ou “porque todo mundo faz assim” perdeu forças, o negócio guiado pelo conhecimento racional e especializado mais uma vez, ganhou espaço na

produção de peça completa, tal qual aconteceu com o Empresário 11, a Empresária 9 e o Empresário 2. De acordo com Lima (2011), as iniciativas institucionais para prover conhecimentos de gestão começam a aparecer neste campo produtivo a partir dos anos 2000.

Reestruturar a fábrica foi uma ação tanto prática quanto simbólica, pois mostrou que o estilo tradicional de empreender perdeu forças a partir da modernização do Polo. O novo estilo de empreender que desperta atenção vem das agências de conhecimento, distanciando-se das tradições e redefinindo as práticas. O habitus feirante (SÁ, 2015) recuou, embora não tenha deixado de atuar no jogo.

O que mudou em relação à sua condição inicial:

- Mudou de perspectiva quanto à produção, deixando de exercer uma atividade afim (organizar o almoxarifado de uma loja de aviamentos) para gerir uma produção coletiva já estruturada;
- Necessidade de conhecimento racional e especializado para guiar a gestão da fábrica. Essa necessidade foi compartilhada com a esposa e fez ela mudar de perspectiva, em relação às práticas que via o pai fazer;
- Não empreendeu na informalidade;
- Modernizou a produção na fábrica que herdou a partir da sua gestão.

Empresário 2

- Na infância (aos 8 anos), era auxiliar de costura da mãe;
- Quando adulto, trabalhou numa empresa de confecções (Empresa 1, pertencente ao Empresário 1), no setor de criação;
- Na empresa onde trabalhou lidava apenas com os detalhes pertinentes ao modelo de roupa confeccionado;
- Apesar da função limitada, aproveitou seu trabalho como forma de aprendizado “para um monte de coisas”;

- Saiu dessa empresa para abrir seu negócio. Foi beneficiado por um curso profissionalizante oferecido pelo Senai, a partir da seleção SISUTEC (voltada ao programa de qualificação profissional PRONATEC);
- Montou sua própria empresa em 2014. Define seu negócio como empresa em função da produção ser sua, por realiza-la em sua maior parte e porque pode escolher para quem vai vender. Se define como pronta entrega;
- Capitalizou-se a partir do que ganhou na Empresa 1 e conseguiu financiamento por amizades para montar sua estrutura produtiva;
- A empresa funciona há 9 meses, mas a formalização só veio acontecer no período em que foi abordado na entrevista (dezembro/2014) e ainda iria registrar os funcionários no mês seguinte (janeiro/2015). Ou seja, passou quase um ano na informalidade.

A troca da condição de trabalhador para empresário se deu por iniciar a produção de peça completa. Sua estrutura produtiva foi montada com o que ganhou no seu trabalho anterior. Da empresa onde trabalhou não ganhou apenas dinheiro, mas experiência e conhecimento sobre a produção de confecções, compra de máquinas e o funcionamento de uma fábrica.

A montagem da sua empresa não foi totalmente no improviso, além da experiência proporcionada pelo trabalho, teve acesso a um curso profissionalizante que o beneficiou com conhecimento instrumental. Também se beneficiou por algum tempo da informalidade. Optou pela formalidade em menos tempo que os outros empresários, por conta do sistema tributário voltado à microempreendedores, chamado de SIMPLES. Com sua atitude, vemos que a informalidade no campo começa a sofrer restrições, a partir da intervenção estatal para estimular os empreendimentos formais.

O que mudou em relação à sua condição inicial:

- Não deixou a condição de trabalhador fabril dominar sua perspectiva de vida, tratou de construir seu meio de independência e autonomia;
- Sua autonomia foi reforçada pela experiência de trabalho porque não vivenciou seu trabalho apenas como uma troca de trabalho por salário. Da empresa, retirou conhecimento, não sofrendo a expropriação do saber operário, fez o contrário,

construiu seu saber a partir da participação na atividade que desempenhava e na vivência do ambiente fabril;

- Passou a se definir como dono de empresa pela forma como a produção era feita e apropriada. Não entrou em sua definição montante de capital, recursos declarados, planejamento ou qualquer outro traço tipicamente empreendedor.

Após a exposição individual das trajetórias e suas interpretações correspondentes, é possível ressaltar algumas características fundamentais sobre o campo. A começar, registra-se que as atividades se diversificaram e o comércio permaneceu como vocação primária. A regra do jogo era investir naquilo que estivesse dando certo no comércio, como foi feito em relação aos gêneros alimentícios, ao calçado, ao artesanato, etc. Se a atividade apresentasse prosperidade, então, deveria ser reproduzida. Atualmente, predomina a confecção, mas, se futuramente a confecção declinar, uma outra modalidade virá.

Aliás, a diversificação nas atividades comerciais continua integrando a dinâmica local. Prova disso são os depoimentos dos Empresários 6 e 8.

Então, é preciso também que a região renove e continue, inovando e renovando pra manter a atividade. Tenho a imobiliária, tenho atividade no governo do estado, Eu sou diretor na Associação Comercial e Industrial de Toritama, sou presidente de uma organização social do estado, que é o Clean Gestor e isso toma meu tempo. Mas a minha rotina, quando eu trabalho pouco, eu trabalho catorze horas por dia. (Empresário 6)

Eu tô trabalhando só 20% na fábrica. Ainda é meu negócio, mas ano que vem eu quero deixar com o filho e já quero ir embora pra fazenda. Eu quero botar um comerciazinho pra mim, um comerciazinho pra ter um ponto de apoio e eu vou embora pra fazenda. Eu tenho fazenda, eu mexo com boi, com cavalo. (Empresário 8)

Por conta da posição dominante que o comércio ocupa no Agreste de Pernambuco, tem sido muito forte seu dinamismo, sempre em expansão, arrematando pessoas e suas vidas, suas rotinas, suas criatividade, para depois por essas pessoas ser reinventado. A troca de uma modalidade de comércio por outra vem da percepção dos agentes sociais sobre as atividades envolvidas, o que não exclui a influência do contexto em suas percepções.

O mercado que envolvia a produção de confecções praticamente não tinha regulação institucional, a luta pelo poder era livre, dependia apenas de a produção acontecer, chegar ao mercado e vender. Por isso, é possível inferir que os empresários não conquistaram suas posições, eles ocuparam suas posições, porque elas estavam livres. Não havia diferenciação social vertical significativa no campo, a estrutura hierárquica estava em formação.

Mais uma característica apreendida foi perceber como os empresários compuseram um novo grupo, que se consolidou em função de produzir peça completa, fazer feira com sua própria mercadoria e ascender socialmente. Produzir para vender na feira seria o “mecanismo que preside o acesso às posições” (BORDIEU, 2007, p.97), no caso, à posição de produtor de peça completa. Ter o seu negócio não deixa dúvidas que é o capital social mais ambicionado. Ele é o passaporte para uma mudança de vida, para uma vida melhor. Ou, mediante a situação, ao invés de um passaporte poderia ser uma carta de alforria.

O registro da diversidade de estratégias desenvolvidas pelos agentes sociais, para se capitalizar e montar seu negócio, ajudou a compor um conjunto de semelhanças, demonstrando como as trajetórias foram concretizadas sobre pontos comuns. São eles:

- Não deixaram a condição de trabalhador dominar suas perspectivas de vida, trataram de construir seus meios de independência;
- Mudaram de atividades profissionais diversas para confecção, na condição de produtores de peça completa (ou sua maior parte);
- Estruturaram seus negócios utilizando capital financeiro e outros capitais sociais (entender a importância do comércio na dinâmica local; conhecimento das tradições locais associado ao aprendizado do comércio com as experiências dos mais antigos, acreditar na prosperidade do negócio das confecções, etc);
- A montagem da estrutura produtiva foi viabilizada pelas relações de parentesco e amizade;
- As produções eram todas voltadas para o comércio de feira;
- Uso da informalidade para iniciar e para consolidar o negócio;
- Usaram suas experiências profissionais iniciais como forma de capitalização e conhecimento prático para atuar no comércio e na produção de confecções;

- Adquiriram posição dominante no grupo dos produtores;
- Ao produzir peças completas, passaram a intervir no local como produtores de riqueza e articuladores de outros agentes sociais: consumidores, trabalhadores, fornecedores, etc.;
- A partir da condição de empresário, tiveram uma grande modificação em suas perspectivas quanto à produção, como: planejamento e vistoria da produção, preocupação com o gosto dos clientes e com os concorrentes, dedicação ao negócio. Em geral, saíram do cumprimento de uma tarefa limitada (no mesmo campo e na mesma atividade produtiva) para coordenar uma produção completa;
- Além do montante do seu ganho ser bem maior, foi possível conquistar o gosto de diferentes grupos, tornando-os clientes, cujos recursos alimentaram sua riqueza no processo de vendas.
- Mudaram também sua perspectiva em relação ao trabalho: das atividades específicas se passou à gestão do negócio. Deixaram de trabalhar por uma recompensa limitada e passaram a intervir na feira oferecendo sua produção. Não trabalhavam mais para outros, trabalhavam para si.
- As atividades iniciais foram utilizadas como aprendizado para subsidiar o trabalho de gestor.

Poucas são as diferenças apresentadas no esforço por se tornarem produtores de peça completa. A montagem do negócio aconteceu de formas diferenciadas: a partir de um fardo de tecido associado ao trabalho de produção no âmbito doméstico, para vender na feira; criando estratégias de vendas na feira para aumentar seu capital financeiro e custear a estrutura da sua produção; na impossibilidade de montar uma estrutura mínima inicial, terceirizando essa estrutura até poder montar a sua, etc.

As maneiras como aprenderam a entender e lidar com as confecções também foram diferenciadas: trabalhando numa loja de tecidos, aprendendo como ajudante ou operário da produção de confecções de terceiros, com a mãe que era costureira, fazendo facção com a irmã, acompanhando a dinâmica do negócio dos pais, revendendo confecções na feira. Diferentes também, foram as relações familiares que inseriram os empresários no ramo das confecções: por casamento, por separação, porque um primo tinha uma loja, porque a mãe foi costureira, porque alguém da família migrou para o

negócio das confecções. A maior parte teve suas infâncias e socialização voltados para o comércio de feira e para as confecções, mas outros, vieram para essa atividade produtiva por conta das oportunidades que o mercado já consolidado oferecia.

Em suma, as diferenças se resumem à forma como começaram. A continuidade das trajetórias se revelou relativamente homogênea nas formas como superaram a condição de trabalhador e se tornaram produtores de peças completas, firmando-se como um grupo, ainda que não tivessem adquirido consciência disso.

5 OS USOS DO TRABALHO PELOS EMPRESÁRIOS PARA EDIFICAR SEUS EMPREENDIMENTOS

Desde o capítulo anterior estão sendo apresentadas e analisadas as ações práticas dos empresários para edificar seus empreendimentos. As ações práticas correspondem às estratégias utilizadas para passar da condição de trabalhador à condição de empresário. As estratégias foram tomadas como respostas às oportunidades e tornaram-se resultados, criando os elementos diferenciadores para operar a troca de condições. As estratégias viabilizaram as possibilidades, ou campo dos possíveis, a se tornar realidade objetiva.

Bourdieu (1979, p.77), analisando a situação dos trabalhadores na Argélia ressaltou que “O subproletário só conhece o futuro sem as amarras do devaneio. Porque o campo dos possíveis tem os mesmos limites do campo das possibilidades objetivas”. É certo que o contexto em que ele fez tal afirmação é outro, assim como o tema, que dizia respeito ao lento processo do proletário desenvolver consciência de classe. Mas esta afirmação também se aplica à realidade do Polo e à análise da trajetória dos empresários, pois revelou o quão estruturante é a junção da perspectiva que se tem da realidade com a concretização objetiva das possibilidades.

O subproletário de que ele fala possui condições precárias de trabalho e vida similares aos dos agentes sociais do Polo. Quanto a se despojar das amarras do devaneio, significa ter uma visão objetiva da sua condição, dos seus limites e possibilidades. Caso queira alterar a situação de trabalho precário por uma vida melhor, precisa tornar possível a concretização objetiva das possibilidades que levam a isto. Então, as ações/estratégias foram desenvolvidas nesse sentido.

As análises das ações foram agrupadas em duas categorias específicas: Como Trocou o Trabalho pelo Empreendedorismo e Os Usos do Trabalho para Edificar os Empreendimentos. No Capítulo 4 foi apresentada a análise da categoria Como Trocou o Trabalho pelo Empreendedorismo, destacando as estratégias utilizadas pelos empresários para se tornarem produtores de peça completa e assim deixar a condição de trabalhador, adentrando à condição de empresário. As estratégias revelaram como se dava a dinâmica entre o comércio, a família, o trabalho e a informalidade na principal atividade produtiva local – as confecções. Uma dinâmica mediada pela intervenção prática e subjetiva dos agentes sociais observados, empenhados em superar suas condições precárias de vida e de trabalho.

Completa esta análise, a apresentação da segunda categoria específica: Os Usos do Trabalho para Edificar seus Empreendimentos. Esta categoria específica é um destaque do elemento estrutural trabalho, presente em todas as trajetórias, por isso, revelou-se o motor das ações práticas para erguer os empreendimentos. Foi sobre o trabalho, ainda que em condições precárias, que se empregaram a resistência física, a inteligência, a astúcia, o aproveitamento das oportunidades e a aquisição de capitais sociais variados para produzir peça completa. Pois, produzindo, poderiam fazer feira vendendo seu próprio produto e consolidar a posição de empresário.

Sendo assim, merece atenção destacada os tipos de trabalho que entraram na composição e edificação dos empreendimentos. Para apresentar os tipos de trabalho, as narrativas voltarão ao formato dos quadros 3, 4 e 5, subsidiadas pelas informações das trajetórias individuais. Ao fazer esse resgate, se faz também o mapeamento das configurações do trabalho num momento de transitoriedade do campo produtivo. Os empresários entrevistados começaram a empreender entre meados da década de 1980 e o início dos anos 2000.

Retomando o que foi colocado no início do capítulo 3, a década de 1980 demarca o fim do período relativo ao surgimento e expansão da produção de confecções no Agreste de Pernambuco (1950-1980), cuja expressividade transcendeu o espaço da Feira da Sulanca, abrangendo o espaço urbano das cidades-núcleo e se tornou conhecido pelo termo Território da Sulanca.

A entrada da década de 1990, apesar de demarcar a chegada do movimento de reestruturação produtiva e do neoliberalismo no Brasil, afetando o funcionamento e a manutenção das empresas nacionais, para as empresas confeccionistas foi um período de crescimento das atividades produtivas. Através do estudo produzido pela FADE/UFPE (2003)¹⁷, as populações das cidades-núcleo no início da década de 1990 tiveram um significativo crescimento demográfico em função do crescimento econômico gerado pela expansão da produção/comércio de confecções, principalmente em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, uma vez que Caruaru já possuía uma economia mais diversificada. O PIB das três cidades apresentou um crescimento superior ao da região Nordeste (34,9%) e ao do Brasil (31%). O aumento em Caruaru foi de 35,2%, em Santa Cruz do Capibaribe foi de 60,4% e em Toritama de 41,9%.

¹⁷ Alguns autores possuem uma visão crítica sobre a confiabilidade deste estudo, contudo, não há outras pesquisas significativas que tenham sido produzidas sobre o Polo de Confecções neste período.

De acordo com o estudo, o objetivo dos que chegavam nas cidades-núcleo para trabalhar na produção de confecções era se tornar microempresário e o esforço para conseguir realizar esse objetivo não foi fácil, pois eles eram mais pobres do que os empresários instalados há mais tempo. Principalmente em Santa Cruz e Toritama, “a nova população que entrou no município foi ocupando posições de renda domiciliar abaixo da média preexistente” (FADE/UFPE, 2003, p.15). Lira (2011) registra que o movimento migratório que aconteceu no agreste pernambucano entre as décadas de 1980 e 1990 era, principalmente, intra-regional, um movimento da direção do sertão e de outras áreas economicamente estagnadas em direção à produção de confecções do Agreste. Neste grupo se inserem também os parentes que haviam migrado para São Paulo e decidiram retornar a Pernambuco em função do boom econômico com a produção de confecções.

O depoimento do Empresário 8 exemplifica a atratividade que o comércio e as confecções exerciam sobre as pessoas nesse período de transformação. O desejo de se tornar produtor de confecções, apesar de existir outros empresários instalados há mais tempo, não impedia a entrada de novos agentes no grupo dos produtores, pois o quantitativo de agentes sociais nessa posição ainda era pequeno.

É porque a gente veio do sítio, antes, a gente vivia da roça. A feira de Caruaru, na época, era uma feira de troca, uma feira de gado. Ainda hoje existe a feira famosa, de gado, mas essa Sulanca, foi de quarenta anos pra cá. Enfim, Santa Cruz começou e Caruaru foi atrás e hoje é os dois polos maiores. Eu acho que no ramo das confecções, 90% dos empresários foi tudo assim, veio de baixo, com a ajudinha de alguém da família, do pai que deu um trocado pra ele continuar, eu não conheço nenhum que caiu do céu não. Sei lá, mas acho que todo ele teve uma história. Na época não era a quantidade que tem hoje em dia não. Há trinta anos atrás o que contava era o fabricante e Caruaru tinha dez fabricantes.

No depoimento do Empresário 8 sobressai a afirmação “90% dos empresário foi tudo assim, veio de baixo ... eu não conheço nenhum que caiu do céu”. Nos leva a considerar que a corrida por ser produtor de peça completa foi intensa. Havia uma onda coletiva de esforços individuais para empreender. É possível inferir essa consideração porque sempre há mais exemplos para endossar a *corrida para produzir*. Como a história do sogro do Empresário 10:

A empresa foi formal quase desde o início. A empresa vai fazer 20 anos, quer dizer, 20 anos de formalidade. Mas, se eu não me engano, ela tem 22, 21 de existência. Porque, assim, ela veio em momentos de transição, ela surgiu dentro da casa do meu sogro, numa sala, foi ficando apertado, foi

ficando apertado, aí ele alugou um galpãozinho, foi pra esse galpãozinho. Quando ele alugou esse galpãozinho foi que ele formalizou, aí depois foi que ele comprou uma casa, que era aqui, ele derrubou e fez esse prédio. Aí foi quando a empresa veio pra cá, mas ela já era formal.

E as memórias da Empresária 5:

Porque assim, a gente aprende muito que você ser patrão, você vai ter uma condição melhor, então, todo mundo tem essa vontade. Há vinte e sete anos atrás foi quando mudou a feira pra 18 de Maio [o Parque], quer dizer que de 50 bancos, eu acho que seria, uns 60, 70, que foi quando nós fomos pra rodoviária passou pra 150, quer dizer, toda população que sonhava em ter alguma coisa foi lá e pediu um banco. Então, vamos dizer que dobrou a feira. Então, a possibilidade era crescer.

Foi dentro desse contexto de transformação que a maior parte dos entrevistados entrou na luta pela posição de empresário. Uma luta, ou corrida por empreender, enquanto meio de se tornar independente.

A ideia de independência é central no universo daqueles que trabalham no Polo de Confecções. A relevância que possui a busca pelo 'trabalho independente' na região nos diz algo importante sobre a configuração produtiva do Polo de Confecções. O fluxo intenso de pessoas existentes na região, possui uma expectativa generalizada de se apropriar de todo o processo econômico, vendendo elas mesmas a própria mercadoria que produzem, a partir da pequena produção doméstica e da relação estabelecida com a feira local (MORAES, 2013, p. 307).

Com o boom dos empreendimentos, vimos que ao fim da década de 1990 e entrada no ano 2000, se instala um novo panorama produtivo, com a participação de novos agentes sociais, inseridos na produção de confecções a partir de iniciativas institucionais (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). No início dos anos 2000, o Território da Sulanca passou à condição de Polo de Confecções. O início e crescimento dos negócios dos empresários foram envolvidos por essa dinamização econômica.

Em busca de êxito, os empresários elaboraram suas estratégias para montar a estrutura mínima de produção. Montada a estrutura, novas estratégias foram desenvolvidas para garantir a realização da produção. Elementarmente, a realização da produção dependia de produzir. Mas quem faria isso? O empresário sozinho? Em nenhum momento das suas trajetórias estiveram sozinhos. Através de suas relações sociais vieram os contatos para produzir e, assim, a apropriação ou uso de diferentes tipos de trabalho

seria a garantia para produção acontecer. Vejamos, portanto, os usos que foram feitos do trabalho.

Quadro 7: Os Usos do Trabalho para Edificar os Empreendimentos

| Empresário | Trechos das Narrativas |
|------------|--|
| 1 | <p>É aquela pessoa, eu vendo muito assim ó: aquela mulher que tem uma.... A gente chama aqui sacoleira. Que vem com pouco dinheiro, sai comprando pra vender nas portas. Tive muito esse tipo de cliente. Veja só, o sacoleiro tá constantemente aqui, quinze dias, vinte dias, trinta dias. O sacoleiro compra e não pechincha tanto no preço. Aí, compra a você e passa o cartão ou o dinheiro. A gente [o empresário e a esposa] foi construindo isso aqui com venda de sacoleiro.</p> |
| 2 | <p>[Uma empresa te contratou pra produzir pra ela. Mas quem cria, quem compra o tecido, quem faz tudo é você?] Então, basicamente, a forma inicial é esta: design, depois vem o modelista, cria ali a modelagem. [O cara que faz o design, ele trabalha pra você?] Esse cara sou eu. Então, feito o desenho da peça, a modelagem, vem pra risco e corte, que é de onde a gente começa aí, de fato, a talhação.</p> <p>Aí, claro, quando tô muito sobrecarregado, que não tem como a gente dar conta de um tudo, aí eu peço ajuda. Aí, eu tenho um amigo que também faz artes, daí a gente criou o modelo, por exemplo, às vezes eu entendo mais da costura, uma coisa e outra, ele mais do silk, de um bordado, então, a gente senta e sai juntando as ideias.</p> <p>[Aí, você corta essas peças aqui, manualmente?] Não, eu faço fora, o corte eu faço fora. E isso são bordados que eu peço fazer fora, aí eu digo, eu quero um bordado mais ou menos dessa forma ao rapaz que cria os bordados, ele faz, me entrega pronto pra ser executado na máquina. [Você usa uma facção, nesse caso?] É. Os demais serviços de acabamento que seria, a questão de tirar o fio, pregar botão, o bordado, o corte da peça, eu faço tudo fora.</p> <p>Eu só tenho uma da família, que é a minha mãe que trabalha comigo e os demais são por fora, contratados. [E a costura?] A costura, aqui. Porque precisa estar debaixo dos meus olhos.</p> |
| 3 | <p>Foi uma longa, difícil e árdua caminhada, pra gente chegar cem por cento legalizado dentro desse ambiente complicado, mas cada vez mais, vai ficando mais difícil trabalhar. E um funcionário pra nós custa muito caro. O valor que nós contratamos um funcionário hoje, você pode colocar cinquenta por cento em cima que é os custos que ele vai nos gerar. Isso, fora os prejuízos que ele te dá quando ele tá querendo deixar tua empresa.</p> <p>Não, eu não trabalho com terceirizados. Eu tenho uma lavanderia que é propriedade nossa também, tem funcionários também, todos registrados, todos de acordo com a lei.</p> <p>Então, quando você explica que sete horas nós iniciamos nossas atividades, cinco pras sete ele tem que estar dentro da empresa, ele</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>tem que providenciar o batimento de ponto dele, pras sete horas ele estar começando as atividades de trabalho. Eu já estou dizendo que eu não quero que ele comece sete e cinco, eu não quero que ele comece sete e dez. Eu quero que sete horas ele esteja na empresa.</p> |
| 4 | <p>Também na época, no início também costurava. Eu cortava e costurava também. E aí fui crescendo, há um ano que a gente tá num prédio próprio.</p> <p>Temos também quatro unidades de facção. [É a terceirização?] É a terceirização. E aí, gera em torno de trinta empregos indiretos, através dessas facções. E hoje a gente atende, praticamente, todo o Brasil com a nossa confecção masculina.</p> |
| 5 | <p>Eu tinha 15, 16 anos, eu via todo mundo trabalhando, eu nunca esqueci. Porque eu nunca quis ser costureira, eu sempre queria ser mais. Aí todo tempo, todos projeto foi assim, comprando e vendendo, nunca fiz outra coisa não.</p> <p>Porque a gente vendia muito em Santa Cruz, Santa Cruz é que era o atacado. Tudo o que você levasse, você vendia. E aí, foi quando começou essa feira daqui que até hoje deu certo, graças a Deus. [Aí, no caso, as confecções que sua mãe vendia eram produzidas por quem?] Fornecedora 5. Ela não dava consignado, mas ela vendia pra você pagar com o que você vendesse. Era um consignado sem entrega né. Porque como vendia tudo, você só ia e devolvia o dinheiro né. Mas, era mais ou menos um consignado.</p> <p>[E aí, quando você parou de vender, você quis abrir seu negócio, como é que foi?] Eu fabriquei, fabriquei um tempo camisaria, aí depois fechei. Aí voltei à Feira de novo. Comprando e vendendo. [Pra lhe ajudar nessa atividade de gestão, você só usou sua experiência, fez algum curso?] Não, coloquei meus filhos pra estudar. Então, tem o mais velho que é muito inteligente. Tenho três filhos que são uma bença. Então, tem assim, a minha experiência, do que já passei e tem o aprendizado deles. Então, a gente uniu e deu certo.</p> |
| 6 | <p>Começamos a ter um fabrico. Aí a gente foi pra zona rural procurar costureira, porque em Toritama não tinha mão de obra. Nós tínhamos um fusca, do nosso pai, era o carro do taxi, nós tirávamos os bancos, colocava peças dentro e íamos pra zona rural, bater de porta em porta e procurar quem quisesse costurar conosco. E na época nós conseguimos dez costureiras. [Já levava a peça cortada?] Levava cortada já a peça.</p> <p>No fabrico do Senhor Patrão a gente não ficou mais do que dois anos não. A gente saiu assim que firmou nosso negócio.</p> <p>Compramos o tecido a ele ainda uns seis meses, mais ou menos. Quando a gente aumentou um pouco a gente já começou a comprar dos fornecedores mesmo.</p> <p>Quando a gente achou as costureiras a gente aumentou a produção, aí a gente começou a fazer mais feira, a gente só fazia em Santa Cruz, aí começou a fazer em Caruaru também. Fazia quatro feiras por semana. [Virava de um dia pro outro, trabalhando?] Ah, é,</p> |

| | |
|----|--|
| | <p>muitas vezes. [E vocês já tinham um banco alugado?] Não, colocava no chão mesmo. Saia brigando pelo chão, eu era muito jovem ainda, aí os maiores, os adultos, chegavam e saiam me empurrando.</p> |
| 7 | <p>Quando eu comecei na confecção eu não tinha maquinário. Existem aqui, como chamam, de facção, é quem terceiriza. No caso, eu mando o pano pra o corte, pego o corte, levo na facção, a facção monta toda a peça, eu vou levo pra travetar, casear, em seguida lavanderia.</p> <p>Por Toritama ser pequeno, o boca-a-boca é a maior propaganda aqui. Tinha amigos meus, como o jeans já vinha explodindo, eu dizia rapaz tô pensando em fabricar, um dizia é bom, outro dizia é ruim. Aí, quem dizia é bom, eu dizia, em que facção? Aí ele saia apontando fulano. Então, foi dando, foi dando, cheguei.</p> |
| 8 | <p>Eu fiquei ainda como militar e com as confecções. Depois eu pedi baixa como militar e fiquei só nas confecções. [E além do senhor e da sua esposa, tinha mais alguém da família ou alguém lhe ajudava?] Não, era só nos dois. [Aí, o senhor ficou um tempo, como o senhor diz, fabricando em fundo de quintal, e foi vendendo] É, fui crescendo né. Trabalhamos aí, uns dez anos de fundo de quintal. É, fui crescendo né... a gente já começou com um empregado, né, com uma máquina, duas, três e chegamos a 10, 20, máquinas e chegamos a 70 funcionários.</p> |
| 9 | <p>Naquela época eram famosas as costureiras e alfaiates, né. E ele viu a possibilidade dessa roupa pronta. Botou a fábrica lá e eu fiquei no financeiro e nas vendas da loja e ele ficava na fábrica, junto com a minha mãe. [Você estudava à noite?] Estudava à noite. [E trabalhava o dia todo?] Trabalhava o dia todo. Mas eu tinha o maior prazer, trabalhava com aquele gosto!</p> |
| 10 | <p>Aí meu primeiro trabalho aqui foi dentro das coisas que eu conhecia. Então, foi conhecer os fornecedores, ele me apresentou aos fornecedores, mas, infelizmente, não deu muito tempo pra isso e quando ele veio a falecer, eu me vi sem experiência dentro do negócio e meio sem ter o que fazer, assim. Enquanto eu tava trabalhando aqui, eu fui organizando coisas. Comecei organizando setores que pra mim já eram familiares.</p> |
| 11 | <p>Normalmente, quando se imagina uma indústria, se imagina um processo onde o ideal é você fazer um planejamento da produção, ou seja, você ter uma carteira de pedidos e a partir dessa carteira de pedidos, você elaborar sua cota de produção. Aqui é meio que invertido né. A gente produzia pra depois ir vender. E vendia no modelo de feira.</p> <p>Até porque, era um efeito sanfona na produção. Você tinha um período que você tinha que produzir barbaridades, trabalhar horas e horas a fio, entrar pela madrugada, e tinha momentos que o pessoal ficava olhando um pra cara do outro e não tinha o que fazer, isso é trabalhar muito em cima da informalidade, da falta de contrato das</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>coisas, acho que isso é uma característica muito daqui. Quando eu entrei na empresa, a empresa já tinha uma estrutura bem formalizada nessa área trabalhista e fiscal, mas não havia, vamos dizer assim, um método muito claro, até de busca de resultados, análise de produtividade, de trabalho nessa área de departamento de pessoal, não havia. Havia, simplesmente, a contratação normal, a seleção de pessoal era, assim, muito incipiente, era uma coisa que você chegava lá, fazia um teste e se mostrasse qualquer tipo de aptidão, você acabava sendo desenvolvida lá dentro.</p> |
|--|--|

Fonte: Coleta de dados da pesquisadora

As informações presentes no Quadro 6 serão associadas às informações dos demais quadros (3, 4 e 5) e às trajetórias individuais para se proceder a um Mapeamento Individual dos Usos do Trabalho. Ao observar os usos do trabalho, foi utilizado o termo trabalho no singular, correspondendo ao conjunto dos diferentes tipos de trabalhos envolvidos na produção de confecções do Polo. Os diferentes tipos de trabalho foram especificados nas trajetórias dos agentes sociais e correspondem aos trabalhos que os empresários conseguiram utilizar em benefício da edificação e continuidade do seu negócio.

5.1 Mapeamento individual dos usos do trabalho

Empresário 1:

Ao montar sua estrutura produtiva com a ajuda da família, capitalizou-se vendendo, principalmente, para sacoleiras – “Elas compram constantemente e não pechinham no preço. A compra é feita a dinheiro ou cartão”.

A venda para as sacoleiras é contínua em função da forma de pagamento, que é segura quanto ao recebimento. Não menciona entrega de nota fiscal ou qualquer documentação que comprove a venda, possivelmente é uma venda informal. Assim, não precisaria pagar impostos, a venda era totalmente livre, lucrava tudo o que pudesse vender. O sacoleiro é um trabalhador autônomo que revende confecção na feira ou a domicílio. A constância da presença da sacoleira no negócio desse empresário, oferecia

um ganho permanente, criando uma relação de parceria. Isso não invalidava a participação do empresário na feira.

A família foi envolvida na produção desde o início, primeiro trabalhando na estrutura produtiva que foi montada, depois, quando instalou a fábrica, pode contar com a colaboração da esposa que desempenhava a função de designer.

Sendo assim, consolidou sua posição de empresário através de quatro tipos de trabalho: o seu, o da esposa, o dos funcionários da sua produção e o das sacoleiras.

Empresário 2:

Contou com a ajuda da mãe, mas fez uso principalmente do seu trabalho, realizando a maior parte das etapas produtivas. Quando não conseguia resolver tudo sozinho, buscava ajuda de conhecidos. Possui funcionários contratados e também utilizou o trabalho de facção para completar a realização da sua produção.

O acúmulo de funções no processo de produção demonstra as limitações em empreender praticamente sozinho. Ele compra o tecido, faz o trabalho de modelagem, passa a modelagem para a peça (risco) e cria ideias para os detalhes da roupa (bordados). Além dessas atividades, no seu fabrico se realiza o trabalho da costura. A realização do bordado e o corte da peça faz através do trabalho de facção.

Neste caso, vem utilizando cinco formas de trabalho: o seu, o da mãe, dos amigos que o ajudam, o das costureiras e o da facção.

Empresária 3:

Ergueu seu negócio com seu trabalho e o trabalho do esposo. Sua produção tem se realizado, principalmente, através do trabalho assalariado, embora no Quadro 3 tenha afirmado que ela e o esposo, no início das atividades profissionais quando tinham uma pequena fábrica, produziam informalmente para vender na feira, o que significa que utilizaram o trabalho informal. Atualmente, se queixa que o trabalho assalariado custa caro, chegando a afirmar que representa 50% dos custos de sua produção. Computa também neste custo, possíveis prejuízos que o funcionário pode dar quando quer ser demitido. Não utiliza trabalho terceirizado. Possui uma lavanderia como complemento de sua produção; tanto na empresa de confecção de jeans quanto na lavanderia, os funcionários são formalizados. Uma das maneiras de aproveitar o trabalho assalariado,

mediante os custos que o funcionário representa, é exigir o cumprimento exato do horário de trabalho.

Além do trabalho que desempenha na fábrica, a empresária contou com mais três formas de trabalho: o do esposo, que se capitalizou pelo trabalho na empresa de ônibus e ergueu o empreendimento, e dos funcionários atuais, formalizados. Inicialmente, utilizou o trabalho informal.

Empresário 4:

Iniciou pelo uso do seu trabalho, desde quando trabalhava na loja de tecidos e depois como fabricante e vendedor do que produzia. Tomou como inspiração o trabalho da mãe e também fez uso dele ao se apropriar das suas máquinas antigas, para iniciar sua produção. Não se deve esquecer que, no âmbito doméstico, presenciava a desenvoltura do trabalho das ajudantes da mãe. O trabalho doméstico lhe serviu como instrução prática para empreender sua confecção.

Depois, consolidou seu negócio fazendo uso do trabalho de seus funcionários na fábrica de confecção e do trabalho das quatro facções agregadas à sua produção. É importante lembrar que o trabalho de facção é um trabalho informal, normalmente realizado na zona rural ou na periferia, envolvendo famílias e sua rede de relacionamentos. O trabalho informal também se estendeu à fábrica, pelo tempo que passou na informalidade, depois foi substituído pelo trabalho assalariado. Usou, portanto, cinco formas de trabalho: o seu, o da mãe, dos funcionários informais, depois os funcionários assalariados e o da facção.

Empresária 5:

Além do trabalho próprio, desenvolvido no âmbito da Feira da Sulanca, na sua fase de vendedora, contou com vários trabalhos na sua trajetória. Como o trabalho doméstico de sua mãe e de seus filhos. Da mãe, quando revendia roupas na feira, pois foi através dela que a empresária foi levada ao negócio das confecções; dos seus filhos, que desde cedo lhe ajudaram a empreender o negócio, como seus auxiliares. Fez também uso do trabalho de quem produzia as confecções para dona da mercadoria (Fornecedora 5) e o trabalho da dona da mercadoria, ao repassar os vestidos para venda. Agrega-se a esse

quadro, o trabalho dos feirantes de confecção que faziam a feira acontecer e dinamizar o comércio informal de confecções.

Quando começou a produzir, passou a agregar no seu histórico de usos do trabalho, o trabalho dos seus funcionários que se caracteriza como trabalho assalariado. Em função da sua falência e depois do retorno à produção, ficou alternando o trabalho informal, típico do ambiente de feira, e o trabalho assalariado, típico do ambiente de fábrica. Utilizou, assim, sete formas de trabalho: o dela própria, o da mãe e dos filhos, o dos produtores dos vestidos que revendia, o da dona da mercadoria para revenda, o dos feirantes e o dos seus funcionários.

Empresário 6:

O seu trabalho sempre foi associado ao trabalho do irmão. Com ele iniciou na produção de calçados, depois passou à produção de confecções e, por fim, na sua produção doméstica, incluindo o trabalho da mãe e do pai. O trabalho da mãe, por ser sua primeira costureira, ela produzia e os filhos vendiam as roupas na feira. O trabalho do seu pai, através do capital para investir no negócio, acumulado quando trabalhava com o taxi e o taxi serviu de transporte para carregar mercadoria a ser costurada na zona rural e depois ser vendida nas feiras. Também conta aqui, indiretamente, o trabalho dos outros agentes sociais quando era auxiliar de confecção na tenda, pois, da vivência dessa experiência, resultou seu aprendizado inicial sobre confecção e o repasse dos fardos de tecidos para produzir.

Quando passou a investir na produção, associou-se diretamente com o trabalho informal das costureiras na zona rural, um trabalho de facção, para realizar a costura das peças que já levava cortadas. Sendo assim, utilizou nove tipos de trabalho: seu trabalho, do irmão, da mãe, do pai, do patrão, dos colegas do trabalho, das costureiras que faziam facção, dos funcionários informais e depois dos funcionários assalariados.

Empresário 7:

O trabalho dos familiares foi a grande ajuda recebida para se capitalizar e começar a empreender. Primeiro, o trabalho do seu pai, que ergueu o negócio da família nuclear, dando continuidade à posição da família extensa no grupo de comerciantes de revenda de alimentos. A experiência em participar do comércio e as primeiras atuações

como gerenciador de um negócio vem do mercadinho da família. Quando separou do seu pai, contou com o trabalho dos tios maternos, ao ser acolhido por eles para trabalhar e através do aconselhamento e indicação que deram para produzir confecções.

Na sua produção de confecções contou, primordialmente, com o trabalho de facção, até constituir sua fábrica e sua lavanderia. Uma vez constituídos seus empreendimentos, passou a contar com o trabalho assalariado. Dispôs de cinco formas de trabalho: o seu, do pai, dos tios, da facção e dos funcionários assalariados.

Empresário 8:

O seu trabalho propiciou um certo acúmulo de capital financeiro, através das duas ocupações que tinha (vender alimentos na feira e atuar como policial militar). Associado ao trabalho da esposa, que era costureira, garantiu sua iniciação na produção de peça completa. Uma produção modesta, que inicialmente contava com a esposa como única trabalhadora, costurando num local terceirizado para poder vender na Feira da Sulanca.

Com o que ganhou nas vendas, passou à produção de fundo de quintal agregando ao seu ambiente doméstico algumas máquinas e funcionários. Funcionários trabalhando na informalidade por quase duas décadas, chegando a um quantitativo numérico alto, antes de se formalizar. Após formalizado, além do seu trabalho e da esposa, continuou contando com o trabalho dos funcionários, porém, assalariados.

Utilizou, portanto, quatro formas de trabalho: o seu, o da esposa, dos funcionários informais e dos funcionários assalariados.

Empresária 9:

O primeiro trabalho que lhe serviu de alicerce foi dos seus pais, principalmente, do pai que ergueu e estruturou o negócio. O pai trabalhou como feirante, vendendo aviamentos e outros itens, com o que acumulou abriu a loja de tecidos, já contando com o trabalho da esposa, que havia se aposentado como professora e deixou os correios. A Empresária 9 passou a complementar o trabalho do pai como ajudante no setor financeiro. Após a morte do pai, assumiu junto com a mãe o comando do negócio. Foi nesse momento que sua gestão passou a contar diretamente com a colaboração dos funcionários, em

função da empresária e sua mãe não entenderem tecnicamente do funcionamento da fábrica.

Após o falecimento da mãe, a empresária passou a comandar sozinha a empresa e continuou tendo como principal fonte de trabalho os seus funcionários. Sendo assim, desfrutou de quatro formas de trabalho: dela, do pai, da mãe e dos funcionários.

Empresário 10:

A modalidade de trabalho que mais o ajudou foi o trabalho familiar. Primeiro, da sua mãe, enquanto provedora, que migrou de Recife para Caruaru em busca de um trabalho para sustentar os filhos: o trabalho a ser realizado na loja de aviamentos de um primo. Esse trabalho foi extensivo ao Empresário 10, como sua primeira experiência no comércio e em atividades afins da confecção. Não é demais considerar o trabalho do primo ao estruturar a loja onde teve a primeira experiência de trabalho e onde aprendeu a atuar no comércio.

Depois contou com o trabalho do sogro, que ergueu a fábrica de confecções onde o Empresário 10 passou a atuar como gestor, ao lado da esposa e da cunhada. O trabalho familiar, após sua ascensão à condição de empresário, passou a dividir importância com o trabalho assalariado formal dos funcionários da fábrica. Estruturou-se fazendo uso de sete formas de trabalho: o dele, da mãe, do primo, do sogro, da esposa, da cunhada e dos funcionários assalariados.

Empresário 11:

Não teve um histórico de trabalhar sozinho, no sentido de ser autônomo, ou em parceria com alguém da família antes de se tornar empresário. Viveu a condição de trabalhador de uma multinacional, um trabalhador qualificado, pois possuía curso superior em Administração. Foi nessa experiência que aprendeu princípios práticos de gestão.

Em seguida, seu trabalho foi associado ao trabalho do sogro. Este, por sua vez, montou sua fábrica nos moldes já conhecidos aqui: produção informal voltada para o mercado de feira. Com o trabalho e a experiência do sogro constituiu seu negócio para atuar na Feira da Sulanca. Passou a contar, nesta circunstância, com o trabalho assalariado

formal dos funcionários. Dispôs, portanto de três formas de trabalho: o dele, do sogro e dos funcionários assalariados.

Após o mapeamento individual dos usos do trabalho pelos empresários, vejamos algumas considerações.

Ainda que produzir peça completa seja a atividade que preside o acesso à posição de empresário, os agentes sociais aqui analisados não estruturam seus negócios sozinhos. O esforço maior, para a maioria dos empresários entrevistados, foi pessoal, mas não foi essa a única forma de trabalho utilizada. É preciso considerar os outros tipos de trabalho envolvidas na produção de confecções no Polo.

Cada relação mantida entre os empresários e seus parceiros – seja alguém da família, um empregador, um comerciante ou produtor que o ajudou, ou outras pessoas que passaram a integrar suas relações familiares, resultou na associação de diferentes tipos de trabalho a seu dispor. E os usos que os empresários fizeram dos diferentes tipos de trabalho não foi apenas o trabalho de realização da produção, mas se estendia à possibilidade de garantir, assegurar, sua condição de produtor e meio de conquistar poder na estrutura produtiva: o poder de quem tem estrutura mínima para produzir associado ao poder de contratar ou pagar pelo trabalho de terceiros. Segundo Bourdieu (2004, p.14), “Isso significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma ‘illocutionary force’, mas que se define numa relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos”.

A partir do Mapeamento Individual dos Usos do Trabalho é possível inferir que o segundo elemento significativo na conquista da posição de empresário foi a apropriação de várias modalidades de trabalho para fazer a produção acontecer e consolidar a mudança da condição de trabalhador para a de empresário. Foi colocado anteriormente que o primeiro passo para chegar à condição de empresário era produzir peça completa, este seria o mecanismo que presidia o acesso à posição de empresário. A apropriação de vários tipos de trabalho, por sua vez, foi o mecanismo que conduziu à consolidação da posição recém ocupada. Se a produção garantia o acesso à posição, o trabalho deu o alicerce para produção continuar acontecendo e assegurar o negócio.

Assim, o trabalho foi o alicerce tanto da entrada quando da consolidação da posição de empresário. Na entrada, propiciou o acúmulo de algum capital, associado a outros capitais também conseguidos pelo trabalho, para montar a estrutura mínima de produzir peça completa. Na consolidação, a continuidade da produção somente foi

possível pela apropriação do trabalho de outros agentes sociais que, somado ao do empresário, o impeliram para consolidar a posição conquistada. Ao chegar nesse ponto, já não se tratava mais de chegar à condição de empresário, mas de manter-se na posição e manter-se socialmente neste status.

Cabe indagar, mediante a situação, porque parecia tão corriqueiro, tão simples, tão normal, a apropriação dos trabalhos dos outros pelos empresários?

5.2 O trabalho como elemento de consolidação da posição de empresário

A resposta pode ser construída a partir de duas considerações: a primeira, de que os princípios de diferenciação são vivenciados como naturais (BOURDIEU, 2007). As pessoas vão se relacionando, dando continuidade às práticas que já existem, até que se conforma uma mudança no que é corriqueiro, sem parecer necessariamente uma mudança, mas dando espaço para que novas modalidades de ação se rotinizem.

A segunda consideração destaca que as diferenças entre os grupos (classes) não são apenas econômicas, mas são diferenças de classificação produzidas pelos agentes sociais numa relação de poder (BOURDIEU, 2004). A relação de poder entre os agentes depende de posse ou não-posse de propriedade fundamental à atividade produtiva, quem tem a posse tem o poder. No caso dos grupos envolvidos no negócio da confecção, aquele que tem a posse da produção de peça completa detém o domínio da atividade produtiva. No domínio da atividade produtiva, destaca-se não somente o fato de produzir peça completa, mas como produz, é aí que entra a importância de agregar o trabalho dos outros para compor sua produção.

E essa relação de poder se deu num contexto de subdesenvolvimento e precariedade de condições de vida, em que não existia grande diferenciação social. Como já foi inferido, as posições distintas estavam livres para ser ocupadas, não existia concorrência ou impedimentos institucionais significativos para limitar a ocupação. O esforço era estruturar a produção de peça completa e vender.

No feito de estruturar a peça completa, o grupo de trabalhadores que se lançou como produtor enfrentou uma batalha individual no campo produtivo, em busca de se apropriar de capital financeiro e de outros capitais para estruturar sua produção. Uma vez conquistados os capitais, a convergência deles em peças completas para vender dependia

do trabalho de confecção das peças. Se um empresário não pode sozinho produzir a peça completa, ele pode usar os capitais de que dispunha para pagar quem pudesse fazer. Se ele tem os capitais em mãos, ele tem o poder, o poder de comprar ou de se apropriar do trabalho dos outros. A compra do trabalho se deu na contratação de funcionários ou encomendas às facções; a apropriação se deu quando o trabalho de alguém (parente, conhecido, patrão, colegas de trabalho), de alguma forma, serviu para melhorar, completar, ensinar ou tornar possível a produção ambicionada.

Através do Mapeamento Individual dos Usos do Trabalho, o trabalho de produzir peça completa se revelou fracionado em várias modalidades diferentes, correspondendo a diferentes agentes envolvidos na atividade produtiva. Em cada trajetória foram registradas combinações de diferentes tipos de trabalho que contribuíram, a seu modo, para produção do empresário acontecer.

Os tipos de trabalho mapeados podem ser agregados em cinco formas diferentes:

Primeiro, o trabalho correspondendo ao esforço individual de cada empresário, desde o início de suas atividades profissionais e se estendendo às suas ações práticas após passar à posição de empresário. A essa modalidade será atribuída a denominação de **trabalho próprio**, inspirado na definição de trabalho apresentada por Grint (1998).

O trabalho é a atividade empreendida com as nossas mãos que dá objetividade ao mundo. Talvez de uma forma mais convencional, o trabalho tenha sido imputado de capacidade transformadora – uma atividade que altera a natureza – enquanto uma ocupação é algo que coloca os indivíduos numa qualquer forma de mercado. (GRINT, 1998, p.18)

É importante frisar que o trabalho próprio não é apenas a realização de uma atividade de transformação que adquire valor de uso, mas uma atividade de realização e de transformação dentro de um contexto, envolvendo a constituição sociocultural do local. Um trabalho ao mesmo tempo contextualizado e personificado, pois o agente social ao decifrar os valores, crenças e práticas do seu mundo passa a nele intervir de forma específica. Daí a denominação de trabalho próprio.

O trabalho próprio, no decorrer das trajetórias dos empresários, se alia à noção de trabalho por conta própria, definido por Cacciamali (1982) como o trabalho que conta com a propriedade dos instrumentos, o conhecimento e o controle do processo de trabalho, seguido da apropriação do seu produto.

Segundo, o trabalho apropriado pelo empresário a partir das relações com seus familiares, seja da família nuclear ou da família extensa. Nas trajetórias dos empresários

houve a apropriação do que o pai, a mãe, o sogro, os tios, a esposa, o esposo, poderia colaborar para agregar capital financeiro, ou outro tipo de capital, ao incremento da estrutura mínima para produzir e para dar continuidade à produção. A denominação a ser atribuída a esse tipo de trabalho é mais complexa, pois envolve três diferentes abordagens teóricas nos estudos do trabalho: trabalho familiar, trabalho doméstico e trabalho de gênero.

Quanto ao trabalho familiar, diz Paulilo (2004, p. 235) que “essa forma de trabalho afeta tanto homens quanto mulheres e não está restrita às atividades agrícolas”. Porém, é um tipo de trabalho profundamente vinculado ao ambiente doméstico e ao desempenho, em sua maioria, por mulheres. O trabalho familiar é feito em proveito do grupo familiar, o que prende os destinos dos integrantes uns aos outros, tanto na produção agrícola como fora dela (PAULILO, 2004).

Essa definição representa a situação do trabalho familiar na produção de confecções em análise. Pois, a produção começa exatamente pelas mãos das mulheres, numa atividade familiar, de âmbito doméstico, como complemento de renda. Mesmo após a atividade se expandir, ao ponto de se tornar a principal atividade do comércio local e ter um mercado especializado, a Feira da Sulanca, o trabalho familiar continuou sendo fundamental. Todos os empresários entrevistados, como já foi salientado, tiveram sua ligação com a confecção através da família, pois o domicílio era também o lugar da produção. Se não era dentro da casa, era no fundo do quintal, mas atrelado à família. E esse laço não se desfez. O empresário, na sua condição de produtor e gestor, ainda continua se apoiando no trabalho familiar para dar prosseguimento às suas atividades. A diferença é que o trabalho familiar deixou a casa e passou a se estabelecer nas fábricas.

O trabalho doméstico, segundo Grint (1998), é o trabalho realizado em casa, não há uma exclusividade no envolvimento de familiares, outras pessoas são agregadas ao trabalho feito no lar.

Apesar de o trabalho doméstico ter sido convencionalmente associado ao trabalho no lar não remunerado, ou mais propriamente ao trabalho em casa e, por isso, tem sido eliminado das preocupações sobre o trabalho até recentemente, vale a pena dizer que o trabalho doméstico também envolve atividades não remuneradas fora do trabalho em casa estritamente definido, por exemplo, fazer compras, cuidar do jardim... [...] Quase todas as atividades empreendidas em casa sem pagamento são também empreendidas por dinheiro na economia formal (GRINT, 1998, p. 46).

No caso do Polo, o trabalho predominante foi o familiar, realizado no ambiente doméstico, porém, não foi exclusivamente familiar na sua execução, contou com a participação dos conhecidos que se engajavam na produção doméstica e também adentrou outros domicílios na modalidade do trabalho complementar ou de facção. Sempre havia pessoas de fora da família participando do trabalho doméstico. Além disso, as atividades desenvolvidas no âmbito doméstico e por familiares não eram atividades de cunho essencialmente doméstico, como o cuidado com roupas, filhos, comida, limpeza, etc. Esse existia, mas falamos da produção de confecções para vender da Feira da Sulanca. Trata-se, portanto, de uma produção fabril em condições de precariedade que, por falta de condições financeiras, era realizado no lar e por familiares, traços herdados das raízes rurais dos entrevistados.

O trabalho doméstico e o familiar estão intimamente ligados com o trabalho de gênero, pois no histórico das mulheres e do trabalho, suas atividades começam no lar e depois se estendem à rua, podendo ocorrer também que o trabalho exercido na rua seja complementado no lar. Nesse sentido, é a realização do trabalho feminino ou de gênero que, normalmente, predomina nas duas situações.

Segundo Giddens (2005, p.316), a visão histórica das mulheres no trabalho parte das atividades pré-industriais, nas quais não havia uma separação entre atividades produtivas e domésticas, todos participavam destas atividades, mas as mulheres “exerciam uma influência considerável dentro do lar, em consequência de sua importância nos processos econômicos, ainda que fossem excluídas dos domínios masculinos da política e da guerra”. Posteriormente, com o desenvolvimento da industrialização, o trabalho feminino, no sentido de ser executado por mulheres, sofreu um deslocamento para as fábricas. Mas não ficou somente nisso, as mulheres enfrentaram discriminações no mercado de trabalho, passando a sofrer com a segregação ocupacional. Giddens (2005) caracteriza a segregação ocupacional como a ocupação de uma posição de inferioridade pelas mulheres no mercado de trabalho, em termos de ocupação, renda e prestígio.

Não é propósito desta pesquisa adentrar tal discussão, mas deve-se levar em consideração que o trabalho feminino seja com a família, em casa ou na rua, possui em sua essência o componente da desvalorização social e de precariedade. Características presentes no Brasil como um todo. Num campo produtivo como o Polo, onde os empreendimentos foram edificados a partir da família, congregando o trabalho familiar no ambiente doméstico, sendo um local subdesenvolvido e marcado pela precariedade

das condições de trabalho, não poderia ser outra a situação da maioria das mulheres no negócio da confecção.

Conforme os registros de Bezerra (2011), temos que:

O Polo de Confecções surgiu a partir de uma ação ‘autônoma’ e ‘espontânea’ da população local, principalmente das mulheres, que, em função da ausência de oportunidade de geração de renda começaram a costurar Sulanca para sobreviver. Essa produção, desde aquela época esteve assentada fundamentalmente no trabalho domiciliar e assim segue sendo nos dias de hoje. Utilizar essa chave de leitura implica identificar no centro desta dinâmica produtiva, o papel das mulheres e da família (BEZERRA, 2011, p. 103).

Assim, entendendo que o trabalho das mulheres é intrínseco tanto ao trabalho familiar como ao trabalho doméstico, e que nem todo trabalho familiar somente se realiza no ambiente do lar e que nem todo trabalho doméstico é feito por alguém da família, denomina-se esse tipo de trabalho como **trabalho domiciliar-familiar**, tal qual é referido por Bezerra (2011) ao caracteriza-lo como o trabalho feito no ambiente doméstico, com intensa participação mas não exclusividade da família, comandado por homens e mulheres da família, executado principalmente por mulheres, tanto da família quanto de fora. Em geral, o trabalho das mulheres e o trabalho familiar não possuem grande destaque social, mas é fundamental para produção se realizar.

O terceiro tipo de trabalho, que agregou o maior número de participantes em cada trajetória, é o trabalho sem contratação formal, sem garantias, reconhecido como **trabalho informal**. Os estudos sobre trabalho informal se vinculam, principalmente, ao trabalho realizado em países periféricos ou subdesenvolvidos, revelando uma dinâmica específica do trabalho ser conduzido e desvalorizado, em função da industrialização imposta mediante um cenário de pobreza e exclusão social.

Diz Cacciamali (2010) que os estudos sobre informalidade nos países periféricos datam do ano de 1969, a partir de um estudo promovido pela OIT, intitulado Programa Mundial de Emprego que abordava o crescimento econômico acelerado desses países, devido a um processo de industrialização induzido pelo Estado. A partir desse estudo, vieram outros que se aprofundaram no tema da informalidade, mapeando sua extensão a ponto de entendê-lo como um setor, o Setor Informal, apresentando uma maneira específica de conduzir as relações de produção e trabalho.

Uma das informações que podem ser extraídas dessa análise é que as múltiplas formas de organização da produção não tipicamente capitalista e

inserções laborais derivadas, que coexistiam no tecido produtivo dos países periféricos estudados naquele período, não deveriam ser consideradas como resquícios do passado, como formas tradicionais, mas como formas originárias do próprio padrão de crescimento econômico em andamento, e das articulações que, pelo avanço do capital, estavam sendo geradas entre (e intra) relações de produção (CACCIAMALI, 2010, p. 20).

Porém, este tipo de trabalho, dado sua magnitude no contexto da industrialização no Brasil, possui uma expressividade variada, apresentando tipos diferentes de trabalho informal, conforme expõe Vêras de Oliveira (2011). Não se pode abordar a informalidade como se ela fosse a mesma em todo país. Na verdade, depende do local em foco, de sua constituição sociocultural e da incidência da industrialização sobre as atividades desenvolvidas.

A informalidade no Polo de Confeccões de Pernambuco não se traduz de imediato na flexibilização de direitos trabalhistas, mas no histórico de uma produção rural, em condições precárias, num campo produtivo subdesenvolvido à margem de políticas públicas e incentivos de desenvolvimento, como foi colocado anteriormente. A informalidade no Polo é uma característica intrínseca à produção, ao trabalho e ao comércio, seja em torno de produtos diversos, seja em torno das confeccões. A informalidade no Polo se expressou facetada dependendo da posição do agente social na estrutura produtiva. Para o trabalhador foi meio de exploração e de trabalho precário, para o empresário foi meio de acumulação e enriquecimento.

O trabalho informal no Polo, pode ser subdividido em três ramificações: o trabalho realizado na facção, complementar à produção de peça completa; o trabalho fabril informal, relativo às produções que aconteciam em fundo de quintal contando com funcionários sem registro nos fabricos. E o trabalho no comércio, ligado às vendas informais, realizadas na Feira da Sulanca. Apesar da fase de modernização do Polo, dos grandes centros comerciais instituídos nas cidades-núcleo e do aumento de empresas e empregos formais (FREIRE; LOPES DA SILVA, 2011), o trabalho informal continua sendo largamente utilizado na produção de confeccões.

O quarto tipo de trabalho apropriado pelo empresário, se revelou a partir das relações estabelecidas nos ambientes de trabalho que frequentou ou através de pessoas que contribuíram com seus esforços para a conquista dos capitais que impulsionaram os negócios (sacoleiras, produtores das confeccões para revenda, atividades de revenda de tecidos e aviamentos, etc.). Este tipo de trabalho será denominado de **trabalho de terceiros**. Ele foge às conceituações sobre trabalho que se tem. Não se trata exatamente

de trabalho autônomo, pois está atrelado ao trabalho familiar, doméstico, de gênero, informal, formal, no ambiente fabril ou no comércio. Trata-se de um tipo de trabalho que foi apropriado a partir do saber fazer a atividade, cujo saber foi compartilhado na vivência cotidiana e ajudou no aprimoramento da produção e da gestão dos pequenos negócios.

Foi registrado em algumas interpretações das trajetórias individuais dos empresários, o fato de terem feito uso da experiência ou dos saberes do trabalho de outras pessoas para dar subsídio às estratégias de trocar o trabalho pelo empreendedorismo. Aqui, entram os conhecimentos adquiridos no trabalho da loja de tecidos, de aviamentos, nas tendas de confecções, nos fabricos. Além da apropriação sobre os saberes ligados ao negócio das confecções, houve também o trabalho daqueles que contribuíram para dar suporte à expansão do negócio da confecção, como os mascates, os feirantes, os fornecedores de maquinário, revendedores de confecção, etc.

O quinto tipo de trabalho destacado é o **trabalho assalariado**: corresponde à força de trabalho atual que mantém o negócio do empresário funcionando, dentro do ambiente fabril e regulado institucionalmente. Contudo, não é possível apostar no trabalho assalariado no Polo como aquele instituído nos moldes do ideário taylorista-fordista, em que o trabalho é desenvolvimento totalmente dentro da fábrica, remunerado e dotado de direitos trabalhistas segundo legislação adotada pelo Estado, planejado e fiscalizado no ambiente fabril por alguém que ocupa cargo de gerenciamento ou supervisão, dentro de uma jornada de trabalho e com tarefas orientadas pela divisão técnica do trabalho (HELOANI, 2002).

No território produtivo em questão, após os empresários constituírem suas empresas e se formalizarem em função do crescimento das suas fábricas, do número de funcionários contratados e dos volumes de vendas que faziam, o trabalho assalariado passou a ser largamente praticado no ambiente fabril. A partir do aumento da produção formal, as diferentes modalidades de trabalho anteriormente usadas, acabaram sendo substituídas pelo trabalho assalariado, apesar do trabalho informal não ser preterido do processo produtivo. Pois, alguns empresários mesmo tendo sua fábrica e seus funcionários regularmente contratados, ainda fazem uso do trabalho de facção.

O trabalho é considerado assalariado pelo fato do operário ter carteira assinada, mas nem sempre os direitos trabalhistas são cumpridos com exatidão. Neste caso, caberia considerar o trabalho assalariado e fabril dentro de uma margem de imprecisão, reflexo tanto da constituição sociocultural local quanto dos desdobramentos do capitalismo em áreas subdesenvolvidas, formando um quadro oscilante, tal qual a descrição dada por

Antunes (2003, p.210), ao caracterizar as metamorfoses sofridas no trabalho assalariado, em função da reestruturação produtiva: “Vive-se no mundo da produção, um conjunto de experiências, mais ou menos intensas, mais ou menos consolidadas, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionárias”.

Fica, portanto, o destaque dado aos usos do trabalho como o segundo elemento diferenciador daqueles que chegaram à posição de empresário. Eles foram capazes de usar e mobilizar coletivamente tipos de trabalho existentes para consolidar seus empreendimentos e depois convergiram as formas de trabalho numa só: o trabalho assalariado, sob seu controle e coordenação.

A adoção do trabalho assalariado como principal forma de trabalho em uso na fase mais recente dos empreendimentos está, inevitavelmente, associada à formalização das empresas. E isso pode ser considerado o terceiro elemento de diferenciação dos empresários: produzir na formalidade, na condição de empresas registradas, o que garantiria ainda mais poder de intervenção dos empresários frente aos demais agentes sociais, envolvidos direta ou indiretamente na produção de confecções. Uma vez que não atuariam apenas como comerciantes de seu próprio produto, mas também como empregadores, comerciantes e contribuintes de impostos.

As ações práticas dentro da formalidade representam o esforço de racionalização dos empreendimentos, superando algumas das características anteriores, inerentes à produção informal e improvisada. Essas “novas” ações correspondem à realidade atual das fábricas e de como o trabalho foi redimensionado no seu interior, acompanhando a onda de modernização que trouxe ao Território da Sulanca a condição de Polo de Confecções. Essa transformação espelha a reflexão de Bourdieu (1979) sobre o esforço de adaptação das tradições locais à cultura monetária e ao capitalismo.

Agentes criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente [do capitalismo industrial] só conseguem se adaptar à economia monetária às custas de uma reinvenção criadora que não tem nada a ver com uma acomodação forçada, puramente mecânica e passiva. À medida que evolui, a organização econômica tende a se impor como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e de disposições econômicas. A racionalização é a atmosfera da qual se alimenta (BOURDIEU, 1979, p. 15).

No próximo capítulo, veremos então como o trabalho assalariado é organizado e controlado pelos empresários dentro das suas fábricas. E também como a produção e o trabalho fabril têm sido a forma de reprodução do negócio das confecções na

modernidade, diferenciando-se de sua matriz ligada ao comércio de feira e à produção improvisada.

6 A ORGANIZAÇÃO ATUAL DO TRABALHO NAS FÁBRICAS DE CONFECÇÃO

A organização atual do trabalho nas fábricas não é o final das trajetórias dos empresários, elas continuam e provavelmente terão vários desdobramentos a ser investigados. Mas, representa a consolidação das mudanças que ocorreram ao longo do processo de expansão do negócio das confecções em Pernambuco.

Esta seção da pesquisa corresponde à parte final das entrevistas realizadas, expressas através de questionamentos sobre como é o atual negócio, as atividades produtivas na empresa, jornada de trabalho, envolvimento da família na gestão do negócio, quantidade de funcionários, estratégias para lidar com a mão de obra e avaliação da mão de obra do Polo.

Após classificar as informações obtidas com as narrativas, foram definidas duas categorias específicas para agrupa-las: o negócio atualmente (2014-2015) e a organização do trabalho nas fábricas. Apresentadas a seguir.

6.1 O negócio atualmente (2014-2015¹⁸)

A entrada dos anos 2000 na história da produção de confecções no Agreste de Pernambuco, demarca um período de modernidade, em função de vários fatores que foram instituídos pela dinâmica da atividade confeccionista, por medidas de modernização a partir de intervenções institucionais e pelas ações dos agentes sociais em foco.

A dinâmica da atividade confeccionista pode ser expressa pelo aumento de empresas formais nas três cidades-núcleo. Em 2002, Caruaru possuía 109 empresas, Santa Cruz do Capibaribe possuía 93 empresas e Toritama possuía 35 (FADE/UFPE, 2003, p.30). Em 2012, Caruaru passou a ter 1.313, Santa Cruz do Capibaribe passou a 5.722 e Toritama passou a 962 (SEBRAE, 2013, p.32). A cidade tornou-se o principal local de produção, neste espaço, se concentram o maior número de empresas, no espaço rural

¹⁸ Período de realização das entrevistas.

predominam as facções. A maior parte das empresas formais são microempresas ou de pequeno porte, as de médio e grande porte ainda são minoria entre as formais, porém, exercem impacto significativo na forma de produzir e trabalhar sobre as demais. O modelo da grande produção industrial é copiado pelas menores em seus esforços de tornar a produção e a gestão modernas e racionais. Ainda que as empresas formais permaneçam em número inferior às unidades produtivas informais, “dão o tom da forma de produzir e de trabalhar nas cidades”, continuam gerando empregos e dinamizando o comércio (SEBRAE, 2013).

As medidas de modernização a partir de intervenções institucionais verificam-se, por um lado, na redução da informalidade, e por outro, na diversificação de parceiros produtivos formalizados para assegurar a produção local. A redução da informalidade deve-se:

Ao incremento relativo da fiscalização tributária, trabalhista e ambiental; ao melhor tratamento fiscal dado ao setor, por uma série de leis e decretos federais e estaduais, o mais antigo deles datando de 2003; e ao novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte em 2006. (SEBRAE, 2013, p.54)

A diversificação de parceiros produtivos formalizados refere-se ao que Vêras de Oliveira (2013) denomina de aparato considerável de instituições econômicas formais, como fornecedores de máquinas, tecidos e aviamentos, bancos e outros prestadores de serviços financeiros, empresas de transporte, consultorias, serviços de design e tantas outras.

Para completar o quadro de modernização, no decorrer da primeira década do século XXI, deu-se a construção dos grandes centros comerciais para intensificar as atividades de comércio nas cidades-núcleo do território produtivo, são eles: o Parque das Feiras, inaugurado em 2001 na cidade de Toritama; o Polo Comercial de Caruaru, inaugurado em 2004; o Moda Center, inaugurado em 2006, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

Figura 2: Parque das Feiras, Toritama



Fonte: <https://www.google.com.br/search?hl=ptBR&site=img&tbm=isch&source=hp&biw=1366&bih=623&q=parque+das+feiras+toritama&oq=parque+das+feiras&g>

Figura 3: Polo Comercial de Caruaru



Fonte: https://www.google.com.br/search?hl=ptBR&site=img&tbm=isch&source=hp&biw=1366&bih=623&q=polo+comercial+de+caruaru&oq=polo+comercial&gs_l

Figura 4: Moda Center, Santa Cruz do Capibaribe



Fonte: https://www.google.com.br/search?hl=ptBR&site=img&tbm=isch&source=hp&biw=1366&bih=623&q=moda+center+santa+cruz+2016&oq=moda+center&gs_l

Decorrente desse contexto atual, a troca de denominação do território produtivo, substituindo os termos centrados na Feira da Sulanca e que passou a ser Polo de Confecções de Pernambuco, como já foi sinalizado, não foi apenas uma troca de termos, mas o resultado das mudanças assinaladas e da intervenção de novos agentes significativos. Vêras de Oliveira (2013) expõe que desde 2002, esforços representados por instituições que atuam no território produtivo, como o Sebrae, o Sindvest, as Associações Comerciais e outros, trabalharam na substituição do termo Sulanca para Polo de Confecções, como forma mais viável de representar a magnitude do arranjo produtivo local.

Quanto às ações dos agentes sociais em foco, as mudanças observadas se deram pelo esforço em modernizar suas empresas, adotando medidas de racionalidade e profissionalismo nos seus estilos de gestão. Tais medidas são apresentadas no Quadro 8, sobre a situação do negócio de cada empresário atualmente.

Quadro 8: O Negócio Atualmente (2014-2015)

| Empresário | Trechos das Narrativas |
|------------|---|
| 1 | <p>Eu trabalhava no centro e hoje, vai fazer uns quatro anos e pouco que a gente tá aqui, comprei isso aqui. E tamo aqui, no meio da turma aí, às vezes o pessoal diz que a gente se destaca. Hoje eu produzo setenta mil peças aqui, e a especialidade é camisa.</p> <p>A gente visa atacadista. Muita gente hoje trabalha com representação. Até hoje a gente não quis trabalhar com representação. Tenho minha loja e tem muito cliente, por exemplo, que é lojista e que quer ter uma, duas lojas, três lojas.</p> <p>[E quantos funcionários você tem aqui?] Próximo de noventa. Falta um pouquinho pra chegar no médio porte. Mas a gente tem outras parcerias aí, é fácil. Paraíba, a gente já tem bastante na Paraíba, Alcantil.</p> <p>Olha, aqui, aqui melhorou muito depois que a gente fechou parceria com o Senai e Sebrae. A gente fechou parceria com o Senai, que tem parceria com o Sebrae. A gente começou esse ano a fazer isso. Inclusive tem duas pessoas que trabalham aqui que saiu do Senai, tão fazendo teste e já vão ficar registrados aqui quando acabar a experiência deles.</p> |
| | <p>Aí, eu tô aqui, no caso, não como uma facção, eu tô como uma empresa. Bom o processo de produção é o mesmo, só que aqui no caso é mais, porque a peça a produção é toda minha. Aqui eu me preocupo da criação até o processo de acabamento, eu entrego a você prontinha e vai pra loja. Todo o custo da peça é meu.</p> |

| | |
|---|--|
| 2 | <p>[Tu tens assim, uma meta pra atingir?] É como eu tô dizendo, essa questão aí da produção e das metas, quem vai dizer é a minha produtividade. Se de repente eu produzir quantidade X, que essa empresa precisa, mas se de repente ela disser “não, por enquanto eu tenho em estoque, não vai dar pra gente tá pegando agora”, então, beleza, eu posso já fazer com a minha marca, colocar pra vender em outro lugar, oferecer pra uma outra empresa que também vai querer o mesmo serviço.</p> <p>[E a sua produção, em termos de peça, tem ideia por mês?] Tenho, vamos lá: três mil peças.</p> |
| 3 | <p>Hoje nós trabalhamos com jeans, só que antes trabalhava com surfwear. Mas aí, a gente começou a visionar que a feira era muito instável, então ela poderia uma semana dar, a outra não dar, um mês dava, outro não dava, então, nós começamos a procurar outros mecanismos para poder a nossa venda realmente começar a fluir, ter uma, como é que se diz, uma estabilidade. Nós começamos a desenvolver alguns sistemas de vendas, como nós trabalhamos hoje na empresa, 100% é representação. Nós não trabalhamos com feira, trabalhamos com dois estados diferentes, nesses estados nós temos representantes. Mais sudeste, hoje pra nós, representa 60% da nossa venda.</p> <p>E nós vendemos 100% com nota fiscal. Fez qualquer pedido a Empresa 3¹⁹, ele sai com a nota fiscal no valor de venda, é que são feitos os boletos.</p> <p>Hoje eu tenho na faixa de 90 funcionários, de 90 a 100 funcionários, aqui dentro da empresa. Eu não trabalho com terceirizados. Eu tenho uma lavanderia que é propriedade nossa também, tem funcionários também, todos registrados, todos de acordo com a lei.</p> |
| 4 | <p>O sportwear é um segmento que tem crescido. Apesar de toda crise que o Brasil enfrenta, a gente tem, ano a ano, conseguido crescer. E daí a gente vem evoluindo, hoje a gente tá com 12 anos, há um ano que a gente tá num prédio próprio, tem 750 metros quadrados, empregando aí 45 pessoas diretamente na unidade da fábrica. Temos também quatro unidades de facção.</p> <p>A gente vende, a gente tem a loja da fábrica que funciona no Moda Center, funciona de segunda à sexta, atendendo o público em geral, a gente atende varejo e atacado. Mas o público-alvo da gente é o lojista. A gente hoje tem mais de mil clientes cadastrados, todos os estados a gente têm cliente cadastrado. Temos alguns representantes também.</p> <p>O Sebrae também ajuda, consultorias na parte de produção, de gestão e isso ajudou muito. Era uma prática que a gente ia aprendendo e ia evoluindo.</p> |
| | <p>[Quantos funcionários você tem aqui hoje?] Eu tenho aqui, entre as duas empresas que eu tenho, uns duzentos e quarenta e sete, duzentos</p> |

¹⁹ Empresa 3 é a empresa pertencente à Empresária 3.

| | |
|---|---|
| 5 | <p>e cinquenta, por aí. Todos registrados. Eu tenho essa Empresa 5²⁰ aqui e tenho a Empresa 5A. Porque eu não tenho espaço para os dois, entendeu? Aqui não dá, eu tô tentando ir pro Distrito, tô tentando um terreno lá, pra que eu possa juntar as duas e ir embora pra lá.</p> <p>Aí, entrei na Rodada de Negócios de Caruaru, que é muito importante pra nossa região. Você vai à procura do comprador, o comprador também tá à procura sua. Então, une os dois. Foi a vigésima agora, são duas por ano, eu já tô na oitava.</p> <p>[Qual a principal concorrência que você enfrenta hoje em dia, no mercado?] Não tenho. [Nem de produto chinês, nem nada?] Não. Eu tenho preço, tenho qualidade. Então, é assim. [E a sua produção dá conta de tudo, inclusive o bordado, os acessórios, ou você tem serviços terceirizados?] Não, faço tudo. Eu estampo, eu bordo, eu boto brilho. [Tem processo de criação também?] Tenho. [Você tem estilistas contratados? Modelagem?] Também. Agora, assim, cada um tem seu gerente de produção. A estamparia tem o dele, o bordado tem, a costura tem.</p> |
| 6 | <p>A princípio a lavanderia era pra atender apenas a nossa peça, depois a gente viu que havia espaço pra atender a terceiros, e aí a gente ampliou o mercado pra atender outras empresas. Hoje a gente tem em torno de trinta e cinco clientes aqui que trabalham conosco, terceirizando as peças aqui na nossa lavanderia.</p> <p>Hoje a gente deve tá aí orbitando em torno de 60 funcionários, mas a gente tem em média aqui em torno de 100 funcionários, mas essa crise que a gente tá passando aqui no Brasil obrigou a gente a tirar aí uns 35 funcionários, a gente tirou esse ano.</p> <p>Nós temos gerente comercial e gerente industrial e também de recursos humanos, eles tomam conta da empresa e prestam os relatórios pra mim, eu fico dois dias na semana analisando esses relatórios e a gente traça os caminhos pra gente ampliar, reduzir, investir...</p> <p>Vistorio através de relatórios, eu não fico diretamente ligado na produção. Eu trabalhei muito tempo da minha vida diretamente na produção mesmo, como supervisor, como monitor, como programador de produção, de perceber mesmo como faz pra programar e controlar a produção.</p> |
| 7 | <p>Nós se instalamos aqui [Na lavanderia] no dia 10 de setembro de 2005. Fizemos dez anos. [Deu a entrevista em outubro/2015]. Eu vou dizer que, aproximadamente, 40 funcionários que eu tenho hoje aqui, eu vou dizer que tenha dois de Toritama. O pessoal do salão é tudo aqui de Alagoas.</p> <p>[A sua fábrica também é de jeans?] Isso. [Na sua fábrica são quantos funcionários?] Olhe, eu acredito que hoje, por volta de 30, 27. Olhe, caiu muito a produção. Eu vou te dizer que hoje tá em média de 6, entre 5 e 7 mil peças. Caiu muito a produção. [E aqui na lavanderia?]</p> |

²⁰ Empresa 5 e Empresa 5A são as empresas da Empresária 5.

| | |
|----|---|
| | <p>70 e 80 mil peças por mês. Eu vou dizer que comecei com lavanderia com intenção de lavar só minhas peças e hoje eu lavo, sei lá, de 4, 5, 6, 10 pessoas.</p> <p>Veja, nós temos uma lojinha, no Parque das Feiras, porém, há três meses que ela vem no vermelho, ela não vem dando nem pra pagar o funcionário, mas temos que ter porque a qualquer momento o comércio pode melhorar, então, tem que ter.</p> |
| 8 | <p>Mas hoje a gente reduziu bastante. [Hoje o senhor tem quantos?] 25 funcionários. Hoje eu tô trabalhando reduzido. Gira em torno de dez mil peças/mês. Agora em dezembro, no final do ano, eu fechei a lavanderia, devido a vários problemas. Fabrico jeans e brim, mas é mais jeans, e tem uns brim que não precisa lavar.</p> <p>Eu compro, a parte financeira é minha esposa quem controla. Mas o grosso, quem resolve sou eu. A compra, a parte de banco, a documentação, o contador. Essa parte burocrática, tem uma secretária que faz.</p> <p>A gente vai pras feiras, a gente vai pra o SEBRAE, vai pra curso de capacitação... Entendeu?</p> <p>Eu, não invisto muito em funcionário. Porque se eu investir muito no funcionário, ele já quer aumento de salário, então, eu vou gastar com um funcionário pra depois ele tá me cobrando aumento de salário? Porque tá se achando importante, porque eu tô investindo nele. Então, não invisto. Meu funcionário chefe é eu, minha esposa, que são os donos. Tenho uma secretária, uma chefe, pago o quê, meio salário a mais e é se aceitar, se alguém te pagar melhor, vai embora.</p> |
| 9 | <p>[Quantos funcionários você tem hoje?] É porque costureiras são 16, auxiliares são 9, aí, tem mais o passador, o ajudante de corte e tem mais 4 pessoas aqui, sendo que uma não está porque está de licença maternidade, então, temos 32.</p> <p>Então, quando tem experiência vem, eu faço um teste que dura de três dias a uma semana. Se eu vir que a pessoa tem possibilidade, tem jeito, então, eu contrato. Peço a carteira e registro de experiência, três meses.</p> <p>Eu gosto de ser mais presente, de saber o que tá acontecendo, de estar mais no dia a dia, de estar mais convivendo. Mas, agora, eu tô com auxílio das meninas do SEBRAE, que tão fazendo consultoria, é grátis e também me lembrando coisas, que, ao longo do tempo a gente sabe disso tudo.</p> |
| 10 | <p>Aqui tinha 32 funcionários. A gente mudou o seguimento. A gente fazia uma linha surfwear, antigamente, e hoje é uma linha streetwear. Analisando aquilo, eu fui vendo que tinha gente demais pra pouca produção. A gente tinha na época, 17 pessoas na linha de produção e uma terceirização, produzindo 3.500 peças.</p> <p>Eu demiti 5 pessoas. Outra: não vai mais ter terceirização, vai ser feito tudo aqui dentro. Então, no final de 2006, a gente tinha 12</p> |

| | |
|----|---|
| | <p>peças produzindo 4.500 peças, sem terceirização. Quer dizer, a gente teve um acréscimo de produtividade de 62%.</p> <p>A gente tá encerrando nesses próximos 5 meses a produção daqui. Demitindo todo mundo. Eu vou esperar o momento melhorar. Vou continuar trabalhando no comercial e financeiro. Até porque estamos com o estoque elevado, o mercado não vem consumindo, eu já sabendo disso vou parar a produção, vou só comercializar produto, me capitalizar de novo e lá pra março, abril, quando passar isso, a gente vê pra reativar.</p> |
| 11 | <p>Eu acho que deveria ter uns 20 e poucos funcionários, chegou a ter 110 funcionários, e hoje deve ter algo em torno de 50. 50 funcionários, na produção deve ter umas 35, alguma coisa do tipo. O resto é estamperia, que também usa o mesmo modelo. Aí tem corte, tem sala de corte. Tem o administrativo.</p> <p>Minha esposa, ela é quem desenvolve o produto. Ela tem a formação em design, especialização na área de moda. E a gente tem um gerente comercial, a única parte que tá hoje profissionalizada, fora da família.</p> <p>A gente sabia que não era salutar pra empresa, essa dependência da feira, então, nós tentamos a todo custo e aos poucos, ir mudando esse modelo de negócio. Começamos com alguns pontos de varejo, em shoppings e em lojas de bairro e depois partimos pro modelo de representação comercial, mas hoje, a maior parte da empresa ela tá trabalhando pra redes de magazine.</p> |

Fonte: Coleta de dados da pesquisadora

O quadro 8 apresenta as medidas de racionalidade e profissionalismo adotadas nas empresas, podendo ser consideradas indicadores do esforço de modernização, substituindo elementos da gestão com base nas tradições locais e no improviso por elementos de gestão racional e burocrática. Considera-se a gestão racional e burocrática como aquela remetida ao processo de burocratização instituído numa organização formal, referente a formalização da contratação e das relações de trabalho, separação entre domicílio e local de trabalho, trabalho especializado, instituição de uma hierarquia demarcando a distribuição de poder e a verticalização das funções, diminuição da improvisação, criação de normas escritas que regem procedimentos e rotinas (DIAS, 2001).

Após observar a situação atual de cada empresa, é possível elencar um rol de características que indicam o perfil da modernização instituída, são elas:

- Como foi visto desde o quadro 7, acompanhado do Demonstrativo Individual de Trajetórias, todas as empresas passaram a ser formalizadas;

- Houve ou está em curso uma ampliação do espaço físico das fábricas;
- Produção de grandes quantidades de peças completas;
- Diminuição das vendas voltadas para o comércio de feira e redefinição de público-alvo, privilegiando vendas para magazines, redes de magazines, representações comerciais, lojistas, lojas em grandes centros comerciais e rodadas de negócios;
- Realização de parcerias com instituições de apoio e fomento aos negócios como Sebrae, Senai, Sindicatos Empresariais, Associações Comerciais e órgãos do Governo;
- Criação de marcas próprias;
- Exportação para além das cidades que integram o Polo, estendendo-se a outros estados/regiões do país;
- Adoção de medidas burocráticas na gestão do negócio e nas vendas, como emissão de nota fiscal, contratação regulamentada de funcionários, criação de bancos de dados de clientes, uso de relatórios gerenciais e departamentalização dos setores da produção;
- Ampliação das vendas para varejo e atacado;
- Aumento da competitividade no mercado agregado à melhoria do processo produtivo.

A primeira coisa a ressaltar é que esse movimento de modernização independeu do porte da empresa. Claro que nem todos empresários entrevistados adotaram todas as medidas elencadas, elas se subdividem conforme seus sentidos de racionalidade e burocratização. Mas, é fato que a situação das empresas atuais, em muito difere da estrutura produtiva inicial, atestando que houve progresso material, financeiro e de gestão em todas elas. Todo esse progresso, como foi sinalizado acima, passou a interferir de forma significativa na maneira de produzir e trabalhar das demais unidades produtivas do Polo, pois elas passaram a dar o tom de produzir nas cidades. A diferenciação produzida pela modernização do aparato produtivo tornou-se um traço distintivo, símbolo de poder da condição dos empresários, como preconizava Bourdieu (2013), os traços distintivos mais preciosos são os que simbolizam a diferença estrutural.

Também é fato que o uso da informalidade ainda permanece, assim como, a gestão do negócio atrelado ao comando familiar e a visão sobre os funcionários atrelada à imagem de recurso humano, que precisa ser disciplinado e controlado. A modernização

das fábricas aconteceu, mas o peso das tradições não desapareceu por completo, apenas diminuiu. A imbricação entre características modernizantes e a permanência de características tradicionais confere aos participantes da pesquisa a situação de modernidade truncada.

O Polo dá sinais contraditórios, no que diz respeito às transformações que ali vêm ocorrendo. Por um lado, mudanças visíveis e importantes estão acontecendo, como a incorporação de novas tecnologias. Uma modernização truncada está em andamento – e o tronco ainda tem muito pouca altura. Alguma coisa, não muita, tem mudado na criação de modelos; a comercialização deu um salto espetacular, em relação a 2002; mas, na antiquada forma de administrar os negócios, o quadro atual pouco difere do de dez anos atrás; no uso limitado e ineficiente do crédito, idem (SEBRAE, 2013, p. 71).

A mistura de elementos modernizantes e tradicionais, além de tornar evidentes as contradições locais, serve para lembrar que o período em que o Polo deixou de ser Sulanca é recente, vive-se, portanto, um momento de interseção entre a velha e a nova ordem, na qual “As próprias condições da produção do habitus, fazem com que as antecipações que ele engendra tendam a ignorar a restrição a qual está subordinada a validade de todo cálculo das probabilidades” (BOURDIEU, 2009, p.89). Não é porque atualmente o Polo ostenta um ar de modernidade que todo seu funcionamento esteja seguindo nessa direção. Não adianta exigir deste território produtivo uma modernidade por completo se não há condições de tê-la e não há obrigatoriedade que assim seja, enquanto condição de social desenvolvimento. Estima-se que não seja a perpetuidade da modernidade truncada o preço pela subjugação da constituição sociocultural local à lógica capitalista.

É fato que o Polo está caminhando para modernização, para uma industrialização cada vez maior da produção de confecções, mas é fato também que suas características tradicionais não perderam força, continuam atuantes e contribuindo para reprodução das especificidades locais. A dinâmica de produção e de trabalho ali existente, permanece composta de elementos conflitantes que necessitam ser observados mais atentamente. A observação se dará sobre a forma como o trabalho vem sendo organizado nas fábricas.

6.2 A organização do trabalho nas fábricas

Para expor a organização do trabalho nas fábricas, foi preciso reunir várias unidades de análise de cada entrevistado e compor um conjunto de estratégias adotadas. Sendo assim, não seria satisfatório aglomerar as descrições num quadro, para não correr o risco de confundir estratégias de diferentes empresários. Por isso, ao invés de um quadro, a organização do trabalho nas fábricas será apresentada em um Demonstrativo Individual da Organização do Trabalho nas Fábricas.

Este demonstrativo não será apresentado como o demonstrativo das trajetórias individuais acopladas ao Quadro 6, destacando uma sequência de acontecimentos. O Demonstrativo Individual da Organização do Trabalho nas Fábricas será apresentado pontuando trechos das narrativas que revelam as configurações atuais do trabalho no ambiente fabril. Quando possível, a situação será ilustrada²¹.

6.2.1 Demonstrativo individual da organização do trabalho nas fábricas

Empresário 1:

A parte administrativa é mais com ela, é como se fosse a gerente geral. Paraibana, campinense. Todo dia vai e vem. Então, ela fica no setor de contato, de estamperia, no acabamento, na costura.

Veja só, às vezes, o pessoal chega aqui cheio de mal costume: é porque eles não querem obedecer às regras da empresa, difícil de cumprir horário, falta muito sem poder, existe muito isso aqui. O pessoal não gosta de trabalhar muito aqui, tem uns que gosta e veste a camisa, porque aqui vai ter ordem. Eu tenho que me preocupar com esse ambiente aqui pra tudo, porque nós passa nove horas por dia aqui dentro né, nove horas.

Se a gente oferece uma boa qualidade de ambientação pra eles, a gente vai cobrar deles. Banheiros bons e limpos, água mineral geladinha, então, um ambiente que não é tão quente, é bem ventilado aí como vocês vão ver, tem duas pessoas trabalhando aqui na limpeza direto. Agora a gente serve um almoço lá em cima, tem refeitório. Nove horas tem um cafezinho que a empresa proporciona, todo mundo para dez minutos e fica

²¹ Relembrando que nem todas as empresas permitiram ou puderam ser fotografadas.

se confraternizando. Então, a gente tem que cobrar deles também e às vezes eles acha que aqui a gente é chato, acha que é uma ditadura.

Quem sabe, vai ensinando as outras pessoas que não sabem. A maioria que chega aqui a gente deixa ele perfeito. A gente paga diferente da turma, talvez pra melhor. Muita gente fica aqui talvez porque a gente paga melhor do que certas empresas por aí, entendeu? Se não fosse isso...

Na costura os homens são minoria, mais em outros setores... Melhor trabalhar com homem do que com mulher. Sim, os homens faltam menos.

A trabalhadora mais próxima e de confiança do Empresário 1 é a gerente geral. Sua jornada de trabalho compreende um deslocamento diário extenso entre Campina Grande e Caruaru (143,3 km, 2h15min²²) e a realização de vistoria em 4 setores: contato ou comunicação empresarial, estamparia, acabamento e costura. Ela faz a mediação entre o patrão e os trabalhadores.

O conjunto de trabalhadores que o Empresário 1 e sua gerente geral coordenam são tidos como desobedientes, impontuais, oscilantes quanto à frequência e descomprometidos. A eles se impõe a ordem. Durante nove horas de trabalho diárias, numa jornada semanal mínima de 44 horas.

O contrato trabalhista estabelecido é associado a um contrato social implícito que compensa um ambiente de trabalho limpo e organizado com aumento de produtividade. Bem parecido com a situação descrita por Heloani (2002) sobre as fábricas automotivas alemãs, entre 1935-1936, realizado pelo Departamento de Beleza do Trabalho.

²² www.google.com.br/#q=dist%C3%A2ncia+entre+campina+grande+e+caruaru

Figura 5: Ambiente de produção – setor de corte, fábrica do Empresário 1



Fonte: registros fotográficos da pesquisa

O treinamento dos funcionários é feito entre eles, os mais antigos ensinam os mais novos, lembrando o funcionamento de uma corporação de ofício, dela se diferenciando porque o critério de novo ou velho refere-se ao tempo de serviço na empresa, não à idade ou hierarquia nas relações de parentesco.

A socialização do trabalhador trata de adequá-lo inteiramente ao processo produtivo estipulado, deixando-o “perfeito” e o estímulo para tanto é receber um ganho a mais em comparação com trabalhadores de outras fábricas. Tal qual as medidas adotadas por Henry Ford, cuja preocupação era participar diretamente do controle do trabalho executado nas linhas de produção.

A oposição ao pagamento por peça, combinada à preocupação em participar diretamente do controle do trabalho executado nas linhas de produção, tem sido característica dominante da Ford Motor Company nos Estados Unidos e no exterior. Em 1914, isso conduziu ao acordo salarial que se tornou conhecido como o Dia de Cinco Dólares. Divulgado como uma tentativa de Ford de repartir os lucros com seus empregados, o acordo consistia em um aumento de salário de 2,30 dólares por dia para 5 dólares. Mas o acordo global não trazia um aumento salarial direto. Ele se fundamentava em uma racionalização do trabalho em larga escala (BEYNON, 1995, p.41).

Apesar da atividade da costura normalmente ser exercida por mulheres, nesta empresa há uma sinalização da preferência por homens realizando a atividade, pois as mulheres têm que se desdobrar entre casa e filhos e o trabalho, por isso, acabam faltando mais. A preferência em trabalhar com homens não é uma questão de competência

profissional, mas relativa ao problema da desigualdade de gênero e não acontece somente no Polo, é um problema internacional, típico das relações de trabalho no século XX, em que a mulher acumula o trabalho da casa e o trabalho fora de casa.

Figura 6: Ambiente de produção – setor de costura, fábrica do Empresário 1



Fonte: registros fotográficos da pesquisa

Giddens (2005) em seus estudos aborda este tipo de situação como uma “segregação horizontal”. Ele narra que esta situação está presente em todo mundo. Em um país desenvolvido como a Inglaterra, é permitido contratos temporários de trabalho ou contratos de jornada e salários reduzidos – o trabalho de meio turno, para permitir a conciliação de tarefas e o desempenho da dupla jornada de trabalho. No Polo, a situação é a mesma, mas vivenciada diferentemente, a mulher tem perdido espaço na fábrica, restando-lhe como opção o trabalho de facção, realizado no ambiente doméstico.

Empresário 2:

[Você tem quantas pessoas trabalhando aqui?] No caso, aqui tem oito. A maioria do meu grupo é feminino. Os demais serviços de acabamento que seria a questão de tirar o fio, pregar botão, o bordado, o corte da peça, eu faço tudo fora. [E a costura?] A costura, aqui. Porque precisa estar debaixo dos meus olhos.

[As pessoas que chegam pra você é por indicação?] Uns por indicação, aí eu sento, converso, vou vendo mais ou menos. E assim, se não tiver experiência, mas forem pessoas que se interessem em aprender, que queiram alguma coisa realmente com a vida, não tem problema nenhum eu sentar pra ensinar. Tento ver, mas também tento fazer com que eles procurem mesmo, procurar o curso pra eles se qualificarem também. Daí é o que eu digo: não vai aprender pra ficar usando só aqui, no dia que der pra ficar aqui, fica com a gente, no dia que não der, pegue seu certificado, a sua experiência e busque a sua melhora.

Eu qualifico de maneira que todo mundo saiba fazer tudo na peça. Porque se de repente você falta, ela sabe fazer o que você já fez. Eu não vou ficar dependendo apenas dela pra fazer aquela produção. Independente se você faltou, beleza, mas o trabalho não vai parar por sua causa. Eu tenho outra pessoa que sabe fazer.

O empresário 2 é um produtor que não produz a peça completa, mas a sua maior parte. Ele se denomina empresa por ser formalizado e produzir a maior parte da peça, mas sua estrutura corresponde a um fabrico, unidade produtiva muito comum no Polo, que geralmente se estrutura num pequeno espaço de uma casa, transformado em microempresa. É neste espaço que, de acordo com a informação contida no Quadro 7, se produz 3.000 peças/mês.

Figura 7: Ambiente de produção único, fabrico do empresário 2.



Fonte: registros fotográficos da pesquisa

O ambiente de produção é único. Na mesa, à esquerda, fica o setor de risco e corte e à direita o setor de costura. Algumas partes do processo produtivo ele “faz fora”, no sentido de dizer que usa uma facção ou, seguindo a lógica de modernização truncada do Polo, ele terceiriza.

A terceirização no Polo não corresponde à noção de terceirização que resulta da precarização das condições de trabalho. Esta, segundo Druck;Thébaud-Mony (2007, p.28), seria uma “nova forma de gestão e organização do trabalho, inspirada no modelo japonês (toyotismo) e implementadas no bojo da reestruturação produtiva como resposta à crise do fordismo”, resultando numa flexibilização das relações de trabalho regulamentado, com base em curtos contratos de trabalho, desprovidos de parte dos direitos trabalhistas. No caso do Brasil, há uma diferenciação em relação a este modelo, voltando-se para a prática da subcontratação.

Uma prática que no Brasil, apresenta-se desde os primórdios da industrialização, mas sua origem está no trabalho rural, através do sistema de ‘gato’. [...] Na literatura brasileira, algumas das definições de terceirização encontradas destacam os seguintes elementos: transferências de atividades a terceiros, especialização, atividade-fim, parceria (DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007, p.27)

No caso do Polo, a terceirização ou subcontratação é representada pelo trabalho desenvolvido na facção, cuja realização das atividades se dá na informalidade. Não há uma diminuição dos direitos trabalhistas, no caso, simplesmente, eles não existem. A flexibilização é total. Embora no Polo haja casos de facções formalizadas.

O processo produtivo neste fabrico é rudimentar, não apenas pelas limitações do espaço físico, mas também, pela forma da organização do processo de trabalho. O Empresário 2 ensina pessoalmente o serviço a quem deseja trabalhar no seu empreendimento, seu método pessoal de produzir é o método adotado para produção, o planejamento que faz é com base no que aprendeu no Senai. Na impossibilidade de oferecer um treinamento conduzido por algum especialista, estimula a que o funcionário busque sua qualificação de forma independente.

Um traço comum entre o modelo japonês (toyotismo) e a situação de uma microempresa no Polo é a adoção do modelo de trabalhador multifuncional, ainda que por razões diferentes. No toyotismo, o trabalhador funcional é necessário no processo produtivo flexível para atender as exigências mais individualizadas de mercado, operando várias máquinas, rompendo-se a relação um homem/uma máquina que fundamentava o

Fordismo (ANTUNES, 2005). No fabrico do Polo, o trabalhador multifuncional é adotado em função do pequeno quantitativo de funcionários face à meta produtiva mensal. A produção não pode parar e a falta de um funcionário, caso predomine uma divisão de tarefas com base na especialização, pode parar ou diminuir a produção. Sendo assim, é bem-vindo o modelo de trabalhador funcional, pois ele garante que a produção se sustente.

Empresária 3²³:

Eu tenho um sistema de trabalho dentro da minha empresa, que quando você entra você é apresentado logo ao sistema de trabalho, certo? Porque é assim: impacta? Impacta, em alguns que tem dificuldade de se adaptar. Então, nós criamos esse sistema de trabalho que a pessoa quando entra, ela tem que entrar ciente das regras da empresa, como funciona as regras da empresa, pra poder quando for mais tarde, quando ela for cobrada, ela saber. Entendeu? É como um manual, quando ela entra eu leio o manual, ela assina, ela está ciente, então, ela vai pra produção, ela vai trabalhar aqui, seja no meu escritório, seja em qualquer canto, mas ela vai ciente de como é o comportamento, como é a conduta dentro da nossa empresa.

Então, ela ganha individualmente, ela ganha pelo que ela faz. Ela tem o salário e ela tem uma comissão sobre o que ela produz. Só que pra isso, ela não pode faltar, ela tem que justificar as faltas, não pode tá dando prejuízo. Então, tudo isso, quando você chega aqui você tem um sistema de trabalho.

Diariamente nós temos problemas, elas brigam entre elas, os rapazes brigam. E tem aquela conversa, tem os grupinhos que se juntam, como se fosse uma escola. Isso aí não deixa de acontecer e é o que a gente sempre aborda pra com eles, vai ter as divergências, mas que a gente tem que sanar e quando isso começa a comprometer o ambiente de trabalho a gente toma decisões mais, assim, mais rudes, ou tirar o funcionário de setor, que a gente queira realmente manter dentro da empresa, faz desse tipo, quando não, a gente realmente tem que optar pela demissão.

²³ Não permitiu que sua fábrica fosse fotografada.

Do que nós implantamos dentro da empresa, eu acredito que foi 80% nosso, porque assim, do que a gente aprende aí fora, eu acho que tá faltando, como é que se diz, os profissionais que estão ensinando, eles estão um pouco, é... fora da empresa. Nós temos dentro da empresa, eu acredito que 50% das minhas costureiras elas são polivalentes, elas costuram em qualquer máquina que eu tenha dentro da empresa. Porque realmente a gente ensina e a gente quer isso. Só que primeiro, ela precisa ter entendimento do que é costura, do que é tecido. Mas se realmente você vier só com o curso, sem você ter uma prática, você não consegue.

O que a Empresária 3 denomina de sistema de trabalho em sua fábrica, é uma forma de controle da execução do trabalho nos moldes do programa fordista de o Dia de Cinco Dólares. O controle da execução da produção é garantido pela rigidez no cumprimento às regras. No quadro 6, sua narrativa enfatiza a exigência do cumprimento exato do horário de trabalho, no trecho acima, exige assiduidade e assimilação de um conjunto de regras, que é lido apenas quando da chegada do funcionário na empresa. Nem sequer uma cópia das normas lhe é dada, embora exija-se que assine um termo de ciência das regras. Ele é informado apenas uma vez e espera-se que cumpra à risca o que ali está prescrito, porque será cobrado por isso. E o seu pagamento a mais depende disso.

É uma forma muito impositiva de controle, mas que não é adotada apenas num lugar, está presente em várias empresas. Cabe lembrar um trecho do depoimento do Empresário 1, onde revela que parte dos seus funcionários critica sua fábrica comparando-a a uma ditadura. Esse tipo de postura é um elemento bastante característico do fordismo.

Por toda vida manteve um controle inabalável e autocrático sobre sua empresa, inteiramente convicto de seu direito de governa-la como bem entendesse. Toda fábrica de automóveis era um lugar duro de se trabalhar. A filosofia de Henry Ford consistia em acrescentar uma aspereza especial à organização do trabalho nas oficinas das fábricas Ford (BEYNON, 1995, p.38).

O controle da execução do trabalho, além de compreender cumprimento de horário, assiduidade e obediência às regras, também requer disciplina. Mal comportamento no trabalho não é tolerado, inicialmente o funcionário pode ser advertido e trocado de setor, caso não se adeque, pode sofrer uma dura sanção: ser demitido. Ou

seja, é um ambiente de trabalho delimitado por regras, pela exigência do seu cumprimento e pelo aumento da produtividade.²⁴

Também adota o modelo de trabalhador funcional. Como o Empresário 2, ensina pessoalmente o serviço a quem deseja trabalhar no seu empreendimento, seu método pessoal de produzir será o método da produção. E para completar o alto nível de exigência sobre o trabalhador na sua fábrica, espera que ele tenha experiência prévia com costura, que lhe garanta conhecer na prática o processo de costura e os diferentes tipos de tecidos e seu uso, mas tem que ser um saber prático.

O saber instrumental, disponibilizado por um órgão do governo em apoio à produção local não serve, não acompanha os desmembramentos da realidade no ambiente das fábricas.

O curso não prepara. Infelizmente, não prepara. Quando você vai fazer um curso de costura você costura em papel, eu sei porque eu já fiz, antigamente era assim, você ia costurando em papel, vai costurando... depois vai costurando num pedacinho de retalho e no final você tá apto a ser costureira porque você sentou na máquina. E eu sei isso, porque eu recebo aqui diariamente currículos de pessoas que vem dos cursos do Senac, Senai né? Só o que vai preparar é a prática, é a prática. Eu acho que esse curso, do Senai, Sebrae ou Senac, eles fazem com relação a qualquer tipo que seja de segmento (EMPRESÁRIA 3).

Este tipo de problema também é abordado pelo Empresário 10 em sua narrativa, demonstrando que não é um problema individual. Vejamos o que expõe:

Oh, eu preciso de um curso pra quem trabalha nas empresas e não pra quem quer trabalhar. Eu preciso pra capacitar o pessoal que já tá dentro das empresas trabalhando. Eu quero um curso de máquina de 2 agulhas desligável, eu quero um curso de máquina de braço, eu quero um curso de máquina de cós, eu quero um curso de máquina de 12 agulhas, eu quero esse curso aí. Se for reta e interloque eu não quero não. Como é que uma região que faz produtos totalmente diferentes em tempo muito rápido, como é que ela vai ter um profissional básico? (EMPRESÁRIO 10).

A discrepância entre o conhecimento ofertado nos cursos profissionalizantes oferecidos pelo poder público e a necessidade de mão de obra qualificada das fábricas, é uma reclamação recorrente. Quem o explica melhor é o Empresário 11, ele ressalta que mesmo o poder público intervindo no cenário atual, sua intervenção não acompanha a

²⁴ Não foi permitido fotografar esta empresa, porém, não é proibido que o pesquisador narre ocorrências que aconteceram na entrevista. A sala onde a Empresária 3 concedeu a entrevista fica no andar de cima da sua fábrica, o local possui térreo e 1º andar. Nesta sala, há uma janela de vidro, do tamanho de uma parede, disfarçada por uma persiana, de onde ela observa atentamente o pavimento da produção, que fica abaixo.

modernidade e burocratização das empresas, segue preso ao padrão de produção doméstica voltado ao comércio de feira ou ao comércio local.

Na formação de funcionários, voltando a esse assunto, eu digo o seguinte: o SENAI, ele tem uma atuação no setor de confecção que formou muita gente, mas a gente tem a ideia que o maior pecado que o SENAI faz hoje, comete hoje em dia, é porque ele forma uma mão de obra pensando na Sulanca. Ou seja, ele quer montar microempreendedores. A costureira que ela mesmo costura, ela mesmo produz e ela mesmo vende. E a indústria precisa da mão de obra industrial, ou seja, uma mão de obra que tenha o expertise da produção, que entenda de método de trabalho, entenda de método de produção, entenda o que é uma cadeia produtiva, saiba o que é planejamento e controle de produção, entenda como é esse relacionamento interpessoal dentro de uma indústria, contrato de trabalho. Quer dizer, isso tá passando à margem, lá no treinamento do SENAI. É uma crítica que a gente já faz há certo tempo, mas ainda não foi revisto, isso aí.

Essa discrepância entre a intervenção do poder público e a realidade das empresas formais, retrata a atuação deficiente do Senai e demais parceiros, sobre a formação de mão de obra, resultando em um ponto de tensão histórico no local. Pelas reclamações colocadas, percebe-se que o órgão não prepara a mão de obra para atender as empresas satisfatoriamente, nem mesmo percebe que a mão de obra no Polo se diversificou e o segmento da mão de obra industrial cresceu consideravelmente, em função do crescimento de empresas formalizadas e do volume de negócios realizados. O órgão restringe sua participação à formação mais básica possível, podendo ser substituída pela experiência adquirida em trabalhos informais. Pereira Neto (2013) diagnostica que isso acontece em função do Senai ter dado mais primazia à sua atuação política no local do que às demandas de qualificação de mão de obra.

Podemos dizer ainda que o sentido mais profundo e subjacente, contidos nessa dinâmica de atuação do Senai-Polo está relacionado a uma intencionalidade política e ideológica de se colocar frente aos outros agentes coletivos locais como uma instituição hegemônica capaz de pautar as direções, os rumos a serem seguidos na região. [...] Com isso, reforça seus vínculos de classe e atuação sob a lógica da empresa, sob o signo de uma 'educação para indústria'. [...] Tais práticas no caso estudado acabam por distanciar-se e, de certo modo, minorar as possibilidades de um tipo de qualificação que atenda aos interesses da classe trabalhadora (PEREIRA NETO, 2013, p.305).

Empresário 4²⁵:

²⁵ Não permitiu que sua empresa fosse fotografada.

A gente abre seleção, comunica por rádio, blogs, internet né, aí faz uma seleção, embora que não tenha muitos candidatos. E diante dessa situação, a gente tem decidido que aquelas pessoas que não sabem costurar, não têm experiência, a gente tem aberto as portas pra fazer um ensinamento.

Com relação à escolaridade, a única coisa que a gente exige, aliás, duas coisas que a gente exige é saber ler e escrever, sem grau de escolaridade. O que precisa pra fazer todo o manuseio das fichas de produção é saber ler e escrever.

A gente preza por uma disciplina no trabalho pra que a gente possa crescer e desenvolver com isso. E, às vezes, o pessoal tá mal acostumado em não usar um fardamento, em não cumprir um horário, não tem o uso correto dos epis²⁶. Então, tudo isso, é melhor quando a pessoa é, digamos assim, é formada dentro da própria empresa.

A gente trouxe um profissional pra dar uma qualificação pra nossa mão de obra, a gente qualificou o nosso próprio pessoal pra ser o próprio operador da máquina, então foi uma mão de obra interna que foi qualificada pra isso.

A gente faz o acompanhamento, a gente tem sempre o trabalho de consultores dentro da empresa, do Sebrae, do Senai e outros profissionais independentes que a gente sempre trabalha nessa linha, pra que possa tá sempre auxiliando naquelas áreas que a gente sente dificuldade.

A narrativa do Empresário 4, ajuda a compor o perfil das tensões vividas na organização do trabalho nas fábricas, pois mostra que seus problemas são também os problemas apresentados pelos outros empresários. A forma como ele expõe a situação, revela os problemas vividos como impasses provocados pela modernidade truncada. Os impasses têm como núcleo a contradição entre a mão de obra de baixa qualidade e a modernização das fábricas aliada à expansão do comércio. As fábricas limpas, iluminadas, organizadas por setores, que exportam para vários estados do país têm sua produção alicerçada numa mão de obra de baixa escolaridade, faltando-lhe noções de comportamento em ambiente coletivo, compreensão do processo produtivo, recusa em usar equipamentos, dificuldade de cumprir horários e regras. Ou seja, a situação aponta o desenvolvimento do trabalho morto em relação ao trabalho vivo.

²⁶ Equipamento Industrial de Segurança.

Uma vez que o poder público nem investe na qualidade da educação básica e nem na qualificação profissional como deveria, apesar das constantes reclamações dos empresários, a saída tem sido a qualificação interna nas fábricas. Porém, a qualificação interna nas fábricas não alcança a correção dos problemas provocados pela falta de educação básica, eles continuam existindo. Daí soluções radicais são apontadas, como da Empresária 3 que prefere substituir o trabalho humano por máquinas:

Eu acredito, que a educação doméstica ela conta mais do que a educação da escola. Porque se hoje você tiver uma boa base, você vai pra formal e passa por ela sem nenhum problema, mas se você não tiver a doméstica, você vai passar pela formal e você nem sabe porque passou por ela. O futuro que a gente vislumbra é a automatização cada vez maior dos processos.

A substituição do trabalho humano por máquinas nas fábricas é um desejo tão antigo quanto o próprio capitalismo industrial. E é um dos elementos característicos das mudanças na produção trazidas pela Revolução Industrial (DIAS, 2001). Durante todo o século XX, os estilos produtivos que se fizeram marcantes – taylorismo, fordismo, toyotismo, apostaram mais no investimento das tecnologias poupadoras de mão de obra do que no desenvolvimento das pessoas (HELOANI, 2002). O embate entre valorização do trabalho morto (gerado pelas máquinas) e formas de desvalorizar ou desregular ou flexibilizar o trabalho vivo (gerado pelas pessoas) é um elemento estrutural do capitalismo, presente em todos os estilos produtivos, cujo fim é “uma maior exploração quanto um maior controle sobre a força de trabalho” (ANTUNES, 2005, p.28).

O Empresário 4 também revelou como pode se dar o aproveitamento dos serviços de qualificação e consultoria prestados por órgãos como Sebrae, Senai e outros agentes de apoio à produção fabril. Os serviços oferecidos são utilizados como serviços complementares à gestão da produção e do trabalho, mas a orientação principal vem sendo desenvolvida pelos empresários, individualmente, em suas fábricas. Este fato revela um outro ponto problemático no local: os empresários pouco se organizam conjuntamente para trocar conhecimentos ou experiências entre si, agem individual e desarticuladamente.

E não é demais lembrar que a maior parte dos empresários também não teve qualificação profissional e nem instrumental para subsidiar suas ações, o aprendizado foi prático, alguns fizeram cursos técnicos ou alcançaram o nível de ensino superior, mas quando já estavam trabalhando ou empreendendo. A lacuna da baixa qualidade da

educação e da deficiência na qualificação profissional provocada tanto pela prioridade em produzir para vender na feira, deixando de lado o investimento nos estudos, quanto a ausência de políticas públicas nesse sentido, não afetam somente a mão de obra, mas os próprios empresários. Merece destaque sobre esse problema, o depoimento do Empresário 6:

O mais importante não é a qualificação dos trabalhadores, acho que a qualificação mais importante é a dos empreendedores O empresário é quem tem que entender que a questão da sustentabilidade é vital pro negócio. Entender que as garantias trabalhistas e previdenciárias, pra ele, é uma segurança, vai evitar problemas futuros, demandas trabalhistas, prejuízos que não foram contabilizados. Porque ele vai ser correto ambientalmente não por conta da fiscalização, mas por convicção, ele sabe que tratar o seu efluente, trabalhar a questão do resíduo, economizar a questão da água, vai ver que isso é vantajoso pro negócio né. Então, acho que tem que trabalhar o empresário, antes de tudo.

Empresária 5:

O pessoal, ele vem e ele tem todos os problemas e eu entendo que ele tem e ele tem que deixar ali na porta pra ele poder trabalhar. Mas claro que a gente não deixa, a gente fala nisso, mas a gente só fala. Mas, é muito difícil, é muita rivalidade, é muita questão, besteirinha, é difícil.

A gente fala, mas coloca também algumas coisas, o que é que eles têm que cumprir. Eles têm que chegar no horário, eles podem um dia chegar atrasado dez minutos, é perdoável, mas não todos os dias, não pode ser regra. Se ele trabalha de sete, tem que chegar dois pra sete, pelo menos. É sapato, tênis tem que usar, protetor e é uma dificuldade muito grande, até a proteção. A gente dá palestra, a gente fez com o Sesi, várias palestras com eles, que eles têm que usar o aparelho de proteção auditivo, que tem que fazer um monte de coisa e eles não querem.

Se tiver, assim, qualquer problema deles, qualquer discussão deles eu vou lá e não quero, ou vai sair um ou o outro ou fica os dois. Porque como eu lido com a trabalhista, quem comanda eles sou eu, então acho que é mais fácil assim.

Pra costura, chegou com currículo, sabe costurar e que tá com disponibilidade, fica. Porque, assim, eu deixo as meninas ensinarem bastante aqui, Tem costureira aqui,

que as auxiliares é melhor do que as costureiras. Mas elas tinham vontade de aprender, como elas tavam lidando ali de auxiliar, então, querer ser costureira, então o querer de ser costureira já ganhou o profissional.

A execução das atividades de trabalho na fábrica da Empresária 5 é permeada por pequenos incidentes cotidianos, decorrentes dos problemas da carência de educação doméstica e da baixa qualidade da educação escolar. O problema é contornado da mesma forma que nas outras fábricas, impondo a ordem e o cumprimento de regras para organizar o trabalho. A ordem e as regras esbarram na resistência do operário em não querer cumpri-las, cuja situação se resolve quanto a interferência da dona acontece, uma interferência pautada no poder de demissão sobre o funcionário.

Figura 8: Ambiente de produção – setor de corte, fábrica da Empresária 5



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa.

A aquisição e a renovação da mão de obra da Empresária 5 se dá pela via dos costumes locais com base no improviso, nas indicações via rede de relacionamentos e nas práticas informais: “sabe costurar e tá com disponibilidade, fica”, fazendo da contratação uma atividade simples e prática. Não constitui processo e não tem grandes exigências. A chegada do funcionário à empresa independe de alguma ação de divulgação promovida pela empresa, normalmente, é por indicação de alguém que já trabalha no local. A rede de relacionamentos ainda é um traço muito forte e atuante na indicação e contratação de trabalhadores no local.

Figura 9: Ambiente de produção – setor de costura, fábrica da Empresária 5



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa

A renovação da mão de obra tem um certo ar de espontaneidade, de naturalidade, face ao costume local de várias mulheres reunirem-se para costurar. Pelos costumes locais, a atividade da costura vem do estilo de vida rural, historicamente considerada uma atividade feminina, típica do ambiente doméstico e elemento de agregação das famílias em redes de relacionamentos. Por isso, é comum, natural, normal, que mulheres costurando juntas socializem entre si o “como fazer costura”. E aí, temos mais um exemplo de um costume lembrando o funcionamento de uma corporação de ofício, mas no caso, não há primazia da regra que o mais velho ensina o mais novo, seja por idade ou por tempo de trabalho, ensina-se a outro a partir da prática e da percepção minimalista que a atividade exige. É mais uma socialização de saberes do que um treinamento propriamente dito, uma vez que o convívio numa corporação de ofício, segundo Knapik (2004), pressupunha um clima de irmandade entre os membros.

Empresário 6:

A gente tem um trabalho diferenciado em relação à questão da mão de obra, que aí sempre nos coloca em dificuldade. Como a gente trabalha com todos os funcionários registrados, só trabalhamos, acho, quarenta e quatro horas por semana, não trabalhamos nos finais de semana, feriados, noite. Aí, isso faz com que o funcionário entenda, em tese, que ganha um pouco menos. Por que? Porque lá fora o pessoal trabalha

de sete às sete, sábados, domingos e feriados, então, chega a trabalhar dois meses em um, aí ganha muito mais.

Eu não pego analfabetos né, isso é um critério. Mas, é aquela história, mas como você não tem muito o que escolher, aí trabalha. O que eu tenho feito pra amenizar essa minha dificuldade é pegar funcionários em outras cidades, aí nós temos um carro, uma van, aí a gente vai buscar funcionários em outras cidades. Até 40km de distância.[A alimentação deles é por sua conta?] Não, eles trazem a alimentação deles. Acho que hoje, de fora, eu devo ter aí, mais ou menos a metade dos meus funcionários. Então, é assim, é uma forma de eu ter os meus funcionários, dentro das normas exigidas pelo sindicato, então pagando esse salário e não competindo com o pessoal aqui em Toritama.

A primeira informação da narrativa do Empresário 6 que salta aos olhos é a variação da jornada de trabalho. A jornada de trabalho mínima no Polo é de 44 horas semanais, mas é possível encontrar neste território produtivo jornadas de trabalho ainda mais longas, na qual se trabalha 12 horas/dia, todos os dias da semana, podendo acrescentar a este tempo o trabalho noturno e os feriados. Por isso, ele diz que há locais onde se trabalha dois meses em um, compensado por um pagamento a mais que não acompanha, em termos monetários, o aumento de horas trabalhadas.

Figura 10: Ambiente interno da lavanderia do Empresário 6



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa

O problema da jornada de trabalho é outro fator de tensão que está presente na história do trabalho moderno desde a Revolução Industrial. Junto à substituição

progressiva do trabalho humano por máquinas, é também um elemento estrutural do trabalho fabril (DIAS, 2001). Desde então, as longas jornadas de trabalho têm predominado e sua modificação tem sido lenta. Dal Rosso (2004), informa que a variação tem sido mantida entre sete dias de trabalho durante a Revolução Industrial, seis dias de trabalho no século XIX e cinco dias de trabalho no século XX. O predomínio da longa jornada de trabalho deve-se não apenas ao controle direto sobre a capacidade de trabalho do operário, mas sobre sua vida como um todo. E este problema não é local, é de abrangência internacional.

Enquanto alguns países têm como norma que as pessoas trabalhem oito horas diárias, durante cinco dias da semana, outros têm como padrão oito horas durante sete dias da semana. No caso das jornadas mais longas, o controle dos trabalhadores sobre a vida é muito pequeno. O trabalho invade o espaço da vida e o domina, fazendo-o centro de tudo. É preciso acrescentar, entretanto, que as longas jornadas não são atributo exclusivo dos trabalhadores dos países de capitalismo periférico, que ainda não conseguiram obter domínio sobre o tempo de trabalho, são longas as jornadas encontradas também em países de capitalismo central (DAL ROSSO, 2004, p.48).

A alta demanda por mão de obra é um fator que apresenta repetição nas narrativas. As fábricas estão sempre em busca de mão de obra, por isso as contratações são imediatas. No relato deste empresário, sobre os usos que fez do trabalho, já havia menção à busca de costureiras na zona rural porque na cidade não havia profissionais disponíveis. Por isso, também o Empresário 2 contrata sem experiência e sem qualificação; o Empresário 4 afirmou abrir seleção divulgando por vários canais de comunicação e mesmo assim sabia que iria ter poucos candidatos; a Empresária 5 faz contratação imediata.

Para lidar com a escassez de mão de obra, este empresário recruta sua mão de obra em Alagoas, fora do Polo. Não é fora da sua cidade de atuação, Toritama, é fora do raio que abrange as cidades-núcleo e o interior de Pernambuco. O Empresário 1 também toma esse tipo de medida, não é à toa que sua gerente geral é de Campina Grande e ele também possui algumas parcerias de trabalho em Alcântil.

Certamente, foi com base em sua vivência de escassez de mão de obra que o Empresário 6 afirmou, no decorrer de sua narrativa, que o Polo é uma região de pleno emprego:

O que é que nós temos aqui? Nós não temos nada aqui, nem agricultura, nem abundância hídrica, não temos nada. E você tem agora uma região de

pleno emprego, você ter crescimento, você ter geração de renda pras pessoas viverem bem, acho que isso é motivo de orgulho pra qualquer pessoa. Pra qualquer empresa, pra qualquer cidade.

Mas o fato da mão de obra ser escassa não significa que ela seja melhor remunerada ou conte com algum tipo de vantagem significativa. O Empresário 6 se responsabiliza pelo transporte, mas a alimentação é por conta dos funcionários. O salário pago é o mínimo estabelecido pelo sindicato, ele não aceita pagar a mais para reter o funcionário, como outros empresários fazem. O funcionário a baixo custo, no salário e nas condições de trabalho, é o resultado desejado nessa peleja.

Figura 11: Ambiente externo da lavanderia do Empresário 6



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa

Empresário 7:

Nós temos contrato aqui de experiência. Quando o contrato pra quarenta e cinco dias vencer, a gente renova por mais quarenta e cinco, fica automaticamente noventa dias e aí já tá registrado, mas é aqui, comigo. Não sei lá fora, mas acredito que não seja diferente não, que nós estamos em Toritama.

Pegava de sete e trinta da manhã e quando chegava onze e trinta, parava, aí o pessoal voltava de uma e trinta, quando chegava cinco e trinta parava novamente. Aí, vamos dizer, quando acontecia de o período tava estourando, maio e novembro são os

períodos de grande demanda, aí eu chamava o pessoal e dizia: oh pessoal, a gente vai ter que fazer um serãozinho, “não, mas porque...”, não minha gente... Infelizmente a coisa aqui é diferente: “Você dá quanto por fora?”, aí eu dizia dô vinte por noite, dô trinta por noite e dô o café. Então, isso foi desgastando, e quando foi desgastando, é tanto provável, que hoje, não faz mais serão, não faz mais serão.

Porque hoje, hoje, em pleno século XXI, como diz o outro, não se é mais como foi a dez, doze, quinze anos atrás. O empregado era, sei lá, tratado como escravo. Hoje o empregado aqui são bem vestidos, são bem acompanhados com exame, frequentemente, pra acompanhar eles, com tudo! Ainda hoje de manhã, antes de vir pra qui, pra lavanderia, os funcionários chamaram, porque numa folha do pagamento, do contracheque deles veio descontando X, referente a banco de horas que eles tavam chegando atrasado.

O que pesa muito contra a nossa região hoje é a educação dos trabalhadores: no sábado, nós trabalhamos de oito da manhã e vamos até treze horas. Eu digo treze horas, mas nunca vai até as treze porque quando dá onze, onze e vinte os meninos já tão parando as máquinas. Então, o pessoal do salão vai embora e fica o pessoal da passadoria. “Ah, tem que mandar o almoço”, eu mando o almoço. Aí, se é de terminar de meio dia, meio dia e meio, ou até uma da tarde que são as treze horas, às vezes eles vão pra quatorze ou até três horas da tarde. Muitos deles, às vezes, traz uma latinha de pinga escondido, pra em determinada hora tomar uma bicada. Só que se ficasse só numa bicada e nunca fica numa lata. Vai duas, três, quatro e se eu for punir, eu fico sem eles.

À medida que o Demonstrativo Individual da Organização do Trabalho nas Fábricas avança, as configurações de trabalho no ambiente fabril vão ficando mais evidentes e vão reforçando o perfil de modernidade truncada, unindo elementos modernizantes com elementos tradicionais. A contratação de funcionários além de ser simplificada, dada a escassez da mão de obra, também é flexível. No caso do Empresário 7, ele dobra o contrato por experiência antes de fazer a contratação final.

Tal estratégia é proibida pela CLT, o artigo 452 desqualifica o contrato por prazo determinado quando a contratação ocorre nos seis primeiros meses após o término de outro contrato por prazo determinado.²⁷ Esse e outros modelos de flexibilização

²⁷ Informação disponível em: < <http://www.normaslegais.com.br/trab/6trabalhista170809.htm>>.

acontecem e são impostos ao trabalhador porque não há uma representatividade sindical dos trabalhadores atuante no Polo. Aliás, a visão do sindicato pelos trabalhadores foi apresentada como uma visão negativa, por um funcionário do setor de bordado na Empresa 1. Ele participou de parte da entrevista e comentou que “Todos os funcionários, a maioria deles, na verdade, são revoltados porque o sindicato é muito ausente, só aparece pra fazer o recolhimento do dinheiro. Em troca não oferece nada, entendeu? ”.

O intento não é abrir uma discussão sobre atuação sindical, mas colocar em evidência que mais problemas existentes no Polo, relativos ao trato da mão de obra, não pertencem apenas a este território produtivo, se estendem ao país ou são problemas internacionais. A atuação sindical de representação dos trabalhadores tem se revelado historicamente problemática no Brasil.

Historicamente, os detentores do capital sempre buscaram implementar mecanismos de redução do conhecimento dos trabalhadores, tentando, sobretudo, reduzir sua capacidade de auto-organização, bem como reduzindo as garantias e os direitos delineados pelo Direito do Trabalho. [...] Neste aspecto, o sindicalismo brasileiro não tem intervenção direta há algum tempo, sobretudo, pelo fato de as estruturas sindicais brasileiras necessitarem de uma reestruturação e por causa da própria constituição histórica e permanente dos sindicatos brasileiros, criados, em parte, para prestação de serviços de assistência social aos associados. O sindicalismo nacional não vem, há algum tempo, causando um maior amedrontamento da classe empregadora (SANTOS, 2008, p.52-53).

No Polo a situação se reproduz da mesma forma. Dificilmente seria diferente, pois no território onde ainda impera a informalidade não se despertou o interesse por um sindicato forte e combativo.

Contra a jornada de trabalho extensa se levanta a tentativa de negociação do trabalhador por um acréscimo de remuneração. Contra as tentativas de ganho dos trabalhadores se levanta o comentário do Empresário 7, mostrando-se insatisfeito com as reclamações dos trabalhadores porque existe um banco de horas que contabiliza atrasos. Mais que insatisfação, as afirmações do empresário dão um tom de sensação de ingratidão, já que seus funcionários “*são bem acompanhados com exame, frequentemente, pra acompanhar eles, com tudo!*”,

Figura 12: Ambiente de lavagem de peças, lavanderia do Empresário 7



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa

Essa “luta diária” que presenciamos ao longo das descrições das trajetórias é também a forma de se manifestar a luta de classes no Polo, vivida no ambiente fabril através de uma luta simbólica que tem o poder como elemento dominante (BOURDIEU, 2007), carregada de tensões que são características do controle do trabalho no ambiente fabril. Na produção de confecções em foco, o controle do trabalho é feito com todos os elementos que sejam possíveis para amenizar os direitos do trabalhador. Podendo variar das flexibilizações do patrão na contratação e remuneração dos seus funcionários até a completa ausência de qualquer direito trabalhista, nos contratos informais de trabalho.

No caso da lavanderia pertencente ao Empresário 7, além de dobrar o tempo do contrato de trabalho, ele praticamente obrigava seus funcionários a fazer serão. Além disso, é visível na imagem registrada que não há uso dos equipamentos de segurança, necessários às atividades da lavanderia.

Figura 13: Cena da distribuição de peças para lavagem, lavanderia do Empresário 7



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa

Contudo, problemas não podem ser justificados por outros problemas. Precisam ser resolvidos em seu conjunto. Se o trabalhador lida com condições difíceis de trabalho, os empresários, na condição de empregadores, lidam com trabalhadores difíceis de comportamento e de produtividade. A indisciplina dos funcionários é algo que se repete constantemente nas narrativas, em contraponto, tem-se a disciplina imposta pelo empresário. E a solução talvez se esboce a partir do que foi apontado por aqui: investir na educação e na qualificação dos dois lados: trabalhadores e empresários.

Empresário 8:

Até hoje eu faço isso, geralmente, é contra o regulamento, que hoje pra pegar o funcionário tem que trazer toda documentação, já registrar. Mesmo assim, eu exijo, o funcionário quando chega hoje, eu digo: ó, tem essa documentação, se não tiver, vai tirar, então ele trás e eu não registro ele. Ele fica um dia ou dois, fazendo teste, no dia dois ele já tá aprovado, se ele não tiver aprovado eu digo: ó tá aqui teu salário de dois dias, você vai, não deu certo.

Bom, geralmente, a gente faz o seguinte: pega uma costureira antiga aqui dentro, que trabalha bem, que sabe fazer as coisas, a gente paga uma coisinha a mais

pra ela, um salário a mais e chama ela de chefe. Essa costureira começa a chefiar as demais, botar serviço...

Então, eu sempre fui rígido, porque na época eu fui do regime militar e impus esse regime dentro da empresa e deu certo até hoje. Então o que eu tive mais problema foi com gente safada, com preguiçoso, com ladrão. Chegou gente a roubar aqui dentro.

O Empresário 8, dando continuidade à junção de elementos modernizantes com elementos tradicionais, reúne em seu depoimento duas posturas antagônicas: a flexibilidade e a rigidez.

Ele se mostra flexível na forma de contratar o funcionário. Afirma deixar por apenas 2 dias o funcionário numa situação de teste, quando é ciente que a lei obriga a contratação imediata. Demonstra seu senso de justiça quando afirma pagar os dias trabalhados aquele que não foi considerado apto à função. No seu entender, foi justo com o funcionário em teste e evitou um contrato de trabalho que não iria lhe satisfazer. Essas e outras medidas que apresentam flexibilidade (no sentido de não cumprir procedimentos à risca do que deveria ser), imprevisto, informalidade, naturalidade em função das tradições locais são utilizadas pelos empresários a seu favor. O que eles fazem de errado se justifica por ser tradição local, como destacou o Empresário 7 ao justificar a dobra do contrato de trabalho por experiência do seu funcionário: “porque aqui é Toritama”. Ou porque é uma prática rotineira, como destacou o Empresário 6 ao justificar sua busca de mão de obra fora do Polo, ele afirmou não querer entrar na prática que é feita no local, de pagar um pouco mais para quase dobrar a jornada de trabalho mensal.

Todos os pequenos deslizes ou “jeitinhos brasileiros” realizados pelos empresários tem uma justificativa. E até podem mesmo ser justificáveis. Pois, apesar da modernidade ostentada, ainda há muitos problemas sociais e econômicos presentes na dinâmica produtiva do Polo. Os empresários aqui entrevistados tiveram suas trajetórias permeadas por diversos desafios e dificuldades a vencer, seria exagero pensar que na atualidade esse perfil tivesse mudado radicalmente. O Polo até pode ser realmente uma terra de oportunidades, mas ninguém tem garantia que será fácil conquistar uma oportunidade. As trajetórias vistas aqui são ricas em complexidades e dificuldades vividas.

A rigidez está estampada na forma de conduzir a obediência às regras, impôs o que aprendeu do regime militar dentro de sua fábrica. Sua forma de lidar com o

trabalhador é através da opressão, justificada por pagar “uma coisinha a mais” a quem quer fazer de aliado, pra chefiar a produção.

Acontece, que os empresários que até podem ter razão nas justificativas para seus pequenos deslizes ou jeitinhos, em contrapartida, respondem aos seus funcionários, colocados também em situação de dificuldades e desafios, com rigidez. Para si a flexibilidade, a justificativa, a compreensão perante as dificuldades vividas. Para os trabalhadores, esse grupo do qual já fez parte, às suas dificuldades restam a ordem, as regras, o regime.

Figura 14: Ambiente de produção – setor de costura, fábrica do Empresário 8



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa

Na organização do trabalho nas fábricas, entre a flexibilidade e a rigidez, tem prevalecido no trato dispendido ao trabalhador a rigidez, o controle, a ordem. Na imposição da ordem para a produção funcionar, o capital social mais valioso não seria a diminuição do custo monetário do operário, mas o poder exercido para controlar as atitudes, o tempo e a capacidade de trabalho. O poder de mando do empresário sobre seu trabalhador é o exemplo mais contundente de violência simbólica utilizado nas fábricas, em que a posse do poder naturalmente vinculado ao patrão retrata “a própria luta que produz, assim, os feitos propícios a dissimular a própria existência da luta” (BOURDIEU, 2007, p.234). O poder de controle do empresário sobre o trabalhador é exercido de forma natural, corriqueira, como um comportamento normal, embora seja meio simbólico de repressão à sua possibilidade de reação.

O teor dos problemas com a mão de obra elencados até aqui se resume a deficiências nas formas de controle sobre a indisciplina, sobre a falta de qualificação,

sobre os prejuízos, sobre o absenteísmo, etc. Isso leva a considerar que nesta colcha de retalhos que representa a mescla de características de estilos produtivos presentes nas fábricas, sobressai em maior quantidade e maior intensidade as características do fordismo.

Figura 15: Ambiente de produção – setor de embalagem, fábrica do Empresário 8



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa.

Porém, no Brasil não é possível falar de um fordismo propriamente dito, mas de um fordismo periférico. Em que seus elementos tradicionais como uso do taylorismo na definição de tempos e movimentos para realização das tarefas, produção em massa de produtos homogêneos, existência do trabalho parcelar e fragmentação das funções, separação entre elaboração, execução e controle no processo de trabalho, predomínio de unidades fabris concentradas e verticalizadas e consolidação do trabalho coletivo através do operário fabril (ANTUNES, 2005) são adaptados à constituição sociocultural local (LIPIETZ, 1989).

O fordismo periférico compreende um modelo de industrialização da periferia, pela adoção parcial ou adaptada do modelo fordista de produção e consumo. A diferenciação do fordismo periférico em relação ao fordismo, se dá através de três razões principais: restrição na participação dos mercados, em função da concorrência com empresas internacionais de grande porte; financiamento deficiente da estrutura industrial, em função de ser custeado por exportação/comércio de matéria-prima; oposição marcante no ambiente produtivo entre aquisição de tecnologia moderna face à mão de obra desqualificada e sem preparo para compor uma mão de obra fabril (LIPIETZ, 1989).

No caso do Polo, a características que se apresenta menos verificável é em termos de concorrência, pois seu mercado é amplo, exportam para todo o Brasil, ainda que sofram com a concorrência de outros produtores. Contudo, as outras duas características têm sido exemplificadas continuamente através das configurações de trabalho existentes no Polo. O financiamento deficiente da estrutura industrial foi revelado desde o início da produção de confecções, subsidiada pela economia de subsistência rural, por um lado, inspirada nas atividades industriais têxteis existentes no estado de Pernambuco, por outro. E a contradição entre uso de tecnologia avançada e melhoria do ambiente físico fabril frente aos problemas da mão de obra desqualificada, foi o que imperou nas narrativas desde os usos do trabalho, para edificar as fábricas, até o momento atual que retrata sua consolidação, fase de modernização e reprodução do negócio das confecções.

Empresária 9:

Trabalhei anos a fio com mulher, quando surgiu homem [na costura] eu achava que não dava certo juntar mulher com homem. Mas é ótimo trabalhar com rapaz. Eu achava que homem não podia. Comecei e é muito bom! Quando a gente pega quem não bebe, quem não tá de ressaca na segunda, é uma beleza.

A gente vai ficando mais velha, tenta humanizar um pouquinho. Então, a gente tem uns probleminhas como: discussão, eu não tenho muito, de vez em quando procuro fazer reunião. Aí, tô fazendo uma média, porque a gente não pode ser nem 8 e nem 800. Aí, quando é pra médico, vai e não tem problema. Mas pra acompanhar, se ele pede pra acompanhar a sogra, eu sei que empresa grande faz, mas empresa minha não aguenta. Eu digo: olhe, é falta. Eu fiz um estilo assim: a gente dá tipo premiação, faz cálculo da produção. E tem mais: eu dou um dia a mais de salário, se trabalhar o mês sem faltar.

Eu tenho uma pessoa antiga, que toma conta da produção, mas a pessoa, às vezes, precisa que eu oriente. Eu tenho essa pessoa e ela me passa o que tá acontecendo. Mas não é um gerente respondendo por tudo. E a produção, se acontecer qualquer problema quem responde é a produção. Pra cada setor, quando tem um problema, um atraso, eu vou em cima de quem está encarregado. Se é na produção, um defeito na peça,

tal, eu vou em cima da chefe de produção. Eu tenho uma memoriazinha de elefante. Então, de aprontar, de dizer que tá doente, de faltar, de começar a cair a produção, tem com certeza! Eu não dou chance a quem aprontou. Aí, não volta.

A Empresária 9 reúne na organização do trabalho em sua fábrica as características quem vem sendo destacadas no decorrer das trajetórias. A primeira delas é a substituição das mulheres por homens no setor de costura para contornar o absenteísmo.

Figura 16: Ambiente de produção – setor de costura, fábrica da Empresária 9



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa

Mas note que o absenteísmo pelo lado masculino, apesar de parecer menor, tem um ponto de estrangulamento, apontado pela empresária: vale a pena empregar homem na costura quando ele não bebe, para não faltar ou render menos no trabalho em função da ressaca. Aliás, o problema da bebida alcoólica vinculada ao comportamento dos homens na produção de confecções, já havia sido pontuado pelo Empresário 7, por conta dos aborrecimentos que tem no encerramento da jornada de trabalho aos sábados.

Esse tipo de problema também é tocado pelo Empresário 1 em sua narrativa: “A gente tem que se unir pra defender nosso território, primeiramente capacitar o povo, mudar a mente desse pessoal que tá aí. Pra você ver, final de semana é cachaça, cachaça. Vai levar a lugar algum. Então, eu acho assim: nós devemos nos preocupar com o povo, proteger nosso lugar”.

A Empresária 9 também se utiliza de formas de disciplinamento para conter os problemas de convivência na produção e adequar seus trabalhadores. Mas ela não envereda por uma rigidez tão firme quanto o Empresário 8, ao transferir o que aprendeu como policial militar para sua fábrica. A empresária procura um meio termo, por isso diz que não quer ser nem 8 e nem 800 (veja a coincidência: no rol de entrevistados, o empresário mais rígido é exatamente o Empresário 8!), aposta numa humanização do ambiente de trabalho, permitindo a flexibilização da frequência em situações específicas, estimulando a frequência regular com um ganho a mais de salário e, provavelmente, deve flexibilizar também outros pormenores no decorrer da atividade produtiva.

Figura 17: Ambiente de produção – setor de modelagem, fábrica da Empresária 9



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa

Uma humanização do trabalho limitada pelos imperativos da produção. Por isso, “vai em cima de quem está encarregado” do setor que apresentou problema e nunca esquece do que o funcionário faz. Sua memória privilegiada atua como fator seletivo de mão de obra. Uma humanização do trabalho também limitada pelas condições físicas de trabalho, como está registrado na figura acima.

Empresário 10:

Uma coisa que fez muita diferença foi a gente começar a avaliar os tempos. A gente não tinha ficha técnica de produto, a gente não tinha os tempos operacionais

medidos. Pra produzir mais peças ou produzir mais rápido, como se traçasse uma meta de todo dia nós temos que fazer 100 peças. Eu cronometrando tempo, comecei a identificar que fulano faz uma operação a 10 segundos e fulano faz a mesma operação a 15 segundos. Então ele tá produzindo 30% menos do que fulano. Mapeando isso, você começa a achar um monte de informação, que o círculo que a peça tem que percorrer pra fazer as operações em tempo hábil tá errado.

Por outro lado, eu comecei a enxergar que não era no chicote que se conseguia resultado. O nível de educação por ser baixo, muito baixo, o pessoal tinha dificuldade em entender coisas. Então, era meio que voltado à ordem. Então, como é: vamos tirar quem a gente sabe que não serve e vamos ficar com quem a gente identificou que vale a pena preparar. Aí, comecei a montar um planejamento de auto gerenciar. A produção ser toda predefinida, só ser executada. Tem como entrar, tem como sair. É pra entrar desse jeito, é pra sair desse jeito, basta só fazerem isso.

Fazia reunião com o pessoal e passava o que tá errado, o que é que vai mudar, como é que a gente vai fazer, o porquê da mudança, por conta disso, por conta daquilo. E aí, a gente foi meio que educando aquele quadro a entender como é que as coisas funcionavam. Aí, eu fui e criei e desenvolvi aqui um prêmio de gratificação coletiva por eficiência.

A porta do escritório tá aberta o tempo todo pra alguma necessidade, o que eu não quero lá em cima é conflito, falta de educação, discussão.

O Empresário 10 apostou na cronometragem como o ponto alto da sua gestão e da reestruturação da fábrica, preterindo o estilo administrativo realizado por seu sogro. Ao assumir o comando da produção, foi cronometrar o tempo para controlar a execução do trabalho e aumentar a produtividade. Esse tipo de estilo de gestão exemplifica o que seria uma gestão taylorista no Polo.

O taylorismo foi o estilo de gestão que antecedeu o fordismo. Sua contribuição foi apresentar formas racionalizadas de executar atividades num processo produtivo (HELOANI, 2002). O controle de tempos e movimentos elaborados por Frederick W. Taylor, apoiado sobre a cronometragem dos movimentos, foi largamente divulgado por órgãos de aprendizagem pertencentes a entidades profissionais de engenharia, ao final do século XIX (ZANETTI;VARGAS, 2007).

As tarefas ou as operações, no seu entender, deviam ser fixadas cotidianamente por instrutores no transcurso da atividade fabril. Na divisão entre quem concebe e quem executa, quem planeja e quem realiza, característica do que veio a ser conhecido como ‘taylorismo’, os exemplos habitualmente privilegiavam quem se situava na segunda posição, preferindo moldar os movimentos e a atitude geral do trabalhador desqualificado (ZANETTI;VARGAS, 2007, p.26).

O Empresário 10 adotou várias medidas tayloristas para sua fábrica. A primeira foi estipular a meta de produção diária e, a partir disso, cronometrou o tempo das operações de produção. Em seguida, fez uma avaliação do processo produtivo herdado da gestão do sogro. Identificou os problemas que impediam o aumento da produtividade e implantou um sistema em que a produção foi toda predefinida, precisando apenas ser executada. Isso incluiu reunir os funcionários e dar as instruções sobre o novo modelo de trabalho, ou as novas configurações do trabalho no ambiente fabril.

Figura 18: Ambiente de produção – setor de costura, fábrica do Empresário 10



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa

O trato destinado aos funcionários é “educar aquele quadro a entender como as coisas funcionavam”. Deixa claro que é um ambiente guiado pela ordem e as pessoas são recursos, podendo ser descartados caso não apresentem as exigências mínimas para cumprir as atividades.

A visão sobre o trabalhador é utilitarista, não exatamente “enxergando que não era no chicote que se conseguia resultado”, ele ensina como deve ser executado o serviço e espera que assim seja feito, “basta só fazerem isso”. E isso, deveria ser feito

indistintamente, tanto é que o estímulo dado à adaptação do funcionário ao novo modelo de trabalho, foi um prêmio de gratificação coletiva, em termos práticos, um ganho a mais no salário para que todos trabalhassem dentro do estipulado.

O saber do Empresário 10, provavelmente adquirido no curso que fez sobre industrialização, reforçado anos depois pela graduação em Administração, foi fiel ao taylorismo ao racionalizar o trabalho para aumentar a produtividade. Não apenas com a cronometragem, mas principalmente, através do uso controlado da capacidade de trabalho dos seus funcionários.

Por meio do estudo dos tempos despendidos em cada tarefa, que significou a integração do cronometro à fábrica, buscava reduzi-los, ensinando o trabalhador a trabalhar. Aquela meta, por sua vez, estava obviamente subordinada ao objetivo final que era o aumento de produtividade (ZANETTI;VARGAS, 2007, p.27).

Dessa forma, não é difícil entender como pessoas se tornam recursos humanos e como a riqueza do Polo foi construída: muitos recursos humanos individuais agregados em uma produção coletiva, que gera uma acumulação em grande escala, dado o volume de riquezas que produz. Mas, uma riqueza que nunca volta ao seu ponto de partida na mesma intensidade em que foi criada. O executor da produção e, portanto, o criador da riqueza, nesse jogo, sempre sai perdendo.

Empresário 11²⁸:

Na verdade, a empresa sempre foi muito enxuta a nível de estrutura. Tem os operadores de chão de fábrica, você tem um nível de supervisão, uma espécie de encarregada. Pra poder facilitar a gente dividiu em células de produção, né.

Bom, quando se trata de chão de fábrica, costureira, por exemplo, estampador, essas pessoas, normalmente, a gente faz um processo de seleção por expertise mesmo, faz um teste com a pessoa, vê se a pessoa tem aptidão pra tarefa. E, em 100% dos casos, ela precisa ser adaptada ao modelo de produção.

²⁸ Não foi possível fotografar sua empresa, deu entrevista na sede de um sindicato de produtores de confecção, do qual é vice-presidente.

Nós temos 16 apontamentos de produção durante um dia, então, em cada um desses horários é apontado a produção de cada funcionário e aquilo ali é colocado num método de índice de produtividade. Que é para gente poder aferir como é que tá a produtividade média da empresa.

A gente sempre incentiva essa questão, de a pessoa conhecer todo o processo de produção, ter mais de uma habilidade em máquinas diferentes, pra poder até suprir uma eventual falta de um operador ali, que faltou, que pediu demissão.

O Empresário 11 desenvolveu uma organização do trabalho em sua fábrica que conjuga traços do fordismo de do toyotismo, destacando-se mais este último. Do fordismo, permaneceu o trabalho do operário como base da produção; a fragmentação das atividades produtivas; a separação entre elaboração, execução e controle no processo de trabalho, divisão hierarquizada das funções e o predomínio de unidades fabris concentradas.

O toyotismo ou estilo japonês, símbolo da reestruturação produtiva, adotado nas empresas brasileiras a partir da década de 1980 (período em que os empresários do Polo começaram a saga de suas atividades como produtores de peças completas), tem como características marcantes ser um estilo produtivo voltado para pequenas e médias empresas, munidas de maquinário automatizado para fabricar pequenas quantidades de vários modelos de produtos. Se produz de acordo com a demanda de mercado e apresenta como diferencial a qualidade do produto. A qualidade não é restrita ao produto, engloba todo o processo produtivo, apoiada no trabalhador multifuncional e no controle da produtividade. A empresa vertical e com muitos funcionários especializados do modelo fordista, é substituída no toyotismo pela noção de empresa enxuta, ou seja, baixo nível hierárquico, alto nível tecnológico de execução e controle da produção (ANTUNES, 2005).

O toyotismo na fábrica do Empresário 11 é o estilo predominante. Ele inicia seu relato afirmando que a empresa sempre foi muito enxuta, tem apenas um nível de supervisão que coordena os operadores de chão de fábrica. No quadro 7, sobre a situação atual da empresa, ele declarou ter reduzido o quantitativo de funcionários para menos de 50%. Subdividiu sua produção em células e cada célula é supervisionada por uma encarregada, ou seja, o controle da qualidade do produto e da execução das tarefas é feita por um trabalhador ligado à célula de produção, não é um gerente de setor.

O controle da produção na fábrica do Empresário 11, conta com recursos estatísticos, pois tem 16 apontamentos de produção durante um dia, colocado num método de índice de produtividade, que é para aferir a produtividade média da empresa. Isso quer dizer que se pensarmos numa jornada diária de 8 horas de trabalho, a produtividade do trabalhador é aferida a cada 30 minutos. O controle exercido é bem maior do que nas atividades fordistas de inspeção. O controle da produção no fordismo não contava com a automatização do desempenho individual de produtividade em espaços tão curtos de aferição. A vigilância é bem maior porque o funcionário, ao diminuir sua produtividade, não pode culpar seu supervisor de perseguição, pois seu desempenho está registrado em números, numa máquina.

O funcionário é multifuncional e semianalfabeto. Sabe fazer muitas operações que aprendeu na prática, em casa, numa facção, num fabrico... Eis o tecido da modernidade truncada, cheio de fios estendidos e nós que atravancam a malha. A rede formada é robusta, mas seu movimento, como toda rede, é de expansão e oscilação, entre um ponto e outro, entre o moderno e o tradicional. Essa tem sido a situação da reprodução atual do negócio das confecções. Sua face de modernização e racionalidade permite a confecção de roupas ser reproduzida nos moldes industriais, através da produção em larga escala de produtos homogêneos ou através da produção de pequenas quantidades de vários modelos diferentes de produtos. O fato é que a organização atual do trabalho nas fábricas pode ser vista como estratégias de reprodução não somente do negócio (produzir-comercializar), mas também da reprodução do controle sobre o trabalho, para uso contínuo desse recurso.

As estratégias de reprodução – conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem inconscientemente ou conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, constituem um sistema que sendo o produto do mesmo princípio unificador e gerador, funciona e transforma-se como tal (BOURDIEU, 2007, p.122).

No caso do Polo, o sistema a que se refere Bourdieu pode ser tomado como a organização do trabalho nas fábricas. A organização do trabalho se traduz no controle sobre o trabalho assalariado, que obedece ao princípio unificador e gerador da produção: usar controladamente o trabalho vivo como garantia da produção acontecer, unindo o controle de trabalho e a estrutura fabril moderna à consolidação da posição de empresário.

6.3 O sentido do trabalho para os empresários do Polo

Após a exposição dos usos do trabalho pelos empresários, para estruturar sua produção de peça completa, e a apresentação das configurações atuais de trabalho no ambiente de suas fábricas já consolidadas no mercado, cabe a pergunta que finaliza o entendimento das trajetórias analisadas: qual o sentido do trabalho para os empresários do Polo?

O sentido do trabalho aqui adotado é o expresso por Antunes (2003), ao afirmar que a categoria trabalho continua central na formação social contemporânea, reproduzindo-se de maneiras diversas, em diferentes configurações. Nesta pesquisa, procurou-se mostrar que o trabalho além de elemento estrutural na produção de confecções, permaneceu como elemento central do início até à atualidade, tanto nas trajetórias dos empresários quanto na produção de confecções no Agreste de Pernambuco como um todo. A análise do início das trajetórias registrou que o trabalho era a categoria que permeava todas as histórias contadas, todas as atividades realizadas, todas as famílias envolvidas e foi o alicerce das atividades de produção e comércio no local, antes e durante a produção de confecções.

O trabalho é o capital social principal de todos os trabalhadores do Polo. Seja o trabalhador que trabalha para outros, o trabalhador que trabalha para si ou o trabalhador que se tornou patrão. Seja na produção de peça completa ou sua maior parte, na realização das atividades complementares de produção ou no comércio. A forma como o trabalho tem sido exercido foi registrado nas múltiplas configurações do trabalho aqui expostas, conformadas aos seus respectivos momentos históricos, perfil de subdesenvolvimento, tradições locais e ação dos agentes sociais.

Na observação sobre o Polo, um agente social foi especialmente destacado para conduzir a apreensão das formas como o trabalho ali se manifesta, dando robustez à produção de confecções: o trabalhador que se tornou empresário. Pois ele representava o elo de compreensão, quanto ao uso do trabalho, entre os dois extremos da cadeia produtiva industrial: trabalhador e patrão. Duas condições sociais distintas, representando posições opostas na estrutura produtiva.

As estratégias adotadas pelos trabalhadores para se tornarem produtores de peças completas e chegar à condição de empresário, revelaram não só os formatos do trabalho no local, mas também os usos que se fez e se faz do trabalho na disputa por posições na estrutura social e na consolidação das posições conquistadas. Ao ponderar todas as trajetórias expostas aqui, suas características, o contexto, as justificativas, os valores, os capitais sociais e as relações, é possível afirmar que **o sentido do trabalho para aquele que não se contentou com a condição de trabalhador, enquanto executor de tarefas, foi ver no trabalho um recurso de melhoria de vida e ascensão social.** Mas não apenas no seu trabalho, no trabalho de todos com quem se relacionou, seja comprando o trabalho, se apropriando dele ou aprendendo a desenvolvê-lo. O sentido do trabalho como recurso de melhoria de vida e ascensão social somente surtiu efeito porque **o empresário aprendeu que trabalho não é apenas para se vender em troca de sobrevivência, mas para se usar em benefício próprio.** E foi isso que eles fizeram.

Os capítulos 5 e 6 foram escritos para comprovar essa afirmação. Primeiro, os empresários usaram diversas formas/configurações do trabalho para sair da condição de trabalhador e montar sua estrutura produtiva mínima. Depois, continuaram usando o trabalho para expandir seu negócio e, na atualidade, continuam usando o trabalho, sob novas configurações, como elemento de consolidação do seu negócio e sua posição social na classe dos produtores. Este foi o grande diferencial: perceber o trabalho como produtor de riqueza e como elemento de uso para benefício próprio. **Os empresários usaram e usam o trabalho como fonte de riqueza e não como fonte de sobrevivência.**

7 CONCLUSÕES

A primeira conclusão desta pesquisa é que o pesquisador que opta por investigar um território produtivo complexo, como o Agreste de Pernambuco, não tem em mãos apenas a difícil tarefa de entender a dinâmica do local, mas entender a miudeza das modalidades de trabalho aliadas às relações sociais e às perspectivas que atuam ali. Ou seja, tem que aprender a lidar com a “caixa de Pandora” que foi aberta.

Uma das cenas pitorescas desse campo foi o movimento das Feiras da Sulanca: um formigueiro humano, entremeado de roupas, carros, ônibus, toyotas do transporte informal, carroças e bichos, bancos de feira, fardos de tecidos, outdoors, placas com os nomes mais curiosos possíveis dados às marcas e lojas e um verdadeiro trânsito indiano, sob o sol do Agreste. Outra, foi encontrar as fábricas em ruas sem identificação, sem placas nas portas dos prédios, tendo que perguntar aos vizinhos a localização exata. E escutar dos vizinhos a pergunta: “o que é que a senhora quer lá”? Registrando minha condição de intrusa no local. A partir deste aparente caos se procedeu ao seu entendimento.

A profusão de configurações do trabalho apresentadas no Polo, à primeira impressão, foi tal que não havia sentido em tantos elementos diferentes e contrastantes juntos. Então, foi preciso buscar um entendimento das condições objetivas de desenvolvimento e de trabalho no local, para tecer um fio condutor que pudesse esclarecer tudo aquilo que parecia caótico. O fio condutor se iniciou pela apreensão do contexto maior que envolvia o campo pesquisado. Por isso, foi necessário fazer um resgate histórico do início da industrialização no Brasil, como afetou a região Nordeste, até perceber a incidência desse contexto no Agreste de Pernambuco.

Porém, apreender a incidência do contexto sobre o território pesquisado não seria suficiente para entender suas configurações do trabalho. Para tanto, foi iniciado um reconhecimento sobre o campo investigado, através de leituras de pesquisas já feitas sobre o local e incursões às cidades-núcleo produtoras – Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama. A partir do resultado das leituras e da observação do campo, foi percebido que um conjunto de agentes sociais, no decorrer de suas trajetórias, que cronologicamente coincidem com a expansão e consolidação da produção de confecções local, alteraram suas condições de vida, saindo da posição de trabalhador e conquistando a posição de empresário.

O fio condutor, para tecer explicações sobre a profusão de configurações do trabalho, tornou-se robusto à medida que suas ações foram sendo mapeadas e entendidas. Conhecer as maneiras como os negócios foram iniciados e estruturados nos leva à segunda conclusão: os empresários agregaram em torno de suas ações práticas grande parte das configurações do trabalho que existiam no local e, dado o poder econômico e social que conquistaram, passaram a interferir na dinâmica da produção, redimensionando a organização do trabalho no ambiente fabril. Ao perceber a importância da atuação desses agentes, foi encontrado o que poderia ser a chave para compreensão daquele cenário tão complexo. Mas não apenas isso, o estudo das suas trajetórias também revelaria os sentidos do trabalho naquele campo produtivo e, portanto, sua lógica. Assim, as trajetórias foram expostas e analisadas, perseguindo o objetivo de apreender, através das narrativas, a formação e reprodução de configurações do trabalho no Polo de Confeções de Pernambuco. Configurações que resultam da hipótese colocada na Introdução.

A compreensão das trajetórias, pautadas no planejamento apresentado na Metodologia da Pesquisa, subdividiu-se em três partes: o início das trajetórias; como superou a condição de trabalhador e chegou à condição de empresário; a organização atual do trabalho nas fábricas. Em cada uma dessas partes foi possível unir contexto, especificidades e sentidos do trabalho para os agentes sociais em foco, decifrando a lógica das configurações do trabalho e do aparente caos observado.

Analisando o ponto de partida das trajetórias dos empresários, sobressaem novas conclusões: os empreendimentos iniciados não dependeram apenas dos empresários, mas dos seus familiares, dos conhecidos e das memórias do que viveram desde a infância, em torno da produção de confeções. As memórias dos empresários ajudaram a resgatar as configurações do trabalho que se formaram nas décadas de 1960-1970, início da produção de confeções ou período de empreender a Sulanca. Os costumes narrados deram lastro para entender que, desde então, as pessoas não se contentavam com a condição de trabalhador, procurando supera-la e tornar-se independente. A herança social recebida dos pais, familiares e conhecidos, considerados a primeira leva de empreendedores das confeções, aliada aos costumes rurais e ao comércio de feira, fazia com que todos quisessem ter seu próprio negócio. Essa seria a forma de superar as condições difíceis de vida com as armas que dispunham.

Assim, foi preciso considerar que para entender as configurações do trabalho com base nas trajetórias, era necessário voltar ao início da produção de confeções no Agreste, resgatando os elementos fundamentais e o habitus dominante que davam as

bases das ações práticas dos agentes investigados. Os elementos fundamentais foram o comércio, a família, o trabalho e a informalidade que permeados de valores e costumes herdados da vida rural e da sobrevivência voltada ao comércio de feira, compuseram o habitus que dominava o cenário produtivo da época – o habitus feirante.

O comércio sempre foi a atividade dominante no local. No decorrer do tempo foi trocando de perfil produtivo até chegar à produção de confecções, dinamizada pelas famílias. A produção familiar e doméstica foi a via de introduzir e firmar no comércio local a produção de confecções como atividade principal. A produção de confecções foi, a princípio, um trabalho complementar à renda daqueles que viviam das atividades agropastoris de subsistência. Mas, devido à adoção da atividade por muitas famílias, dinamizando o comércio local, esta deixou de ser uma atividade complementar e passou a ser a atividade principal, atraindo para sua esfera as modalidades de trabalho existentes.

Modalidades de trabalho herdadas das “raízes rurais” e do “habitus feirante” que se expandiram pelas cidades do Agreste e definiram o estilo produtivo do campo observado: a produção de confecções de baixa qualidade, para ser vendida no comércio de feira – a Feira da Sulanca. Um estilo produtivo erigido sob condições de subdesenvolvimento, apresentando produção improvisada e trabalho precário, por isso, realizado em sua maior parte na informalidade, seja por força das relações de parentesco e das redes de relacionamento, seja pela ausência de regulação institucional das atividades em curso.

Assim, nasceu a produção de confecções no Agreste de Pernambuco e se estruturou de acordo com as tradições locais, a lógica do comércio capitalista e as condições precárias de trabalho. Essa tríade foi a base que deu vida e dinamismo à expansão da Feira da Sulanca, tornando a confecção o principal negócio local.

Durante o período de expansão da produção de confecções (1980-2000), o campo produtivo passou a ser conhecido como Território da Sulanca. Um território demarcado não apenas pela expansão da produção e comércio de confecções simples, voltadas a um público consumidor de baixa renda, mas, um território marcado por uma verdadeira “corrida” ao empreendimento das confecções, pois a participação mais lucrativa no comércio de feira seria fazendo “venda própria”, ou seja, produzindo para vender.

A partir do entendimento dessa regra comercial pelos agentes sociais investigados, suas trajetórias começaram a mudar. Trocaram suas ocupações iniciais –

formas de trabalho que garantiam apenas a sobrevivência, como vender picolé na rua, ser ajudante numa oficina de calçados, vender cereais, ser vendedor em loja de tecidos, revender roupas na feira – pelo trabalho autônomo, cujo objetivo era se tornarem produtores de peças completas, vender mais e, assim, conseguir superar suas condições difíceis de vida.

Os empresários para conseguir ser produtores das peças que vendiam, trataram de desenvolver estratégias para estruturar sua produção. Nesse sentido, é que ficou evidente o quanto a condição de trabalhador para esses agentes foi temporária, eles não se furtaram a trabalhar, mas não queriam apenas a sobrevivência como resultado do trabalho, queriam uma vida melhor. E não desenvolveram qualquer tipo de estratégia, mas desenvolveram estratégias de superação. As estratégias foram detalhadas por duas vias complementares: uma foi expor a reunião das condições mínimas para estruturar uma produção de peças completas (ou sua maior parte) e tornar-se independente, trabalhando para si e não mais na condição de trabalhar para outros. A outra, foram os usos do trabalho para garantir a produção de peças completas e a posição de produtor/empresário.

A formação de uma estrutura mínima para produzir peça completa foi considerada o mecanismo que presidia o acesso à posição de produtor/empresário. E claro, a questão não se reduziu a produzir as peças para comercializar, mas a criação de uma distinção entre os agentes pesquisados e os demais que atuavam no negócio das confecções. A distinção se deu, principalmente, pela intervenção na atividade produtiva como produtor de riqueza e articulador dos outros agentes sociais: consumidores, trabalhadores, fornecedores. Esse tipo de intervenção foi um meio de adquirir poder sobre os demais, um valioso capital social no negócio das confecções.

E as estratégias desenvolvidas pelos empresários, para montar uma estrutura mínima de produção, à medida que foram mapeadas, demonstram mais configurações do trabalho atreladas à produção de confecções, além daquelas pertencentes aos seus familiares e conhecidos e aquelas que os empresários desempenharam como ocupações iniciais. Essa foi a primeira distinção significativa dos empresários: ter sua própria produção, forjada por estratégias que eles próprios criaram. Desenvolveram formas de produzir roupas aproveitando retalhos e quando não tinham bancos nas feiras para vender, expunham as mercadorias no chão. Viraram muitas madrugadas vendendo nas feiras ou se deslocando entre uma feira e outra, carregados de fardos, viajando por diversos pontos do Agreste de Pernambuco. Organizavam e vistoriavam a rotina da produção diária, sem deixar de acompanhar atentamente as variações no mercado de confecções.

Estratégias que funcionaram, em grande medida, porque o mercado que envolvia a produção de confecções praticamente não tinha regulação institucional, a luta pelo poder era livre, dependia apenas de a produção acontecer, chegar ao mercado e vender. Associa-se à iniciativa do empresário o produzir na informalidade, como meio de capitalização e expansão do negócio. A informalidade, mais do que uma tendência, passou a ser um elemento de apoio à diferenciação, pois garantia a sobrevivência dos negócios iniciados longe das despesas com impostos.

A determinação e o trabalho aparecem como investimentos e a autonomia/independência/superação como recompensas.

A segunda distinção marcante por parte dos empresários, além de produzir peça completa, foi que passaram a trabalhar para si, agregando à sua produção os trabalhos dos outros. O período em que os empresários entrevistados começaram a empreender corresponde, principalmente, às décadas de 1980-2000, quando o território produtivo começou a sofrer algumas transformações, causadas pelo aumento da quantidade de empresas. Era a continuidade da corrida para empreender, convergindo a população do Agreste pernambucano para o negócio das confecções. O esforço inicial dos que se lançaram como produtores foi montar a estrutura mínima para produzir, uma vez montada a estrutura, outras estratégias foram desenvolvidas para garantir a realização da produção, como os usos das diferentes formas de trabalho ligadas ao fazer confecção. O trabalho investido na produção não foi apenas o trabalho próprio de cada empresário. Foram diversas as formas de trabalho que entraram na composição e edificação dos empreendimentos.

Através de suas relações sociais, os empresários compraram ou se apropriaram de diferentes formas de trabalho, como ferramentas para sua produção acontecer. Portanto, é possível concluir que o trabalho foi o principal mecanismo que conduziu à consolidação da posição de empresário. Se produzir garantia o acesso à posição, o trabalho deu o alicerce para produção se estabelecer de forma contínua. A compra do trabalho se deu na contratação de funcionários ou encomendas às facções; a apropriação se deu quando o trabalho de alguém (parente, conhecido, patrão, colegas de trabalho), de alguma forma, serviu para melhorar, completar, ensinar ou tornar possível a produção ambicionada.

A partir dos relatos dos empresários, pelo menos, cinco formas diferentes de trabalho foram usadas para consolidar suas atividades: o trabalho próprio, o trabalho domiciliar-familiar, o trabalho informal, o trabalho de terceiros e o trabalho assalariado.

Todos eles foram agregados à produção e ajudaram a erguer e consolidar o negócio dos empresários. Uma vez consolidado o negócio, os empresários obtiveram crescimento e sucesso nas suas atividades, sendo necessário formalizar suas empresas. Ao entrar na formalidade, as configurações do trabalho anteriormente usadas acabaram sendo substituídas pelo trabalho assalariado, apesar do trabalho informal não ser preterido do processo produtivo.

A adoção do trabalho assalariado como principal forma de trabalho em uso, na fase mais recente dos empreendimentos, está inevitavelmente associada à formalização das empresas. E isso pode ser considerado a terceira diferenciação, uma diferenciação que consolidou em definitivo a posição dos empresários, pois não lhe proporcionou apenas riqueza, mas poder de intervenção na dinâmica produtiva do campo analisado. Produzir na formalidade, na condição de empresa registrada, garantiria ainda mais poder de intervenção dos empresários frente aos agentes sociais envolvidos direta ou indiretamente na produção de confecções, pois não atuariam apenas como comerciantes de seu próprio produto, mas também como empregadores, donos de uma estrutura produtiva robusta e contribuintes de impostos.

As ações práticas dentro da formalidade representaram o esforço de racionalização e burocratização dos empreendimentos, superando algumas das características anteriores, inerentes à produção informal e improvisada, dando um ar de modernização ao campo produtivo. Deriva desses acontecimentos, a troca de termos ligados à Sulanca, como caracterizadora da produção local de confecções, adotando o termo Polo de Confecções, levando em consideração a magnitude da produção local, expressas nos grandes centros comerciais implantados na primeira década do século XXI.

A produção nas fábricas, que passou a dar o tom da produção local, apresentava um novo patamar de organização do trabalho. Uma organização voltada para modernidade, para racionalização, apoiada no trabalho planejado, assalariado, executado com ajuda de máquinas modernas, destinado a um comércio plural, não mais restrito ao comércio de feira.

Mediante o contexto da modernização e das inovações, se procedeu a um terceiro mapeamento das configurações de trabalho, desta vez, correspondendo ao âmbito das fábricas, sob o crivo daqueles que foram trabalhadores e se tornaram patrões.

As configurações do trabalho no ambiente fabril têm como traço marcante unir tanto características modernas quanto tradicionais. Seriam características modernas: trabalho realizado em ambiente limpos e iluminados; conduzidos por ordem, assiduidade

e disciplinamento, objetivando a socialização do trabalhador conforme o processo produtivo estipulado; aferição de produtividade por recursos tecnológicos; troca de mulheres por homens na atividade da costura; adesão do modelo de trabalhador multifuncional; troca do termo informalidade por terceirização, para disfarçar trabalhos informais que completam a produção de confecções; utilização de conhecimento instrumental para subsidiar as atividades de gestão; necessidade de uma mão de obra qualificada para o ambiente fabril.

Seriam características tradicionais: longas jornadas de trabalho, treinamento de funcionários feito de maneira improvisada, parecendo mais uma socialização de saberes do que propriamente um treinamento de produção; contratação por indicação, sem grandes exigências em função do tipo de mão de obra disponível e da sua escassez; mão de obra sem qualificação profissional e sem educação básica, problemática na realização das tarefas e no convívio social; permanência de traços de gestão com base no improvisado; continuidade da gestão do negócio exclusivamente pela família. Nesse momento seria possível dizer que, mediante as reconfigurações do trabalho, houve a conformação de um novo habitus, o habitus da modernidade truncada, representando a nova tendência de produzir.

A junção de características modernas e tradicionais comporia o que se chama de “modernidade truncada”, mas isso não representa nenhuma novidade, pois já vimos que o moderno e o tradicional se completam no cenário da industrialização no Brasil desde seu início. A junção dessas características revelou um cenário que mistura elementos de estilos produtivos diferentes. A mistura dos elementos de estilos produtivos não é porque uma fábrica produz de um jeito e outra produz de outro, mas a oscilação entre características da produção rural, das corporações de ofício, do taylorismo, do fordismo e do toyotismo pode acontecer em uma mesma fábrica e se repetir por várias outras.

Observando atentamente, essa mistura de estilos produtivos não faz do Polo um bricoleur ou um “Frank Stein” em termos de organização do trabalho no ambiente fabril, mas é perceptível que a junção de características de vários estilos produtivos, aliadas à tradição ou modernidade, atuando em conjunto, permitiram subir os níveis de acumulação e elevar a produtividade, para dinamizar a produção coletiva de confecções.

Isso foi permitido pela falta de regulação institucional durante a expansão da atividade confeccionista, deixada à deriva pelo Estado, em suas várias instâncias. O Estado veio demarcar presença apenas no período de modernização, quando a atividade já apresentava traços de organização racional e burocrática. Isso significa que no Polo a

condução das atividades de produção e comércio, ao não ser regulada pelo Estado, o foi plenamente pela mão do mercado, de forma puramente liberal e servindo-se das tradições locais e de traços modernizantes.

Por isso, é difícil entender tantas configurações do trabalho atuando conjuntamente. Além disso, os formatos do trabalhado mapeados no Polo, na maior parte das vezes, não corresponde às formas como são caracterizados teoricamente, não seriam “puros”. A terceirização no Polo não deriva da reestruturação produtiva, é decorrente dos processos de subcontratação que vem das raízes rurais. A presença do trabalho informal não decorreu da restrição do emprego industrial, pois o emprego industrial nem existia no local, aliás a informalidade ajudou a erguer a indústria local. O trabalho informal derivava das condições subdesenvolvidas e precárias do local, por um lado, e por outro, das tradições que vinham da produção rural. O controle sobre o processo produtivo não está atrelado apenas ao aumento de produtividade e do lucro, mas para conter problemas causados pela baixa escolaridade e pela indisciplina dos trabalhadores nas fábricas. Ou seja, temos um território produtivo plenamente deficiente em termos de qualificação de mão de obra e plenamente eficiente no comércio de feira.

A grande mistura de traços de diferentes estilos produtivos no Polo independe de uma concatenação histórica. Empresários mais velhos adotam traços do toyotismo e empresários mais novos, adotam traços do taylorismo e do fordismo. E nenhum dos elementos adotados representa puramente os estilos produtivos originais, pois são costurados com os elementos da cultura local. A constituição sociocultural local deu estampas e adereços específicos a uma modelagem produtiva previamente estruturada pela situação de subdesenvolvimento e inexistência de políticas públicas efetivas para o interior do Nordeste. O capitalismo no Agreste de Pernambuco firmou-se livre e sem limites para sua reprodução, por isso, apresenta tantas formas diferenciadas de acumulação e de trabalho, convivendo na atividade produtiva local.

Esse perfil constitutivo, visto de forma panorâmica, poderia lembrar uma grande vitrine, vendendo a imagem da “terra das oportunidades”. Porém, se estabelecer como produtor na terra das oportunidades já não é mais tão provável quanto antes. O trabalhador da atualidade não consegue mais empreender da mesma forma como fizeram seus patrões. Continuam tentando, mas a forma como o trabalho é organizado nas fábricas tem dificultado tanto a aquisição de um pequeno capital inicial para empreender, quanto o entendimento do processo produtivo moderno, pois não se trata mais de costurar roupas no ambiente doméstico, utilizando retalhos. Essa forma de produção não sumiu, ainda

continua em voga, mas quando se fala da produção de confecções atualmente no Polo não há mais o predomínio dessa produção. Os empresários conseguiram criar uma diferenciação no modelo tradicional de produzir, com base na produção em larga escala, automatizada, subdividida, permeada de pequenos processos independentes (modelagem, corte, costura, estamparia, bordados, entregas, comercialização) não mais permitindo uma apropriação do seu conhecimento individualmente, como se fez antes. A produção requer cada vez mais modernidade tecnológica, conhecimento especializado e profissionalismo.

Os empresários quando iniciaram seus empreendimentos tiveram como dificuldades sua condição precária de vida e limitações financeiras, vencidas pelas estratégias empregadas e devido ao fato de que a concorrência era baixa entre os que se lançaram produtores, não havia regulação institucional e a informalidade permitiu uma acumulação significativa para estruturar o negócio. O trabalho por ser geralmente informal também não gerava grandes gastos e havia um dinamismo no comércio muito forte, tudo que se produzia era vendido.

Atualmente, permanece para aqueles que também “vieram de baixo” as condições precárias de vida para vencer. Porém, é bem mais difícil na atualidade tornar-se produtor de peça completa como antes, embora a corrida para empreender ainda continue existindo. A camaradagem entre os fabricantes e seus funcionários existentes outrora não mais se verifica no ambiente fabril modernizado. A relação não é mais de camaradagem, as relações são formalizadas, hierarquizadas, disciplinadas. Os empresários de hoje evitam, através da organização do trabalho atual, as brechas que permitiriam reunir condições para abrir uma pequena confecção, tanto quanto a utilização das estratégias de outrora.

Se antes um trabalhador usava as indenizações trabalhistas para abrir seu negócio, atualmente ficou difícil de forjar uma demissão por conta da disciplina e controle no ambiente fabril. Soma-se a essa dificuldade, a não aceitação do trabalhador de volta à fábrica quando ele sabota a produção para ser demitido. A informalidade não propicia mais a mesma chance de acumulação de antes, pois a regulação do trabalho e as fiscalizações da Receita Federal e do Ministério do Trabalho não permitem que uma empresa passe longo tempo “invisível”. O empresário de hoje vê no trabalhador que se lança à pequena produção um possível concorrente e na sua fábrica não permite que esse feito seja facilitado.

Cabe registrar que a organização do trabalho nas fábricas de confecção não suplantou a produção informal de confecção, dela se diferenciou, criando um novo

formato de produção e de trabalho, mais próximo das medidas de racionalidade e gestão atuais do capitalismo. Porém, a diferenciação estabelecida não tem como se afastar plenamente das suas raízes, prova disso é a falta de mão de obra apropriada às fábricas modernas.

Um dos principais pontos problemáticos do Polo é que o profissionalismo ainda não existe satisfatoriamente. A mão de obra disponível, em termos de evolução, ficou aquém da modernidade das máquinas e das formas de comércio. Foi mantida presa às tradições, à informalidade, à falta de qualificação e de educação básica. É o maior problema apontando pelos empresários e, portanto, a maior ameaça à continuidade dos negócios. Boa parte das queixas dos empresários e dos seus esforços na atual organização do trabalho é conter a indisciplina e a falta de métodos para desempenhar as atividades de produção. Eles defendem que o Polo precisa de mão de obra qualificada para produção industrial. Não de mais empresários.

Mediante a situação atual, é possível acrescentar mais uma conclusão: o trabalho assalariado revelou-se o capital social mais caro dentre todos, uma vez que monetariamente passou a ter um custo alto, ao ser formalizado, e não é satisfatório em termos de rendimento, apresenta vários problemas no decorrer do seu uso, por isso, também já não é mais tão fácil se apropriar do trabalho dos outros, como fizeram os empresários aqui analisados. Eles próprios tratam de dificultar essa apropriação, à medida que modernizaram parcialmente as condições de produção. Na atualidade, poucos trabalhadores conseguem começar um negócio e dar continuidade.

O normal, pelo que relataram, é que os trabalhadores atuais até podem se beneficiar de seguro-desemprego ou de alguns estímulos institucionais atuantes, como os cursos básicos de costura e montagem de empresas oferecidos pelo Senai, os cursos de gestão e as consultorias oferecidas pelo Sebrae e o acesso às linhas de crédito ou simplificação de impostos. Mas, não se mantém como produtores por muito tempo, a vida útil das micro e pequenas empresas de confecção é curta, seja pela incerteza do comércio de feira, seja pelas consequências da gestão não profissionalizada ou, principalmente, seja porque atualmente as posições de empresários não estão mais livres como antes, foram fortemente demarcadas e o nível de concorrência é alto, tão alto como o custo de manter uma produção atuante, considerando a pressão exercida pela melhoria da qualidade do produto.

Os empresários aqui analisados obtiveram sucesso em seus empreendimentos porque aproveitaram as oportunidades existentes, a falta de concorrência e a percepção

de que somente o trabalho pode construir riqueza. E esse foi o grande diferencial de suas trajetórias, com as estratégias que desenvolveram. Não quiseram ser executores da produção, se apropriaram do trabalho para ser donos da produção. Apropriaram-se desse capital social e depois sofisticaram as formas de apropriação na atualidade, tornando-a menos acessível. O que garantiu a continuidade do negócio erguido foram os usos dos diferentes tipos de trabalho, a reunião das diferentes configurações para fazer a produção prosperar e se consolidar.

Enfim, ao esboçar uma compreensão desse conjunto de complexidades, dessa “caixa de Pandora”, é impossível dizer adeus ao trabalho, não admitir sua centralidade na vida social e não admitir a vida social como constitutiva dos formatos do trabalho. Foi por meio do mapeamento e do monitoramento das configurações do trabalho que se pode compreender a dinâmica da produção de confecções, desde seu início até a atualidade.

Sem percebermos a multiplicidade das formas de trabalho e a importância que o trabalho possui na sociedade, a condição humana, na sua trajetória pela sobrevivência, não seria mais do que labor.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outra artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011

ANDRADE, Tabira de Souza. **A estrutura institucional do APL de confecções do agreste pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e inovação: o caso do município de Toritama**. Dissertação (Mestrado em Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB). João Pessoa, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

_____. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; MORETTO, Amilton. **Políticas de emprego e proteção social**. São Paulo: ABET, 1998 (Coleção Mercado de Trabalho, v.1).

BARBOSA DA SILVA, Romenyck Stiffen. **Fios, nós, redes, malhas: a feira de Santa Cruz de Capibaribe/PE**. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Licenciatura em História, Centro de Educação, UEPB). Campina Grande, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEYNON, Huw. **Trabalhando para Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEZERRA, Elaine Mauricio. **O trabalho a domicílio das mulheres do Cariri paraibano no Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG). Campina Grande, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Coleção Estudos, n.20. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniella Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Esboço de uma teoria da prática**. In: **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais: 39.

_____. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais (ou Trabalho e trabalhadores na Argélia)**. Tradução de Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 8ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BURNETT, Annahid. As raízes rurais da Feira da Sulanca no agreste pernambucano. **Revista Extensão Rural**, DEAER/UFSM, Santa Maria, v.21, n.4, out./dez. 2014.

_____. A saga dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da Sulanca no agreste pernambucano. **Revista de Ciências Sociais**, v.3, n.2, p.9-40, jul./dez. 2013.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Marchas e contramarchas da epistemologia do trabalho informal. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs).

Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

_____. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção.** Tese. Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Desafios ao desenvolvimento brasileiro:** uma abordagem social-desenvolvimentista. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos, 2013.

DAL ROSSO, Sadi. Dilemas do tempo: o tempo de trabalho no Brasil e no mundo globalizado. In: DOWBOR, Ladislau; SILVA, Hélio (orgs.). **Desafios do trabalho.** Petrópolis: Vozes, 2004.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia e Administração.** 2.ed. Campinas: Alínea, 2001.

DOMINGUES, Luis Manuel. O processo de industrialização em Pernambuco. **Revista Symposium:** ciências, humanidades e letras, ano 4, n.1, jan-jun/2000, p. 57-76.

DRUCK, Graça; THÉBAUD-MONY, Annie. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs.). **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento:** 1968-1981. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio escolar da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FREIRE, Cláudia; LOPES DA SILVA, Francisco Carlos. Pólo Comercial de Caruaru: expansão do Mercado de trabalho subsidiado pelas atividades do setor informal. **I Encontro em Economia e Desenvolvimento do Agreste de Pernambuco**. Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste, 26-29/Setembro/2011.

FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre et al. **Tratado de Sociologia do Trabalho**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo: 1973.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – FADE/UFPE. **Estudo de caracterização econômica do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano**: relatório final apresentado ao SEBRAE/PE. Recife: Editora da UFPE, maio/2003.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Coleção Nossa América, v.2.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos à feira da Sulanca**: uma inserção de migrantes em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2002.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUIDDENS, Anthony. Trabalho e vida econômica. **Sociologia**. Traduzido por Sandra Regina Netz. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUIMARÃES NETO, Leonardo; BRANDÃO, Carlos Antonio. A formação econômica do Brasil e a questão regional. In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme (orgs.). **Celso Furtado e a formação econômica do Brasil**: edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2000). São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. **Instituto de Estudos Avançados da USP**, v.11, n.29, abr/1997.

GRINT, Keith. **Sociologia do trabalho**. Coleção sociedade e organizações. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. Tradução de Rodrigo Nunes Viegas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.7, n.1, maio/2005. Disponível em: < <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/download/134/118>.> Acesso em: 19/08/2015.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13.ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HELOANI, Roberto. **Organização do trabalho e administração**: uma visão multidisciplinar. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IANNI, Octávio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. Coleção Retratos do Brasil, v.19.

KNAPIK, Márcia Carneiro. O trabalho humano: das sociedades comunais ao modo de produção feudal. Caderno 2: Série História Social do Trabalho. Curitiba: Gráfica Popular, 2004. Disponível em: < <http://www.cefuria.org.br/files/2012/08/cartilha2.pdf>>. Acesso em: julho/2015.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed São Paulo: Atlas, 1992.

LEITE, Marcia de Paula. O trabalho no Brasil nos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). **Marchas e contra marchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

_____. Trabalho e sociedade em transformação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, n.4, jul-dez/2000, p. 66-87.

LIMA, Alexandre Santos. **“Empreendendo” a Sulanca**: o SEBRAE e o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG). Campina Grande, 2011.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. Traduzido por Ricardo Brinco. **Ensaio FEE**, n.10, v.2, Porto Alegre, 1989. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio>. Acesso em: 21/08/2015.

LIRA, Sônia Maria de. **Muito além das feiras da Sulanca**: a produção de confecções no Agreste/PE. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Sociedade industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. Problemas e perspectivas do desenvolvimento brasileiro. **Problemas e perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Editorial Vesper, São Paulo, dez/1971.

MENESES, Jaldes Reis de; MATIAS, Thalita Eliziário Menezes. Análise das configurações no mundo do trabalho na contemporaneidade a partir das cooperativas do nordeste brasileiro. **Para além da crise global**: experiências e antecipações concretas. Anais da VII Jornada de Políticas Públicas, Maranhão: UFMA, Agosto/2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2>. Capturado em: 16/03/2016.

MORAES, Alana. Da casa à feira: trabalho independente e estratégias econômicas no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

MORAES, José Geraldo Vinci. Ambiguidades da modernização urbano-industrial no Brasil republicano: fins do século XIX – início do século XX. In: REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (orgs.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido**: classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

_____. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

_____. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais: 39.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v.12, n.1, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 12/02/2017.

PEREIRA NETO, Eugênio Vital. **Qualificação e informalidade**: os modos de atuação do Senai no Polo de Confecções de Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. Coleção Sociologia

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

RIBEIRO JUNIOR, José. A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia à independência. **Revista brasileira de História**, v.1, n2, 1981. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=38> Acesso em: 15/07/2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROXO, Lucimar Antonio Teixeira; SANTAROSSA, Eduardo Trapp; BERTOTTI, Gustavo. Aglomerados produtivos e concentração: uma análise teórico-conceitual. **Anais do V Encontro de Economia Catarinense**, Florianópolis: APEC, 28-29/Abr./2011. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/>. Acesso em: Agosto/2015.

SÁ, Marcio Gomes de. **Os filhos das feiras e o campo de negócios agreste**. Tese (Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho). Portugal, 2015.

_____. Contexto e trajetória de vida-trabalho no Nordeste do Brasil: da infância no comércio à condição empresária na indústria têxtil local. In: ARAUJO, Emília; DUQUE, Eduardo (orgs.). **Os tempos sociais e o mundo contemporâneo**: um debate para as Ciências Sociais e Humanas. Universidade do Minho: Centro de Estudos de

Comunicação e Sociedade/ Centro de Investigação em Ciências Sociais, 2012. Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/viewFile/1568/1470> Acesso em 29/04/2013.

_____. **Feirantes: quem são e como administram seus negócios**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SANTOS, Jonábio Barbosa dos. **Liberdade sindical e negociação coletiva como direitos fundamentais do trabalhador: princípios da declaração dew 1998 da OIT**. São Paulo: LTR, 2008.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SEBRAE/PERNAMBUCO. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano, 2012**. Recife: SEBRAE, maio/2013.

SEIXAS, Selma. As configurações do trabalho na contemporaneidade. 2012 Disponível em: <http://mercatus.escolademarketing.com.br/index.php/revista/article/download/22/16>. Acesso em: 16/03/2016.

SILVA, Sandra Roberta Alves. **A juventude na Sulanca: os desafios na inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte/PE**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG). Campina Grande, 2009.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. 5ed. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, n.40, jan/fev 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf, capturado em: 06/10/2015.

VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. **Nos fios da resistência feminina: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960-1964)**. Dissertação (Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História da UFPE). Recife, 2011.

VÉRAS DA SILVA, Alcir. **Algodão e indústria têxtil no Nordeste: uma atividade econômica regional**. Natal: Ed. Universitária, 1980.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio. A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento. Dossiê. **Cadernos CRH**, Salvador, v.16, n.68, p.211-215, maio-ago/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 27/03/2014.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

VIANA, Fernando Luiz Emerenciano; ROCHA, Roberto Ednísio Vasconcelos; NUNES, Fernando Ribeiro de Melo. A indústria têxtil na região Nordeste: gargalos, potencialidades e desafios. **Revista Produção Online**. Associação Brasileira de Engenharia de Produção. Santa Catarina, UFSC, v.8, n.3, 2008. Disponível em: <https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/viewFile/132/160>> Acesso em: 19/09/2011.

ZANETTI, Augusto; VARGAS, João Tristan. **Taylorismo e fordismo na indústria paulista**: o empresariado e os projetos de organização racional do trabalho, 1920-1940. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.

WACQUANT, Loiq J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. Tradução de Adriano Nervo Codato e Gustavo Biscaia de Lacerda. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n.19, p.95-110, nov/2002.

APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA INICIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA INICIAL

- ORIGEM
- HISTÓRICO FAMILIAR
- FORMAÇÃO
- INÍCIO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS
- COMO COMEÇOU A EMPREENDER;
- DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA ERGUER O ATUAL NEGÓCIO
- A INFORMALIDADE E A PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES
- COMO É O ATUAL NEGÓCIO
- AS ATIVIDADES PRODUTIVAS NA EMPRESA
- ESTRATÉGIAS E DIFICULDADES PARA LIDAR COM A MÃO DE OBRA
- AVALIAÇÃO DA MÃO DE OBRA DO POLO.

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA FINAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA FINAL

- ORIGEM
- HISTÓRICO FAMILIAR
- FORMAÇÃO
- INÍCIO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS
- COMO COMEÇOU A EMPREENDER;
- OS SONHOS, NO QUE ACREDITAVA;
- A FONTE DA SUA FORÇA;
- DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA ERGUER O ATUAL NEGÓCIO;
- COMO É O NEGÓCIO ATUAL;
- AS ATIVIDADES PRODUTIVAS NA EMPRESA;
- JORNADA DE TRABALHO;
- ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA;
- NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS;
- ESTRATÉGIAS E DIFICULDADES PARA LIDAR COM A MÃO DE OBRA;
- AVALIAÇÃO DA MÃO DE OBRA DO POLO.